

Universidade Federal de Uberlândia

Heloisa Mara Mendes

A LÍNGUA DO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

Uberlândia
2013

Heloisa Mara Mendes

A LÍNGUA DO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fernanda Mussalim Guimaraes Lemos Silveira

Uberlândia
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M538l Mendes, Heloisa Mara, 1980-
2013 A língua do Museu da Língua Portuguesa / Heloisa Mara Mendes. --
2013.
221 p. : il.

Orientadora: Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.
Inclui bibliografia.

1. Linguística - Teses. 2. Análise do discurso - Teses. 3. Museu da
Língua Portuguesa (São Paulo, SP) -- Teses. 4. Semântica -- Teses. I.
Silveira, Fernanda Mussalim Guimarães Lemos. II. Universidade Federal
de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos. III.
Título.

CDU: 801

Heloisa Mara Mendes

A língua do Museu da Língua Portuguesa

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada

Uberlândia, 22 de novembro de 2013.

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira (UFU)

Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes (UFU)

Prof.^a Dr.^a Eliane Mara Silveira (UFU)

Prof.^a Dr.^a Marina Célia Mendonça (UNESP)

Prof. Dr. Sírío Possenti (UNICAMP)

Para Rodrigo, por tudo e por tanto.

AGRADECIMENTOS

À Fernanda, pela orientação, pela confiança e pela amizade.

Aos professores, Dr.^a Eliane Mara Silveira, Dr.^a Marina Célia Mendonça, Dr.^a Maura de Freitas Rocha e Dr. Sírio Possenti, pela leitura crítica e pelas contribuições a este trabalho.

Aos professores, Dr.^a Anna Flora Brunelli, Dr. Cleudemar Alves Fernandes, Dr.^a Luciana Salgado e Dr. Pedro de Souza, pelo diálogo.

Aos meus pais, meu irmão e minhas sobrinhas, pelo carinho e pela compreensão.

Ao Rodrigo, pela inestimável companhia.

Aos colegas do Instituto de Letras e Linguística, pelo incentivo.

Não há nada inocente nos meus escritos,
porque um linguista nunca poderá alegar que
não conhecia de antemão a força das frases
que amontoou.

(SÁNCHEZ, p. 16, 2011)

RESUMO

Neste trabalho, analisam-se os espaços permanentes de exposição do Museu da Língua Portuguesa, localizado na cidade de São Paulo - Brasil, e as instalações de uma de suas mostras temporárias, *Menas: o certo do errado, o errado do certo*, a partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso francesa. Mais especificamente, este trabalho fundamenta-se sobre a noção de formação discursiva proposta por Dominique Maingueneau, bem como em seus pressupostos teórico-metodológicos em torno das noções de semântica global e *ethos*. Parte-se, de um lado, de uma evidência mais histórica (a emergência de polêmicas em torno da língua portuguesa que, frequentemente, ocupam os mais diversos campos discursivos) e, de outro lado, da análise de um conjunto de textos, para se formular as hipóteses de que há, no Brasil, um discurso dominante sobre a língua portuguesa, que pode ser descrito como uma *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*, e de que o Museu da Língua Portuguesa pode ser considerado uma prática a mais dentre todas as práticas pertencentes a essa formação discursiva. Os objetivos a que nos propomos são descrever/analisar o funcionamento da formação discursiva em questão, bem como da instituição museológica, e verificar se ela pode ser considerada uma prática discursiva entre as demais práticas que constituem o discurso dominante sobre o português do Brasil. As análises realizadas demonstraram que o Museu da Língua Portuguesa se constitui como uma prática da *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*, embora a instituição procure dissimular seu pertencimento a ela, por meio da assunção de um *ethos* democrático.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Formação discursiva. Semântica global. *Ethos*. Museu da Língua Portuguesa.

RESUMEN

En este trabajo, son analizados los espacios permanentes de exposición del Museu da Língua Portuguesa, ubicado en la ciudad de São Paulo - Brasil, y las instalaciones de una de sus exposiciones temporales, *Menas: o certo do errado, o errado do certo*, a partir de la escuela francesa de Análisis del Discurso. Dicho de manera más específica, este trabajo está fundamentado sobre la noción de formación discursiva propuesta por Dominique Maingueneau, así como en sus presupuestos teóricos y metodológicos en torno a las nociones de semántica global y *ethos*. Se parte, de un lado, de una evidencia de orden más histórico (el surgimiento de polémicas sobre la lengua portuguesa que, a menudo, ocupan los más diversos campos discursivos) y, de otro lado, del análisis de un conjunto de textos, para formular las hipótesis de que hay, en Brasil, un discurso dominante sobre la lengua portuguesa, que puede ser descrito como una *formación discursiva del buen uso de la lengua portuguesa*, y de que el Museu da Língua Portuguesa puede ser considerado una práctica discursiva entre las demás prácticas que constituyen esa formación discursiva. Los objetivos que nos propusimos son describir/analizar el funcionamiento de la formación discursiva en cuestión, así como de la institución museológica, y averiguar si ella puede ser considerada una práctica discursiva entre las demás prácticas que constituyen el discurso dominante sobre el portugués de Brasil. Los análisis realizados demostraron que el Museu da Língua Portuguesa se constituye como una práctica de la *formación discursiva del buen uso de la lengua portuguesa*, aunque la institución intente disimular su pertenencia a ella, por medio de la asunción de un *ethos* democrático.

Palabras clave: Análisis del Discurso. Formación discursiva. Semántica global. *Ethos*. Museu da Língua Portuguesa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Distribuição dos semas da formação discursiva sobre a língua portuguesa	89
Organograma 1	Relação hierárquica entre os semas da formação discursiva sobre a língua portuguesa	94
Fotografia 1	Estação da Luz, São Paulo – Brasil	108
Fotografia 2	Palavras cruzadas	125
Fotografia 3	As grandes famílias linguísticas do mundo	134
Fotografia 4	Linha do tempo	137
Organograma 2	Relação hierárquica entre os semas do <i>ethos</i> mítico que emerge no museu	151
Fotografia 5	Grande galeria	155
Organograma 3	Relação hierárquica entre os semas do <i>ethos</i> ufanista que emerge no museu	159
Fotografia 6	Beco das palavras	160
Fotografia 7	Óculos	172
Fotografia 8	Erros nossos de cada dia	175
Fotografia 9	Biblioteca de Babel	196
Fotografia 10	Norma, a camaleoa	199

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A PROPÓSITO DA NOÇÃO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA	17
2.1	Considerações iniciais	17
2.2	Algumas questões ligadas à noção de formação discursiva	17
2.3	Unidades tópicas e unidades não tópicas de análise	21
2.4	Formações discursivas	23
2.5	Considerações finais	27
3	QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	29
3.1	Considerações iniciais	29
3.2	Conceitos-chave	29
3.3	Encaminhamentos	46
3.4	Considerações finais	50
4	UMA FORMAÇÃO DISCURSIVA SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA	51
4.1	Considerações iniciais	51
4.2	O discurso sobre a língua portuguesa	54
4.3	Considerações finais	89
5	O PENSAMENTO MUSEOLÓGICO CONTEMPORÂNEO E O MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA	97
5.1	Considerações iniciais	97
5.2	Museu: uma instituição com função social educativa	98
5.3	A Luz	108
5.4	Preservação e cultura	112
5.5	O Museu da Língua Portuguesa	115
5.6	Considerações finais	117
6	UM RETRATO DUPLAMENTE EDITADO	119
6.1	Considerações iniciais	119
6.2	“Nossa língua nasceu em Portugal”	119
6.3	“A língua é o que nos une”	152
6.4	Considerações finais	163
7	UMA EXPOSIÇÃO SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA CHAMADA <i>MENAS</i>	167
7.1	Considerações iniciais	167

7.2	“Quem diria, a língua do povo virou exposição”	167
7.2.1	<i>Óculos</i>	171
7.2.2	<i>Erros nossos de cada dia</i>	174
7.2.3	<i>Jogo do certo e do errado</i>	190
7.2.4	<i>Biblioteca de Babel</i>	195
7.2.5	<i>Norma, a camaleoa</i>	197
7.2.6	<i>Janelas abertas</i>	207
7.3	Considerações finais	209
8	CONCLUSÃO	211
	REFERÊNCIAS	215

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a norma dita culta do português do Brasil, codificada no século XIX, é reproduzida, reafirmada e difundida nas gramáticas escolares, por meio de colunas em jornais e em programas de TV. Em 2006, todo esse aparato escolar e midiático parece ter ganhado um aparelho importante, o Museu da Língua Portuguesa, sediado na cidade de São Paulo - Brasil.

Desde sua inauguração, o Museu da Língua Portuguesa tem sido objeto de investigação de pesquisadores ligados às mais diversas áreas do conhecimento, entre elas, Linguística, Literatura, Educação, Informação e Comunicação, Design e Jornalismo, o que, em certa medida, demonstra seu caráter de acontecimento, sua singularidade, relacionada não somente à transformação de um patrimônio imaterial – a língua portuguesa – em peça de museu, mas também à adoção de modernas tecnologias digitais, entre outros motivos. Nesse contexto, destacamos as pesquisas de Cervo (2012), Ferrara (2013), Honora (2009), Meliande (2013), Moura (2012), Rocha (2009), Romão (2011), Silva Sobrinho (2011), Taddei (2011) e Ziliotto (2009).

No presente trabalho, pretendemos analisar o Museu da Língua Portuguesa, sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso francesa (AD). Nossa hipótese, fundamentada, de um lado, numa evidência de ordem mais histórica – a emergência de polêmicas em torno da língua portuguesa que frequentemente ocupam os mais diversos campos discursivos – e, de outro, na análise de um conjunto de textos, é que há, no Brasil, uma *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*. Nossos objetivos são descrever/analisar o funcionamento dessa formação discursiva e verificar se o museu pode ser considerado uma prática dentre todas as práticas discursivas pertencentes a ela.

Os percursos da presente pesquisa nos levaram a indagar sobre o modo como um objeto heterogêneo – a língua portuguesa – é tratado discursivamente no espaço museológico que, se considerado a partir de uma perspectiva mais tradicional, remete à sua classificação, à sua conservação e à sua exposição, isto é, a ações que, de alguma maneira, privilegiariam uma noção de língua ligada à homogeneidade. Dessa perspectiva, museu e língua parecem, em alguma medida, opor-se: a língua é flexível; o museu, ao contrário, supõe-se como algo que cristaliza seus objetos de exposição. Considerando essa natureza, poderia o Museu da Língua Portuguesa ser considerado uma prática a mais a serviço de um laborioso trabalho discursivo de manutenção da norma dita culta da língua portuguesa, que se verifica no Brasil há mais de dois séculos?

Nosso trabalho está organizado da seguinte maneira: no capítulo *A propósito da noção de formação discursiva*, discutimos a recategorização da noção de formação discursiva, proposta por Maingueneau (2006b), em *Unidades tópicas e não-tópicas*, primeiro capítulo de *Cenas da enunciação*.

No capítulo *Questões teórico-metodológicas*, apresentamos as noções de semântica global (MAINGUENEAU, 2005b) e *ethos* (MAINGUENEAU, 2005a, 2006a e 2008) que orientaram a realização de nossas análises. Em certa medida, nesse capítulo, procuramos demonstrar a operacionalidade do emprego de uma semântica discursiva centrada em semas, para a análise de um vasto conjunto de textos, como é o caso do *corpus* com o qual trabalhamos.

No capítulo *Uma formação discursiva sobre a língua portuguesa*, descrevemos/analizamos um conjunto de textos e acontecimentos que, a nosso ver, contribuem para a constituição de uma formação discursiva no Brasil, a saber, a *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*. Nossa análise, sustentada a partir da consideração de traços semânticos, busca revelar o sistema de regras que rege o discurso dominante sobre a língua portuguesa no país.

No capítulo *O pensamento museológico contemporâneo e o Museu da Língua Portuguesa*, retomamos algumas questões históricas relacionadas à instituição museológica em geral, ao pensamento museológico contemporâneo, ao Bairro e à Estação da Luz (local onde o museu está localizado), como forma de, minimamente, compreender a fundação do Museu da Língua Portuguesa e a organização de seus espaços expositivos.

No capítulo *Um retrato duplamente editado*, descrevemos/analizamos os espaços permanentes de exposição do Museu da Língua Portuguesa, a partir de dois eixos: um eixo centrado na relação entre a língua usada no Brasil e a usada em Portugal e suas respectivas histórias; e outro eixo centrado nas variedades do português brasileiro, tomado como elemento central da identidade nacional. Para a descrição/análise desses espaços, também partimos da consideração de semas, procurando verificar de que forma os traços semânticos da *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa* são atualizados, ou não, e redistribuídos na prática discursiva do museu.

No capítulo *Uma exposição sobre a língua portuguesa chamada Menas*, descrevemos/analizamos a sexta mostra a ocupar o espaço reservado para as exposições temporárias do Museu da Língua Portuguesa, *Menas: o certo do errado, o errado do certo*, considerando que essa mostra não pode ser tomada como um acontecimento isolado no

interior do museu, mas como algo que coloca em relevo seu pertencimento à *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*.

2 A PROPÓSITO DA NOÇÃO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA

2.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, pretendemos discutir a recategorização da noção de formação discursiva proposta por Dominique Maingueneau, em *Unidades tópicas e não-tópicas*, primeiro capítulo de *Cenas da enunciação* (2006b). Em razão desse recorte, não remontaremos à história da noção-conceito de formação discursiva, visto que há inúmeros trabalhos que se dedicaram a isso¹, mas aludiremos a ela como forma de demonstrar os deslocamentos operados por esse autor, cujos pressupostos teórico-metodológicos fundamentam, em parte, nossa pesquisa.

2.2 Algumas questões ligadas à noção de formação discursiva

Em *Unidades tópicas e não-tópicas*, Maingueneau afirma que, na história da AD, a noção de formação discursiva foi, inicialmente, bastante valorizada, mas sofreu um declínio a partir da década de 1980. De acordo com o autor, esse histórico pode indicar tanto o desaparecimento de uma noção vaga que pertencia a um momento passado de um domínio de investigação, quanto mostrar que a AD pode ter sofrido uma mudança de rumo devido à marginalização da noção de formação discursiva. Maingueneau opta por uma terceira possibilidade de abordagem, a saber, discutir o interesse e os limites dessa noção, refletindo sobre a natureza das unidades de análise recortadas atualmente pelos analistas do discurso e sobre a natureza da própria AD.

A noção de formação discursiva, de acordo com esse autor, pode ser situada em relação a dois tipos de categorias privilegiadas hoje em dia na AD: um que se relaciona a “posicionamento”, isto é, à construção e gestão de uma identidade em um campo discursivo; outro que remete a “gênero” (de texto ou de discurso), ou seja, aos dispositivos de comunicação verbal disponíveis em uma sociedade. Para Maingueneau, esses dois tipos de categoria que parecem recobrir a noção de formação discursiva – posicionamento e gênero – a acompanham desde sua origem.

Tradicionalmente, as narrativas sobre a constituição do arcabouço teórico da AD francesa apontam que a noção de formação discursiva foi cunhada por Michel Foucault em

¹ Ver, por exemplo, obra organizada por Baronas (2011b).

1969, em *A arqueologia do saber*, e que, posteriormente, essa noção foi relida por Michel Pêcheux, que a tomou como uma unidade básica de análise, mencionando-a pela primeira vez em *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso*, artigo publicado por esse autor em parceria com Claudine Haroche e Paul Henry em 1971. No entanto, Baronas (2011a), ao inventariar a produção intelectual pecheutiana, constata que um embrião dessa noção-conceito aparece alguns anos antes de 1971, sob a forma de nota de fim no texto *Notes sur la formalisation en linguistique*, de A. Culioli. Esse texto, bem como o artigo *Lexis et metalexis: les problemes des determinants*, de Pêcheux e C. Fuchs, compõe o livro organizado por A. Culioli, *La formalisation en linguistique*, publicado em 1968. De acordo com Baronas (2011a, p. 199, grifo do autor),

o conceito de *formação discursiva* embora não esteja desenvolvido, está enunciado desde 1968, data da publicação do artigo de Culioli, Pêcheux e Fuchs. O que me possibilita asseverar que, pelo menos em seu processo de gestação, esse conceito não veio da *A Arqueologia do Saber* de Michel Foucault, cuja primeira publicação data de 1969. Embora as discussões sobre *A Arqueologia do Saber* estivessem latentes entre a *intelligentsia* francesa, mesmo antes de sua publicação, penso que esse conceito tenha derivado do paradigma marxista *formação social*, *formação ideológica* e, a partir daí, *formação discursiva*. Somente em 1977 é que Pêcheux reordena o conceito foucaultiano de formação discursiva à análise das contradições de classe.

Com relação a Michel Foucault, Maingueneau afirma que é difícil fixar o valor do conceito de formação discursiva em *A arqueologia do saber*, visto que, para ele, o conceito oscila, constantemente, ao longo dessa obra, entre uma interpretação em termos de “regras” e outra em termos de “dispersão”: “Percebe-se isso em particular no capítulo II (*As formações discursivas*), no qual Foucault parece obedecer a duas injunções contraditórias: definir os sistemas e desfazer toda unidade. Daí as formulações serem, à primeira vista, um pouco desconcertantes” (MAINGUENEAU, 2006b, p. 10).

Em alguma medida, discordamos da leitura empreendida por Maingueneau já que, em *A arqueologia do saber*, Foucault define discurso como um conjunto de enunciados provenientes de um mesmo sistema de formação, mais especificamente, define discurso como sendo constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência. Na perspectiva de Indursky (2011, p. 77), o objetivo de Foucault é o de “repensar a dispersão da história, reagrupando uma sucessão de acontecimentos dispersos, relacioná-los a um único e mesmo princípio organizador de modo a poder repor em questão sínteses acabadas”.

A arqueologia proposta por ele pode ser considerada uma modalidade de análise do discurso que, em *A arqueologia do saber*, adquire o estatuto de uma entrada metodológica, visto que o cerne de suas reflexões não é o discurso em si, ou seja, o conjunto de enunciados, mas a descrição de suas condições de existência, de seu sistema de formação, isto é, da formação discursiva definida como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133).

Nesse sentido, a arqueologia proposta por Foucault prevê a análise histórica das condições de enunciabilidade que em nada se aproximam da ideia de espírito de época, ou seja, requer a análise das condições de possibilidade que fizeram com que, em determinado momento histórico, apenas alguns enunciados e/ou acontecimentos (dispersos e heterogêneos) tenham sido efetivamente possíveis e outros não, o que torna imprescindível a descrição do sistema que rege a distribuição desses enunciados, o modo como se transformam, se apoiam uns nos outros, se julgam ou se excluem, se substituem alternadamente. De acordo com Mussalim (2012), é a partir dessa perspectiva que Foucault assume o enunciado como unidade de análise e busca definir as formações discursivas a partir de suas regularidades. Nesse sentido, a unidade dos discursos é decorrente do sistema de relações que se estabelece entre todos os planos de análise considerados (a formação dos objetos, as modalidades enunciativas, a formação dos conceitos e a formação das estratégias). Em outras palavras, Foucault propõe que sejam descritos os sistemas de dispersão em suas regularidades, afirmando que,

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 2008, p. 43, grifo do autor).

Diferentemente da leitura feita por Maingueneau, em Foucault, parece não haver oscilação entre regras e dispersão na formulação da noção de formação discursiva. Os enunciados, sim, estão dispersos, o que não significa, necessariamente, que não seja possível descrever as regularidades que se estabelecem entre eles ou que não haja relação entre eles e entre todos os seus planos.

Com relação a Michel Pêcheux, Maingueneau considera mais clara a formulação presente no artigo escrito em parceria com Claudine Haroche e Paul Henry, *A semântica e o corte saussuriano* (1971). Para ele, o termo formação discursiva é emprestado de Foucault, mas se inscreve na rede conceitual herdeira de Althusser à qual se filia Pêcheux e é definido como aquilo que determina “*o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2011, p. 27, grifo dos autores).

Nessa definição, as noções de “posição” e “gênero” são mobilizadas. A noção de “posição”, para Pêcheux, se inscreve no espaço da luta de classes, portanto, não se confunde com a noção de “posicionamento”, termo usado correntemente por Maingueneau para designar uma identidade definida no interior de um campo discursivo. A noção de “gênero” decorre dos exemplos de gêneros de discurso entre parênteses na citação de Pêcheux. Esses parênteses, em conformidade com Maingueneau, podem ser objeto de uma dupla leitura em função da ênfase sobre “aquilo que pode e deve ser dito” ou sobre “articulado sobre a forma de uma arenga”:

Na primeira leitura, a menção a diversos gêneros é acessória; na segunda, o discurso não pode ser “articulado” senão por meio de um gênero de discurso; e é preciso, então, pensar a relação entre “posição”, de uma parte, e “arenga”, “sermão” etc., de outra parte. O itálico de insistência sobre “o que pode e deve ser dito”, mas também o conhecimento do pensamento de Pêcheux incitam a optar pela primeira leitura, que relega a segundo plano a problemática do gênero. É a “posição” que é determinante, e o gênero de discurso não parece ser outra coisa além do lugar onde se manifesta alguma coisa que, por essência, está escondido, seguindo nesse aspecto o modelo psicanalítico dominante na época (MAINGUENEAU, 2006b, p. 12).

Além de a noção de formação discursiva não definir com clareza sua relação com as problemáticas do “gênero” e da “posição” desde sua origem, os *corpora* que serviram de referência para Foucault (a história das ciências e dos saberes) e Pêcheux (a luta política) são bastante diferentes, o que afeta consideravelmente o valor de formação discursiva para cada um dos autores.

Para Maingueneau, atualmente, os analistas do discurso estão distantes das noções de formação discursiva preconizadas por Foucault e por Pêcheux e tendem a empregá-las como evidentes ou, “na falta de uma expressão melhor”, quando se encontram diante de um conjunto de textos que não corresponde a uma categorização clara. O próprio autor admite ter usado essa noção de forma vaga, em *Gênese dos discursos*, devido à sua incapacidade, naquele momento, de atribuir-lhe um estatuto mais preciso. No prefácio à edição brasileira dessa obra, Maingueneau reconhece que o emprego de formação discursiva no quadro da

proposta de uma semântica global é discutível, visto que demarca o que, preferencialmente, dever-se-ia chamar posicionamento. De modo semelhante, no *Dicionário de análise do discurso*, codirigido com Patrick Charaudeau (2006), afirma que o termo “formação discursiva”

permite, com efeito, designar todo conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito que pode relacionar-se a uma identidade enunciativa: o discurso comunista, o conjunto de discursos proferidos por uma administração, os enunciados que decorrem de uma ciência dada, o discurso dos patrões, dos camponeses etc.;[...] Tal plasticidade empobrece essa noção. Hoje, tende-se a empregá-la, sobretudo, para os posicionamentos de ordem ideológica; também se fala mais facilmente de “formação discursiva” para discursos políticos ou religiosos do que para o discurso administrativo ou o discurso publicitário (FORMAÇÃO..., 2006, p. 241-242).

Entretanto, embora em alguns de seus textos a noção de formação discursiva deva ser mais bem compreendida como posicionamento, em *Unidades tópicas e não-tópicas*, o autor busca dar um estatuto diferente e mais claro para essa noção, mantendo ainda a terminologia formação discursiva.

2.3 Unidades tópicas e unidades não tópicas de análise

Maingueneau distingue dois tipos de unidades com as quais a AD trabalha: as unidades *tópicas* e as unidades *não tópicas*.

De acordo com esse autor, as unidades tópicas se subdividem em territoriais e transversas. As unidades territoriais são aquelas que correspondem a espaços pré-definidos pelas práticas verbais, ou seja, são unidades que podem ser consideradas tipos de discursos ligados a determinados setores de atividades da sociedade: discurso administrativo, publicitário, político, etc., com todas as subdivisões possíveis. Os tipos de discurso compreendem gêneros de discurso, ou seja, dispositivos sócio-históricos de comunicação. Para Maingueneau (2006b, p. 15), tipos e gêneros de discurso “são tomados em uma relação de reciprocidade: o tipo é um agrupamento de gêneros; todo gênero só o é porque pertence a um tipo”.

Sendo assim, a noção de tipo de discurso é heterogênea, pois se trata de um princípio de agrupamento de gêneros que pode obedecer a duas lógicas: a do copertencimento a um mesmo aparelho institucional e a da dependência com relação a um mesmo posicionamento. Quando se fala em discurso hospitalar, por exemplo, está em jogo a interação dos diversos gêneros de discurso no mesmo aparelho, o hospital (reuniões de trabalho, consultas, receitas,

etc.). Diferentemente, quando se fala em discurso de um determinado partido, está em jogo a diversidade de gêneros de discurso produzidos por determinado posicionamento no interior do campo político (jornal, panfleto, programas eleitorais, etc.). Para Maingueneau, no primeiro exemplo, há uma lógica de funcionamento do aparelho; no segundo, uma lógica de luta ideológica, de delimitação de um espaço simbólico contra outros posicionamentos no interior do mesmo campo. A abordagem do discurso de um partido político como discurso de aparelho também seria possível, no entanto, apenas os gêneros ligados ao funcionamento do partido é que deveriam ser recortados para análise.

As unidades transversas são aquelas que atravessam textos de múltiplos gêneros de discurso. Elas podem ser consideradas registros que, por sua vez, se subdividem a partir de três critérios: linguísticos, funcionais e comunicacionais. *Grosso modo*, os registros linguísticos são definidos sobre bases enunciativas. Um exemplo de registro linguístico foi estabelecido entre “história” e “discurso” por Benveniste. Quanto aos registros funcionais, os textos são classificados de acordo com a função predominantemente desempenhada pela linguagem. O esquema das funções da linguagem de Jakobson representa esse tipo de abordagem. Os registros de tipo comunicacional aliam traços linguísticos, funcionais e sociais. O discurso de vulgarização é um exemplo desse tipo de registro, pois é a finalidade de determinadas revistas, mas também aparece em jornais e na imprensa cotidiana.

As unidades não tópicas, por sua vez, são construídas pelos pesquisadores, independentemente de fronteiras preestabelecidas (o que, segundo Maingueneau, as distingue das unidades territoriais), e reúnem enunciados profundamente inscritos na história (o que, para o autor, as distingue das unidades transversas). Entre as unidades não tópicas encontram-se as formações discursivas e os percursos.

As formações discursivas devem ser especificadas historicamente e só podem ser delimitadas por fronteiras estabelecidas pelo analista do discurso e, como é o caso do discurso racista ou do discurso patronal. A essas unidades correspondem *corpora* que podem conter um conjunto amplo e aberto de tipos e de gêneros de discurso, de diferentes campos, aparelhos e registros. A delimitação e o estudo das formações discursivas requerem a constituição de *corpora* heterogêneos, cujos textos de gêneros diversos apresentam um foco único que os torna convergentes. Entretanto, para Maingueneau, também é possível que sejam definidas formações discursivas que sejam organizadas por mais de um foco, questão que abordaremos mais adiante.

Os percursos também são definidos pelos pesquisadores que, diante de *corpora* vastos, procuram desestruturar as unidades instituídas a partir de relações insuspeitas no interior do

interdiscurso. Um exemplo de trabalho desse tipo funda-se na retomada ou nas transformações de um material lexical ou textual em uma série de textos.

As unidades citadas aqui, às quais recorrem os analistas do discurso são, em alguma medida, reveladoras da natureza da própria AD. Maingueneau afirma que a AD não pode restringir-se apenas ao estudo das unidades tópicas, sob pena de denegar, no sentido psicanalítico, a realidade do discurso, a saber, sua relação permanente com o interdiscurso. O impossível fechamento do trabalho do interdiscurso sobre o discurso e a perpétua redistribuição do interdiscurso pelo discurso confirmam a persistência da noção de formação discursiva: “não haveria análise do discurso se não houvesse agrupamento de enunciados inscritos nas fronteiras, mas, por outro lado, também não haveria análise do discurso se o sentido se fechasse nessas fronteiras” (MAINGUENEAU, 2006b, p. 23).

2.4 As formações discursivas

A noção de formação discursiva classificada por Maingueneau como uma unidade não tópica é a que fundamenta nosso trabalho. Trata-se, como já afirmamos, de uma unidade de análise cujas fronteiras devem ser delimitadas pelo pesquisador e, também, devem ser especificadas historicamente. Os *corpora* correspondentes às formações discursivas podem conter uma grande variedade de tipos e de gêneros do discurso, de campos, de aparelhos e de registros. Podem também, dependendo da vontade do pesquisador, conter *corpus* de arquivos e *corpus* construído pela pesquisa como, por exemplo, testes, entrevistas e questionários.

A respeito da recategorização da noção de formação discursiva proposta por Maingueneau, Mussalim (2008, p. 100) afirma que

essa heterogeneidade do *corpus* de análise – diversos textos, gêneros e campos – converge, entretanto, para um nível superior, que agrega toda a diversidade sob o foco de uma “unidade”, suposta e testada pelo analista por meio de hipóteses históricas e da análise do *corpus*. É devido a essa suposta unidade que se pode formular a existência de uma formação discursiva.

Em nota, Mussalim esclarece que a ideia de unidade não pressupõe que haja sempre coerência, mas contradições. Nesse sentido, a noção de unidade, em AD, refere-se, mais especificamente, à ideia de regularidade. A nosso ver, a leitura de Mussalim sobre a definição de formação discursiva de Maingueneau (2006b) acaba aproximando-a daquela fornecida por Foucault (2008, p. 43, grifo do autor): “no caso em que [...] se puder definir uma regularidade [...], diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*.”

Para Maingueneau, o discurso racista é um exemplo de formação discursiva; sua delimitação e estudo requerem a constituição de um *corpus* heterogêneo, cujos textos de gêneros diversos apresentam um foco único que os torna convergentes: “atrás da diversidade dos gêneros e dos posicionamentos que dizem respeito aos textos do *corpus* assim construído, encontra-se a onipresença de um ‘racismo’ inconsciente que governa a fala dos locutores” (MAINGUENEAU, 2006b, p. 17).

As formações discursivas que se organizam a partir de um só foco como, por exemplo, o discurso racista, são classificadas, por Maingueneau, como sendo *unifocais*. O autor reconhece a possibilidade de que se definam, também, formações discursivas *plurifocais*, isto é, que não sejam organizadas a partir de um só foco, como é o caso da configuração empreendida por ele na qual associa os romances de Júlio Verne e os manuais escolares. Deter-nos-emos um pouco mais na discussão empreendida pelo autor sobre as formações discursivas unifocais e plurifocais.

Para discutir os dois tipos de formação discursiva, Maingueneau recorre à noção de polifonia bakhtiniana e sua aplicação no romance. Para ele, o pensador russo opõe os romances monológicos, estruturados por um ponto de vista dominante, e os romances que confrontam pontos de vista divergentes sem serem dominados pela onisciência do narrador, como ocorre nos romances de Dostoievski. Na perspectiva de Maingueneau, no teatro, essa distinção é ainda mais evidente do que no romance, visto que há um “arquienunciador”, que se responsabiliza pela peça, e diferentes locutores que são assumidos pelas personagens:

Uma peça mostra o confronto entre pontos de vista, os quais o arquienunciador tem por missão unificar pelo menos esteticamente. É, com efeito, a tensão constitutiva do teatro que leva a combinar uma irreduzível heterogeneidade dos pontos de vista e uma unificação de ordem estética (MAINGUENEAU, 2006b, p. 18).

Apesar de não assumi-lo explicitamente, Maingueneau parece associar as formações discursivas unifocais aos romances monológicos e as formações discursivas plurifocais aos romances de Dostoievski e ao teatro. Para ele,

o analista do discurso que configura uma formação discursiva plurifocal é um pouco como um dramaturgo. Da mesma maneira que este constrói um espaço no qual as posições que se confrontam não estão unifocadas, o analista do discurso, a partir de hipóteses de trabalho argumentadas, associa diversos conjuntos discursivos em uma mesma configuração sem, no entanto, reduzir sua heteronímia. Mas trata-se de uma analogia parcial: enquanto o dramaturgo não faz senão mostrar na cena a interação das vozes, o analista do discurso é obrigado a justificar explicitamente o dispositivo que ele constrói, apoiando-se sobre saberes e normas de argumentação partilhadas pelas comunidades de pesquisadores aos quais ele pertence (MAINGUENEAU, 2006b, p. 18).

Na discussão que Maingueneau empreende, a unidade é requerida tanto com relação às formações discursivas unifocais quanto com relação às formações discursivas plurifocais. Nas primeiras, o foco único que faz com que uma diversidade de gêneros e tipos de discurso seja convergente parece ser dado *a priori*. Nas segundas, a unidade parece resultar do trabalho do analista que, longe de apenas comparar vários conjuntos discursivos, deve construir uma unidade específica entre conjuntos discursivos autônomos sem que os deixe reduzir a seus componentes.

Procurando, ainda, sustentar a discussão em torno das formações discursivas unifocais e plurifocais, Maingueneau cita a tese, em AD, de Orger (2002), cujo *corpus* foi construído pela associação dos relatos da banca examinadora de três concursos de altos funcionários franceses. Nesse ponto, Maingueneau esclarece que as possibilidades de tratamento do *corpus* em questão resultariam na definição de uma formação discursiva unifocal ou de uma formação discursiva plurifocal: um trabalho que mostrasse que os três sub-*corpora* são de fato regidos por um mesmo sistema de regras colocaria em cena uma formação discursiva unifocal, e um trabalho que sustentasse a heterogeneidade dos três sub-*corpora* evidenciaria uma formação discursiva plurifocal.

Parece-nos que, ao longo do texto, Maingueneau se desloca da assunção da noção de formação discursiva como unidade de análise, o que se dá por meio, principalmente, da distinção entre unidades tópicas e não tópicas de modo geral e da caracterização do discurso racista como sendo uma formação discursiva, para sua consideração como sendo uma forma de tratamento do *corpus*, ou mais especificamente, um exercício de interpretação engendrado pelo analista, independentemente do modo como o *corpus* é constituído, o que é reafirmado por meio da exemplificação do trabalho de Orger (2002), do trabalho de Foucault, em *As palavras e as coisas* (1966), e do trabalho do próprio Maingueneau sobre o discurso religioso francês no século XVII.²

De acordo com Maingueneau, em *As palavras e as coisas*, Foucault faz convergir três conjuntos discursivos, a saber, “História Natural”, “A análise das riquezas” e “a Gramática Geral”, à primeira vista, incomparáveis. Para ele, Foucault mostra que esses três conjuntos são regidos por um mesmo sistema de regras, para além da evidente diferença de seus objetos. Para Maingueneau, esse trabalho seria ilustrativo da definição de uma formação discursiva

² Em *Análise do Discurso*, a constituição do *corpus* e seu tratamento não se excluem. Sendo assim, nossa discussão em torno do trabalho de Maingueneau (2006b) se dá, como será possível perceber no encaminhamento do trabalho, em função do fato de o autor se valer de um *corpus* tipicamente constituído a partir de uma unidade tópica de análise (a polêmica que se dá entre jansenistas e humanistas devotos no campo discursivo religioso, na França do século XVII) para exemplificar o que viria a ser uma formação discursiva bifocal que é, por definição, uma unidade não tópica de análise.

unifocal cujos *corpora* são regidos pelo mesmo sistema de regras. A nosso ver, um trabalho como esse não é, em medida alguma, da mesma natureza que o recorte de unidades como o discurso racista, o discurso colonial ou o discurso patronal.

Para ilustrar a definição de uma formação discursiva plurifocal, Maingueneau relembra sua pesquisa na qual construiu um espaço discursivo que relacionava duas unidades tópicas, dois posicionamentos em um mesmo campo – o discurso humanista devoto e o discurso jansenista – não com o objetivo de comparar esses dois posicionamentos, mas de “construir uma unidade bifocal, uma interação fundada sobre um processo de ‘interincompreensão’ regrada” (MAINGUENEAU, 2006b, p. 19). Essa ilustração, para nós, retira da noção de formação discursiva, que o autor vinha tentando delinear, todo o seu caráter de unidade de análise, ou mais especificamente, situa-a como sendo uma forma de tratamento do *corpus*, visto que são colocadas em relação unidades tópicas de análise.

A opção por considerar a noção de formação discursiva como forma de abordagem de *corpora* de análise constituídos de formas bastante diversificadas, em alguma medida, relega sua definição a segundo plano e impossibilita, por exemplo, que essa noção se configure, juntamente com a noção de percurso, como uma unidade não tópica de análise para a AD.

Em seu texto, Maingueneau também ressalta o caráter dinâmico e agentivo do termo “formação” em “formação discursiva”. De acordo com o autor, o analista não deve considerá-lo como uma entidade estática ou pré-existente, mas, dependendo dos objetivos da pesquisa, “dar-lhe forma”, o que permitiria o afastamento de uma concepção “especular” da construção de *corpus*. Novamente, a discussão empreendida por Maingueneau em torno da noção de formação discursiva parece cindida entre unidade de análise e/ou constituição de *corpus* e seu tratamento:

Frequentemente, com efeito, considera-se o *corpus* como uma espécie de condensado, de espelho de um conjunto de textos cuja unidade seria dada de antemão; daí as discussões acirradas para saber se o *corpus* é suficientemente “representativo”. A questão da representatividade é, sem dúvida, fundamental, mas ela não deve permitir que se esqueçam as operações que permitem instaurar esse *corpus*. Isso é verdadeiro quando se trata de uma formação discursiva “unifocal” e é ainda mais evidente quando se trata de uma formação discursiva “plurifocal”: nesse último caso, os conjuntos textuais postos em relação não são dados, mas seu encontro em uma mesma formação discursiva é uma espécie de ato violento do analista, uma contestação das fronteiras que estruturam o universo do discurso (MAINGUENEAU, 2006b, p. 19-20).

Outro ponto do texto de Maingueneau que merece destaque refere-se à delimitação tanto das unidades tópicas quanto das unidades não tópicas. De acordo com o autor, não se pode exagerar a distância entre elas, visto que, por um lado,

as unidades tópicas, por mais “pré-formatadas” que sejam, colocam ao pesquisador múltiplos problemas de delimitação, como sempre ocorre nas ciências humanas ou sociais. Por outro lado, a construção de formações discursivas ou de percurso não está submetida só ao capricho dos pesquisadores: há um conjunto de princípios, de técnicas que regulam esse tipo de atividade hermenêutica (MAINGUENEAU, 2006b, p. 22).

Infelizmente, Maingueneau não explicita quais são os princípios e as regras que regulam a construção de formações discursivas, nem mesmo aqueles que permitiram que o próprio autor tratasse sua pesquisa em torno do discurso religioso francês do século XVII e a associação entre *Viagens extraordinárias* de Júlio Verne e os manuais escolares franceses como sendo formações discursivas plurifocais. Com relação à associação entre os romances e os manuais, afirma que procurou integrar, em um mesmo espaço, dois conjuntos discursivos que, certamente, tinham uma visão educativa, mas não eram relativos nem ao mesmo gênero, nem ao mesmo tipo de discurso, não se dirigiam ao mesmo público, nem veiculavam a mesma ideologia. Entretanto, pareceu-lhe que se tratava de dois focos que estavam, em alguma medida, ligados (ou sua associação seria arbitrária), e que suas diferenças não seriam anuladas em função de uma unidade superior.

Estamos convencidos de que essa justificativa não revela os princípios e as regras subjacentes à construção de uma formação discursiva plurifocal. Se confrontarmos essa justificativa ao fato de que Maingueneau também exemplifica esse tipo de formação discursiva por meio do trabalho no qual analisa o discurso jansenista e o discurso humanista devoto, os princípios e as regras se tornam ainda menos evidentes. No primeiro caso, foram recortados conjuntos discursivos que, aparentemente, tinham uma visão educativa, mas não estavam em situação polêmica em um mesmo campo, o que é completamente diferente do segundo caso, em que foram recortados discursos que invocam a autoridade da Escritura, da Tradição e polemizam no interior do campo religioso.

Sobre os princípios e regras que regulariam o trabalho dos analistas do discurso, Maingueneau (2006b, p. 22) afirma que

é verdade que essas “regras da arte” estão freqüentemente implícitas, que elas são adquiridas por impregnação, mas podemos presumir que, com o desenvolvimento da análise do discurso, a construção das unidades será cada vez menos deixada ao capricho dos pesquisadores.

2.5 Considerações finais

Ao longo de *Unidades tópicas e não-tópicas*, a recategorização da noção de formação discursiva proposta por Maingueneau ora parece associada à ideia de unidade de análise, à qual corresponde a constituição de um *corpus* heterogêneo cujos textos apresentam um foco único que os torna convergentes, ora parece tender para o tratamento destinado a *corpora* constituídos de formas bastante diversificadas, ou melhor, para a “missão” do analista de relacionar conjuntos discursivos aparentemente autônomos. Essa oscilação não fica restrita ao que o autor chama de formação discursiva plurifocal, mas recobre também aquilo que é denominado de formação discursiva unifocal e ganha corpo por meio das exemplificações de trabalhos que poderiam ser tomados como constituindo/sendo constituídos por um ou outro tipo de formação discursiva.

Diante desse impasse, não adotaremos a distinção entre formação discursiva unifocal e plurifocal, mas tão somente a noção de formação discursiva cuja delimitação, em conformidade com Maingueneau, implica a construção de um *corpus* heterogêneo – diversos textos, posicionamentos, gêneros e campos – e sua unificação em um nível superior por um foco único, não por meio de coerências que nunca cessam, mas por meio de regularidades.

A partir, pois, desse conceito, assumiremos, neste trabalho, que o discurso dominante sobre a língua portuguesa no Brasil pode ser descrito como sendo uma formação discursiva, nos mesmos termos em que Maingueneau aponta o discurso racista como um exemplo de formação discursiva. Essa formação discursiva sobre a língua portuguesa será, portanto, compreendida, aqui, como uma unidade não tópica de análise, isto é, como uma unidade não territorial, que não corresponde e nem se restringe a espaços pré-delineados pelas práticas históricas.

Antes de passarmos à descrição/análise da formação discursiva em questão, que será feita no capítulo 4, explicitaremos, no capítulo a seguir, as questões teórico-metodológicas que serão mobilizadas para a análise de nosso *corpus*.

3 QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

3.1 Considerações iniciais

Nosso *corpus* de análise constitui-se de discursos sobre a língua portuguesa, produzidos entre os séculos XVI e XXI, do interior de variados campos discursivos e sob a forma de diferentes gêneros. Constitui-se, também, dos espaços de exposição permanente do Museu da Língua Portuguesa e das instalações da exposição temporária *Menas: o certo do errado, o errado do certo*. A constituição desse *corpus* sustenta-se sobre as hipóteses de que há, no Brasil, um discurso dominante sobre a língua portuguesa, que pode ser descrito como uma formação discursiva, e de que o Museu da Língua Portuguesa pode ser considerado uma prática discursiva a mais dentre todas as práticas pertencentes a essa formação discursiva.

Além da noção de formação discursiva, sobre a qual discorreremos no capítulo anterior, mobilizaremos parte dos pressupostos teóricos desenvolvidos por Dominique Maingueneau em *Gênese dos discursos*, trabalho publicado no Brasil em 2005, como forma de entrada metodológica em nosso *corpus*.

Gênese dos discursos é resultado de uma reflexão teórica advinda de uma longa pesquisa empírica em torno dos discursos devotos franceses do século XVII e considerado, pelo próprio autor, como sua primeira empreitada teórica e metodológica em torno do propósito de modelizar o primado do interdiscurso sobre o discurso. A escolha dessa obra justifica-se, fundamentalmente, em função da produtividade da proposição de uma semântica discursiva centrada em semas, categorias analíticas que possibilitam encontrar, de maneira bastante eficiente, as regularidades semânticas de um vasto conjunto de textos, como é o caso do conjunto textual com o qual trabalharemos aqui.

3.2 Conceitos-chave

Apresentaremos, a seguir, parte dos pressupostos teórico-metodológicos de *Gênese dos discursos*³, apenas aqueles que mais diretamente subsidiarão nosso trabalho.

Para Maingueneau (2005b, p. 19), o discurso

³ Em Mendes (2009), apresentamos de forma mais detalhada os pressupostos teórico-metodológicos reunidos em *Gênese dos discursos*.

não é nem um sistema de “idéias”, nem uma totalidade estratificada que poderíamos decompor mecanicamente, nem uma dispersão de ruínas passível de levantamentos topográficos, mas um sistema de regras que define a especificidade da enunciação.

Em *Gênese*, o termo discurso é empregado por Maingueneau para referir-se à relação que une os conceitos de formação discursiva⁴ (sistema de restrições de boa formação semântica que define a especificidade da enunciação) e superfície discursiva (conjunto de enunciados produzidos de acordo com o sistema de restrições). Sua proposta de tratamento do discurso, cuja identidade não é uma questão que se restringe a vocabulário ou sentenças, mas depende de uma coerência global que integra múltiplas dimensões, incide sobre sete hipóteses que, brevemente, relacionamos a seguir:

- a) O interdiscurso precede o discurso e, portanto, a unidade de análise pertinente é o espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos.
- b) A relação interdiscursiva constitui-se por meio de interação semântica entre os discursos, sob a forma de tradução, ou mais especificamente, de *interincompreensão* regrada: a relação de um discurso com o Outro se dá por meio da tradução dos enunciados do Outro em seu próprio fechamento discursivo, sob a forma de simulacro que dele se constrói.
- c) Todos os planos discursivos (vocabulário, temas, intertextualidade, instâncias de enunciação, etc.) são restringidos, simultaneamente, por um *sistema de restrições globais*.
- d) O sistema de restrições deve ser compreendido como um modelo de *competência interdiscursiva* que consiste no domínio das regras, pelos enunciadores de um discurso, que os torna capazes de produzir e interpretar enunciados resultantes de sua própria formação discursiva, bem como distinguir enunciados compatíveis com formações discursivas antagonistas.
- e) O discurso não deve ser pensado somente como um conjunto de textos, mas como uma *prática discursiva*. O sistema de restrições semânticas estrutura, além do enunciado e da enunciação, aspectos práticos e concretos de todas as práticas de uma instituição ou de um grupo.

⁴ Em conformidade com o que afirmamos no capítulo 2, em *Gênese dos discursos*, a noção de formação discursiva deve ser compreendida como posicionamento no interior de um campo. Neste capítulo, adotaremos, portanto, o termo posicionamento, exceto nas citações literais de Maingueneau (2005b), que emprega formação discursiva, apesar da ressalva apresentada no prefácio à edição brasileira.

- f) A prática discursiva pode ser considerada como uma *prática intersemiótica*, na medida em que ela integra produções de diferentes domínios semióticos (pictórico, musical, etc.).
- g) O recurso aos sistemas de restrições semânticas não implica, necessariamente, uma dissociação entre uma prática discursiva e outras séries discursivas. Ao contrário, esses sistemas visam a aprofundar o rigor da inscrição histórica de um discurso e permitem estabelecer *esquemas de correspondência* entre campos, à primeira vista, diferentes.

De acordo com Maingueneau, a delimitação dessas hipóteses o inscreve em um movimento dominante, desde a década de 1970, na reflexão sobre a linguagem, que reclama a articulação, no ato verbal, entre enunciado e enunciação, linguagem e contexto, fala e ação, instituição linguística e instituições sociais, apesar de seu projeto operar no nível discursivo. Não discorreremos detalhadamente sobre cada uma dessas hipóteses, mas sobre as questões que, de fato, interferirão na análise de nosso *corpus*.

A hipótese do primado do interdiscurso sobre o discurso, para Maingueneau, reside na perspectiva, bastante difundida entre os linguistas, da heterogeneidade constitutiva da linguagem, que não é passível de ser apreendida por uma abordagem linguística *stricto sensu*, visto que as marcas do Outro⁵ (suas palavras e enunciados) mantêm uma relação inextrincável com o Mesmo do discurso.

Ao tentar definir interdiscurso, unidade de análise pertinente, o autor propõe sua substituição pela tríade: *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*.

Maingueneau entende por universo discursivo o conjunto de posicionamentos de todos os tipos que interagem em uma conjuntura dada. Trata-se de um conjunto finito, apesar de não poder ser apreendido em sua totalidade. O universo discursivo, tomado como sendo de pouca utilidade para o analista, define uma extensão máxima a partir da qual são construídos domínios passíveis de serem estudados, os campos discursivos.

Campo discursivo é compreendido por Maingueneau como um conjunto de posicionamentos concorrentes e que se delimitam reciprocamente por meio de confronto, aliança ou de aparente neutralidade, em uma determinada região do universo discursivo. Trata-se de discursos cuja função social é a mesma, mas que divergem sobre o modo como ela deve ser preenchida. São exemplos de campos discursivos: o campo político, o campo filosófico, o campo literário, etc. De acordo com Maingueneau, os discursos se constituem no

⁵ A noção de Outro, assumida neste trabalho, é a postulada por Maingueneau (2005b) e será explicada mais adiante neste mesmo capítulo.

interior do campo discursivo e sua constituição pode ser descrita em termos de operações regulares sobre posicionamentos já existentes, o que não significa, entretanto, que as relações entre um discurso e todos os outros do mesmo campo sejam homogêneas.

O espaço discursivo é definido como um subconjunto de posicionamentos cuja relação se apresenta como relevante para o analista. O recorte de um espaço discursivo é resultado de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e um saber histórico, que serão, no decorrer da pesquisa, confirmadas ou abandonadas. O espaço discursivo não é dado previamente, mas resulta de uma escolha do analista. Em *Gênese*, por exemplo, Maingueneau delimitou o espaço discursivo de associação entre os discursos humanista devoto e jansenista.

Partindo da pressuposição de que a relação constitutiva entre os discursos de um mesmo campo é pouco marcada na superfície discursiva, Maingueneau afirma que “reconhecer o primado do interdiscurso é incitar a construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro*” (MAINGUENEAU, 2005b, p. 38, grifo do autor). Essa postura assinala o caráter essencialmente dialógico de qualquer enunciado discursivo, ou seja, considera a interação dos discursos como sendo indissociável do funcionamento intradiscursivo. Nesse sentido, o Outro, no espaço discursivo,

não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. É o que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite fechar-se em um todo. É aquela parte do sentido que foi necessário que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade (MAINGUENEAU, 2005b, p. 39).

Maingueneau espera superar a distinção entre heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva, e essa superação, para ele, se dá no reconhecimento da presença do Outro (que não se restringe à figura de um mero interlocutor, conforme bem pontua também Authier-Revuz (2004)), sem que a alteridade esteja necessariamente marcada por meio de citações, alusões, etc. Na perspectiva desse autor, o Outro é melhor compreendido se considerado como o *interdito* de um discurso: a delimitação de uma zona do que pode ser dito a partir de um posicionamento é concomitante à delimitação da zona do que não deve ser dito a partir do mesmo posicionamento, zona esta atribuída ao Outro, ao interdito.

Nessa perspectiva, o Outro, tal como o define Maingueneau, não encontra correspondentes nos procedimentos utilizados pelos analistas do discurso na década de 1960,

tampouco pode ser “confundido” com o Outro psicanalítico. Não se trata de revelar a identidade de um posicionamento por justaposição a outros posicionamentos e nem de apreender o inconsciente apenas quando este se deixa perceber pelas interferências que produz na cadeia de significantes, mas de tomar o Outro como sendo representativo de um conjunto de textos historicamente definidos que interferem no discurso.

Apesar de admitir que há, entre os discursos de um dado espaço discursivo, uma relação dissimétrica (ou seja, cronologicamente, o discurso “segundo” se constitui por meio do discurso “primeiro” e parece lógico pensar que esse discurso primeiro é o Outro do discurso segundo, mas que o inverso é impossível), Maingueneau (2005b, p.41) assume que “o discurso primeiro não permite a constituição de discursos segundos sem ser por eles ameaçado em seus próprios fundamentos”. Sendo assim, é inevitável que o discurso primeiro recuse os seus dois Outros, o anterior e o posterior.

A dissimetria está ligada à gênese dos discursos, mas ela não recobre totalmente as relações entre o discurso primeiro e o discurso segundo; este pode não fazer desaparecer totalmente aquele do qual deriva, e ambos os discursos podem coexistir por tempo indeterminado e manter entre si conflitos mais ou menos abertos, o que leva a uma necessária abstração da dissimetria cronológica. Maingueneau reconhece o duplo estatuto do espaço discursivo: ele pode ser apreendido como um modelo dissimétrico, que permite a descrição da constituição de um discurso, e também como um modelo simétrico de interação conflituosa entre dois discursos, ou mais especificamente, como um processo de dupla tradução.

Com relação à sua concepção de gênese dos discursos, Maingueneau (2005b, p. 44) afirma:

Assumimos, simplesmente, que um discurso segundo é derivável regularmente de um ou de vários outros do mesmo campo; não pretendemos que de um campo se possa derivar apenas um discurso, em virtude de uma lei estável, dialética, ou outra. Não existe nenhuma auto-geração desses sistemas. A semântica discursiva não pode explicar porque foi tal discurso ao invés de tal outro que se constituiu: este é o trabalho do historiador. Em compensação, ela deveria poder dizer a quais restrições está submetida tal constituição, em quais condições o “novo” é possível.

Essa hipótese mantém, de acordo com o próprio autor, uma dupla relação com a descontinuidade, pois, simultaneamente, suscita rupturas (ao instituir, por exemplo, espaços discursivos que se distanciam dos processos contínuos comuns à história tradicional das ideias) e procura pensar em formas de transição (por exemplo, entre os discursos em relação polêmica no interior de um campo), ao tomar o interdiscurso como unidade de análise pertinente e recusar a justaposição de regiões discursivas autônomas. A proposta de uma

semântica do discurso, feita por esse autor, prioriza as relações interdiscursivas no interior de um campo em detrimento das relações entre campos.

O modelo que propõe é denominado como um *sistema de restrições semânticas*, um filtro que fixa os critérios que tornam um texto pertencente a um determinado posicionamento, e que visa a definir operadores de individuação.

O sistema de restrições semânticas ou as filtragens que limitam o que pode ser dito a partir de um discurso dado deve ser concebido como uma *competência discursiva*. Maingueneau reconhece que a recorrência à noção de competência é preterida pelos analistas do discurso que preferem articular estruturas discursivas e história. Entretanto, ele não visa a um modelo totalmente desvinculado da história, nem se restringe à pura descrição daquilo que é efetivamente enunciado, mas opera em torno daquilo que *pode* ser dito, em torno da virtualidade dos enunciados de um discurso, o que permite compreender melhor aquilo que foi efetivamente dito.

Diferentemente do modo como o princípio da competência é interpretado do interior da gramática gerativa – como conhecimento intuitivo dos falantes nativos sobre sua língua e capacidade de produzir e interpretar infinitas sentenças gramaticais inéditas –, Maingueneau postula que há, entre a simplicidade do sistema de restrições semânticas e a possibilidade de dominá-lo, uma relação estreita.

Maingueneau acredita que a noção de competência pode ser erroneamente interpretada como um sistema ligado a um sujeito individual ou a uma consciência coletiva, interpretação que distanciaria a noção daquilo que ela realmente representa, a saber, “um campo anônimo cuja configuração define o lugar possível dos sujeitos falantes”, ou melhor, “uma função vazia que pode ser preenchida por indivíduos até certo ponto indiferentes quando eles acabam por formular o enunciado” (MAINGUENEAU, 2005b, p. 53). A noção de competência discursiva não se dá, para o autor, sob a forma de assujeitamento ou de dominação, que são formas de inscrição em uma atividade discursiva, tampouco pode ser explicada pela relação entre domínio do funcionamento de um discurso pelos enunciadores desse discurso e seu pertencimento a determinado grupo social. A noção de competência discursiva, ou melhor, competência interdiscursiva, tal como é concebida em *Gênese dos discursos*, supõe que um sujeito possa produzir enunciados pertencentes a um ou outro discurso, que ele possa dominar o sistema de regras que os possibilita.

O recorte epistemológico efetuado por Maingueneau, ao formular a noção de competência discursiva, reside nas seguintes considerações de Foucault (2008 apud MAINGUENEAU, 2005b, p. 54):

As regras de formação têm seu lugar não na “mentalidade” ou na consciência dos indivíduos, mas no próprio discurso; elas se impõem, por conseguinte, segundo um tipo de anonimato uniforme, a todos os indivíduos que tentam falar nesse campo discursivo.

Entretanto, Maingueneau ainda pretende que seu construto teórico possa trazer subsídios para pensar sobre a maneira pela qual tais regras podem, de forma precisa, se impor; as restrições são, para o autor, tanto de ordem histórica quanto de ordem sistêmica.

Ao questionar-se sobre o que é, de fato, ser enunciador de um discurso, Maingueneau considera que ser enunciador de um discurso é ser capaz de reconhecer enunciados como bem formados, ou seja, pertencentes ao seu próprio posicionamento, e ser capaz de produzir um número ilimitado de enunciados inéditos também pertencentes a seu posicionamento. A essas considerações de ordem cognitivo-ideológica e que pressupõem certa competência, ou mais especificamente, um conhecimento tácito de natureza ideológica, Maingueneau acrescenta duas outras, objetivando abarcar a dimensão interdiscursiva. Além de produzir e identificar enunciados pertencentes a seu próprio posicionamento, a noção de competência discursiva supõe que o enunciador de um discurso tenha aptidão para reconhecer enunciados semanticamente incompatíveis, isto é, que pertençam ao espaço discursivo constitutivo de seu Outro, e aptidão para interpretar e traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições. Um discurso só pode deixar que o Outro fale a partir de sua própria posição enunciativa, a partir de seu próprio fechamento semântico, ou seja, por meio da produção de simulacros desse Outro, simulacros que são, tão somente, seu avesso:

Com esse conceito de competência discursiva, trata-se somente de dar conta de regularidades discursivas historicamente definidas, e não de descrever uma semelhança entre trajetórias biográficas dos indivíduos que formam o conjunto dos enunciadores efetivos de tal ou tal discurso, mesmo se esses dois aspectos são, com justiça, freqüentemente associados pelos historiadores (MAINGUENEAU, 2005b, p. 58).

Na perspectiva de Maingueneau, a competência é um fato discursivo, o que implica duas considerações a respeito dos sujeitos: a representação que eles fazem de seu pertencimento pode não coincidir com sua situação efetiva; os sujeitos podem acreditar na homogeneidade de suas produções, apesar de a análise semântica revelar que, em diferentes fases, eles enunciaram a partir de competências discursivas diferentes.

Essa segunda consideração leva o autor a postular que “*a competência discursiva, longe de excluir a heterogeneidade, lhe confere um lugar privilegiado*” (MAINGUENEAU, 2005b, p. 60, grifo do autor), porque ela é um sistema interdiscursivo em que a presença do

Outro é constantemente suposta e também porque ela torna possível a atribuição de um estatuto à heterogeneidade, seja entre os enunciadores pertencentes ao mesmo posicionamento, entre os textos do mesmo enunciador ou entre partes de um mesmo texto. Para Maingueneau, dispor de um sistema de restrições permite delimitar a heterogeneidade em um campo onde o mesmo e o outro pareciam indiscerníveis. Ele também assevera que, entre conjuntos de textos pertencentes ao mesmo posicionamento, há variações ligadas, sobretudo, a posições extremistas nas produções de um mesmo discurso. Assim sendo, nem sempre uma revisão do modelo de restrições faz-se necessária, pois é apenas a partir de um modelo que apresente uma coerência semântica máxima, que se podem atribuir, a um conteúdo, noções como moderação e extremismo.

Maingueneau afirma que não há posicionamentos homogêneos. A tentativa de imobilizar estruturas com etiquetas aparentemente estáveis como, por exemplo, a de “partido comunista”, não garante a consistência de seu discurso por várias décadas. Nesse sentido, o autor diz ser necessário rejeitar pesquisas desse tipo e formula a necessidade de distinguir níveis de estabilidade semântica e de privilegiar ou a mudança contínua ou a permanência, interpretar a posição ideológica de um discurso em determinada conjuntura ou interessar-se pelo modo de coesão do discurso.

O autor propõe pensar a complexidade discursiva por meio de um sistema simples. Nesse sentido, “*a formação discursiva não seria um conglomerado mais ou menos consistente de elementos diversos que se soldariam pouco a pouco, mas sim a exploração sistemática das possibilidades de um núcleo semântico*” (MAINGUENEAU, 2005b, p. 64, grifo do autor).

Seu procedimento coloca dificuldades em torno da delimitação do *corpus*: como determinar os enunciados que pertencem a um determinado discurso? São pertencentes a um determinado discurso apenas os enunciados que estejam em conformidade com o modelo estabelecido e todos os demais devem ser excluídos?

De acordo com Maingueneau, o analista, ao constituir seu *corpus* de análise, deve considerar a história das ideias, alguns critérios externos e sua intuição pessoal na seleção dos textos que lhe pareçam pertencentes a determinado discurso. Metodologicamente, deve-se partir de um *corpus* dado; o sistema de restrições deve abarcar o pertencimento discursivo muito frequentemente atribuído à maioria dos textos concernentes, com base em critérios internos e externos, mas é legítimo que esse pertencimento seja retificado a partir da semântica que pode impor grades diferentes das tradicionalmente impostas.

A hipótese de uma competência discursiva implica, qualquer que seja o domínio semântico, a disposição de um sistema simples, mas fortemente estruturado por parte do enunciador, de forma que todos os pontos e todos os planos do discurso estejam organizados com base em um *primitivo* semântico. Maingueneau assegura que há sempre um caminho que permite, ao analista, recuperar esse primitivo.

Os sistemas são, para o autor, esquemas de tratamento do sentido. O enunciador não se encontra diante de sequências que deveria imitar, mas diante de regras que lhe permitem filtrar o que é pertinente e produzir enunciados em conformidade com o posicionamento. Sendo assim, Maingueneau assume que o discurso é regulado por uma semântica global e, portanto, todos os planos da discursividade – desde os processos gramaticais até o modo de enunciação e de organização da comunidade discursiva – estão submetidos ao mesmo sistema de restrições, concebido como um filtro que fixa os critérios de enunciabilidade de um discurso.

A partir da noção de semântica global, o autor considera que o discurso é apreendido na integração de todos os seus planos, ou seja, não se pode tomar *um* plano como sendo o plano privilegiado para a verificação das especificidades de um discurso. Essa perspectiva abarca algumas dimensões discursivas que, tal como aponta Maingueneau, podem ser isoladas ou repartidas diferentemente. Trataremos de cada uma delas como forma de, minimamente, mostrar que o autor efetivamente assume que o sistema de restrições opera sobre todo o funcionamento discursivo, além de, obviamente, apresentar o que fundamenta parte de nossa pesquisa e, de antemão, nos reservarmos o direito de adotá-las ou não, ampliá-las ou redefini-las, de forma a atender as especificidades de nosso *corpus* de análise.

Maingueneau distingue *intertexto* de *intertextualidade*. O primeiro conceito refere-se ao conjunto de fragmentos efetivamente citados por um discurso; o segundo remete às relações intertextuais legitimadas pela competência discursiva, isto é, ao modo como os discursos de um campo citam discursos anteriores pertencentes ao mesmo campo e a outros. O sistema de restrições interfere nos níveis de intertextualidade interna (relação mantida por um discurso com discursos do mesmo campo) e externa (relação de um discurso com discursos de outros campos).⁶

⁶ No *corpus* analisado por Maingueneau (2005b), apesar de os discursos jansenista e humanista devoto admitirem, enquanto discursos religiosos, a autoridade da Tradição, eles não a concebem do mesmo modo: em função do princípio de “Concentração” sobre um Ponto-de-Origem, o discurso jansenista prioriza os textos temporalmente mais próximos de Cristo; diferentemente, no discurso humanista devoto, essa preferência é ignorada em função do princípio da “Ordem”. Os dois discursos também divergem quanto à construção de seus passados textuais: se os jansenistas citam como autoridades a Tertuliano e Santo Agostinho é porque leem nesses autores enunciados semanticamente vizinhos, autorizados por sua formação discursiva.

O *vocabulário*, outra dimensão do discurso, não é tomado como um conjunto de lexemas próprio de um discurso. Devido ao fato de que, muito frequentemente, as mesmas unidades lexicais são alvo de explorações semânticas contraditórias por diferentes discursos, a palavra por si só não se apresenta como unidade de análise pertinente. No entanto, as unidades lexicais adquirem o estatuto de signos de pertencimento, ou seja, a escolha pelos enunciadores de um termo entre tantos outros equivalentes serve para marcar seu posicionamento no campo discursivo. Para Maingueneau (2005b, p. 85), “a restrição do universo lexical é inseparável da constituição de um território de convivência”.

Com relação aos *temas*, definidos vagamente como “aquilo de que um discurso trata”, o autor não opta por um tratamento hierárquico deles, mas assume que o conjunto temático é um desdobramento do sistema de restrição global do discurso. Em relação a isso, ele se limita a afirmar que os temas mais importantes são aqueles que incidem diretamente sobre as articulações do modelo semântico pesquisado. O tema, assim como o vocabulário, interessa menos do que seu tratamento semântico, menos do que o sentido que cada um (tema e vocabulário) assume no interior do campo. Nos termos mesmo de Pêcheux (1975 apud MAINGUENEAU, 2005b, p. 86):

Uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm um sentido que lhes seria próprio, como se estivesse preso a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva.

Para Maingueneau, não basta decompor um discurso em um conjunto de temas – prática predominante no domínio da história das ideias –, haja vista que nenhum tema é realmente original; os temas se encontram em diferentes discursos e mesmo em discursos adversários. Os sistemas de restrições semânticas desses discursos devem, necessariamente, construir temas de maneiras divergentes, e essa divergência pode ser apenas relativa, por estarem imersos em um mesmo campo e sujeitos às suas coerções.

Maingueneau não admite a disjunção total entre conjuntos temáticos de discursos de um mesmo campo. De acordo com o autor, admiti-la contrariaria o fato de que os discursos puderam coexistir no mesmo campo e tiveram que abordar temas impostos, no caso dos discursos que compõem seu *corpus*, tanto pelo dogma católico quanto pelo gênero devoto. A identidade total tampouco é possível. O tratamento semântico dos temas nunca é o mesmo, e isso faz com que haja temas abundantemente abordados em um discurso e pouco desenvolvidos por outro:

Por definição, os temas que não são impostos pelo campo discursivo podem estar ausentes de um discurso, mas aqueles que são impostos podem estar presentes de maneiras muito variadas: um tema imposto que é dificilmente compatível com o sistema de restrições globais será integrado, mas marginalmente, enquanto que um tema imposto fortemente ligado a esse sistema será hipertrofiado (MAINGUENEAU, 2005b, p. 87).

A situação não é tão simples. A marginalização de um tema, por exemplo, pode se dar, conforme a citação, por se tratar de um tema imposto pouco compatível com o sistema de restrições de um posicionamento, mas, também, por se tratar de um tema que, embora estivesse completamente em conformidade com o sistema de restrições, tendesse a se afastar do dogma e, por isso, ser somente esboçado pelos enunciadores do discurso.

Fora do espaço discursivo devoto, no caso de discursos de outros tipos, Maingueneau afirma que a noção de tema imposto se mantém, mas a estabilidade desse conjunto lhe parece menor. A consideração da intrincada relação entre discursos de um mesmo campo e o tratamento semântico diferenciado dos temas impostos por cada um deles leva o autor a postular que “é por sua formação discursiva e não por seus temas que se define a especificidade de um discurso” (MAINGUENEAU, 2005b, p. 88).

O *estatuto do enunciador e do destinatário*, de acordo com essa perspectiva de discurso regido por uma semântica global, depende igualmente da competência discursiva e é definido por cada discurso como uma forma de legitimar seu dizer. Para exemplificar, Maingueneau aponta as diferenças entre o enunciador do discurso humanista devoto (este se apresenta como integrado a uma “Ordem”, geralmente é membro de uma comunidade religiosa reconhecida, bispo, etc. e dirige-se a destinatários também inscritos em “Ordens” socialmente bem caracterizadas como, por exemplo, pais de família, magistrados, donas de casa, etc.) e o enunciador do discurso jansenista (que, ao contrário do enunciador do discurso humanista devoto, é anônimo ou usa pseudônimo e não se atribui a si próprio nenhuma inscrição social).

A *dêixis enunciativa*, plano discursivo também considerado por Maingueneau, é instaurada em cada ato de enunciação e refere-se à representação espaço-temporal que cada discurso constrói em função de seu universo discursivo. Não se trata de datas ou locais em que os enunciados foram efetivamente produzidos, mesmo que haja correspondência entre o estatuto textual dos enunciadores e a realidade biográfica dos autores. Essa dêixis, “em sua dupla modalidade espacial e temporal, define de fato uma instância de enunciação legítima e delimita a *cena* e a *cronologia* que o discurso constrói para autorizar sua enunciação” (MAINGUENEAU, 2005b, p. 93, grifo do autor).

Soma-se aos planos da dêixis enunciativa e do estatuto de enunciador e de destinatário, o *modo de enunciação*, isto é, uma maneira de dizer específica e que está igualmente submetida à semântica global de um discurso. O modo de enunciação compreende tanto o gênero discursivo (aspecto tipológico, formal do modo de enunciação), quanto o tom, conceito que não se restringe ao que depreendemos de enunciados estritamente orais, mas que supõe uma “voz” própria a cada discurso e que confere, ao enunciador, um caráter e uma corporalidade. Nessa perspectiva, o destinatário não é um simples “consumidor de idéias”, ele concorda com uma “maneira de ser” por meio de uma “maneira de dizer”. De acordo com Maingueneau, o modo de enunciação não é um procedimento escolhido pelo enunciador de um discurso em conformidade com o que ele “quer dizer”, esse procedimento obedece às mesmas restrições semânticas que regem o próprio conteúdo de um discurso.

O último plano considerado por Maingueneau é o da *interdiscursividade*, aquilo que se relaciona ao modo de coesão próprio de cada posicionamento e que diz respeito, mais especificamente, à forma como um discurso constrói sua rede de remissões internas. O autor alude a dois planos recobertos pelo domínio da interdiscursividade: o recorte discursivo e o encadeamento.

O recorte discursivo se dá atravessando as divisões em gêneros previamente constituídos. No *corpus* analisado por Maingueneau, o discurso jansenista privilegia o fragmento (máximas, ensaios, cartas, coleta de citações, reflexões) em detrimento das sumas. Diferentemente, o discurso humanista devoto seleciona tomos inteiros de teologia e grandes livros de devoção.

O encadeamento, também resultante do modo de coesão, é, para Maingueneau, um domínio pouco explorado, mas de grande importância. Relaciona-se ao modo como cada formação discursiva constrói seus parágrafos, seus capítulos, argumentos e passagens de um tema a outro. Apesar de se tratar de unidades pequenas, também elas se submetem às restrições da semântica global.

A noção de semântica global de Maingueneau rejeita a concepção de discurso como “sistema de idéias” (suas restrições tampouco se restringem à análise de ideias) e promove uma ampliação do que pode ser considerado discurso. Nas palavras do autor, o sistema de restrições, que estrutura a semântica de um discurso, “define tanto uma relação com o corpo, com o outro... quanto com idéias, é o direito e o avesso do discurso, toda uma relação imaginária com o mundo” (MAINGUENEAU, 2005b, p. 101).

De acordo com Maingueneau, o espaço discursivo, tomado como rede de interação semântica, define um processo de *interincompreensão*, aquilo que por si só possibilita a

emergência de diversos posicionamentos enunciativos no interior de um campo discursivo. Cada discurso é delimitado por uma grade semântica que regula, além daquilo que é enunciado em conformidade com o próprio posicionamento, a “incompreensão” do sentido dos enunciados do Outro. As duas facetas desse fenômeno são descritas da seguinte maneira:

Cada discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartidos em dois registros: de um lado, os semas “positivos”, reivindicados; de outro, os semas “negativos”, rejeitados. A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema (MAINGUENEAU, 2005b, p. 103).

Na perspectiva adotada por Maingueneau, os enunciados do Outro apenas são “compreendidos” no interior do fechamento semântico daquele que os interpreta; esta é uma forma de um discurso constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo: lidando com o Outro não como tal, mas com o simulacro que dele constrói.

O autor denomina *discurso-agente* o responsável pela tradução e *discurso-paciente* aquele que, desse modo, é traduzido. A tradução, que deve ser pensada como um processo no qual cada discurso entende os enunciados do Outro na sua própria língua, embora ambos falem o mesmo idioma, se dá, sobretudo, em proveito do discurso-agente.

A interincompreensão de que trata Maingueneau não decorre de mal-entendidos estritamente linguísticos. Ela é “um mecanismo necessário e regular, ligado à constituição das formações discursivas que remetem, para além delas mesmas, a descontinuidades sócio-históricas irreduzíveis” (MAINGUENEAU, 2005b, p. 105). Cada posicionamento interpreta seu Outro de maneira bastante particular, e o fato de a relação com esse Outro ser constitutiva corrobora a hipótese de que, entre discursos aparentemente antagonistas, não existe relação polêmica em si, a polêmica é apenas uma forma do funcionamento interdiscursivo. O autor postula que “a relação com o Outro é função da relação consigo mesmo” (MAINGUENEAU, 2005b, p. 108), ou seja, a manutenção da própria identidade e a definição daquilo que o Outro pode assumir são a mesma coisa. Em outras palavras, a polêmica é necessária porque a identidade de um discurso correria o risco de desfazer-se sem essa relação com o Outro, sem essa falta que possibilita sua completude.

Em *Gênese*, a noção de polêmica não deve ser entendida em seu sentido habitual de controvérsia violenta. Contrariando a tese geral, na polêmica, há mais convergência do que divergência, visto que o desacordo supõe um acordo sobre as leis do campo discursivo compartilhado. A polêmica assenta-se na convicção de que há um código compartilhado pelos discursos antagônicos que lhes permitiria decidir entre o que seria justo e injusto. Trata-se de

algo neutro, da instância que não é nem o Mesmo nem o Outro, uma utopia interessada no conflito e exterior a ele, um *corpus* canônico; nas palavras de Maingueneau (2005b, p. 115), trata-se de uma “ficção que sustenta a polêmica sem poder pôr-lhe um termo”.

No *corpus* analisado por esse autor, os discursos devotos invocam como *corpus* canônico, a autoridade da Escritura, da Tradição sem inteirar-se de que essas fontes apenas são citáveis a partir das restrições do posicionamento. Nesse sentido, o que se verifica é certa triagem, seleção dos fragmentos que vão no sentido daquilo que escreve o enunciador de um discurso e recusa daqueles que se assemelham mais aos sentidos de seu Outro. A essa filtragem soma-se o *comentário*, procedimento que permite a um discurso tornar os fragmentos citados do *corpus* canônico compatíveis com seu sistema e que procura anular aquilo que, no texto, pode parecer revelar as categorias do Outro. Qualquer enunciado produzido, por menor que seja, remete ao código partilhado que o possibilita.

No interior de um quadro teórico em que a polêmica e a interdiscursividade são constitutivas de um discurso,

o Mesmo não polemiza a não ser com aquilo que se separou à força para constituir-se, e cuja exclusão reitera, explicitamente ou não, através de cada um de seus enunciados. O Outro representa esse duplo cuja existência afeta radicalmente o narcisismo do discurso, ao mesmo tempo em que lhe permite aceder à existência (MAINGUENEAU, 2005b, p. 123).

No desenvolvimento das hipóteses em torno do primado do interdiscurso, da competência discursiva, da semântica global e da polêmica como interincompreensão, Maingueneau considera, mesmo que de forma pouco explícita, que os discursos se constituem em um espaço institucional aparentemente “neutro” e “estável”, uma espécie de mediador transparente que não interviria na discursividade e seria invariante na passagem de um discurso a outro. Essa passagem estaria, diferentemente, ligada à mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que gerem esses discursos, à imbricada relação entre discurso e instituição.

O projeto de Maingueneau supõe que discurso e instituição estão articulados por meio de um sistema de restrições semânticas comum e a ele interessa menos a instituição do que a articulação. De acordo com o autor, a mudança de um discurso dominante a outro em um campo é acompanhada de uma mudança análoga dos espaços institucionais, ou seja, as instituições parecem estar também submetidas ao mesmo processo de estruturação do discurso. Há entre o funcionamento institucional e o discurso um laço semântico.

O autor considera, ainda, que esse laço semântico é também estruturante de aspectos práticos e concretos de todas as práticas institucionais. Ao analisar obras escolares da III República, Maingueneau verificou que, além do conteúdo histórico ensinado, toda a organização concreta da vida escolar (arquitetura das escolas, a natureza e a disposição do mobiliário nas salas de aula, os exercícios realizados, os horários, a língua utilizada, o modo como se dava a relação entre professor e aluno) obedecia ao mesmo sistema de restrições semânticas.

Suas reflexões acerca do laço semântico entre discurso e instituição o conduziram a postular que esta não pode ser tomada como “suporte” para aquele. Contrariando essa concepção tão redutora, o autor postula que as enunciações e a instituição são partes da mesma dinâmica. Para ele, “a organização dos homens aparece como um discurso em ato, enquanto que o discurso se desenvolve sobre as próprias categorias que estruturam essa organização” (MAINGUENEAU, 2005b, p. 134).

O fato de que a organização dos homens aparece como discurso em ato é evidenciado, por Maingueneau, a partir da intertextualidade, que é capaz de esboçar implicitamente as regras de coexistência dos textos em um determinado discurso, uma biblioteca legítima de textos pertencentes a esse discurso.

A biblioteca, ou melhor, o *thesaurus* dos enunciados válidos, também delimita os enunciadorees capazes de enunciar a partir de um determinado posicionamento e coloca em cena a questão da competência discursiva, categoria que valida um enunciador como o enunciador de um discurso. Não se trata, em medida alguma, de um problema de aprendizagem (aos candidatos à enunciação não são implicitamente indicados os textos que deveriam adquirir para produzirem enunciados), é, sobretudo, um processo de “interpelação” pelo discurso, um processo de interdependência entre a vocação enunciativa e a semântica discursiva. Nessa perspectiva, a passagem de um discurso a outro pode ser percebida na enunciação de um discurso e nas condições de emprego dos textos de um discurso.

Em relação à enunciação propriamente dita, o autor pressupõe a existência de *ritos genéticos*, ou seja, de um conjunto de atos realizados por um sujeito em vias de produzir um enunciado e que não se limita a uma espécie de pré-texto (rascunhos, documentos escritos), mas inclui também comportamentos (viagens, para citar apenas um exemplo) que não estão relacionados à escrita. Em grandes linhas, o que é produzido por um sujeito do discurso estará condicionado, quer ele queira ou não, pelo estatuto de uma comunidade discursiva à qual ele se liga. Maingueneau (2005b, p. 139) afirma que “a vocação enunciativa supõe uma harmonização mais ou menos estrita entre as práticas individuais do autor e as representações

coletivas nas quais ele se reconhece e que comunidades mais ou menos amplas verão, por sua vez, encarnadas nele”.

Na literatura, por exemplo, mesmo que o escritor tenha um modo muito particular de produzir seus textos, ele não se desvincula totalmente daquilo que é condicionado pelo estatuto do discurso literário de sua época, por uma dada sociedade ou por uma escola à qual, declaradamente ou não, ele se filia.

Além da realidade de produção (ritos genéticos), a enunciação possui outra realidade que está relacionada ao seu consumo e é denominada *condições de emprego*; ambas as realidades (a maneira pela qual o texto⁷ é produzido e pela qual é consumido) não são independentes. Os modos muito variados de difusão dos textos também denunciam uma relação entre a sua exterioridade e seu próprio conteúdo. O modo como um texto é difundido, assim como as características do público-alvo, é indissociável do estatuto semântico atribuído pelo discurso a si mesmo e estabelece o que se fará dele, como será lido, manipulado. A problemática do gênero, do mesmo modo, também define as condições de utilização dos textos pertencentes a ele. Assim, o próprio discurso determina como será consumido por meio de seu universo semântico:

Esse projeto supõe que resistimos também à propensão de pensar a discursividade sob a forma de sucessão: não há, antes, uma instituição, depois uma massa documental, enunciadores, ritos genéticos, uma enunciação, uma difusão e, enfim, um consumo, mas uma mesma rede que rege semanticamente essas diversas instâncias (MAINGUENEAU, 2005b, p. 142).

Ao supor, pois, a existência de um sistema de restrições semânticas, Maingueneau ressignifica a noção de discurso, que passa a ser tomada como prática discursiva e faz emergir uma sobreposição semântica entre elementos textuais e não textuais, ampliando os limites do fechamento discursivo.

O recorte da prática discursiva como objeto de análise implica considerá-la como estando relacionada a um funcionamento institucional, tomá-la como resultado da imbricação de evidências materiais e de evidências do conteúdo do discurso, análoga ao funcionamento da instituição.

A reflexão em torno do limite do fechamento discursivo leva Maingueneau (2005b, p. 146, grifo do autor) a postular a seguinte proposição: “*O pertencimento a uma mesma prática discursiva de objetos de domínios intersemióticos diferentes exprime-se em termos de*

⁷ A palavra texto é tomada por empréstimo de Maingueneau (2005b) e designa todo tipo de produção semiótica pertencente a uma prática discursiva.

conformidade a um mesmo sistema de restrições semânticas”. É nessa perspectiva que os diversos tipos de produções semióticas que pertencem a uma prática discursiva são (por Maingueneau e serão por nós) denominados “textos”; mas o termo “enunciado” está/estará restrito aos textos em sentido estrito, ou seja, às produções linguísticas propriamente ditas.

O princípio de competência discursiva subjaz à ocorrência de diversas práticas semióticas no interior de uma identidade discursiva forte. Nesse sentido, tanto o enunciado quanto o quadro e o trecho de música estão submetidos a um mesmo número de condições que os legitimam. De acordo com Maingueneau (2005b, p. 149), em uma tela, por exemplo, “o formato, o tema, a escolha das cores etc... serão afetados, não a título de parâmetros acessórios, mas porque isso se inscreve nas próprias condições de funcionamento da prática discursiva”. E ainda afirma:

Para nós, a possibilidade de integrar textos não lingüísticos a uma prática discursiva, que até aqui era definida apenas com base em seus enunciados, supõe que se possa proceder à leitura mais abrangente possível desses textos através do sistema de restrições semânticas (MAINGUENEAU, 2005b, p. 151).

Desse modo, a proposta de leitura postulada por Maingueneau reside em definir em virtude de quais propriedades um edifício, uma sinfonia, um quadro, etc. podem ser considerados como pertencentes a determinada prática discursiva.

Com essas breves considerações, acreditamos ter esclarecido que a validade do sistema de restrições semânticas próprias de um discurso não se restringe ao limite textual. Do mesmo modo, o universo discursivo também não se limita aos objetos estritamente lingüísticos:

Limitar o universo discursivo unicamente aos objetos lingüísticos constitui sem dúvida alguma um meio de precaver-se contra os riscos inerentes a qualquer tentativa “intersemiótica”, mas apresenta o inconveniente de nos deixar muito aquém daquilo que todo mundo sempre soube, a saber, que os diversos suportes intersemióticos não são independentes uns dos outros, estando submetidos às mesmas escansões históricas, às mesmas restrições temáticas etc... (MAINGUENEAU, 2005b, p. 145).

As observações que aqui fizemos convergem para a definição de um objeto de análise organizado com base em um sistema de regras, sempre definido em relação à história, que determina a especificidade da enunciação. É nesse sentido que analisar o discurso é supor a existência de um sistema de restrições semânticas globais. Em nosso trabalho, valer-nos-emos dessa teoria, como afirmamos no início deste capítulo, devido à sua produtividade, mais especificamente, devido ao fato de que, a partir da noção de semântica discursiva centrada em

semas, teremos condições de descrever/analisar, eficientemente, as regularidades semânticas do vasto conjunto de textos em torno da língua portuguesa com os quais trabalharemos aqui.

3.3 Encaminhamentos

Embora os pressupostos teórico-metodológicos reunidos em *Gênese dos discursos* servirão de suportes para o procedimento de análise do *corpus* selecionado para esta pesquisa, o desenvolvimento de nosso trabalho não é da mesma ordem que o trabalho desenvolvido por Maingueneau (2005b) a respeito dos discursos devotos franceses do século XVII, por três motivos.

Em primeiro lugar, porque, para descrevermos o funcionamento de uma formação discursiva sobre a língua portuguesa no Brasil, cuja existência estamos assumindo, pautar-nos-emos na tarefa de estabelecer a semântica por trás do *corpus* que organizamos, dedicando-nos à definição de seus semas positivos.

Em segundo lugar, porque o próprio recorte da noção de formação discursiva, tal como é recategorizada por Maingueneau (2006b), sugere um nível de análise que parece estar localizado acima da relação interdiscursiva entre posicionamentos de um mesmo campo; em conformidade com o que afirmamos no capítulo anterior, essa noção remete a um foco único que torna convergentes textos de variados gêneros, produzidos a partir de diferentes posicionamentos e que emergem nos mais diversos campos discursivos. Dessa perspectiva, neste trabalho, a noção de formação discursiva não se confunde com posicionamento, nem com identidade discursiva, mas deve ser interpretada como uma unidade de análise não tópica, ou seja, como uma unidade de análise cujas fronteiras não são dadas *a priori*, e que reúne enunciados profundamente inscritos na história.

Sendo assim, não nos ocuparemos de discursos sobre a língua portuguesa em relação polêmica, tampouco trataremos de conjuntos de discursos que se constituíram no interior de um campo discursivo, mas procuraremos, por meio do levantamento de semas positivos e de um esquema de tratamento do sentido, descrever o funcionamento daquilo que, de forma onipresente e inconsciente, regula a fala dos mais diversos locutores sobre a língua portuguesa no Brasil.

Uma terceira diferença está relacionada à nossa abordagem do *corpus*, que também tomará o interdiscurso como unidade de análise pertinente, apesar de não recortarmos um espaço discursivo específico como propõe Maingueneau (2005b) ao procurar modelizar a apreensão do discurso por meio do interdiscurso. Em certa medida, optamos por uma

concepção de interdiscurso mais ampla, mas não menos importante, que o considera como o “sempre lá”, como um aspecto constitutivo da relação indissolúvel entre o Mesmo do discurso e o Outro.

Para analisar os espaços de exposição permanente do Museu da Língua Portuguesa e a mostra temporária *Menas: o certo do errado, o errado do certo*, partindo da hipótese de que se trata de uma prática discursiva a mais dentre todas as práticas que constituem uma formação discursiva sobre a língua portuguesa no Brasil, procuraremos dar visibilidade ao laço semântico entre o discurso sobre a língua portuguesa e a instituição museológica, o que pode ser visto como um ponto de convergência entre o trabalho desenvolvido por Maingueneau e o trabalho que nos propomos a realizar. Para tanto, analisaremos em que medida os semas positivos dessa formação discursiva se repetem, se distribuem, se repartem ou se substituem no interior do museu. A consideração do museu como *uma* prática discursiva não deve ser compreendida, aqui, como uma remissão à suposta homogeneidade do que se diz sobre a língua portuguesa no interior da instituição museológica, mas como algo que congrega um conjunto de práticas intersemióticas e que, aparentemente, é caudatário do discurso dominante sobre a língua portuguesa em nosso país, está presente nos mais diferentes campos discursivos, por meio dos mais diferentes gêneros e a partir dos mais diferentes posicionamentos ao longo de, pelo menos, cinco séculos. Ou seja, é caudatário da formação discursiva sobre a língua portuguesa.

Nessa etapa de nosso trabalho, a noção de *ethos discursivo* vem somar-se ao arcabouço teórico-metodológico como um dos planos sujeito às mesmas restrições semânticas que regem o conteúdo do discurso, mas, também, como efeito de certa configuração que se pode estabelecer entre os semas mobilizados na prática discursiva sobre a língua portuguesa que emerge no Museu da Língua Portuguesa.

A noção de *ethos* foi concebida por Aristóteles no interior da disciplina Retórica e, *grosso modo*, designa a construção de uma imagem de si destinada a garantir que o empreendimento oratório seja eficiente. Em outras palavras, o *ethos* retórico consistia na reunião, durante a enunciação discursiva, de tudo o que fosse capaz de causar uma boa impressão do orador e de convencer o auditório, ganhar sua confiança.

Amossy (2005) considera que a inclusão dessa noção às ciências da linguagem ocorreu em 1984, por meio da teoria polifônica da enunciação de Oswald Ducrot, para quem, o *ethos* está ligado à instância discursiva do locutor que se vê investido de certos caracteres que podem tornar a enunciação aceitável ou não. Para Amossy, não é por acaso que a noção de

ethos é integrada a uma concepção de enunciação pragmático-semântica, visto que se trata de uma teoria em que a fala é enfatizada como ação que objetiva influenciar o parceiro.

Ainda de acordo com Amossy, na AD, a elaboração da noção de *ethos* como construção de uma imagem de si no discurso é realizada por Maingueneau (2005a, 2005b, 2006a e 2008), que define *ethos* como sendo a personalidade do enunciador revelada por meio da enunciação, que não se restringe a enunciados orais, mas é válida para qualquer texto, mesmo para o escrito. Para esse autor, trata-se de um *tom* que dá autoridade ao que é dito e que permite ao leitor construir uma representação do caráter (conjunto de traços psicológicos) e da corporalidade (compleição corporal, maneira de se vestir e de se movimentar no espaço social) do enunciador.

Na perspectiva de Maingueneau (2006a), o fato de o *ethos* estar ligado ao ato enunciativo impõe algumas dificuldades para que se faça dele uma caracterização precisa.

Uma das dificuldades está relacionada ao fato de que, para Maingueneau, talvez, fosse necessário distinguir *ethos discursivo* e *ethos pré-discursivo*. No entanto, diante da existência de tipos de discursos e de circunstâncias em que seja provável que o destinatário não disponha de uma representação prévia do *ethos* do locutor, como na leitura de um romance, e, diante da existência de contextos em que os locutores são previamente associados a um tipo de *ethos*, como nos domínios político e midiático, o autor coloca em dúvida a necessidade dessa distinção, argumentando que “parece mais razoável pensar que a distinção pré-discursivo/discursivo deve levar em conta a diversidade dos gêneros de discurso, que ela não é pertinente de forma absoluta” (MAINGUENEAU, 2006a, p. 57).

Outra dificuldade para a elaboração do *ethos* recai sobre o fato de que o destinatário se apoia sobre índices que vão desde a escolha do registro da língua e das palavras, até o planejamento textual, o ritmo e a modulação da voz do locutor. Para Maingueneau (2006a, p. 57), “o *ethos* se elabora, assim, por meio de uma percepção complexa que mobiliza a afetividade do intérprete, que tira suas informações do material lingüístico e do ambiente”. A elaboração do *ethos* acarreta, portanto, uma decisão teórica no sentido de relacionar a ele apenas o material verbal ou de integrar a ele elementos não verbais, tais como a maneira como o locutor se veste e se movimenta no espaço social.

Uma dificuldade que Maingueneau aponta, ainda, refere-se a uma zona de variação que sempre esteve atrelada à concepção de *ethos* nos mais diferentes campos em que foi mobilizada. Diante da inexistência de um valor unívoco para essa noção, o autor afirma que “não é de forma alguma possível estabilizar definitivamente uma noção desse tipo, que é mais

adequado apreendê-la como o núcleo gerador de uma multiplicidade de desenvolvimentos possíveis” (MAINGUENEAU, 2006a, p. 60).

Maingueneau, limitando-se ao tratamento que Aristóteles concedeu à noção de *ethos* na Retórica, concorda com algumas de suas ideias, a saber: o *ethos* é uma noção *discursiva*, ou seja, se constitui por meio dos discursos, o que não se confunde com uma “imagem” do locutor exterior ao ato de enunciação; o *ethos* é um processo *interativo* de influência sobre o outro; e é uma noção *híbrida* (sócio-discursiva) tendo em vista que integra comportamentos socialmente avaliados a determinadas conjunturas sócio-históricas. Sua proposta para essa noção, embora trate de uma problemática diferente, inscrita no quadro da AD, não pode ser considerada totalmente avessa à concepção aristotélica.

Para Maingueneau, por meio do discurso, emerge uma instância subjetiva que desempenha o papel de *fiador* do que é dito e que deve ser concebida como uma “voz” associada a um “corpo enunciante” historicamente especificado. Distanciando-se da relação estabelecida pela Retórica entre *ethos* e oralidade, esse autor propõe que

qualquer texto escrito, mesmo se ele o nega, tem uma “*vocalidade*” específica que permite relacioná-la a uma caracterização do corpo do enunciador (e não, bem entendido, ao corpo do locutor extradiscursivo), a um “*fiador*” que, por meio de seu “*tom*”, atesta o que é dito (o termo “*tom*” tem a vantagem de valer tanto para o escrito quanto para o oral) (MAINGUENEAU, 2006a, p. 61, grifo do autor).

Nas palavras do próprio autor, trata-se de uma concepção mais “encarnada” de *ethos*, visto que visa a recobrir a dimensão verbal e o conjunto das representações coletivas das características físicas e psíquicas associadas ao fiador, o que contribui para que se atribua a ele um “caráter” (um conjunto de traços psicológicos) e uma “corporalidade” (compleição física, modo de se vestir e de se movimentar). Na perspectiva de Maingueneau (2008, p. 99), “o caráter e a corporalidade do fiador provêm de um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, sobre as quais se apóia a enunciação que, por sua vez, pode confirmá-las ou modificá-las”. Sua noção de *ethos* apreende uma *maneira de dizer* que, por sua vez, remete a uma *maneira de ser*.

À apropriação do *ethos* do locutor pelo destinatário, Maingueneau propõe designar *incorporação*, uma atividade que, para além da simples identificação do *ethos*, envolve um “*mundo ético*” (estereótipo cultural que subsume um conjunto de situações estereotípicas ligadas a comportamentos) do qual o fiador é parte prenante e ao qual ele dá acesso. De acordo com o autor, a incorporação se apresenta ao leitor ou ouvinte na posição de intérprete a partir de três registros: a enunciação da obra leva o destinatário a atribuir um *ethos* a seu

fiador, ou seja, lhe dá corpo; o destinatário incorpora, desse modo, um conjunto de esquemas referentes a uma maneira específica de se relacionar com o mundo; essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um *corpo*, o da comunidade imaginária dos que aderem ao mesmo discurso.

Nas palavras de Maingueneau (2005a, p. 73), o texto

não é para ser contemplado, ele é enunciação voltada para um co-enunciador que é necessário mobilizar para fazê-lo aderir “fisicamente” a um certo universo de sentido. O poder de persuasão de um discurso decorre em boa medida do fato de que leva o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados. A qualidade do *ethos* remete, com efeito, à figura desse “fiador” que, mediante sua fala, se dá uma identidade compatível com o mundo que se supõe que ele faz surgir em seu enunciado. Paradoxo constitutivo: é por seu próprio enunciado que o fiador deve legitimar sua maneira de dizer.

Assumimos com Maingueneau que alguma coisa da ordem do *ethos* é liberada sempre que há enunciação. Por meio dos mais diversos textos orais e escritos, o locutor ativa no intérprete a construção de uma representação de si mesmo e procura, de certa forma, controlar a interpretação dos signos que produz. Esse dado permite múltiplas formas de exploração da noção de *ethos*, apoiadas, por exemplo, no tipo e no gênero de discurso que são recortados para análise, mas também no quadro teórico ao qual a pesquisa está ligada.

De nossa parte, a noção de *ethos discursivo* será mobilizada, especificamente, nas análises dos espaços expositivos do Museu da Língua Portuguesa, não como um processo que permite refletir sobre a adesão dos sujeitos a determinado posicionamento, visto que nossa questão não incide, conforme afirmamos anteriormente, sobre o funcionamento de um posicionamento no interior de um campo discursivo, mas como um importante índice da relação inextricável entre o discurso e a instituição e que, em certa medida, resulta da forma de integração dos semas que perpassam o que se diz sobre a língua portuguesa no museu.

3.4 Considerações finais

Apresentados os pressupostos teórico-metodológicos que orientaram não só a forma como se deu a constituição do *corpus* de análise deste trabalho, mas, também, os pressupostos teórico-metodológicos que orientarão nossa entrada nesse *corpus*, passaremos a descrever, no próximo capítulo, o funcionamento daquilo que assumimos como sendo uma formação discursiva sobre a língua portuguesa, existente no Brasil, e que advém de um discurso dominante no país, há alguns séculos.

4 UMA FORMAÇÃO DISCURSIVA SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA

4.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, buscaremos descrever/analisar um conjunto de textos que, a nosso ver, constituem, no Brasil, uma formação discursiva. O intuito é construir subsídios para sustentar nossa hipótese de que o Museu da Língua Portuguesa pode ser considerado uma prática discursiva⁸ a mais, dentre todas as práticas que constituem essa formação discursiva.

Buscaremos demonstrar que, ao longo do tempo e por trás da diversidade de gêneros discursivos e posicionamentos que sustentam os textos que recortamos para análise, há a onipresença de um “discurso sobre o bom uso da língua portuguesa” inconsciente que dirige a fala de seus locutores. Na tentativa de comprovarmos essa hipótese, nos debruçaremos sobre uma temporalidade (o período compreendido entre os séculos XVI e XXI), sobre vários campos discursivos, entre eles, o político, o literário, o midiático e o escolar, assim como sobre diferentes gêneros, procurando enumerar os traços semânticos (semas) que estruturam os textos selecionados para análise.

Não pretendemos realizar uma análise exaustiva dos textos que abordam questões em torno da língua portuguesa, mas reunir e dar visibilidade a um conjunto de textos variados (muitos deles de reconhecida importância histórica, cujas ideias perduraram ou marcaram uma época), que, de alguma maneira, contribuem com o objetivo de descrever uma formação discursiva sobre a língua portuguesa no Brasil.

Parte dos textos analisados neste capítulo foi selecionada do trabalho de Edith Pimentel Pinto (1978), coletânea que reúne textos críticos e teóricos que discutem a questão do português do Brasil durante o período compreendido entre 1820 e 1920, com o objetivo de documentar a evolução do pensamento crítico sobre a língua portuguesa em nosso país; outra parte foi selecionada do trabalho de Marli Quadros Leite (2006) em torno da configuração do purismo brasileiro; e outra, ainda, do trabalho de Marina Célia Mendonça (2006) sobre o poder de dizer a língua na passagem do século XX para o século XXI. Adotamos o critério cronológico como uma forma de entrada metodológica nesses e em outros textos que também analisamos, mas não assumimos que haja, entre eles, uma linearidade histórica, ou seja, que estabeleçam diferentes fases que se sucedem e se superam.

⁸ Em conformidade com o que afirmamos no capítulo 3, a consideração do Museu da Língua Portuguesa como *uma* prática discursiva não está ligada à ideia de homogeneidade do discurso sobre a língua portuguesa que emerge nessa instituição, mas à reunião de um conjunto de práticas intersemióticas regido por uma mesma semântica discursiva.

Uma questão que, talvez, se coloque para este capítulo seja a do porquê de uma formação discursiva sobre a língua portuguesa e não a reiteração de que há um discurso purista sobre essa língua no Brasil. As características do discurso purista já foram muito bem descritas e definidas por Leite (2006), que faz um estudo da configuração do purismo brasileiro a partir da segunda metade do século XIX, tomado como um fenômeno de preservação da norma, cuja noção vai se alterando ao longo do tempo. Leite (2006) distingue três formas de purismo: o purismo ortodoxo (em que se buscava a preservação da *norma prescritiva portuguesa*); o nacionalista (em que a norma a ser preservada era a *objetiva* praticada no Brasil); e o histórico heterodoxo (em que há um embate entre norma *prescritiva e objetiva*). Nosso trabalho, diferentemente, pretende elucidar que, para além da defesa de uma norma, qualquer que seja ela, há a onipresença de um “discurso sobre a língua portuguesa” que a reduz a um de seus usos, o “bom uso”, que não é necessariamente equivalente à “norma”, como é o caso do que observamos nos textos de José de Alencar, por exemplo.

Quanto à metodologia, a abordagem de nosso *corpus* de análise dar-se-á em conformidade com o que postula Pêcheux (2002), em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, texto publicado pela primeira vez em 1983 — a alternância entre os movimentos de descrição e de interpretação do objeto, sem, entretanto, tratá-los como atividades indiscerníveis — e também em conformidade com Maingueneau (2005b), para quem o tratamento metodológico dos dados pode partir de hipóteses fundamentadas na história e em um conjunto de textos; a análise desse conjunto de textos confirma ou refuta as hipóteses. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa que alia de forma inextricável a descrição e a interpretação do material de análise.

Ao longo deste capítulo, apresentaremos os onze semas que estruturam os dizeres sobre a língua portuguesa, aos quais chegamos após a realização das análises: /+ Homogeneidade/, /+ Restrição/, /+ Correção/, /+ Idealização/, /+ Pureza/, /+ Unidade/, /+ Nacionalismo/, /+ Erudição/, /+ Progresso/, /+ Heterogeneidade/ e /+ Cientificidade/.⁹

Consideraremos como estruturados sob o traço /+ Homogeneidade/ os dizeres que assumem a crença na possibilidade de se frear a variação e a mudança linguísticas. Sob o traço /+ Restrição/ estarão os dizeres que defendem a existência de *um* bom uso da língua e,

⁹ À primeira vista, pode parecer contraditória a coexistência dos semas /+Homogeneidade/ e /+ Heterogeneidade/ no discurso dominante sobre a língua portuguesa do Brasil que, a nosso ver, constitui uma formação discursiva. Entretanto, como procuraremos demonstrar ao longo deste capítulo, esse discurso vai se alterando em função de novas condições sócio-históricas de produção que se lhe apresentam, entre elas, a emergência dos estudos sociolinguísticos, sem que o cerne de seu funcionamento discursivo sofra qualquer alteração. Nesse sentido, manteremos a hipótese da coexistência desses dois traços em um mesmo sistema de restrições semânticas, apesar de reconhecermos a possibilidade de substituir o traço /+ Heterogeneidade/ por /+ Homogeneidade moderada/.

consequentemente, elucidam *um* grupo social bem definido como sendo usuário desse bom uso ou como gozando de legitimidade para dizê-lo. Consideraremos como estruturados sob o traço /+ Correção/ os dizeres em torno do certo e do errado, e sob o traço /+ Idealização/ aqueles dizeres sobre a língua em que há uma espécie de naturalização do que é sócio-historicamente definido; trata-se de dizeres nos quais, em alguma medida, perpassa uma definição de língua que não está baseada em critérios estritamente linguísticos, mas remete à “nobreza”, à “riqueza”, ao “gênio” e ao “espírito” da língua, critérios ancorados, em parte, em uma concepção biologizante de língua. O traço /+ Pureza/ será atribuído aos dizeres em que a pureza da língua é tomada como inversamente proporcional à incorporação de palavras de origem estrangeira. O traço /+ Unidade/ sustentará os dizeres em que há a pressuposição de uma língua comum e que ora dizem respeito à unidade linguística entre Brasil e Portugal, ora à unidade linguística interna do Brasil. O traço /+ Nacionalismo/ sustentará tanto os dizeres em que se preconiza certa diferenciação entre o português brasileiro e o europeu ou entre a literatura brasileira e a portuguesa, quanto aqueles em que há certa defesa do nacional ou nos quais subjaz a noção de nacionalismo definida por Candido (2004, p. 223), como sendo o “sentimento de defesa contra a infiltração política e cultural, que segue quase sempre a dominação econômica”. Os dizeres em torno dos neologismos, por sua vez, estarão ancorados nos traços /+ Erudição/, quando há um retorno aos clássicos para validar a criação de palavras novas, e /+ Progresso/, quando essa criação é tomada como análoga ao desenvolvimento do país. O traço /+ Erudição/ ancorará, também, os dizeres em que há remissão aos clássicos gregos, latinos e à gramática como forma de negar o atraso ou “enobrecer” o português brasileiro. O traço /+ Heterogeneidade/, que aparece de forma embrionária no século XIX, em um dizer de Gonçalves Dias (1857), estará relacionado à variação e mudança¹⁰, tomadas como características constitutivas da língua portuguesa. Por fim, o traço /+ Cientificidade/, que sustenta parte dos dizeres sobre a língua produzidos a partir do século XX, será atribuído aos textos e/ou acontecimentos que colocam em cena a oposição entre Linguística *versus* gramática normativa, decorrente da divulgação dos estudos linguísticos, e a relação entre língua e sociedade, preconizada pelos estudos desenvolvidos pelo campo da Sociolinguística.

Passaremos, a seguir, às análises.

¹⁰ De modo geral, os dizeres sobre a língua portuguesa reconhecem que há variação, principalmente, na modalidade oral de falantes de diferentes regiões brasileiras. No entanto, esses dizeres não assumem tacitamente essa característica como intrínseca ao código linguístico, diferentemente, advogam em defesa de uma realidade una e indivisa.

4.2 O discurso sobre a língua portuguesa¹¹

Em seu uso habitual ou mais próximo do senso comum, o termo norma designa uma variedade de língua que, em determinado período, se impõe e é imposta por todo um aparato prescritivo como o modelo por meio do qual todos os comportamentos linguísticos devem ser medidos. Trata-se da língua “correta”, do “bom uso”, definições que levam à classificação de todas as outras formas possíveis como erros ou incorreções. Por representar a escolha de uma forma entre tantas possíveis, essa definição de norma é, de um ponto de vista estritamente linguístico, arbitrária.

A distinção feita pelo canadense Stanley Aléong entre normas explícitas e normas implícitas esclarece uma das formas de, ao mesmo tempo, compreender a existência de uma norma linguística sócio-historicamente dominante, ou melhor, uma norma que não está baseada em critérios linguísticos, e a heterogeneidade das realizações linguísticas concretas:

A norma explícita compreende esse conjunto de formas linguísticas que são objeto de uma tradição de elaboração, de codificação e de prescrição. Ela se constitui segundo processos sócio-históricos [...]. Codificada e consagrada num aparato de referência, essa norma é socialmente dominante no sentido de se impor como o ideal a respeitar nas circunstâncias que pedem um uso refletido e monitorado da língua, isto é, nos usos oficiais, na imprensa escrita e audiovisual, no sistema de ensino e na administração pública.

Quanto às normas implícitas, trata-se daquelas formas que, por serem raramente objeto de uma reflexão consciente ou de um esforço de codificação, nem por isso deixam de representar os usos concretos pelos quais o indivíduo se apresenta em sua sociedade imediata (ALÉONG, 2001, p. 153).

Para tornar mais preciso o conceito de norma explícita, que se confunde com o conceito de norma padrão ou culta, Aléong identifica três componentes em toda norma desse tipo: a) um discurso da norma, que classifica os fatos linguísticos em categorias de certo, errado, bom, mau, puro, padrão, etc., e é imperativo, autoritário e arbitrário; b) um aparelho de referência, que faz remissão a usuários revestidos de autoridade em matéria de linguagem, a academias, órgãos públicos, dicionários e gramáticas; e c) a difusão e imposição em lugares estratégicos como a escola, a imprensa e a administração pública.

Na perspectiva de Alkmim (2012, p. 42, grifo nosso):

¹¹ A concepção de língua adotada neste trabalho exige um rompimento radical com a imagem de língua cultivada pela tradição gramatical, imagem que homogeneiza a realidade linguística, cristaliza certa variedade como sendo a única, identifica-a com a língua e marginaliza todas as outras variedades como “incorretas”. Nesse sentido, quando empregamos *língua portuguesa*, *português*, *português brasileiro*, *português europeu*, entre outras expressões, fazemos, sempre, referência a um conjunto de variedades.

A variedade padrão de uma comunidade – também chamada de norma culta, ou língua culta – não é, como o senso comum faz crer, a língua por excelência, a língua original, posta em circulação, da qual os falantes se apropriam como podem ou são capazes. O que chamamos de variedade padrão é o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e, de outro, pelo estabelecimento de um conjunto de normas que definem o modo “correto” de falar.

Em sociedades como a nossa, a variedade culta ou padrão é a variedade linguística socialmente mais valorizada, possuidora de reconhecido prestígio e cujo uso normalmente é requerido em situações de interação comunicativa que exigem certa formalidade no que se refere tanto ao tratamento do tema, quanto à relação estabelecida entre os interlocutores. No Brasil e em outras sociedades de tradição ocidental, a variedade padrão coincide com o modo de falar das classes sociais mais favorecidas e de determinadas regiões geográficas. Sobre essa questão, Gnerre (1988, p. 61) afirma que

uma variedade linguística “vale” o que “valem” na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. Esta afirmação é válida, evidentemente, em termos “internos”, quando confrontamos variedades de uma mesma língua, e em termos “externos” pelo prestígio das línguas no plano internacional.

Historicamente, conforme aponta Gnerre, a afirmação de uma variedade sobre as outras se deu a partir de sua associação à escrita e, conseqüentemente, ao seu uso na transmissão de informações de ordem política e cultural. Uma variedade foi, dessa forma, legitimada, ou seja, tornada natural, vista como pertencente à natureza de uma sociedade. Extraída de um grupo de poder, ela foi proposta como algo central da identidade nacional, pois seria portadora de uma tradição e uma “cultura”.

Na Idade Média, as diferenças entre as variedades linguísticas correntes e o latim, modelo de língua e de poder na Europa, eram grandes. A associação dessas variedades com a escrita resultou em um processo de “adequação” lexical e sintática sempre baseada no latim. De acordo com Gnerre (1988, p. 63), “as línguas românicas levaram tempo para chegar a ser variedades escritas de complexidade comparável à do modelo que visavam, o latim”.

Em um segundo momento de fixação de uma norma, a variedade linguística estabelecida como língua escrita passou por uma associação com a tradição gramatical greco-latina.

No período das grandes navegações e da expansão colonial ibérica, a afirmação de uma variedade linguística representava para Portugal e Espanha uma dupla afirmação de poder: em relação às demais variedades internas de cada país, reduzidas a “dialetos”, e em

relação às línguas dos povos colonizados. De acordo com Gnerre, o reconhecimento da língua como instrumento de poder nas relações externas desses países foi registrado na primeira gramática da língua castelhana de Antonio de Nebrija (1492) e nas gramáticas da língua portuguesa de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540), embora o poder da variedade codificada na gramática não fosse ainda percebido internamente.

A primeira gramática da língua portuguesa, *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, foi publicada no século XVI, mais especificamente, em 1536. Pouco tempo depois, em 1540, outra gramática foi publicada por João de Barros. De um ponto de vista histórico, essas gramáticas são importantes porque simbolizam o processo de gramaticalização do português, língua vulgar se comparada ao latim. A partir da metalinguagem de ambas as obras, é possível inferir a importância do uso para a fixação do “bom português”.

Fernão de Oliveira (1536), no capítulo XXXVIII de sua *Grammatica*, descreve sem objetivo prescritivo, conforme analisa Leite (2006), características do português e emite sua opinião sobre aqueles que melhor usam a língua:

Mas os grãmaticos zombão dos logicos: e os sumulistas apupão aos rheitoricos: e assi de todos os outros. O qual defeito não sey cujo he: ainda pore q não sey se lhe chamão eles defeito: mas eu julgo o ser grãde e não da lingua: sera logo dos homens: e para que possamos fugir destas e doutras culpas em qlquer lingua e muito mais na nossa saibamos q a primeira e prinçipal virtude da lingua e ser clara e q a possão todos entender e pera ser bem entendida ha de ser a mais acostumada antre os milhores della e os milhores da lingua são os q mais lerao e virão viuerão continoando mais antre primores sisudos e assentados e não amigos de muita mudaça (OLIVEIRA, 1536 apud LEITE, 2006, p. 23).

Esse autor postula que a principal virtude da língua é ser clara, para que possa ser compreendida por todos, e não relaciona seu “melhor uso” a um grupo social economicamente privilegiado, mas ao grupo de maior prestígio intelectual, ou seja, àqueles que mais leram, mais observaram os usos da língua e eram inimigos de muitas mudanças.

O dizer de Oliveira (1536) sobre a língua portuguesa parece organizar-se sob os traços /+ Idealização/, visto que, por meio da afirmação de que “a primeira e prinçipal virtude da lingua e ser clara”, o gramático parece querer tornar natural uma característica linguística que é sócio-historicamente definida; /+ Homogeneidade/, visto que os “milhores da lingua” não são amigos de muita mudança; e /+ Restrição/, uma vez que, para o gramático, há *um* bom uso da língua e há apenas *um* grupo socialmente bem definido que faz uso desse bom uso.

João de Barros (1540), por sua vez, ao definir gramática, associa o uso a uma classe social economicamente favorecida (“os barões doutos”) e insere a noção de correção, válida tanto para a fala quanto para a escrita:

Gramática é vocábulo grego. Quer dizer ciência de letras e, segundo a difinição que lhe os gramáticos deram, é o modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos. Nós podemos-lhe chamar artifício de palavras postas em seus naturais lugares pera que, mediante elas, assim na fala como na escritura, venhamos em conhecimento das tensões alheias (BARROS, 1540 apud LEITE, 2006, p. 23).

O traço /+ Restrição/ também está presente no dizer de Barros (1540), no entanto, remete a um grupo social diferente daquele apontado por Oliveira (1536) como sendo responsável por fixar o uso da língua que figurará na gramática. Além disso, o traço /+ Correção/ aparece associado a certa “naturalidade”, como se afirmasse que a fala e a escrita dos barões doutos é correta porque é natural, irrepreensível, modelar para as “tensões alheias”. À “naturalidade”, usada como critério para a definição do “modo certo e justo de falar e escrever”, ou seja, à naturalização do que é sócio-historicamente definido, atribuímos o traço /+ Idealização/.

De acordo com Leite (2006), outro documento relevante para a fixação da norma padrão da língua portuguesa é *Leal Conselheiro*, de D. Duarte. Trata-se de um dos poucos documentos portugueses anteriores ao século XV, período em que os vernáculos começaram a se fixar como línguas nacionais e em que houve uma reação contra a cultura clássica latina: “Nesse documento, a defesa da língua nacional surge na reação contra os empréstimos de termos alatinados ou de outra origem, pelos falantes do galego-português” (LEITE, 2006, p. 24). Acreditamos que, de um ponto de vista discursivo, a defesa de uma língua por meio da recusa de empréstimos linguísticos, nesse caso, mais especificamente, de palavras provenientes do latim, possa ser definida por meio do traço /+ Pureza/, em que a pureza da língua é inversamente proporcional à adoção de palavras estrangeiras.

Entre os séculos XVII e XVIII, outras obras de igual importância foram publicadas; houve a fundação da Arcádia Lusitana, em 1756, e da Academia Real Portuguesa, em 1779, instituições que, de acordo com Morel Pinto (1976 apud Leite, 2006, p. 24), promoveram uma “renovação filosófica e crítica” em Portugal. No início do século XIX, mais especificamente, em 1816, destaca-se a publicação de *Glossário das palavras e frases da língua francesa, que por descuido, ignorância ou necessidade se tem introduzido na locução portuguesa moderna; com juízo crítico nas que são adotáveis nela*, de Cardeal Saraiva. Apesar de esse glossário ter

sido publicado no século XIX, os dados linguísticos que recobre são referentes aos empregados no século XVIII.

Esses dois últimos acontecimentos relatados nos permitem supor que, desde o século XV, há um discurso sobre a língua portuguesa que procura repreender a incorporação de estrangeirismos (ora originários do latim, ora originários do francês) e que se organiza, como apontamos anteriormente, por meio do traço /+ Pureza/. No que se refere a essa questão, Leite (2006, p. 26) afirma que, no século XIX,

o combate aos galicismos, motivador da metalinguagem purista do século XVIII, continuou em voga. No entanto, o cenário político-cultural era outro. No âmbito da literatura, por exemplo, o Romantismo trouxe o nacionalismo que, lingüisticamente, se caracterizou pelo combate aos estrangeirismos, valorização do vernáculo, e utilização da linguagem regionalista.

Parece-nos que as obras citadas indiciam algumas características do discurso sobre a língua portuguesa que começa a se delinear antes do século XV e se estende até o século XIX em Portugal: há um bom uso da língua; esse bom uso é registrado nas gramáticas; está associado a um grupo bem definido; recobre a fala e a escrita; é conservador, na medida em que repreende a incorporação de palavras estrangeiras; e é representativo de uma nacionalidade.

A abordagem específica da questão da língua portuguesa do Brasil tem início, em nosso país, por volta de 1825. O texto mais antigo em torno da diferenciação entre a língua usada no Brasil e a língua usada em Portugal foi escrito, em francês, por Visconde de Pedra Branca (1824-1825), sob o título *Brasileirismos*. O autor opõe o francês ao português e, a este, o “idioma brasileiro” e aponta, como traço fonológico específico do Brasil, o falar mais doce, mais ameno, e como traço lexical, algumas especificidades semânticas, resultado de empréstimos indígenas e de diferentes colônias portuguesas:

[...] *mais cette langue, transportée au BRÉSIL, se ressent de la douceur du climat et du caractère de ses habitants; elle a gagné pour l'emploi et pour les expressions des sentiments tendres, et, tout en conservant son énergie, elle a plus aménité.*

A cette première différence, qui embrasse la généralité de l'idiome brésilien, il faut encore ajouter celle des mots *qui ont changé tout-à-fait d'acception*, ainsi que celle de plusieurs autres expressions qui n'existent point dans la langue portugaise, et qui ont été empruntées aux indigènes, ou qui ont été importées au Brésil par les habitants des différentes colonies portugaises d'outre-mer (O PORTUGUÊS..., 1978, v.1, p. 5, grifo do autor).¹²

¹² [...] *mas essa língua, transportada ao BRASIL, experimenta da doçura do clima e da característica de seus habitantes; ela ganhou pelo emprego e pelas expressões de sentimentos ternos, e, em tudo conservando sua energia, é mais amena.*

Para Pinto (1978), o texto de Pedra Branca (1824-1825), ao ressaltar a influência exercida pelo clima e pelos habitantes na língua efetivamente em uso, ou melhor, ao argumentar a favor do fato de que as línguas são um reflexo do “clima” e do “caráter” de seus usuários, demarca uma linha de reflexões que por muito tempo será adotada pelos demais estudiosos do assunto, a saber, a de que o desenvolvimento da língua/linguagem é comparável ao de um organismo vivo, que nasce, cresce e morre segundo leis físicas. Em Linguística, o argumento de Pedra Branca encontra um correlato no linguista alemão August Schleicher, cujos trabalhos de orientação biologizante exerceram forte influência no século XIX. Na perspectiva de Câmara Jr:

De acordo com Scheleicher, cada língua é o produto da ação de um complexo de substâncias naturais no cérebro e no aparelho fonador. Estudar uma língua é, portanto, uma abordagem indireta a este complexo de matérias. Desta maneira, foi ele levado a adiantar que a diversidade das línguas depende da diversidade dos cérebros e órgãos fonadores dos homens, de acordo com as suas raças. E associou a língua à raça de maneira indissociável. Advogou que a língua é o critério mais adequado para se proceder à classificação racial da humanidade (CÂMARA JR., 1975 apud ALKMIM, 2012, p. 24-25).

O dizer de Pedra Branca (1824-1825), em alguma medida, é sustentado pelo traço /+ Unidade/, visto que se refere à “généralité de l’idiome brésilien” (generalidade do idioma brasileiro) como algo que parece recobrir toda a extensão geográfica da ex-colônia e, também, pelo traço /+ Nacionalismo/, já que procura estabelecer certa diferenciação entre a língua falada no Brasil (cujo tom é mais doce e mais ameno) e a língua falada em Portugal, por meio da influência das condições climáticas e das características dos habitantes.

Contemporânea a Pedra Branca (1824-1825) é a *Advertência* à tradução de *Ode primeira das Olímpicas de Pícaro*, de José Bonifácio (1825). A citação desse texto, aqui, justifica-se por seu autor defender, especificamente no campo da linguagem poética, a criação de neologismos:¹³

Para podermos traduzir dignamente a Píndaro, ser-nos-ia preciso enriquecer primeiro a língua com muitos vocábulos novos, principalmente compostos, como provavelmente fizeram os mesmos Homero e Píndaro para com a sua: se por fatalidade nossa o imortal Camões, que tanto tirou do latim e italiano, não ignorasse o grego, certo teria dado ao seu poema maior força e laconismo, e à língua portuguesa maior ênfase e riqueza (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 10).

Em relação a essa primeira diferença, que abrange a generalidade do idioma brasileiro, é preciso ainda acrescentar a das palavras *que mudaram completamente de acepção*, bem como diversas outras expressões que não existem na língua portuguesa, e que foram emprestadas dos indígenas, ou que foram importadas para o Brasil pelos habitantes de diferentes colônias portuguesas de além-mar (tradução nossa).

¹³ Como será possível perceber, os neologismos são um ponto recorrente nos textos que discutem a questão do português do Brasil.

Em Bonifácio (1825), não se trata simplesmente de enriquecer a língua com neologismos de qualquer ordem, mas fazê-lo à moda grega, em um explícito retorno aos clássicos. Também a defesa da criação de neologismos é encontrada em *Lede*, de Gonçalves de Magalhães (1836), mas essa criação é associada ao progresso:

Algumas palavras acharão neste Livro que nos Dicionários Portugueses se não encontram: mas as línguas vivas se enriquecem com o progresso da civilização, e das ciências, e uma nova idéia pede um novo termo (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 15).

Enquanto, em Bonifácio (1825), a criação de neologismos está associada ao traço /+ Erudição/, em função do retorno aos clássicos, em Gonçalves de Magalhães (1836), essa defesa se liga ao traço /+ Progresso/.

Com base nos três textos citados (Visconde de Pedra Branca, José Bonifácio e Gonçalves de Magalhães), podemos afirmar que, no Brasil da primeira metade do século XIX, há indícios de que o discurso sobre a língua portuguesa terá em pauta a diferenciação linguística com relação a Portugal e a criação de neologismos, ora como forma de reafirmar a erudição, ora como forma de reafirmar o progresso brasileiro. A nosso ver, essas duas formas de defesa da criação de neologismos convergem para a negação do sentimento de marginalidade da ex-colônia com relação à metrópole e se dá de forma análoga àquela apontada por Antônio Candido com relação à literatura, isto é, por meio do

duplo processo de integração e diferenciação, de incorporação do geral (no caso, a mentalidade e as normas da Europa) para obter a expressão do particular, isto é, os aspectos novos que iam surgindo no processo de amadurecimento do País (CANDIDO, 1987, p. 179).

Segundo Candido (1987, p. 177), ao escritor convinha tornar-se um cidadão da “República universal das letras”, incorporando o geral, mas cabia também contribuir com essa República, expressando o particular, já que esses eram fatores determinantes para que a nação pudesse ser reconhecida como sendo civilizada.

Somente na segunda metade do século XIX é que o reconhecimento do português do Brasil como uma língua diferente do português de Portugal se torna uma questão de interesse “nacional”. No discurso sobre a língua desse período, há a defesa da variedade brasileira da língua portuguesa, embora persista a reverência aos clássicos portugueses e a aceitação da gramática normativa lusitana, vista como algo que não interferia na autonomia nacional.

Na *Introdução de Florilégio da poesia brasileira*, Varnhagen (1850) afirma que, apesar do polimento da língua e da literatura portuguesa, na época da colonização do Brasil, elas não chegam ao país com os novos colonos. Por essa razão, para Varnhagen, o português brasileiro é diferente do português europeu no léxico – *jacarandá* e *Ipiranga* são palavras que geram riso em Portugal – e na pronúncia – cujas diferenças consistem em “fazer ouvir abertamente o som de cada uma das vogais sem fazer elisões do *e* final, nem converter o em *u*, e em dar ao *s* no fim das sílabas o valor que lhe dão os italianos, e não o do *sch* alemão” (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 22). Ainda que reconheça diferenças lexicais e fonético-fonológicas entre o português do Brasil e o português de Portugal, questão que nos parece estruturada pelo traço /+ Nacionalismo/, no *Prólogo* da mesma obra, o argumento de Varnhagen (1847), reproduzido a seguir, assenta-se na manutenção da norma lusitana e na recorrência aos clássicos portugueses, o que faz com que seu dizer sobre a língua se constitua, também, sob o traço /+ Erudição/:

Longe de nós consignar a idéia de que no Brasil não se deve, e muito estudar os clássicos portugueses e a gramática. Pelo contrário, reputamos essa necessidade urgentíssima, aos vermos que os nossos melhores escritores, – os que mais agradam ao Brasil, foram os que mais os folhearam (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 20).

Gonçalves Dias, por sua vez, em carta a Dr. Pedro Nunes Leal, em 1857, defende, entre outras coisas, a criação de neologismos – “Os 8 ou 9 milhões de brasileiros terão o direito de aumentar e enriquecer a língua portuguesa e de acomodá-la às suas necessidades como os 4 milhões de habitantes que povoam Portugal?” (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 36) –, atitude que leva a cabo em um de seus poemas mais conhecidos, *Canção do exílio*, no qual emprega “sabiá” (“Minha terra tem palmeiras/onde canta o sabiá”), substantivo que, ainda hoje, figura nos dicionários brasileiros com a rubrica “Regionalismo: Brasil”¹⁴.

Ao defender a criação de neologismos e, a partir dessa questão, a variedade brasileira da língua portuguesa, Gonçalves Dias (1857) estabelece, pela primeira vez, o binômio *fala popular/língua escrita literária*, afirmando que a língua tupi lançou profundas raízes no português que falamos e que temos uma grande quantidade de termos indígenas e também africanos, restritos, muitas vezes, à conversação. Posteriormente, esses termos são dicionarizados e ganham a literatura por meio do trabalho de “arredondamento” que cabe aos escritores.

¹⁴ Ver, por exemplo, o *Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa*.

Apesar de defender que os brasileiros têm o direito de “aumentar e enriquecer a língua portuguesa”, Gonçalves Dias (1857) opina que os literatos devem estudar a língua por meio da leitura de bons autores portugueses, gregos e latinos, como complemento da língua pátria. Em carta a Dr. Pedro Nunes Leal, suas ideias são assim resumidas:

- 1º - A minha opinião é que ainda, sem o querer, havemos de modificar altamente o português.
 - 2º - Que uma só coisa fica e deve ficar eternamente respeitada a gramática e o gênio da língua.
 - 3º - Que se estudem muito e muito os clássicos, porque é miséria grande não saber usar das riquezas que herdamos.
 - 4º - Mas que, nem só pode haver salvação fora do Evangelho de S. Luís, como que devemos admitir tudo o de que precisamos para exprimir coisas ou novas ou exclusivamente nossas.
- E que enfim o que é brasileiro é brasileiro, e que *cui*a virá a ser tão clássico como *porcelana*, ainda que não a achem bonita (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 38).

O dizer de Gonçalves Dias (1857) parece organizar-se em torno dos seguintes traços: /+ Heterogeneidade/, /+ Progresso/, /+ Erudição/ e /+ Nacionalismo/. O traço /+ Heterogeneidade/ sustenta a possibilidade de que os brasileiros alterem consideravelmente o português (esse traço, para nós, recobre o reconhecimento da variação e mudança na língua, como suas características constitutivas, sem que haja, nisso, qualquer demérito); o traço /+ Progresso/ está relacionado à criação de neologismos, visto que a tarefa é tida como uma forma de exprimir aquilo que seria novo ou exclusivamente nosso; o traço /+ Erudição/ aparece associado à necessidade de se estudarem os clássicos e de se respeitarem a gramática e o “gênio da língua”¹⁵; e o traço /+ Nacionalismo/ liga-se à defesa do que é brasileiro.

Embora o Brasil tenha sido “descoberto” em 1530, a pouca influência cultural exercida por Portugal fez com que continuássemos sendo um país rural de grande dimensão por aproximadamente trezentos anos. O português só se tornou a língua do Brasil na segunda metade do século XVIII, após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal e a proibição do tupi que, até então, era praticado como língua geral para a comunicação entre índios e portugueses.

Contudo, o panorama linguístico não contemplava apenas a língua portuguesa e o tupi. Sabe-se que, no Brasil, no início do período colonial, eram usadas mais de mil línguas indígenas, provenientes do tronco linguístico tupi, sobretudo da família tupi-guarani, e do tronco linguístico macrojê. Além disso, do ponto de vista demográfico, conforme os dados

¹⁵ Interessante observar o emprego de “gênio da língua”, por Gonçalves Dias (1857), e o emprego de “espírito” e “indole” relacionados à língua, por José de Alencar (1985), como veremos mais adiante neste capítulo. Parece-nos que esses atributos, em alguma medida, são reveladores de uma concepção de língua de caráter biologizante, tomada como aparentemente autônoma e independente da história de seus usuários.

reunidos por Mussa (1991 apud SILVA, 2004), do início da colonização até meados do século XIX, a maioria da população brasileira foi não branca e sua língua familiar, consequentemente, não portuguesa. Além das línguas autóctones, também eram usadas línguas africanas cujos falantes pertenciam a diferentes grupos linguísticos, entre eles, mande, kru, gru, benue-kwa e banto. Diante desse contexto, não se pode negar que o português brasileiro, como o atesta Houaiss (1985 apud SILVA, 2004), nasce com diversidade, mas do ponto de vista discursivo, o multilinguismo vai cedendo lugar à implementação de um ideal linguístico homogeneizador impulsionado pela chegada da corte portuguesa, em 1808, no Rio de Janeiro, e pelo crescente interesse pela escola e pela vida intelectual e artística, configurando um terreno fértil para a normativização linguística explícita.

Esse ideal linguístico homogeneizador, em Serafim da Silva Neto (1960 apud SILVA, 2004), um dos primeiros a se dedicar às periodizações do que chamou de “língua portuguesa no Brasil”, emerge por meio da idealização da língua praticada aqui como sendo dotada de “notável” unidade que, exceto “algumas insignificantes divergências sintáticas e numeroso vocabulário novo”, identificava-se ao português europeu. De acordo com Silva (2004), a interpretação de Silva Neto estava fundada em uma visão ideológica que procurava “enobrecer” o português brasileiro.

Parece-nos que esse ideal linguístico homogeneizador, que traduzimos, aqui, sob a forma do sema /+ Unidade/, é o grande traço discursivo que emerge nos discursos sobre o português brasileiro, caracterizando, sobretudo, a formação discursiva sobre a língua portuguesa que estamos tentando descrever, embora esse traço ora apareça associado à unidade linguística entre Brasil e Portugal, como no dizer de Silva Neto (1960), e ora apareça associado à unidade linguística restrita ao território brasileiro, presente, ainda que de forma embrionária, no dizer de Visconde de Pedra Branca (1824-1825).

A nosso ver, a força do traço /+ Unidade/ nos dizeres sobre a língua portuguesa está intimamente relacionada à ideia de unidade que sustenta a história da constituição de nação. Chauí (2000), ao resenhar as periodizações propostas por Eric Hobsbawm em torno da invenção histórica de Estado-nação, afirma que esse conceito surge como uma solução para dar à divisão econômica, social e política a forma de unidade indivisa. Para a autora, com relação especificamente ao Brasil,

cada um de nós experimenta no cotidiano a forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos. Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater,

combate que engendrará ou conservará a unidade e a indivisibilidade nacionais (CHAUÍ, 2000, p. 7-8).

Na perspectiva de Chauí, essa representação é suficientemente forte e fluida a ponto de permitir que os “inimigos” da nação se alterem em diferentes ocasiões, sem que a representação homogênea sofra, com isso, qualquer abalo. Sob esse ponto de vista, é compreensível que o discurso sobre a língua portuguesa do Brasil também oscile entre a defesa da unidade linguística com Portugal e a defesa de uma unidade interna em prol de uma nação representada como una e indivisa.

Em ensaio no qual analisa o papel desempenhado pela classe letrada no planejamento e desenvolvimento dos centros urbanos como núcleos de poder na América Latina desde o período colonial, Rama (1985) afirma que a primeira forma de submeter o vasto território selvagem que circundava as cidades, impondo-lhe suas normas, foi a educação das letras, levada a cabo por aquilo que o autor denomina de *cidade letrada*, uma cidade “não menos amuralhada”, mais agressiva e redentorista que regeu e conduziu os núcleos urbanos. A cidade letrada era formada por “uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais. Todos os que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções do poder [...]” (RAMA, 1985, p. 43).

A cidade letrada era uma cidade escriturária constituída por uma minoria da população urbana, mas cuja supremacia se deu em função do fato de que seus membros eram os únicos que dominavam a escrita em uma sociedade analfabeta. Na perspectiva de Rama, essa supremacia contribuiu para a sacralização das letras e, conseqüentemente, da escritura, em conformidade com a tradição gramatical europeia:

A razão fundamental de sua supremacia se deveu ao paradoxo de que seus membros foram os únicos exercitantes da letra num meio desguarnecido de letras, os donos da escritura numa sociedade analfabeta e porque coerentemente procederam a sacralizá-la dentro da tendência gramatológica constituinte da cultura européia. Em territórios americanos, a escritura se constituiria em um tipo de religião secundária, portanto equiparada para ocupar o lugar das religiões quando estas começaram seu declínio no século XIX (RAMA, 1985, p. 49-50).

No Brasil, o “poder da palavra escrita” foi acentuado pelo fato de o país passar a contar tardiamente, se comparado ao que se passou nas colônias hispano-americanas, com um sistema de educação e de difusão das letras. Foi somente a partir de 1757, com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, que o ensino de língua portuguesa no território brasileiro foi prescrito, oficializado e tornado obrigatório. Além disso, até o século XIX, tanto a

instalação de imprensas no país, quanto a difusão de livros publicados no exterior eram proibidas.

A adesão praticamente irrestrita à norma europeia pode ser explicada pelo fato de a cidade letrada se ver como uma minoria que deveria se defender de um meio hostil. Para Rama (1985, p. 58), “o uso dessa língua purificava uma hierarquia social, dava provas de uma proeminência e estabelecia um cerco defensivo em relação a um contorno ofensivo e, sobretudo, inferior”. O autor considera que o uso dessa língua, praticamente secreta, por uma minoria, contribuía para que a cidade letrada se autodefinisse, mas também, para que mantivesse uma ligação estreita com a metrópole, a qual sustentava seu poder. Por essa razão, o purismo linguístico seria, na perspectiva de Rama (1985, p. 61), “a obsessão do continente no transcurso de sua história”.

Diante de um contexto político e econômico que favorecia a normatização linguística explícita, no discurso sobre a língua do Brasil no século XIX, apesar de haver uma defesa da variedade brasileira da língua portuguesa, principalmente por meio da criação de palavras novas, emerge uma atitude linguística purista, baseada no modelo europeu, como forma de negar o atraso. Leite destaca a submissão literária e linguística que ocorreu, no Brasil, motivada pelo desejo da elite local de imitar a sociedade de além-mar, mas, também, por uma necessidade de essa elite se manter no poder:

Alencar foi acusado de praticar uma linguagem descuidada, cheia de neologismos e galicismos. Dessa polêmica tomaram parte tanto portugueses quanto brasileiros contra Alencar. Em verdade, o centro das atenções era Portugal e a produção linguística brasileira era toda voltada para lá e, portanto, o que escapasse à norma clássica portuguesa era duramente criticado. Diga-se, ainda, que *os brasileiros eram mais rígidos que os próprios portugueses, pois queriam deixar patente sua erudição e provar não serem provincianos* (LEITE, 2006, p. 27, grifo nosso).

José de Alencar é considerado um marco na literatura brasileira não só por seu valor como romancista, mas também por divulgar, em sua obra, os hábitos cotidianos brasileiros e, aparentemente, opor-se à reverência aos clássicos. A linguagem que usou para caracterizar a natureza e o homem foi bastante criticada. São muitos os estudos em torno da linguagem empregada por ele e de seu discurso metalinguístico. Distante de assumirmos um posicionamento que considera que Alencar não esteve preocupado em defender a variedade brasileira da língua portuguesa, mas se pronunciava em favor próprio e dos usos linguísticos que individualizou, reconhecemos sua colaboração em direção à diferenciação linguística entre Brasil e Portugal.

Durante dez anos e à medida que era atacado, Alencar procurou justificar suas supostas incorreções. Esse período vai da publicação do *Poscrito de Diva*, em 1865, à polêmica com Joaquim Nabuco, ocorrida em 1875.

No *Poscrito de Diva*, Alencar (1865) procura defender-se das críticas ao “estilo” empregado não só nesse romance, mas também em *Lucíola*, e inicia sua defesa recorrendo ao argumento civilizatório (traduzido, por nós, sob a forma do traço /+ Progresso/), assumido em outros momentos, também, por Gonçalves de Magalhães (1836) e por Gonçalves Dias (1857), segundo o qual, as línguas se enriquecem com o progresso das civilizações: “O autor deste volume e do que o precedeu com o título *Lucíola* sente a necessidade de confessar um pecado seu: gosta do progresso em tudo, até mesmo na língua que fala” (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 55).

À assunção do progresso na língua, segue a defesa de seu enriquecimento por meio de palavras novas. Com relação aos neologismos, alvo frequente dos críticos que não os admitiam, o posicionamento de Alencar era favorável ao emprego dos “neologismos brasileiros”, visto que a natureza brasileira deveria ser descrita com palavras também brasileiras. A defesa daquilo que é próprio do Brasil na língua literária é também uma defesa da nacionalidade:

A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica, anuncia a raça inteligente e ilustrada (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 55).

É possível traduzir esse dizer de Alencar (1865) sob a forma dos seguintes traços: /+ Unidade/, /+ Idealização/ e /+ Nacionalismo/. Ao afirmar que “a língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo”, o escritor parece considerar a língua como sendo de domínio de toda a nação, posicionamento que coincide com o de Visconde de Pedra Branca (1824-1825), mas não com o dos primeiros gramáticos da língua portuguesa. Essa não coincidência parece justificar-se pelo fato de que, no século XVI, em Portugal, estava em jogo a gramaticalização da língua portuguesa, sua formalização como língua de cultura, diferentemente do que aconteceu no Brasil, no século XIX, em que a grande questão pós-colonialismo era se firmar como uma nação autônoma que não deixava nada a desejar com relação à ex-metrópole. O traço /+ Idealização/ emerge por meio da predicação dos adjetivos “pura”, “nobre” e “rica” ao substantivo “língua” e da relação estabelecida entre a “língua” e a “raça” o que, em alguma medida, aproxima a noção de língua em questão de

uma concepção essencialmente biológica. O traço /+ Nacionalismo/ é decorrente da necessidade de que a nação brasileira seja vista como inteligente e ilustrada em função da língua que assume como sendo sua.

Alencar (1865) defende o progresso na língua por meio do emprego de neologismos, mas, assim como Gonçalves Dias (1857), não assume uma ruptura com a norma lusitana. Alencar sustenta o argumento de que o enriquecimento é bem vindo desde que não degenere a língua, não a torne impura em relação à família linguística à qual pertence, posicionamento que também se organiza sob o traço semântico /+ Unidade/ que, na citação a seguir, recebe um tratamento discursivo que aproxima linguisticamente Brasil e Portugal:

Não é obrigando-a a estacionar que hão de manter e polir as qualidades que porventura ornem uma língua qualquer: mas sim fazendo que acompanhe o progresso das idéias e se molde às novas tendências do espírito, *sem contudo perverter a sua índole e abastardar-se* (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 55-56, grifo nosso).

Outro ponto coincidente entre José de Alencar e Gonçalves Dias refere-se à diferença entre a linguagem literária e a linguagem cotidiana e ao papel imprescindível do escritor para lapidar os usos populares¹⁶. Quanto à primeira questão, Alencar (1865) afirma:

A linguagem literária, escolhida, limada e grave, não é por certo a linguagem sedição e comum que se fala diariamente e basta para a rápida permuta das idéias: a primeira é uma arte, a segunda é simples mister (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 56).

Quanto à segunda questão, no *Poscrito de Diva* (1865), faz referência à influência recíproca entre o público e o escritor; no *Pós-Escrito* à segunda edição de *Iracema* (1870), enfatiza-a:

O corpo de uma língua, a sua substância material, que se compõe de sons e vozes, esta só a pode modificar a soberania do povo, que nestes assuntos legisla diretamente pelo uso. Entretanto, mesmo nesta parte física é infalível a influência dos bons escritores, eles talham e pulam o grosseiro dialeto do vulgo (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 74).

¹⁶ Mussalim (2003) afirma que a relação entre os pares do binômio *fala popular/língua escrita literária*, em José de Alencar, diferentemente da forma como aparece em Gonçalves Dias, não é tratada de forma unilateral (quando apenas o escritor sanciona a fala do povo). Para a autora, em Alencar, é recíproca a influência exercida entre o público e o escritor. Ao escritor cabe depurar as formas inspiradas do público; ao público é reservado o direito de desprezar o autor que abuse da língua e a truçide, do mesmo modo que aplaudirá as ousadias felizes da linguagem.

Nessa citação, a afirmação de que “os bons escritores talham e pulem o grosseiro dialeto do vulgo” atualiza algumas das características do discurso sobre a língua, que já levantamos, a saber: há um bom uso da língua, por oposição ao “dialeto do vulgo”; esse bom uso está associado a um grupo, nesse caso, o dos “bons escritores”, características que estão sendo delimitadas, neste trabalho, por meio do traço /+ Restrição/. Salientamos que, nos dizeres de Alencar (1865 e 1870) e de Gonçalves Dias (1857), a variedade popular do idioma é, em alguma medida, aceita, mas deve ser “normatizada”, ou mais especificamente, “legitimada” pela língua literária.

Em *Às Quintas VII*, texto publicado em *O Globo*, em 1875, por meio do qual Alencar responde às críticas de Joaquim Nabuco de que teria empregado um neologismo, o romancista se defende, recorrendo a um escritor português neoclássico e a um tradicional dicionário, o *Morais*¹⁷:

Imputa-me ter eu enriquecido a língua portuguesa com o verbo *premer*. Este motejo eu o receberia como elogio, se fosse real o fato. Mas *premer* é palavra antiquíssima de nosso idioma: e se alguma censura me coubesse seria a de *arcaísmo*, porém não de invenção ou *neologismo*.

Mas nem este merecimento eu o tenho: pois muito antes de mim Filinto Elísio, que já é clássico, havia restaurado o vocábulo, usando dele mais de uma vez, no sentido de apertar. “premem na destra a fiel espada”, disse ele na tradução dos *Mártires*.

Será bom que o folhetinista abra o seu dicionário de *Morais*, antes de dar regras para não lhe acontecer destas inocências. Censurar invento alheio, que não é senão invento seu próprio (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 140, destaque do autor).

Essa citação nos permite afirmar que, no impulso de apresentar suas defesas, Alencar recorria a clássicos e a gramáticos portugueses e latinos, o que, em alguma medida, aproximava seu dizer sobre a língua do traço /+ Erudição/ e, também, do traço /+ Unidade/, como se pode comprovar por meio do emprego do possessivo “nosso”, em “nosso idioma”, cujo referente não parece ser somente Alencar e seu interlocutor, mas Alencar, seu interlocutor e os portugueses Filinto Elísio e António de Moraes Silva.

A partir dos aspectos defendidos por Alencar que enumeramos aqui, a saber, a influência dos bons escritores na definição do “bom português” e o enriquecimento da língua por meio de palavras novas associadas ao progresso e representativas de uma nacionalidade sem, contudo, afastar-se da norma vigente em Portugal, podemos afirmar que o discurso metalinguístico do escritor não se distancia muito das características mais marcantes do discurso sobre a língua que estamos tentando descrever, a saber: há um bom uso da língua portuguesa, esse bom uso está registrado nas gramáticas, está associado a um grupo bem

¹⁷ *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de António de Moraes Silva (1789).

definido, é conservador, na medida em que repreende a incorporação de palavras estrangeiras e, no caso específico de Alencar, ainda define critérios para a criação de palavras novas, e é representativo de uma nacionalidade.

Parece-nos que o posicionamento de Alencar, em alguma medida, resultou de duas tendências em vigor no Brasil do século XIX: por um lado, havia uma defesa da norma lusitana como forma de negar o sentimento de marginalidade em relação a Portugal e legitimar o poder da cidade letrada; por outro lado, havia uma defesa superficial do nacional, característica do Romantismo.

A segunda metade do século XIX também se caracterizou por um período polêmico em torno da possível existência de uma “língua brasileira”. De acordo com Pagotto (1998), superada a polêmica, teve início a constituição de uma nova norma culta no Brasil que não se deu apenas por meio do registro de alguns usos das camadas mais escolarizadas da população, mas contou com um trabalho discursivo por parte de gramáticos, jornalistas e escritores na construção dos sentidos que, ainda hoje, são atribuídos à escrita. Esse trabalho discursivo estava integrado a um modelo de sociedade baseado na manutenção da estrutura de dominação, tal como também é apontado por Rama (1985).

Com o intuito de observar de que modo a norma culta se comportava no período considerado o das grandes mudanças na sintaxe do português brasileiro, Pagotto compara a Constituição do Império, de 1824, e a Constituição da República, de 1892. Ele afirma que, de uma constituição para outra, algumas formas de escrita em desuso (o emprego pronominal enclítico) não foram substituídas por formas da modalidade oral do português brasileiro (o emprego pronominal proclítico), mas por formas estranhas ao português falado no Brasil, o que acentuou ainda mais as diferenças entre fala e escrita no país. Essas diferenças são um importante indício de que, nesse período, a língua falada seguia um caminho, e a língua escrita caminhava na direção diametralmente oposta.

O estudioso verificou que a Constituição do Império apresentava casos severamente condenados pela atual norma culta, como empregar o clítico em início de sentença, em oposição ao uso enclítico presente na Constituição da República. Dados como esses permitiram ao pesquisador constatar que “os dois textos constitucionais foram escritos em gramáticas bastante diferentes uma da outra” (PAGOTTO, 1998, p. 52).

Acreditamos que a forma como se deu a transição de uma constituição para outra, com a adoção, na escrita, de formas estranhas à fala dos brasileiros, pode ser pensada, discursivamente, a partir do traço semântico /+ Homogeneidade/, já que, diante do contexto

das grandes mudanças na sintaxe do português do Brasil, uma aparente força conservadora entra em cena para tentar frear a mudança.

Diferentemente, em Portugal, a emergência da burguesia e a popularização da literatura, por meio do Romantismo, propiciaram o alçamento de formas gramaticais emergentes à condição de poder figurar no texto escrito, forjando-se, assim, a atual norma culta portuguesa:

O romantismo, como se sabe, marcou uma fase em que a literatura se popularizou. Antes restrita à nobreza, a literatura, bem como todas as formas de arte, experimenta no romantismo uma extrema popularização, abarcando um novo mercado consumidor formado pela burguesia ascendente. O artista, antes dependente de nobres mecenas, agora passa a viver da venda de sua obra. A imprensa se encarrega de difundir mais e mais os romances e a poesia. Isso significa que o escritor precisa alcançar um público maior e menos afeito às formas clássicas de expressão (PAGOTTO, 1998, p. 53).

No Brasil, diferentemente, o Romantismo não foi suficiente para cunhar uma nova norma padrão próxima das mudanças em curso no português brasileiro e, apesar dos esforços de José de Alencar de trazer para a escrita os reflexos das mudanças em andamento no país, na perspectiva de Pagotto, a norma culta brasileira do final do século XIX estava ainda mais distante do português brasileiro e mais próxima do português europeu moderno.

Com relação à manutenção de uma norma linguística europeia no Brasil durante o Romantismo, Leite (2006, p. 57) considera que o país

continuou a importar cultura, sendo que o modelo a ser imitado deixou de ser Portugal e passou a ser a França. Por isso, também, a tentativa de estabelecimento de diferenciação linguística de José de Alencar pelo nacionalismo não frutificou. A diferença linguística do português do Brasil em relação ao de Portugal era um fato vivido e observado, mas não admitido pela elite aristocrática que detinha o poder, e ainda insistia em viver de acordo com os padrões europeus.

Para Pagotto (1998, p. 56), “o que chama a atenção no caso do Brasil é que todo um arsenal discursivo é acionado no sentido de ‘construir’ a norma culta à imagem e semelhança do português de Portugal”. Esse arsenal discursivo, bastante frequente nos campos literário e científico, é analisado pelo autor e, em termos discursivos, atualiza, uma vez mais, o traço /+ Unidade/.

Com relação ao primeiro campo, apesar da oposição de escritores como José de Alencar à língua classicizante usada na literatura, havia um projeto político de nação e Estado que, ao mesmo tempo em que procurava romper politicamente com a antiga metrópole,

também precisava constituir um país à sua imagem e semelhança como forma de manter a oposição entre a elite e os demais segmentos da sociedade brasileira:

Afirmar o português do Brasil como gramática possível na língua escrita equivalia a nivelar por baixo, mesmo que uma série de traços da gramática já fizessem parte da fala daqueles que os queriam negar. Como o acesso a esta norma culta se daria somente a partir de rigorosa educação, estava garantido o processo de exclusão (PAGOTTO, 1998, p. 57).

Para fazer essa afirmação, Pagotto baseia-se no historiador Antonio Gil para quem, na América Latina, a nacionalidade é estruturada a partir de um duplo enfoque: ao mesmo tempo em que a nação é vista como criação, o que pressupõe uma ruptura com o passado colonial, procura-se uma unidade cultural com esse passado, como forma de aproximar-se da civilização europeia. Sendo assim, de acordo com Gil (1994 apud PAGOTTO, 1998), as elites deveriam construir certa homogeneidade cultural que permitisse criar uma imagem social que lhe dava certa coesão. É nesse contexto, em que a elite busca aproximar-se da cultura europeia e, assim, se manter em oposição aos demais segmentos da população, que Pagotto localiza a constituição da norma culta brasileira no século XIX.

O processo de estruturação do Estado é também um período de construção de uma dada nação e, conseqüentemente, de busca de identidades. Para Pagotto, a literatura tem um papel fundamental nessa busca, pois ela, rapidamente, pode materializar a identidade cultural que as elites almejam.

A discussão em torno da constituição da literatura brasileira é tão antiga quanto a discussão com relação à língua portuguesa em território brasileiro. Especificamente no século XIX, um dos pontos centrais para a constituição do Brasil como nação era a afirmação de uma literatura brasileira independente da portuguesa. Essa afirmação pressupunha uma nação autônoma. Nesse contexto, a diferenciação linguística, salvo raríssimas exceções (Alencar é uma delas), não era tomada como algo que interferia na autonomia nacional, questão que Pagotto (1998, p. 56) sintetiza assim:

No campo dos estudos sobre literatura, a língua é, por fim, declarada território neutro, ou seja, passou a ser considerada um veículo neutro sobre o qual a literatura construiria sua identidade com base na cor local, em aspectos típicos da paisagem, em personagens típicos.

No campo científico, o trabalho de Gladstone Chaves de Melo, *Alencar e a língua brasileira*, escrito na década de 1940, mostra-se como exemplar na tentativa de provar a unidade linguística entre o português do Brasil e o português de Portugal e o fato de que José

de Alencar escrevia em norma culta, mas com um “estilo brasileiro”. Com relação à colocação pronominal, por exemplo, Melo (1972 apud PAGOTTO, 1998) justifica a posição enclítica dos pronomes oblíquos no português de Portugal como consequência do “temperamento” do português, “mais ríspido” e “mais rude”, e a posição proclítica no português do Brasil, como reflexo da “suavidade” e da “delicadeza” do brasileiro. Quanto ao posicionamento adotado por Alencar, marcado pela preconização de um abasileiramento da língua portuguesa e pela formação de um dialeto brasileiro diferente do português europeu –, considerado evolucionista por alguns críticos, Melo (1972 apud PAGOTTO, 1998, p. 62) afirma:

Como foi atacado e se pôs em campo para defender-se, não tem sua linguagem a serenidade do doutrinador, que de resto ele não era em matéria lingüística: tem o calor do polemista, que aqui e ali atira fora do alvo ou fere com mais força do que deveria.

Para Pagotto, a norma culta no Brasil foi codificada à distância e à distância permanece. Se, no campo literário, durante o século XIX, determinadas formas linguísticas foram valorizadas com a finalidade de construir cuidadosamente uma identidade com o português de Portugal, no campo científico¹⁸, cujo discurso é considerado pelo autor como sendo aquele que mais contribuiu para a manutenção da norma purista tal como configurada no final do século XIX, a historicidade dessas formas está completamente apagada, o que, em alguma medida, justifica o fato de essa norma, ainda hoje, constar de gramáticas escolares, ser cobrada em boa parte dos exames de língua portuguesa e, mais recentemente, aparecer comentada e defendida em meios de comunicação de massa. A nosso ver, as estratégias discursivas de apagamento da historicidade das formas linguísticas sustentam *ad infinitum* o efeito simbólico que a norma dita culta, tomada como a língua, exerce sobre o sujeito.

O posicionamento de Joaquim Nabuco, ao discorrer sobre “a língua do Brasil”, também é sustentado pelo traço /+ Unidade/. Em artigo publicado em 1875, em torno da polêmica que travou com José de Alencar, afirma ironicamente:

Sempre me pareceu um esforço mal compensado esse que emprega o Sr. J. de Alencar para formar uma língua, que só pode ser falada por ele e por um ou outro índio do Amazonas que venha ver o último dos seus *pajés* e recolher o idioma sagrado (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 193).

¹⁸ De acordo com Pagotto (1998), gramáticas recentemente colocadas no mercado também cumprem a função de manter a norma linguística explícita configurada no século XIX, questão que abordaremos mais adiante neste capítulo.

Em outro artigo do mesmo ano, Nabuco, ao tratar da literatura indianista, evidencia seu posicionamento com relação à língua nacional. Para ele, a língua portuguesa é a língua do Brasil, e as línguas indígenas não passam de “dialetos selvagens”. Quanto à literatura, admite que a lenta, mas poderosa influência do exterior tornará cada vez mais sensível a diferença que começa a se manifestar entre a literatura portuguesa e a brasileira, mas não o faz com relação à língua: “São precisos séculos para que se venha a falar no Brasil uma língua diversa da portuguesa: o Sr. J. de Alencar deseja encurtar esse prazo e quer por si só criar uma língua nacional [...]” (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 196). Joaquim Nabuco é ainda mais enfático em seu discurso como secretário geral da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1897:

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. [...]. A língua há de ficar perpetuamente “pro indiviso” entre nós; a literatura, essa tem que seguir lentamente a evolução diversa dos dois países, dos dois hemisférios (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 197-198).

Estão presentes nos dizeres de Nabuco (1875 e 1897) os traços: /+ Homogeneidade/ e /+ Unidade/. O primeiro traço relaciona-se à recusa da possibilidade de que se crie ou se forme, no Brasil, uma nova língua, diferente da língua transplantada de Portugal; o segundo traço é materializado no desejo de que “a língua há de ficar perpetuamente ‘pro indiviso’” entre brasileiros e portugueses. Reconhecemos, também, no dizer de Nabuco (1897), o traço /+ Idealização/ por meio do qual ele elege o português europeu como sendo o modelo ao qual os brasileiros deveriam tender, uma eleição baseada em critérios raciais e culturais.

A criação da ABL, em 20 de julho de 1897, é esclarecedora do quanto o Brasil defendia certa unidade linguística, seguia importando cultura e cultuava o peso da tradição, como é reafirmado neste trecho da alocução preliminar proferida por Machado de Assis no dia da fundação da instituição, sob o traço semântico /+ Unidade/:

Não é preciso definir esta instituição, iniciada por um moço, aceita e completada por moços, a Academia nasce com a alma nova, naturalmente ambiciosa. O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária. Tal obra exige, não só a compreensão pública, mas ainda e principalmente a vossa constância. A Academia Francesa, pela qual esta se modelou, sobrevive aos acontecimentos de toda casta, às escolas literárias e às transformações civis. A vossa há de querer ter as mesmas feições de estabilidade e progresso. Já o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloquência nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto. Cabe-vos fazer com que ele perdure. Passai aos vossos sucessores o pensamento e a vontade iniciais, para que eles o transmitam aos seus, e a vossa obra seja contada entre as sólidas e brilhantes páginas

da nossa vida brasileira. Está aberta a sessão (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2012a).

O desejo de conservar a unidade literária brasileira, expresso por Machado de Assis, pode ser entendido como um desejo de conservar também a língua, sem a qual não há literatura. Esse desejo é explicitado no Art. 1º do Estatuto da Academia Brasileira de Letras, no qual a palavra “cultura” é empregada com o sentido de cultivo: “A Academia Brasileira de Letras, com sede no Rio de Janeiro, tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional, e funcionará de acordo com as normas estabelecidas em seu Regimento Interno” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2012b).

Outro trecho do discurso de Machado de Assis que merece destaque refere-se à citação da Academia Francesa como modelo para a ABL. A França é um país que possui uma política linguística explícita, sua Academia, fundada no século XVII, previa entre suas atividades:

Art. 24 – La principale fonction de l’Académie sera de travailler avec tout le soin et toute la diligence possible à donner des règles certaines à notre langue et à la rendre pure, éloquent et capable de traiter les arts et les sciences.

Art. 25 – Les meilleurs auters de la langue française seront distribués aux académiciens pour observer tant les dictions que les phrases qui peuvent servir des règles générales, et en faire rapport à la Compagnie qui jugera de leur travail et s’en servira aux occasions.

Art. 26 – Il sera composé um Dictionnaire, une Grammaire, une Rhétorique et une Poétique sur les observations de l’Académie (FRANÇOIS, 1973 apud LEITE, 2006, p. 41).¹⁹

Parece-nos bastante razoável que a ABL, apesar de não explicitá-lo em seu estatuto, também considerasse realizar, com relação ao português brasileiro, algumas das atividades da Academia Francesa – entre elas, trabalhar na definição de regras da língua portuguesa praticada no Brasil, torná-la pura, tomar os melhores autores como referência e prescrever a partir das observações dos acadêmicos, por meio da publicação de dicionários, gramáticas, etc. –, visto que Machado de Assis assinala a sobrevivência dessa academia às mudanças de diferentes ordens e a vontade de que a Academia Brasileira tivesse as mesmas características quanto à estabilidade e progresso. Essas “intenções”, minimamente, ancoram a prática discursiva da ABL ao traço /+ Homogeneidade/.

¹⁹ Art. 24 – A principal função da Academia será trabalhar com todo o cuidado e toda a diligência possível para elaborar as regras certas para a nossa língua e torná-la pura, eloquente e apta para tratar das artes e das ciências.

Art. 25 – Os melhores autores da língua francesa serão distribuídos aos acadêmicos para observarem as elocuições das frases que podem servir de regras gerais, e reportarem-nas à Companhia que julgará o trabalho desses acadêmicos e dele se servirá oportunamente.

Art 26 – Serão feitos um Dicionário, uma Gramática, uma Retórica e uma Poética das observações da Academia (tradução nossa).

A força da tradição (que viemos assinalando por meio do traço /+ Erudição/) também se faz presente na escolha dos nomes para batismo das cadeiras na ABL, ou seja, “os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloquência nacionais”. A opção por nomes ilustres e saudosos, em alguma medida, remete aos literatos que tiveram grande repercussão anos antes da criação da ABL, conseqüentemente, àqueles que escreviam com os olhos postos em Portugal e não escapavam à norma clássica portuguesa.

As considerações que tecemos sobre a ABL nos permitem inferir que o discurso sobre a língua que emerge nesse espaço institucional apresenta como características: a defesa de que há um bom uso da língua, que está associado a um grupo privilegiado (o dos “preclaros e saudosos da ficção, da lírica e da eloquência nacionais”). Esse bom uso recobre a fala e a escrita (incluem-se entre os preclaros e saudosos não só aqueles que escrevem bem, mas os eloquentes), é conservador, na medida em que se apoia sobre a força da tradição, e é representativo da nacionalidade brasileira pela via da unidade literária nacional, o que se estrutura por meio do traço /+Nacionalismo/.

Somente a partir de 1922, com a Semana de Arte Moderna, o conservadorismo linguístico, apoiado sobre a força da tradição europeia, começou, no Brasil, a se transformar, em função de o movimento modernista apregoar a ruptura com o passado e uma reforma do panorama linguístico brasileiro, por meio da defesa e da valorização da variedade linguística praticada aqui. Nesse período, investiu-se muito na discussão sobre a língua portuguesa, especialmente na denominação da língua portuguesa praticada no Brasil (língua brasileira, idioma nacional, língua pátria, língua nacional) e sobre as diferenças lexicais e sintáticas entre o português brasileiro e o português europeu. A partir de 1922, um dado novo parece vir à tona com relação ao discurso sobre a língua: o falar do povo como inspiração. Com o Modernismo, passa-se a considerar a fala como força motriz para o estabelecimento de uma norma absolutamente brasileira. Até então, entre os temas do discurso sobre a língua, não havia a preocupação com uma norma exclusivamente nossa (apesar das considerações de Alencar em defesa da próclise), mas com a incorporação de palavras novas cunhadas pelo povo ou pelo próprio escritor nos textos literários.

Mário de Andrade, no projeto *A gramatiquinha da fala brasileira*, reafirma a necessidade de que se estabeleçam normas sintáticas nossas:

O melhor meio seria o governo entregar a normalização sintática contemporânea a um grupo de homens de valor, tais como naturalmente se indicariam os nomes dos Snrs. Mário Barreto, João Ribeiro, Amadeu Amaral – falo valor linguístico – e que pesquisassem no falar brasileiro certas determinações fraseológicas mais ou menos

gerais que pudessem ser estabelecidas como normas de sintaxe nossa (PINTO, 1990, p. 330).

A gramatiquinha da fala brasileira não chega a constituir uma obra, é um projeto que vigorou entre 1924 e 1929, disperso entre uma caderneta intitulada *Língua Brasileira*, oito envelopes cujos documentos continham a rubrica *Gramatiquinha* e folhas avulsas. Organizado por Pinto (1990), esse material tem singular importância para o objetivo a que nos propomos, visto que pode ser considerado como uma tentativa pioneira de descrever a gramática da fala brasileira, apesar de parecer cindida entre a sistematização de um dos ideais estético-literários modernistas, a saber, estilizar a fala brasileira, e a defesa de uma língua nacional propriamente dita. Essa cisão pode ser verificada, por exemplo, nas seguintes palavras de Mário de Andrade:

A censura de que “ninguém fala como eu escrevo” é besta. Primeiro: escrita nunca foi igual à fala. Tem suas leis especiais. Depois: se trata dum estilo literário, si fosse igual ao dos outros não é estilo literário, não é meu. Isso só é elogioso, mostra que é civilização. Agora quero saber quem nega o meu estilo ter raízes fundas nas expressões do meu povo desde a pseudo-culta até a ignara popular? (PINTO, 1990, p. 325).

Devido aos limites deste trabalho, destacaremos questões que nos parecem mais ligadas à defesa de uma língua nacional. Um dos apontamentos de Mário de Andrade sobre esse tema, de alguma maneira, emerge marcado pelo traço /+ Cientificidade/, assunto que retomaremos mais adiante, ao propor a observação da fala espontânea das diferentes classes sociais, ou mais, especificamente, do vernáculo, tal como propõe a Sociolinguística:

As observações e pesquisas sobre a língua nacional não devem ser feitas exclusivamente entre pessoas das classes proletárias, entre analfabetos e pessoas rurais. Deve estender-se a todas as classes, até mesmo aos cultos, mas sempre na sua linguagem desleixadamente espontânea e natural. As observações só não devem se estender aos indivíduos que timbram em falar certo (PINTO, 1990, p. 338).

Em alguma medida, nessa citação, há, também, uma defesa da língua nacional, há, portanto, o traço /+ Nacionalismo/.

O que se concebe como língua nacional, no Brasil, sofre alterações em função das condições de produção dos discursos sobre a língua portuguesa. *Grosso modo*, entre os modernistas, é “nacional” aquilo que pertence ao povo ou está próximo dele (MUSSALIM, 2003). Nos discursos parlamentares das décadas de 1930 e 1940 analisados por Dias (1996), diferentemente, o processo de solidificação da nação estava ancorado na ideia de língua

comum, o que teve, como efeito, uma aglutinação dos indivíduos pertencentes a um mesmo território, sem que se colocasse em causa sua participação na constituição da nação. Nesse caso, o sentido de “nacional” parece ser mais delimitado por questões geográficas que etnográficas. A ideia de língua comum, conforme procuramos apontar ao longo deste capítulo, identificando-a por meio do traço /+ Unidade/, está latente desde os primeiros discursos sobre a língua portuguesa do Brasil. Como procuraremos mostrar, o dizer de Mário de Andrade, apesar de parecer recortar outro objeto como sendo a “língua nacional”, tampouco consegue se desvincular do traço /+ Unidade/.

Na defesa da língua nacional, pressuposta n’*A gramatiquinha da fala brasileira*, Mário de Andrade preconiza certa unidade linguística do português brasileiro: “Na realidade não tem grande diferença entre o brasileiro falado no Ceará, em São Paulo e no R. Grande do Sul. É uma diferença muito mais oral porque a vocabular é pequena” (PINTO, 1990, p. 342).

A questão da unidade linguística aparece também em texto sobre o Congresso de Língua Nacional Cantada, realizado em julho de 1937, na cidade de São Paulo, pelo Departamento de Cultura do qual Mário de Andrade era diretor. Esse evento contou com seções de Linguística e Musicologia e tinha como objetivo “expor aos brasileiros dentre as suas pronúncias regionais, qual a preferível para ser usada no teatro, no canto e na declamação eruditos do país e quais as normas de pronúncia dessa língua-padrão quando cantada” (PINTO, 1990, p. 348). Os setenta congressistas, representando quase todos os estados brasileiros, escolheram a pronúncia carioca como padrão. Diante dos “despeitados” e “revoltados” com a escolha, Mário de Andrade afirmou que “o importante é fixar uma pronúncia qualquer, mas *uma*” (grifo do autor) e que as normas definidas na ocasião não eram uma bobagem, visto que

um trabalho realizado por representantes de pelo menos três universidade brasileiras, várias academias de letras do país, vários institutos históricos, farto número de conservatórios, filólogos, compositores, cantores, professores de canto, críticos musicais dos mais ilustres, terá forçosamente muita coisa boa (PINTO, 1990, p. 349).

Ao minimizar as diferenças linguísticas regionais e defender a fixação de “uma” pronúncia para o campo das artes, em alguma medida, o dizer de Mário de Andrade coloca em cena a unidade como um elemento desejável para que se considere algo, no caso, a língua, como nacional, representativa, legítima do povo brasileiro. Até então, os discursos sobre a língua portuguesa usada no Brasil insistiam nessa unidade em comunhão com Portugal. De

qualquer forma, o uno, o indiviso são características recorrentes da formação discursiva que estamos tentando descrever.

Segundo os objetivos do Congresso de Língua Nacional Cantada, ao mesmo tempo em que se busca abarcar a diversidade linguística por meio da “exposição”²⁰ de pronúncias regionais, fixa-se uma delas, a carioca, como padrão. Mário de Andrade recorre ainda ao argumento de autoridade, enumerando instituições de reconhecido prestígio e profissionais “dos mais ilustres” para justificar a validade do que ficou decidido no congresso. Seu dizer sobre os participantes do evento apresenta uma das características mais remotas do discurso sobre a língua portuguesa, a de que há um bom uso, há um grupo seletivo usuário desse bom uso ou com reconhecida autoridade para fixá-lo.

Interessante destacar que no inventário que faz das formas usuais da língua portuguesa efetivamente em uso no Brasil, com relação à próclise, por exemplo, Mário de Andrade enumera a ocorrência de “Me guiareis”, em José de Alencar, e “Te vejo, te procuro”, em Gonçalves Dias. Novamente, o que adquire *status* de bom uso entre os modernistas, em alguma medida, era referendado por escritores já consagrados no território nacional.

Retomando a questão da cientificidade, que parece marcar um dos dizeres de Mário de Andrade sobre a língua portuguesa, de acordo com Mussalim (2003), um dos elementos responsáveis pelas transformações no discurso sobre a língua, verificadas a partir da segunda década do século XX, é a emergência do paradigma de cientificidade, ou seja, a emergência de um posicionamento dominante que passa a orientar toda a discussão em torno da questão linguística no Brasil, apoiado no estudo das leis que regem as modificações e alterações sofridas pela língua portuguesa. Esse paradigma estava fortemente vinculado à propagação e decorrente credibilidade dos conhecimentos advindos do campo da Linguística.

Para Mussalim, os adeptos desse novo paradigma não militarão mais em favor da manutenção da tradição gramatical e literária portuguesas, não defenderão a unidade ou a homogeneidade linguística, mas passarão a apoiar o direito de cidadania à língua nacional.

O critério de cientificidade que se impôs no século XX é explicitado de maneira bastante clara por Virgílio de Lemos (1916), para quem o encaminhamento de toda discussão em torno da língua nacional para uma instância “radicalmente científica” terá, conseqüentemente, o estabelecimento da dicotomia *linguística/gramática*, em que esta é

²⁰ Acreditamos que o Museu da Língua Portuguesa, em alguma medida, também se vale do ato de expor variedades linguísticas do português brasileiro como forma de fazer o normativo funcionar. Esse funcionamento discursivo pode ser inferido, por exemplo, do painel *Erros nossos de cada dia*, uma das instalações da exposição temporária *Menas: o certo do errado, o errado do certo*, cuja análise apresentaremos no capítulo 7.

tomada como lugar de arbitrariedade e dogmatismo, e aquela como reduto de precisão e eficácia.

Mussalim afirma que, em certo sentido, a dicotomia *linguística/gramática* reinterpreta o binômio *língua falada/língua escrita literária*, a primeira, lugar de transformações, a segunda, de homogeneização. Esse deslocamento é apontado também, em 1916, em *A língua portuguesa no Brasil*, por Virgílio de Lemos que acredita que ao linguista caiba “observar, coligir, estudar, explicar cientificamente os fatos referentes às modificações e alterações sofridas pela língua portuguesa na boca do povo brasileiro, determinando-lhes as causas e formulando-lhes as leis”, e ao gramático caiba “tomar pulso ao gênio tradicional dessa língua” com o objetivo de discipliná-la (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 439-440).

Além da emergência do critério científico como instância legitimadora de uma língua nacional, a opinião dos escritores permanece na discussão sob o argumento de que “são eles e não os gramáticos os que fazem a língua”, tal como argumenta Mário Barreto, em 1924 (PINTO, 1978, p. 430).

Nesse contexto, os primeiros modernistas se inserem no processo de reflexão e construção de uma identidade linguística brasileira por se dedicarem, em alguma medida, à coleta e sistematização de características fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas da variedade brasileira da língua portuguesa tomada como uma, sem, no entanto, se distanciar de um projeto mais amplo, a construção de uma vanguarda artística nacional.

A linguagem de Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa, entre outros modernistas, permitiu que fosse praticada uma linguagem mais próxima da linguagem efetivamente em uso em nosso país. No entanto, os efeitos dessa abertura parecem não ter sido suficientes para romper com o conservadorismo da prescrição gramatical adotada aqui. De acordo com Leite (2006, p. 28), “em termos de norma prescritiva, por exemplo, apenas depois da década de 70 alguns usos modernistas foram abandonados. Muitos outros, de uso corrente na língua escrita do Brasil, ainda são considerados incorretos”.

A colocação pronominal proclítica é, sem dúvida alguma, um dos usos modernistas que, embora corrente na língua escrita do Brasil, é ainda hoje considerado incorreto pela norma prescritiva. Um exemplo clássico dessa forma de emprego dos clíticos é *Pronominais*, poema de Oswald de Andrade (2003, p. 167), publicado em 1925: “Dê-me um cigarro/Diz a gramática/Do professor e do aluno/E do mulato sabido/Mas o bom negro e o bom branco/Da Nação Brasileira/Dizem todos os dias/Deixa disso camarada/Me dá um cigarro”.

Ainda de acordo com Leite (2006), apesar de o Brasil não possuir, oficialmente, uma política purista, a tradição gramatical normativa é muito valorizada em nosso país. Nas

gramáticas mais recentes, de autores cuja autoridade é tomada como indiscutível, há referências a alguns usos inaugurados na literatura pelos modernistas. Esses usos, por vezes, aparecem por meio de notas que registram o uso brasileiro, mas não os recomendam para a linguagem formal escrita, categorizando-os como “uso coloquial”, “linguagem familiar”, “linguagem popular”, etc. Outros usos, porém, integram o corpo dos manuais de gramática.

Em Cunha e Cintra (2001), no que se refere à colocação dos pronomes átonos, primeiramente, são apresentadas as “regras gerais”, ou seja, regras que, supostamente, são seguidas/compartilhadas por portugueses e brasileiros. Em seguida, no que se refere à colocação dos pronomes no Brasil, o texto gramatical ganha um tom descritivo que, de alguma maneira, aprova a colocação característica do português brasileiro, devido a sua proximidade a usos medievais e clássicos, mas não a prescreve: “A colocação dos pronomes no Brasil, principalmente no colóquio normal, difere da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 316-317). Nesse dizer, a referência aos usos medievais e clássicos atualiza o traço /+ Erudição/ (o que permite que o uso brasileiro figure na gramática), enquanto a prescrição de “regras gerais” pressupõe o traço /+ Homogeneidade/.

Sobre o mesmo tema, Bechara (1983, p. 329), respaldado por Martinz de Aguiar (1971 apud Bechara, 1983), para quem a diferença entre o uso brasileiro e o português justifica-se por uma complexa rede de fatores fonéticos, lógicos, estilísticos, estéticos e históricos, afirma: “Pelas mesmas razões variadíssimas é que no Brasil, na linguagem coloquial, o pronome átono pode assumir posição inicial de período. Este fenômeno, válido para a lingüística, só por comodidade e inadvertência se tem como ‘erro’ de gramática”. Apesar de “mais moderno”, porque apoiado sob o paradigma de cientificidade que marcou o discurso sobre a língua durante o século XX, Bechara (1983), ignorando um uso que os modernistas tentaram imortalizar no texto literário, por meio de uma sentença modalizada pelo verbo “poder” (“o pronome átono pode assumir posição inicial de período”), restringe a ocorrência de pronomes átonos em início de sentença à linguagem coloquial. Em certa medida, o dizer de Bechara ao mesmo tempo em que se aproxima do traço /+ Cientificidade/, é ancorado sob o traço /+ Homogeneidade/, uma vez que o emprego de pronome átono em posição inicial de período fica à margem do que é tido como língua e/ou bom uso da língua.

Com relação aos escritores identificados como pertencentes à segunda fase modernista, período compreendido entre 1930 e 1945, Leite (2006, p. 189) afirma que “os anos que sucederam ao movimento da Semana de Arte Moderna constituíram um período

de acomodação. Aqueles exageros lingüísticos foram abandonados e a volta à ortodoxia, embora moderada, foi inevitável”.

Graciliano Ramos, para citar apenas um exemplo, acusou os escritores modernistas que o antecederam, principalmente, Mário de Andrade, de forjar uma língua com o objetivo de se enriquecer:

No Brasil, nesse infeliz meio século que se foi, indivíduos sagazes, de escrúpulos medianos, resolveram subir rápido criando uma língua nova do pé para a mão, uma espécie de esperanto, com pronomes e infinitos em greve, oposicionistas em demasia, e preposições no fim dos períodos. Revoltado, cisma, e devotos desse credo tupinambá logo anunciaram nos jornais uma frescura que se chamava “Gramatiquinha da fala brasileira”.

Essa gramatiquinha não foi publicada, é claro: não existe língua brasileira. Existirá com certeza, mas por enquanto ainda percebemos a prosa velha dos cronistas. De fato, na lavoura, na fábrica, na repartição, no quartel podemos contentar-nos com a nossa gíria familiar. Seria absurdo, entretanto, buscarmos fazer com ela um romance (RAMOS, 1952 apud LEITE, 2006, p. 190).

Nesse dizer, Graciliano Ramos (1952), tomando um posicionamento diametralmente oposto ao dos primeiros modernistas, nega a existência de uma língua brasileira e retoma o binômio *fala popular/língua escrita literária*, em voga cem anos antes dessa declaração, por meio da afirmação de que é impossível escrever um romance com “nossa gíria familiar”, adequada à lavoura, à fábrica, à repartição e ao quartel, mas não à literatura. Reiteramos que um dos efeitos de sentido decorrentes dessa divisão será o de associar à fala o lugar das transformações e à escrita, o lugar da homogeneidade, como afirmamos anteriormente, o que subsidia, em muitos casos, a manutenção de uma das características do discurso dominante sobre a língua portuguesa, a saber, a de que há um bom uso. Por essa razão, identificamos, no dizer de Graciliano Ramos, o traço /+ Restrição/.

Apesar do posicionamento aparentemente tradicional de Graciliano Ramos, em seu fazer literário, conforme aponta Leite (2006), a linguagem popular é aproveitada e evidencia o posicionamento daquele que tem consciência de que a variedade brasileira estava bem diferente da portuguesa e reconhece que não há nada que justifique o distanciamento entre a língua literária e a falada. Acreditamos que essa aparente contradição em Graciliano Ramos pode ser vista, em alguma medida, como decorrente do paradigma de cientificidade que marcou o discurso sobre a língua portuguesa no início do século XX e deslocou, em grande parte, a discussão em torno do problema da diferenciação linguística entre Brasil e Portugal para a relação entre língua e sociedade e para as questões linguísticas decorrentes dessa relação. Em *São Bernardo*, por exemplo, o narrador planeja um romance cujo trabalho de redação, composição literária e tipográfica seria dividido entre seus amigos. A propósito

disso, quando Azevedo Godim, redator e diretor do *Cruzeiro*, apresenta os dois primeiros capítulos do livro que, para ele, deveria ser escrito “em língua de Camões”, há uma ruptura entre essa personagem e o narrador-personagem que elucida a necessidade de que a língua literária se aproxime da realidade que procura representar:

– Vá para o inferno, Godim. Você acanalhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota. Há lá ninguém que fale dessa forma!
 Azevedo Godim apagou o sorriso, engoliu em seco, apanhou os cacos da sua pequenina vaidade e replicou amuado que um artista não pode escrever como fala.
 – Não pode? Perguntei com assombro. E por quê?
 Azevedo Godim respondeu que não pode porque não pode (RAMOS, 1974 apud LEITE, 2006, p. 192).

Os estudos em torno da relação entre língua e sociedade remontam ao início do século XX, mais especificamente a 1921, com a publicação, na França, de *Le langage*, obra de Joseph Vendryes. No entanto, a difusão das ideias sociolinguísticas só tomou corpo fora da Europa nas décadas de 1950 e 1960. No Brasil, os primeiros trabalhos de Sociolinguística começaram a aparecer na década de 1970, entre os quais, destaca-se a tese defendida pelo professor Dino Preti, *Sociolinguística: os níveis de fala*, transformada em livro e publicada em 1982, na qual aborda de forma crítica e sistemática as teorias que tratam da relação entre língua e sociedade e da variação linguística, bem como apresenta, a partir das teorias estudadas, uma análise da variedade linguística brasileira representada no diálogo literário. Outros trabalhos igualmente importantes surgiram na década de 1980, desenvolvidos em conformidade com a teoria da variação linguística de William Labov. No Brasil, o linguista Fernando Tarallo foi responsável pela divulgação da teoria laboviana por meio da publicação do manual *A pesquisa sociolinguística* e da orientação de inúmeras pesquisas variacionistas.

Os estudos da Sociolinguística visavam, então, a implementar nova visão sobre o problema da variação da linguagem, a partir do estudo da relação língua/sociedade. Além disso, passou-se a estudar o reflexo da variação social sobre a norma linguística. Assim, a concepção de língua incorporou a contraparte social (LEITE, 2006, p. 197).

De acordo com Leite, esses e outros trabalhos foram, aos poucos, promovendo a mudança de atitude diante do estudo e ensino da língua portuguesa no Brasil, aliados ao trabalho de professores universitários de Linguística e Língua Portuguesa dos cursos de Letras em todo o país, que formaram professores que, por sua vez, passaram a atuar nos ensinamentos fundamental e médio e, conseqüentemente, a divulgar as ideias sobre a variação linguística. Acrescentamos que esse contexto promoveu, também, mudanças no discurso sobre a língua

portuguesa que, em alguma medida, se viu obrigado a incorporar as noções de variação e mudança linguísticas, próprias da Sociolinguística, sem, entretanto, abandonar os seus traços mais marcantes. Do interior da Sociolinguística, as noções de variação e mudança podem ser interpretadas por meio do traço /+ Heterogeneidade/. Entretanto, como procuraremos mostrar, no campo midiático, essas noções recebem um tratamento discursivo que as transforma em ponto de partida para um discurso ancorado nos traços /+ Restrição/, /+ Correção/ e /+ Homogeneidade/.

A incorporação de noções próprias da Sociolinguística no discurso sobre a língua portuguesa na mídia, em conformidade com Mendonça (2006), *grosso modo*, ocorre da seguinte maneira: fala-se/escreve-se sobre a diferença entre o padrão oral e o escrito como, talvez, fizesse um sociolinguista, e cita-se a “língua padrão”, noção para a qual o discurso sobre a língua portuguesa não aplica o conceito de variação, mas toma-a, diferentemente, como uniforme. Nos fragmentos abaixo, retirados da coluna de Pasquale Cipro Neto publicada no jornal *Folha de São Paulo*, em 1999, esse traço é evidente:

Trata-se de caso clássico da diferença entre o padrão oral e o escrito. Na fala, no dia-a-dia, a preposição simplesmente some antes do relativo “que”.

“A firma que meu pai trabalha”, “A garota que você estava na semana passada”, “O copo que eu bebi”, “Ele cuspiu no prato que comeu”, por exemplo, são construções freqüentes na língua oral.

Ao pé da letra, o que significa “Ele cuspiu no prato que comeu”? Que o cidadão não é adepto de hábitos higiênicos. Antes de deglutir o prato (tomado no sentido lato ou no de “refeição”), dá-lhe uma sonora cusparada. Haja estômago!

Para que a frase tenha o sentido desejado, é preciso acrescentar-lhe um “em”: “Ele cuspiu no prato *em* que comeu” (MENDONÇA, 2006, p. 53).

Na semana passada, tratei do emprego do pronome relativo regido por preposição. A base da conversa foi uma questão do vestibular da Fuvest, de 1999.

Faltou discutir esta frase: “Eis o documento _____ cópia me refiro”. [...]

Qual é o pronome adequado então? Tchã, tchã, tchã! Ninguém menos que um moribundo: o pronome “cujo”, que, como dizia mestre Otto Lara Resende, “bateu asas e voou”. Voou na língua do dia-a-dia, mas não na língua padrão (MENDONÇA, 2006, p. 53).

Para Pagotto (1998), as gramáticas recentemente colocadas no mercado, buscando atualizar a descrição gramatical e romper com uma tradição pré-científica²¹, também se apropriam de certa Sociolinguística para justificar a norma padrão²². O argumento desses

²¹ A *Gramática descritiva do português*, de Mário Perini (1995) é citada por Pagotto (1998) como um manual exemplar desse posicionamento em relação à língua portuguesa, que pretende romper com o pré-cientificismo que marcou os primeiros manuais.

²² A prática discursiva do Museu da Língua Portuguesa também parece ancorar-se em certa Sociolinguística para justificar a norma padrão. Na exposição temporária *Menas: o certo do errado, o errado do certo*, a variedade popular do português brasileiro ganha o espaço sacralizado do museu, mas sob uma grade de leitura prescritiva.

manuais é construído com base na adequação/inadequação dos usos linguísticos em contextos que não se igualam: são condescendentes com as situações comunicativas informais e inflexíveis nas situações que envolvem relações de poder. Em alguma medida, nas conversas de bar, o uso da variedade padrão soa como brincadeira e pode levar seu usuário a ser excluído do círculo de amizades, porque haveria uma convenção social que admite como inadequados certos usos linguísticos. No texto constitucional, no despacho jurídico, nos trabalhos acadêmicos, nos pronunciamentos presidenciais – situações comunicativas em que o poder está em jogo –, diferentemente, a norma padrão é requerida.

Nos meios de comunicação de massa, de modo geral, a inflexibilidade linguística nas situações que envolvem relações de poder, de que trata Pagotto, é traduzida sob a forma de que o “bom uso” da língua está associado ao sucesso profissional. Em revistas²³, por exemplo, a questão da variação parece ser traduzida por meio do enunciado “o brasileiro não sabe ou sabe pouco português”. A revista *Veja*, em 7 de novembro de 2001, destacou em sua capa uma reportagem cujo título era “Falar e escrever bem”, acompanhada do subtítulo “O brasileiro tem dificuldade de se expressar corretamente. Mas está fazendo tudo para melhorar, porque precisa disso na profissão, nos negócios e na vida profissional”. A revista *Tudo*, de março de 2002, recorreu ao mesmo expediente, trouxe entre as chamadas da capa em destaque “As vantagens de saber português” e a reportagem “O valor do bom português” com o seguinte subtítulo: “Falar e escrever bem ajuda na hora de arrumar emprego, conseguir promoção e até para conquistar namorado ou namorada. Mas não vá exagerar na dose e virar um patrulheiro da língua, porque pega mal”. Em outra edição da mesma revista, em abril de 2001, a reportagem “Mania de gerúndio” tinha como subtítulo “Muita gente usa dois verbos ou três verbos para falar o que poderia ser dito com apenas um. Isso é certo ou errado? Professores dão sua opinião”, acompanhada das fotografias de Pasquale Cipro Neto e Bruno Dallari, lado a lado, separadas por um “x”, e cuja legenda era “O gramático Pasquale é contra o gerúndio, mas o linguista Dallari não vê isso como pecado”.

Nesses exemplos, a representação que se faz da língua é a de que há um bom uso que recobre tanto a fala e a escrita e que o domínio desse bom uso, tomado como a língua, é desejável não só no mercado de trabalho, mas também na vida pessoal. Dessa representação emerge o traço /+ Restrição/. No último exemplo, especificamente, o uso linguístico que parece não gozar de prestígio social é qualificado pejorativamente como “mania”. E a evidência de que, no discurso sobre a língua portuguesa, há um bom uso, é retomada por meio

²³ Os exemplos midiáticos citados, aqui, foram reunidos e analisados por Mendonça (2006).

da questão “Isso é certo ou errado?”, como se os fatos linguísticos tivessem, unicamente, uma dessas duas interpretações, o que nos parece revelador do traço /+ Correção/. A fotografia presente na reportagem e sua legenda atualizam a dicotomia *linguística/gramática*, questão recorrente a partir do estabelecimento do paradigma de cientificidade.

Nas raras ocasiões em que a questão da variação linguística ganha espaço nos meios de comunicação de massa, recebe um tratamento que a restringe à linguagem oral que, por sua vez, é vista como homogênea, tal como apresentado em “Todo mundo fala assim”, título de reportagem da revista *Veja*, de julho de 2001, e a rebaixa sob a forma de “desvio”, como exemplificado no subtítulo “Vem aí uma gramática anistiando os principais desvios da linguagem oral. Mas atenção: o português continua a merecer respeito”²⁴.

Mais recentemente, a distribuição de *Por uma vida melhor*, livro indicado ao 7º ano do Ensino Fundamental, pertencente à coleção *Viver, Aprender*, da Global Editora e Distribuidora Ltda., distribuído pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) a 484.195 alunos de 4.236 escolas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), fez com que circulasse na mídia uma série de dizeres cujas características coincidem com os traços do discurso sobre a língua portuguesa que estamos procurando descrever.

No capítulo *Escrever é diferente de falar*, Ramos (2009) procura distinguir língua falada de língua escrita, ressaltando algumas características dessas duas modalidades de linguagem e diferenças no processo de aprendizagem de cada uma delas. Em seguida, esclarece que o capítulo objetiva o estudo de uma variedade da língua portuguesa: a norma culta, e que para estudar essa variedade é requerido o conhecimento de que há mais de uma maneira de falar e escrever, o de que há variantes próprias a cada região do país e o de que há variantes de origens sociais diferentes. A autora discorre sobre o fato de que, por uma questão tão somente de prestígio, a variante utilizada pelas classes economicamente favorecidas é considerada culta e que a variante utilizada pelas classes economicamente desfavorecidas é denominada de popular. E acrescenta que as duas variantes

são eficientes como meios de comunicação. A classe dominante utiliza a norma culta principalmente por ter maior acesso à escolaridade e por seu uso ser um sinal de prestígio. Nesse sentido, é comum que se atribua um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros. Esse preconceito não é de razão linguística, mas social. Por isso, um falante deve dominar as diversas variantes porque cada uma tem seu lugar na comunicação cotidiana (RAMOS, 2009, p. 12).

²⁴ A reportagem refere-se ao lançamento da *Gramática do português culto falado no Brasil*, resultado do Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta (NURC).

Feita essa apresentação, em que o traço /+ Cientificidade/ emerge no campo escolar, um fragmento de texto escrito por um estudante é apresentado e serve de mote para que questões como emprego do ponto, emprego de pronomes e concordância nominal e verbal sejam abordadas no livro didático.

Com relação, especificamente, à concordância nominal e à concordância verbal – questão que motivou a discussão acalorada em torno do livro e do ensino de língua portuguesa no Brasil, no primeiro semestre de 2011 –, Ramos explicita como se dá a concordância na norma culta para, em seguida, apresentar a regra que rege a concordância na norma popular que, obviamente, é diferente daquela.

Para os sociolinguistas e linguistas que se posicionaram com relação ao assunto, de modo geral, o referido capítulo não apresenta qualquer incongruência. Se há incongruência, ela está no recorte do fragmento abaixo e na sua apresentação descontextualizada, tal como diversos meios de comunicação reproduziram:

Você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar ‘os livro?’.”
Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião (RAMOS, 2009, p. 15, grifo da autora).

Escrever é diferente de falar, em alguma medida, apresenta uma abordagem que vai ao encontro daquilo que preconizam os defensores do ensino formal de língua portuguesa a partir do bidialetalismo funcional²⁵. Nesse capítulo de *Por uma vida melhor*, a norma culta é ensinada ao mesmo tempo em que é dada a oportunidade aos estudantes de se reconhecerem no livro didático por meio do dialeto que usam. Ramos explicita que cada dialeto serve a determinadas funções e situações, além de não agregar qualquer juízo de valor aos usuários de um dialeto ou de outro.

De modo geral, na mídia televisiva, impressa e eletrônica, o livro foi citado como sendo aquele que ensina “português errado”, questão que, para nós, atualiza o traço /+ Correção/. Muitos jornalistas, professores da mídia e blogueiros, entre outros, não hesitaram em disparar uma série de ácidas críticas não só ao livro e à sua autora, mas ao sistema de ensino brasileiro, ao MEC e aos linguistas. Em função dos limites deste trabalho, enumeramos apenas alguns títulos dessas críticas: “Livro didático faz apologia do erro:

²⁵ Para mais detalhes sobre a proposta de ensino baseada no bidialetalismo funcional, ver Soares (2002).

exponho a essência da picaretagem teórica dessa gente” (Reinaldo Azevedo, blogueiro da revista *Veja*), “Escrever errado está certo e é correto falar errado, sustenta a obra aprovada pelo MEC” (Ricardo Noblat, colunista do jornal *O Globo*), “Por uma vida pior” (artigo de Arnaldo Niskier publicado no site da ABL), “A situação está gramática” (Agamenon, blogueiro do jornal *O Globo*), “A ‘espertocracia’ educacional” (artigo de Gaudêncio Torquato, jornalista, professor titular da USP e consultor político e de comunicação, publicado em *O Globo*) e “Adevérbio não vareia” (artigo de Sérgio Bermudes, advogado e professor de Direito da PUC-RJ, publicado em *O Globo*).

Ancoradas nos traços /+ Unidade/, /+ Correção/, /+ Homogeneidade/ e /+ Nacionalismo/, resumidamente, as críticas ao livro de Ramos pautaram-se em uma suposta ameaça à soberania nacional, deflagrada por uma provável falta de unidade linguística, tema recorrente, também, quando os estrangeirismos ocupam os espaços político e midiático.

Com relação aos estrangeirismos, tema que desde o século XV é emblemático no discurso sobre a língua portuguesa e sua relação com a defesa de uma nacionalidade, em nosso país, não foi diferente. No campo político, o Projeto de Lei nº 1676/99, de autoria do deputado federal pelo PC do B-SP, Aldo Rebelo, cujo conteúdo dispõe sobre “a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências”, tentou transformar o emprego de palavras estrangeiras de origem inglesa em crime de lesa-pátria e motivou uma série de dizeres ufanistas.²⁶ Na justificativa de seu projeto de lei, Rebelo retoma, entre outras coisas, a “unidade” linguística do português brasileiro como um elemento da identidade nacional:

Ora, um dos elementos mais marcantes da nossa identidade nacional reside justamente no fato de termos *um imenso território com uma só língua*, esta plenamente compreensível por todos os brasileiros de qualquer rincão, independentemente do nível de instrução e das peculiaridades regionais de fala e escrita. Esse - um autêntico milagre brasileiro - está hoje seriamente ameaçado (REBELO, 1999, p. 52.061, grifo nosso).

Em outro trecho de sua justificativa, ao citar a Constituição Federal, se dá conta de que há, nesse texto, uma palavra de origem latina. A possibilidade de que seu projeto pudesse passar por contraditório é prontamente combatida por meio do retorno aos clássicos, língua latina e Direito Romano:

²⁶ Para uma análise da polêmica em torno da presença de estrangeirismos na língua portuguesa que tomou corpo na *Folha de São Paulo*, entre 2001 e 2005, ver o trabalho de Vilela-Ardenghi (2007).

O nosso idioma oficial (Constituição Federal, art. 13, *caput*) passa, portanto, por uma transformação sem precedentes históricos, pois que esta não se ajusta aos processos universalmente aceitos, e até desejáveis, de evolução das línguas, de que é bom exemplo um termo que acabo de usar - *caput*, de origem latina, consagrado pelo uso desde o Direito Romano. Como explicar esse fenômeno indesejável, ameaçador de um dos elementos mais vitais do nosso patrimônio cultural - a língua materna -, que vem ocorrendo com intensidade crescente ao longo dos últimos 10 a 20 anos? Como explicá-lo senão pela ignorância, pela falta de senso crítico e estético, e até mesmo pela falta de autoestima? (REBELO, 1999, p. 52.061, grifo nosso).

Aldo Rebelo, ao apontar que a inclusão de estrangeirismos de língua inglesa ocorre por ignorância, falta de senso crítico e estético, em alguma medida, parafraseia o título do glossário de Cardeal Saraiva, citado no início deste capítulo, *Glossário das palavras e frases da língua francesa, que por descuido, ignorância ou necessidade se tem introduzido na locução portuguesa moderna; com juízo crítico nas que são adotáveis nela*. Quanto ao juízo crítico, de que trata Saraiva, no projeto de lei, caberia à ABL aportar e incluir vocábulos de origem estrangeira no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) e exercer, “por tradição, o papel de guardião dos elementos constitutivos da língua portuguesa usada no Brasil” (REBELO, 1999, p. 52.060). Diante do que apontamos em torno do dizer de Rebelo sobre a língua, acreditamos que esse dizer também se organiza em torno de /+ Unidade/, /+ Erudição/ (os estrangeirismos originários do latim e imortalizados pelo Direito Romano são autorizados) e /+ Nacionalismo/ tomado, aqui, não como diferenciação linguística e/ou literária, mas como o sentimento de defesa contra a infiltração política e cultural estrangeira.

Parte dos traços do discurso sobre a língua portuguesa que procuramos descrever neste capítulo também permeia as declarações de pessoas comuns, jovens, estudantes. A título de exemplificação, enumeramos algumas mensagens postadas na rede social *Twitter*, em 6 de maio de 2012. Para selecioná-las, a palavra “português” foi usada no sistema de buscas do *site*. No senso comum, a onipresença da ideia de que há um bom uso da língua aparece associada às aulas e aos professores de português e recobre tanto a fala quanto a escrita.

No discurso do senso comum sobre a língua portuguesa, os traços /+ Restrição/ e /+ Correção/ são atualizados, respectivamente, por meio da indicação de que, na fala e na escrita, há usos que não são reconhecidos como legítimos – como apontam os três usuários do *Twitter* citados a seguir –, e por meio do apontamento de que os usos reconhecidos como pertencentes à norma culta sejam trabalhados nas aulas de português.

- (1) @cesinha: É tanto e-mail mal escrito que fico na dúvida se ainda existe aula de Português na escola.

(2) @problemathco: A PESSOA MAL COMEÇA A FALAR COM VC POREM VC JÁ TEM VONTADE DE DIZER “amg senta aqui vou te dar umas aulas de português”

(3) @oibotina: Peço aos professores de português que insistam mais naquela historinha do “mim não faz nada” e derivados pq tá ficando chato já

Como demonstra o percurso que fizemos até aqui, durante, aproximadamente, cinco séculos, os temas centrais que fomentam as discussões sobre a língua portuguesa vão se alterando, passam da diferenciação linguística entre Brasil e Portugal para a defesa de uma literatura e uma língua “genuinamente” nacionais, agregam elementos ligados ao paradigma de cientificidade, sem, no entanto, desviar-se da assunção de que há um bom uso da língua portuguesa. Em todas as épocas, também, há um grupo ou grupos bem definidos (os intelectuais, os barões doutos, os especialistas, os escritores, os professores de português) que podem dizer esse bom uso, na maioria das vezes, reconhecido como a língua. E, embora o paradigma de cientificidade que marcou o século XX tenha, em alguma medida, impulsionado, sob a dicotomia gramática/linguística, o tratamento das questões relacionadas aos fatos linguísticos e ampliado a noção de língua, isso não foi suficiente para que o discurso sobre a língua portuguesa, no Brasil, ganhasse contornos completamente diferentes.

4.3 Considerações finais

Para uma visão geral da distribuição dos traços semânticos que enumeramos como sendo estruturantes dos dizeres sobre a língua portuguesa, na ordem em que aparecem em nossas análises, organizamos o seguinte quadro:

Quadro 1 – Distribuição dos semas da formação discursiva sobre a língua portuguesa

Enunciado ou acontecimento analisado	Semas	Especificidades dos dizeres sobre a língua portuguesa
Fernão de Oliveira (1536)	/+Idealização/ /+Homogeneidade/ /+Restrição/	Relacionada aos intelectuais
João de Barros (1540)	/+Restrição/ /+Correção/ /+Idealização/	Relacionada aos barões doutos
D. Duarte (documento anterior ao século XV)	/+Pureza/	Recusa de termos provenientes do Latim
Cardeal Saraiva (1816)	/+Pureza/	Recusa de termos provenientes do Francês
Visconde de Pedra Branca (1824-1825)	/+Unidade/ /+Nacionalismo/	Interna ao território brasileiro Diferenciação linguística entre Brasil e Portugal
José Bonifácio (1825)	/+Erudição/	Neologismos (clássicos)

Gonçalves de Magalhães (1836)	/+Progresso/	Neologismos
Varnhagen (1850)	/+Nacionalismo/ /+Erudição/	Diferenciação linguística entre Brasil e Portugal Clássicos portugueses e gramática
Gonçalves Dias (1857)	/+Heterogeneidade/ /+Progresso/ /+Erudição/ /+Nacionalismo/	Neologismos Clássicos portugueses e gramática Defesa superficial do nacional
Silva Neto (1960)	/+Unidade/	“Nobreza” do português brasileiro
José de Alencar (1865, 1870 e 1875)	/+Unidade/ /+Progresso/ /+Idealização/ /+Nacionalismo/ /+Restrição/ /+Erudição/	Interna e com Portugal Defesa superficial do nacional Bons escritores Clássicos portugueses e latinos e gramática
Transição da Constituição do Império para a Constituição da República (Pagotto, 1998)	/+Homogeneidade/ /+Unidade/	Brasil e Portugal
Joaquim Nabuco (1875 e 1897)	/+Homogeneidade/ /+Unidade/ /+Idealização/	Brasil e Portugal
Machado de Assis (1897) quando da fundação da ABL.	/+Unidade/ /+Homogeneidade/ /+Erudição/ /+Nacionalismo/	Brasil e Portugal Diferenciação literária entre Brasil e Portugal
Mário de Andrade (1924-1929)	/+Cientificidade/ /+Unidade/ /+Nacionalismo/	Interna Defesa do nacional por meio da ruptura com a norma lusitana
Cunha e Cintra (1985)	/+Erudição/ /+Homogeneidade/	Usos clássicos e medievais
Bechara (1983)	/+Cientificidade/ /+Homogeneidade/	
Graciliano Ramos (1952)	/+Restrição/	
Surgimento da Sociolinguística (a partir de 1921, na Europa, e da década de 1970, no Brasil)	/+Heterogeneidade/	
Colunas, reportagens de capa e matérias sobre a língua produzidas no campo midiático (séculos XX e XXI)	/+Homogeneidade/ /+Restrição/ /+Correção/	
Heloisa Ramos (2009)	/+Cientificidade/	
Críticas ao livro de Heloisa Ramos (2011)	/+Correção/ /+Unidade/ /+Homogeneidade/ /+Nacionalismo/	Interna Defesa da suposta unidade do português brasileiro
Projeto de lei de Aldo Rebelo (1999)	/+Unidade/ /+Erudição/ /+Nacionalismo/	Interna Latim e o Direito Romano Defesa contra a infiltração política e cultural estrangeira
Twitter (2011)	/+Restrição/ /+Correção/	Português das aulas de Português

Fonte: Produção nossa.

Em alguma medida, as características do discurso dominante sobre a língua portuguesa parecem se organizar da seguinte maneira: há um bom uso da língua, esse bom uso está associado a um grupo bem definido e é válido tanto para a fala quanto para a escrita. Algumas

vezes, o dizer sobre esse bom uso parece cindido entre o que vale e o que não vale para essas duas modalidades (reflexo da divulgação das ideias sociolinguísticas e que se materializa, entre outras maneiras, por meio da categorização de algumas formas como pertencentes à linguagem familiar, coloquial ou popular). Esse bom uso é conservador e é representativo de uma nacionalidade. O conservadorismo pode ser verificado no fato de os usos efetivos que os brasileiros fazem da língua, tanto na modalidade escrita quanto falada, sofrerem, constantemente, uma força que os impede de figurar como norma padrão. Quanto ao fato de esse bom uso ser representativo de uma nacionalidade, a idealização do português praticado no Brasil como uma língua *una*²⁷, que perpassa diferentes períodos históricos, é uma forma de ligar esse bom uso ao nacional.

De acordo com Haugen (2001), a invenção da imprensa, a ascensão da indústria e a extensão da educação popular fizeram nascer a nação-Estado moderna e tornaram inextricável a relação entre nação e língua, já que a inobservância de uma língua plenamente desenvolvida em determinada nação ou a restrição a um “vernáculo” ou “dialeto” marcava-a como subdesenvolvida. Esse argumento de Haugen nos ajuda a compreender o processo de apagamento discursivo que se operou no Brasil com relação ao contexto multilinguístico²⁸ constitutivo da nação brasileira, assim como o processo de apagamento da variação linguística que, ainda hoje, se verifica, principalmente, nos campos político e midiático.

Apesar de a definição de nação ser reconhecida como problemática por esse autor, ele afirma que “como unidade política, ela será presumivelmente mais efetiva se for também uma unidade social. Como qualquer unidade, ela minimiza as diferenças internas e maximiza as externas” (HAUGEN, 2001, p. 105). O princípio de nação estimula uma lealdade para além da família e dos demais grupos sociais primários e desencoraja qualquer lealdade conflitante para com outras nações, em um movimento ideal de coesão interna x distinção externa. Como o estímulo a essa lealdade requer livre e intensa comunicação interna, o ideal nacional

²⁷ Na Constituição brasileira de 1988, a idealização da língua como sendo *una* e homogênea é reiterada por meio do apagamento do caráter multilinguístico do país e da definição, no Artigo 13º, da língua portuguesa como sendo o idioma oficial da República Federativa do Brasil. Em outros textos analisados neste trabalho, essa idealização se dá por meio da exclusão das variedades linguísticas menos prestigiadas daquilo que é, genericamente, definido como a língua.

²⁸ O processo de apagamento do contexto multilinguístico brasileiro também tem lugar no Museu da Língua Portuguesa por meio de afirmações que, ora silenciam esse contexto, como, por exemplo, em “Nossa língua nasceu em Portugal e descende de povos ancestrais”; ora o colocam sob a forma de “influências”, como, por exemplo, em “Para entender-se com os indígenas, a fim de conhecer a nova terra e nela viver, muitos deles [colonos portugueses] tiveram de aprendê-la. Desse contato resultou a grande influência do tupinambá no vocabulário do português do Brasil. Milhares de nomes comuns e nomes de lugares que utilizamos hoje em todo o país são palavras tupinambás”. Com relação às línguas indígenas, especificamente, o museu parece, contraditoriamente, tomá-las como pertencentes à nação, mas sem assumi-las como constitutivas dela, assunto que abordamos detalhadamente no capítulo 6.

preconiza um único código linguístico por meio do qual essa comunicação possa se dar. O nacionalismo, igualmente, tem tendido a encorajar a distinção externa. Para Haugen (2001, p. 106), “na língua isso significa a insistência não só em ter uma língua, mas em ter sua própria língua”.

Traduzindo as características da formação discursiva sobre a língua portuguesa sob a forma de traços semânticos, temos, aparentemente, o seguinte funcionamento discursivo: o traço /+ Unidade/ arregimenta todos os demais e, embora ele não apareça nas primeiras gramáticas da língua portuguesa, de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540), o processo de gramaticalização da língua, prática baseada no traço /+ Restrição/, por si só, previa a afirmação de uma variedade linguística sobre as outras, a partir de sua associação à escrita e, conseqüentemente, ao seu uso na transmissão de informações de ordem política e cultural. Esse processo contribuiu efetivamente para que a variedade extraída de um grupo de poder fosse proposta como algo central da identidade de todo um povo.

Não só no Brasil, mas em outras sociedades de tradição ocidental, a assunção de *uma* língua, ou melhor, de uma variedade linguística como sendo a língua, tinha o efeito de aproximar a sociedade em questão daquilo que se considerava como sendo “civilizado”. É por essa razão que, no período de fixação do português europeu como língua de cultura, o tema dos estrangeirismos será tratado a partir do traço /+ Pureza/, pois representa uma forma de afirmação do poder e da autoridade lusitana frente ao panorama linguístico e cultural internacional e, no Brasil, o mesmo tema será estruturado por meio do traço /+ Nacionalismo/, visto que já não está em jogo uma suposta pureza da língua portuguesa e sua superioridade sobre as demais, mas uma suposta defesa da soberania nacional. Da mesma forma, os traços /+ Erudição/ e /+ Progresso/ sustentam dizeres sobre a língua produzidos em períodos bastante específicos da história do Brasil. No século XIX, esses traços validam a criação de neologismos. Mais recentemente, e após o Brasil ter se firmado como uma nação em que o progresso, aparentemente, já não está em causa, a recorrência do traço /+ Erudição/ passa a sustentar, por exemplo, o dizer de gramáticos para a justificar a presença de um uso linguístico efetivo dos brasileiros na gramática normativa, mas que, ainda hoje, é considerado não padrão.

O traço /+ Unidade/, no Brasil do século XIX, salvo raras exceções, impõe ao discurso sobre a língua portuguesa que se busque a unidade com Portugal e, a partir do século XX, que se ordene uma unidade interna. De um ponto de vista estritamente político, não seria positivo, para uma sociedade que se pretende/pretendia autônoma e civilizada, afirmar sobre a língua algo que não se aproximasse do traço /+ Homogeneidade/, ou mais especificamente, algo que

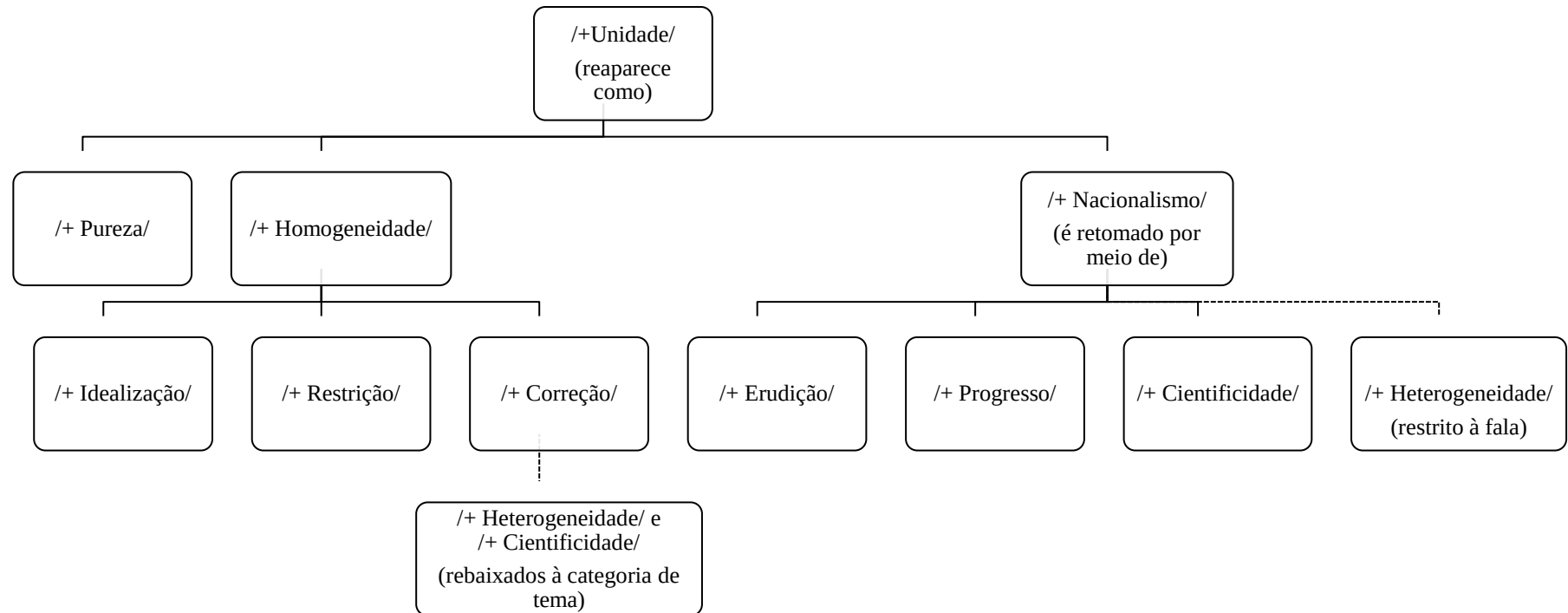
não silenciase uma realidade linguística marcada pela diversidade. Sendo assim, o traço semântico /+ Unidade/ ora mobiliza o uno e o homogêneo como forma de negar o atraso com relação aos valores europeus, ora o mobiliza como forma de enobrecer as características internas e identificar o Brasil como sendo uma nação independente, o que indicia a força que o traço /+ Unidade/ exerce, também, sobre o traço /+ Nacionalismo/.

Como consequência dessas coerções, não é muito difícil considerar que, no discurso sobre a língua portuguesa, o traço /+ Correção/ será reivindicado como forma de garantir a suposta unidade que tanto se almeja e de reafirmar *ad infinitum* a variedade linguística eleita e descrita nas gramáticas normativas como sendo a língua. Tanto é assim que os traços /+ Cientificidade/ e /+ Heterogeneidade/, possíveis de ancorar o discurso sobre a língua portuguesa a partir do desenvolvimento da Linguística e da Sociolinguística, quando emergem, sobretudo no campo midiático, estão sob a égide do traço /+ Unidade/ e são rebaixados à categoria de temas.

Por fim, o traço /+ Idealização/, estruturante de dizeres nos quais emergem expressões como “gênio”, “espírito” e “índole” da língua, em alguma medida, apaga sua origem histórica, suplanta sua definição como o conjunto das formas linguísticas efetivamente em uso e desloca um dos seus usos para um terreno praticamente sagrado, intocável. Esse uso e o que se diz sobre ele parecem adquirir o *status* de uma língua superior, exercendo um efeito simbólico sobre seus usuários e sufocando a diversidade:

Na relação do sujeito com a língua, a diversidade é normalmente sufocada pelo efeito simbólico que uma língua superior exerce sobre ele. As formas lingüísticas da chamada norma culta estão impressas de sentidos que se ligam tanto à ancestralidade de uma cultura superior quanto à inscrição social do sujeito no domínio simbólico das diferenças. A relação com a norma culta tende para o eterno: ela é o sempre-lá, como se não tivesse origem histórica (PAGOTTO, 1998, p. 50, grifo nosso).

Em função da relação hierárquica que se pode estabelecer entre os traços semânticos da formação discursiva sobre a língua portuguesa, um organograma foi organizado:

Organograma 1 – Relação hierárquica entre os semas da formação discursiva sobre a língua portuguesa²⁹

Fonte: Produção nossa.

²⁹ No organograma, a linha pontilhada indica que os traços em questão ora são mobilizados em prol da defesa de uma língua nacional e, conseqüentemente, da diferenciação linguística entre Brasil e Portugal, como no Romantismo e no Modernismo, ora são rebaixados à categoria de temas, como se fosse imposto ao discurso sobre a língua portuguesa, sobretudo no campo midiático, e mais recentemente, não ignorar a questão da variação linguística, embora ela seja tratada pelo viés da correção.

Diante do exposto, acreditamos que a formação discursiva sobre a língua portuguesa que procuramos descrever neste capítulo possa ser entendida como uma *formação discursiva restritiva sobre a língua portuguesa* ou sob a forma de uma *formação discursiva segundo a qual a língua portuguesa é reduzida ao bom uso da língua*, visto que, atrás da diversidade dos gêneros e posicionamentos que recortamos para análise e para além dos temas em torno dessa língua, que vão se alterando à medida que também se modificam as condições de produção dos dizeres analisados, há a onipresença de um discurso sobre a língua portuguesa, inconsciente, que teima em restringi-la a uma de suas variedades ou, para usar uma expressão recorrente desde o século XVI, a um de seus usos, o “bom uso”. Por esse motivo, qualificaremos essa formação discursiva de *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*.

Nossa opção por recortar a noção de formação discursiva tal como é desenvolvida por Maingueneau, em *Unidades tópicas e não-tópicas*, desloca a questão da relação interdiscursiva entre posicionamentos de um mesmo campo, conforme afirmamos no capítulo anterior. Esperamos ter sido capazes de mostrar que, entre os dizeres analisados, há um foco único para onde convergem textos de variados gêneros, produzidos a partir de diferentes posicionamentos e que emergem em diversos campos. Nesse sentido, não se trata de verificar se o discurso da Sociolinguística está dentro ou fora da *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*, mas de considerar a historicidade dessa formação discursiva. Da mesma forma que o discurso dominante sobre a língua portuguesa emerge no discurso da Sociolinguística, de modo geral, como discurso negado, o discurso da Sociolinguística não passa despercebido. É como se esse discurso instituisse uma ordem sobre a qual é preciso falar com relação à língua, é como se constituísse um acontecimento, ou mais especificamente, parte essencial das condições de produção, no Brasil, dos dizeres sobre a língua portuguesa a partir, sobretudo, da década de 1970.

5 O PENSAMENTO MUSEOLÓGICO CONTEMPORÂNEO E O MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

5.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, procuramos retomar algumas questões relacionadas à história do museu como instituição e ao pensamento museológico contemporâneo, como forma de, minimamente, compreender a emergência do Museu da Língua Portuguesa e a organização de seus espaços expositivos. Não faremos uma abordagem exaustiva dos aspectos que motivaram a criação dos principais museus que conhecemos hoje, mas focalizaremos aqueles aspectos que estão diretamente relacionados ao reconhecimento do museu como uma instituição com uma função social.

Para tanto, recorreremos à obra de Suano (1986) e a quatro documentos importantes que refletem o pensamento museológico contemporâneo, a saber, as conclusões do Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em 1958; a Declaração da Mesa-Redonda de Santiago do Chile de 1972, que introduziu o conceito de museu integral e abriu novas possibilidades para as práticas museais; a Declaração de Quebec de 1984, que sistematizou os princípios básicos da Nova Museologia; e a Declaração de Caracas de 1992, que pode ser considerada uma avaliação crítica de todo esse percurso, além de reafirmar o museu como um canal de comunicação.³⁰

O percurso que faremos da história do pensamento museológico nos mostra que

no complexo conjunto de funções desempenhadas pelo museu, a função educativa é, a longo tempo, internacionalmente reconhecida. Nos países latino-americanos, essa função extrapola uma perspectiva complementar, para assumir, em alguns casos, papel central na formação do cidadão. No Brasil, a polêmica sobre a dimensão deste papel educativo, sobretudo em relação aos processos de educação formal, tem sido objeto de diversos estudos que apontam questões como os limites desta atuação, os níveis de sobreposição de funções, a preocupação com parcelas significativas da sociedade alijadas do sistema escolar e a escolarização dos museus (ARAÚJO; BRUNO, 1995b, p. 6).

O funcionamento discursivo do Museu da Língua Portuguesa, que analisaremos no próximo capítulo, é, nesse contexto, apoiado em uma prática institucional voltada para a

³⁰ Esses quatro documentos foram reunidos por Araújo e Bruno (1995a), por ocasião da organização do Seminário de São Paulo, *A museologia brasileira e o ICOM: convergências ou desencontros?*, ocorrido em novembro do mesmo ano. A publicação também traz depoimentos de profissionais que participaram da elaboração dos documentos relativos aos seminários e se destacam no cenário museológico internacional como diretores de importantes museus e presidentes de comissões internacionais ligadas à museologia, a saber, Hernan Crespo Toral, Hugues de Varine, Mário Canova Moutinho e Maria de Lourdes Parreiras Horta.

finalidade social educativa, e isso parece influenciar diretamente na concepção de língua assumida pelo museu.

Neste capítulo, além de discutirmos a função social reivindicada pela instituição museológica desde sua origem, procuramos, também, descrever as condições sócio-históricas que propiciaram a criação do museu de que nos ocupamos aqui. Para atingir esse fim, remontamos à história tanto do bairro da Luz, localizado na cidade de São Paulo, como também da estação metroviária que abriga o Museu da Língua Portuguesa; discutimos, em alguma medida, as noções de preservação e cultura ligadas a edifícios históricos brasileiros, bem como a adoção de políticas públicas voltadas para atividades culturais, o que propiciou a criação do museu; e descrevemos seus espaços expositivos.

5.2 Museu: uma instituição com função social educativa

A origem do museu remonta à Grécia antiga e à existência do *mouseion* ou casa das musas, um híbrido de templo e instituição de pesquisa. Na mitologia grega, as musas, a quem se atribuía a capacidade de inspirar a criação artística e científica, eram as filhas de Zeus e Mnemosine, a divindade da memória.

Remonta, também, ao século II a. C., no Egito, período em que Alexandria formou seu grande *mouseion*, cuja preocupação central era o saber enciclopédico. Nesse espaço, buscava-se discutir e ensinar os saberes relacionados aos campos da religião, mitologia, astronomia, filosofia, medicina, zoologia, geografia, etc., além de reunir estátuas, obras de arte e objetos bastante variados. O *mouseion* de Alexandria foi responsável pela elaboração de um dicionário de mitos, um sumário do pensamento filosófico e um levantamento detalhado sobre todo o conhecimento geográfico da época. Desde então, a ideia de compilação exaustiva sobre um tema, independentemente de haver instalações físicas para esse fim, ficou ligada à noção de museu. Algumas compilações, por exemplo, sobre metais, especiarias, canções e poemas foram publicadas com o nome de museu.

Remonta, ainda, ao colecionismo de objetos por parte de faraós e imperadores do mundo antigo, ricos romanos, igrejas, príncipes e estudiosos da natureza que dispunham de coleções riquíssimas em museus particulares.

O museu como instituição cuja função social era expor objetos que documentassem o passado e o presente e celebrassem a ciência e a historiografia oficiais surge no final do século XVII e início do século XVIII. A visitação a esses espaços era, inicialmente, restrita. De acordo com Suano (1986, p. 26-27),

o grande problema era que na Europa, até o século XVIII e mesmo XIX, era muito grande o número de pessoas incapazes de ler e escrever, sem nenhuma educação ou informação sobre o mundo para além de sua pequena vila ou cidade. E para esse enorme contingente, coisas raras e curiosas estavam associadas aos circos e feiras ambulantes. Dessa forma, suas visitas às coleções da nobreza eram sempre feitas em alegre e “desrespeitosa” algazarra. Tal comportamento servia então para atizar o ciúme que os colecionadores tinham de suas preciosidades, fazendo com que eles afirmassem que “as visitas do povo” rompiam o “clima de contemplação” em que os objetos deveriam ser apreciados.

O acesso às grandes coleções só ocorreu no final do século XVIII, compelido pela Revolução Francesa. Nesse período, a necessidade da burguesia de se estabelecer como classe dirigente fez com que alguns museus fossem criados. Esses museus atendiam a objetivos explicitamente políticos e estavam a serviço da nova ordem social.³¹ Na América Latina, a grande maioria dos museus foi criada nos anos subsequentes à conquista da independência. No Brasil, não foi diferente, somado ao fato de que a criação de museus se deu por meio de iniciativas quase que exclusivamente oficiais.

Até a metade do século XIX, o museu abarcava ideias um tanto díspares, entre elas: contemplação, templo do saber e representante de uma nacionalidade. As primeiras transformações efetivas do museu aconteceram a partir de estudos sobre o aprendizado, a educação e a necessidade de que cada vez mais pessoas recebessem instrução formal. O museu passou a ser visto como uma instituição que poderia ser utilizada no processo de educação pública. Nesse contexto, era necessário apresentar os objetos de forma crítica e não puramente expositiva. No entanto, para a imensa maioria das pessoas, a instituição continuava sendo “o local onde os grandes mestres residem, na serenidade de uma glória que não está mais em discussão” (MANZ, 1860 apud SUANO, 1986, p. 39):

O museu se via, assim, diante da herança cristalizada de todas essas tendências e posições: templo dos grandes mestres do passado, do apogeu da civilização clássica greco-romana, grande exposição de “tudo” que a natureza e o homem criassem de importante ou de exótico (SUANO, 1986, p. 40).

Na segunda metade do século XIX, a introdução da pesquisa no museu o levou a especializar-se em uma área do conhecimento e o obrigou a reorganizar suas coleções. Entretanto, esse passo não chegava a beneficiar o público, porque a instituição estava mais preocupada em definir-se do que em elaborar um plano cultural e/ou educacional para atender sua clientela. É importante salientar que, nesse período, a importância do museu no processo educativo era amplamente notada, embora não houvesse clareza dos mecanismos que

³¹ Não faremos menção à criação de cada um dos museus europeus nessa época em função do escopo deste trabalho.

deveriam ser adotados para torná-la efetiva. Ilustram esse panorama as palavras de Roquete Pinto (1926 apud SUANO, 1986, p. 47) sobre as visitas escolares obrigatórias ao Museu Nacional do Rio de Janeiro: os estudantes iam “... andando, olhando, passando... como um fio d’água passa numa lâmina de vidro engordurada”, com uma “tristeza de se ver”.

Paul Valéry (2008), em *O problema dos museus*, texto publicado pela primeira vez em 1931, também faz um relato melancólico a partir de uma visita ao Museu do Louvre, local que, para ele, estava povoado de “solidões céreas”, era um reduto de “visões mortas”. O argumento que fundamenta seu texto está baseado no fato de que nenhum museu, apesar de muitos deles serem admiráveis, é delicioso. Para Valéry (2008, p. 31), “as ideias de classificação, conservação e utilidade pública, que são justas e claras, guardam pouca relação com as delícias”.

No início do século XX, a opinião de Valéry sobre os museus é compartilhada com Filippo Marinetti e Jean Cocteau. Enquanto este qualificava o Louvre como “depósito de cadáveres”, aquele chamava as bibliotecas e os museus de “cemitérios” e preconizava sua destruição. De algum modo, o texto de Valéry expõe uma das críticas sofridas pela instituição museológica desde sua criação, a de parecer um contentor passivo de coleções.

As contínuas crises que atingiram a instituição museológica foram agravadas pela crítica de arte de vanguarda e pelas destruições decorrentes da Segunda Guerra Mundial, mas não se mostraram suficientes para impedir que a instituição fosse ampliando seu papel crucial dentro das sociedades contemporâneas. Para Montaner (2003, p. 8),

paradoxalmente, tais crises acabaram por reafirmar o poder do museu como instituição de referência e de síntese, capaz de evoluir e de oferecer modelos alternativos especialmente adequados para assinalar, caracterizar e transmitir os valores e os signos dos tempos.

Embora o museu esteja associado à ideia de educar desde o final do século XVIII, essa questão ganhou força somente na segunda metade do século XX. Na perspectiva de Suano (1986, p. 58-59, grifo da autora),

de maneira geral, tanto a escola quanto o museu transmitem aquilo que seu mantenedor deseja. No caso da escola, há leis e diretrizes nacionais que, comumente, mesmo os estabelecimentos privados devem seguir. Nos museus, essas determinações e sua respectiva execução e controle são de mais fácil implementação. Em primeiro lugar, o público da escola é numeroso e fixo por determinado número de anos. O trabalho do escolar é submetido a todo um programa transmitido oralmente e seu rendimento é passível de avaliações periódicas. Tal sistema acaba necessariamente por instaurar o diálogo, a inquietação, a contestação. Já o público do museu é variável, flutuante, não há obrigatoriedade de frequência e, sobretudo, raramente existem contato e avaliações entre o visitante e os

profissionais de museu. Em outras palavras, a comunidade, de forma geral, busca o museu em suas horas vagas e por não haver contato entre os que *fazem* o museu e os que *usam*, este fazer raramente é questionado. Assim, poucos determinam – e nem sempre por critérios explícitos – o que muitos devem consumir. O museu, portanto, tem a oportunidade de ser mais elitista e mais autoritário do que a escola e raríssimos são aqueles que deixam tal oportunidade escapar.

A partir da década de 1950, a preocupação comum dos envolvidos em práticas museológicas foi a de definir a função social do museu. Nessa perspectiva, os quatro documentos citados no início deste capítulo são fundamentais para a compreensão do pensamento museológico contemporâneo.

O Seminário Regional, realizado na cidade do Rio de Janeiro, no período de 7 a 30 de setembro de 1958, foi organizado pela UNESCO em parceria com o Conselho Internacional de Museus (ICOM) e com autoridades e especialistas brasileiros, visando a atender uma demanda da própria UNESCO de propiciar uma reflexão acerca da função que deveria ser cumprida pelo museu como meio educativo dentro da sociedade, envolvendo diferentes países.

De acordo com Crespo Toral (1995, p. 10),

o Seminário do Rio de Janeiro marcou o desenvolvimento da cultura latino-americana, pois colocou problemas essenciais para a transformação do museu em um elemento dinâmico dentro da sociedade. Ao considerá-lo um espaço adequado para a educação formal, lhe conferiu a capacidade de inserção dentro da comunidade, com uma função ativa, a função de transformação do desenvolvimento.

Uma das definições fundamentais aprovadas nesse seminário foi retirada do estatuto do ICOM e refere-se à definição da instituição:

Um museu é um estabelecimento permanente, administrado para satisfazer o interesse geral de *conservar, estudar, evidenciar através de diversos meios e essencialmente expor para o deleite e educação do público*, um conjunto de elementos de valor cultural: coleções de interesse artístico, histórico, científico e técnico, jardins botânicos, zoológicos e aquários, etc (ARAÚJO; BRUNO, 1995a, p. 11, grifo nosso).

Além dessa definição, o Seminário abordou questões relativas à relação entre museu e educação, como afirmamos anteriormente, mas também sobre órgãos didáticos, tipos de exposição – tomada como meio específico do museu –, sonorização do ambiente da exposição e valor didático da exposição segundo as classes de museus.

No que diz respeito à relação entre museu e educação, no Seminário, foi salientado que a instituição pode trazer muitos benefícios à educação, dando à função educativa toda a

importância que merece, sem colocar em risco suas outras finalidades não menos essenciais, tais como: conservação física, investigação científica e deleite.

Essa relação estreita entre museu e educação exige que a instituição confie o trabalho didático a um especialista, o “pedagogo do museu”³², e promova visitas guiadas e outras atividades internas e externas de caráter pedagógico.

Quanto às exposições, meio específico do museu, ficou acertado que não se pode prescindir do texto, mas que podem ser utilizados outros procedimentos para melhor cumprir sua missão, desde que a orientação excessiva seja evitada. A organização das exposições de diferentes tipos estaria, assim, intimamente ligada ao público que as visita.

Geralmente, nas salas de um museu, ingressam pesquisadores, aficionados, turistas, pessoas de diferentes níveis culturais, possuidores de uma cultura geral ou de uma cultura especializada, jovens, adultos, idosos. De acordo com o documento produzido ao final do Seminário da UNESCO, diante de um público heterogêneo, uma exposição sobrecarregada de explicações, orientada em excesso, decepciona os mais cultos e perde sua eficiência. Diferentemente, se a exposição tem um nível muito elevado, escapa à massa dos visitantes. Diante desse impasse, por um lado, é necessário, em alguma medida, não colocar uma barreira entre o objeto e o visitante, mesmo que seja uma explicação. Por outro lado, é necessário oferecer aos visitantes menos preparados uma documentação explicativa, de valor didático, apenas quando seja útil, mas sempre de forma discreta e reservada e, aparentemente, bem cuidada.

Na conclusão desse documento, o valor didático da exposição é reiterado: “Com a condição de que seja *lógica e agradável*, e que proponha, em vez de impor, a exposição terá por si valor didático” (ARAÚJO; BRUNO, 1995a, p. 16, grifo nosso).

Sobre o valor didático do museu e a assimilação da tecnologia nos espaços expositivos, Crespo Toral (1995, p. 10, grifo nosso) afirma que “quando se reivindica ser indispensável que o museu esteja relacionado com a escola, e que esta relação seja *harmoniosa e coerente*, coloca-se à disposição da escola a capacidade do museu de objetivar muitos dos conceitos abstratos que se impõe ao ensino”. E acrescenta que

hoje, mais do que nunca, a função educativa do museu, defendida por aquela Reunião do Rio de Janeiro, tem que ser enriquecida com uma *faceta informativa suficientemente atrativa* para competir com outros meios que não só estão inseridos na sociedade, mas que atuam em nossas vidas cotidianas (CRESPO TORAL, 1995, p. 10, grifo nosso).

³² No Museu da Língua Portuguesa, esse especialista é chamado de educador.

A mesa-redonda ocorrida em Santiago do Chile, no período de 20 a 31 de maio de 1972, também foi convocada pela UNESCO com o intuito de discutir o papel do museu na América Latina. Entre outras decisões decorrentes desse encontro, destacamos o fato de que os museus deviam, a partir de então, intensificar seus esforços na recuperação do patrimônio cultural, para fazê-lo desempenhar um papel social e evitar sua dispersão para fora da América Latina, e o fato de que as técnicas museográficas tradicionais deviam ser modernizadas, com a finalidade de estabelecer uma melhor comunicação entre o objeto do museu e seu visitante.

Em Santiago do Chile, o caráter de agente permanente de educação da comunidade, atribuído ao museu, foi reiterado por meio da enumeração de ações que deveriam, efetivamente, ser desenvolvidas pela instituição, entre elas, organizar um serviço educativo que pudesse ser cumprido dentro e fora do museu; integrar seus serviços à política nacional de ensino; difundir amplamente seus conhecimentos mais importantes; disponibilizar seu material para que fosse utilizado na educação; incentivar as escolas a montar exposições com o patrimônio cultural local; e estabelecer programas de formação de professores de diferentes níveis de ensino.

A noção de museu integral, introduzida nesse evento, em alguma medida, estava relacionada à necessidade de profundo conhecimento dos meios urbano e rural em que o museu estivesse inserido e à atuação da instituição como instrumento de difusão de conhecimentos científicos e técnicos, visando ao desenvolvimento político e social. Nesse contexto, o patrimônio deixava de ser somente um objeto de deleite e passava a ser visto como uma fonte maior de desenvolvimento.

Varine (1995) afirma que o que houve de mais inovador no evento foi a definição de museu integral, instituição capaz de considerar a totalidade dos problemas da sociedade, e a declaração de sua importância como instrumento dinâmico de mudança social, embora tenha havido, na perspectiva desse autor, um esquecimento daquilo que se constituiu, durante mais de dois séculos, na vocação do museu: a coleção e a conservação.

É pertinente destacar a definição de museu que toma corpo no documento relativo à Mesa-Redonda de Santiago: “instituição a serviço da sociedade que adquire, comunica e, notadamente, expõe para fins de estudo, conservação, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem” (ARAÚJO; BRUNO, 1995a, p. 21).

Da definição aprovada em 1958, no Rio de Janeiro, para a definição de 1972, há certo deslocamento no que diz respeito à função do museu. Em alguma medida, a exposição, para o deleite e educação do público, dos testemunhos representativos da evolução da natureza e do

homem, parece deixar de ser um fim em si mesma, para tornar indispensável que esteja a serviço do desenvolvimento da sociedade.

Na introdução da Declaração de Quebec de 1984, a Mesa-Redonda de Santiago é citada como sendo a primeira expressão do movimento por uma nova museologia, pautado na função social do museu e no caráter global de suas intervenções, que o evento ocorrido no Canadá reconheceu e legitimou.

Esse movimento, de modo geral, opunha-se a uma museologia de coleções e preconizava uma museologia de preocupações de caráter social, colocada em prática por meio de ecomuseus, museus comunitários e museus de vizinhança, entre outras formas, que procuravam romper não só com a orientação museológica mais tradicional, mas também com o espaço físico geralmente destinado aos museus, o que permitiria sua inserção em ambientes desfavorecidos e a inclusão de novos tipos de “coleções” particulares.

Os objetivos da nova museologia deveriam ser o desenvolvimento comunitário e a promoção de postos de trabalho pela revitalização artesanal, agrícola e industrial. Para atingir esses objetivos, era essencial a interdisciplinaridade que, nesse contexto, contrariava os saberes isolados e redutores e abria novos campos para a reflexão científica, empírica e até mesmo pragmática.

Nessa perspectiva, o público passa a ser visto como colaborador, utilizador e criador e, mais do que observador, é tomado como capaz de realizar e/ou integrar um trabalho coletivo, no qual a exposição deveria ser um processo de formação permanente e não mais objeto de contemplação.

Para Moutinho (1995, p. 28), a importância da Declaração de Quebec reside no fato de o documento “ter confrontado a comunidade museal com uma realidade museológica profundamente alterada desde 1972, por práticas que revelavam uma museologia ativa, aberta ao diálogo e dotada agora de uma forte estrutura internacional autônoma”.³³

Em síntese, essa declaração contribuiu para o reconhecimento do direito à diferença no interior da museologia.

A Declaração de Caracas de 1992 é fruto do Seminário *A missão do museu na América Latina hoje: novos desafios*, realizado em Caracas, entre 16 de janeiro e 6 de fevereiro do referido ano, por iniciativa da Oficina Regional de Cultura para a América Latina e o Caribe (ORCALC) e do comitê venezuelano do ICOM, com o apoio do Conselho

³³ A referência de Moutinho (1995) à estrutura internacional autônoma na nova museologia está ligada à criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) que, alguns anos após o evento, passou a ser reconhecido pelo ICOM como uma organização afiliada.

Nacional de Cultura (CONAC) e da Fundação Museu de Belas Artes da Venezuela. Participaram, desse evento, representantes de onze países latino-americanos diretamente ligados à direção de museus, com o objetivo de refletir sobre a missão atual do museu como um dos principais agentes do desenvolvimento integral na região.

De acordo com Horta (1995), representante brasileira presente nesse seminário, a discussão do tema central do evento partiu dos postulados da reunião de Santiago e teve como pressupostos a necessidade de atualizar os conceitos que haviam sido formulados vinte anos antes, a renovação dos compromissos assumidos a partir de então, a consideração do processo acelerado de mudanças político-sociais, econômicas e tecnológicas no contexto latino-americano e a consciência da proximidade do século XXI.

Em alguma medida, a Declaração de Caracas pode ser lida como uma agenda de atuação do museu, a partir dos desafios a serem enfrentados e das metas a serem alcançadas pela instituição, e como uma proposta de conceituação dos museus hoje, assim como de definição de suas funções. Entre as metas prioritárias do museu, o documento destaca a relação entre museu e comunicação, museu e patrimônio, museu e liderança, museu e gestão, e museu e recursos humanos. Abordaremos, sucintamente, cada um desses aspectos.

Com relação à comunicação, a Declaração de Caracas assume o museu como um meio de comunicação. Considera que a instituição é um importante instrumento no processo de educação permanente do indivíduo, contribuindo para o desenvolvimento de sua inteligência e capacidades crítica e cognitiva, assim como para o desenvolvimento da comunidade, fortalecendo sua identidade, consciência crítica e autoestima, e que o discurso museológico deve utilizar uma linguagem aberta, democrática e participativa. Além disso, recomenda, entre outras coisas,

que o museu busque a participação plena de sua função museológica e comunicativa, como espaço de relação dos indivíduos e das comunidades com seu patrimônio, e como elos de integração social, tendo em conta em seus discursos e linguagens expositivas os diferentes códigos culturais das comunidades que produziram e usaram os bens culturais, permitindo seu reconhecimento e sua valorização; [...] que o museu oriente seu discurso para o presente, enfocando o significado dos objetos na cultura e na sociedade contemporânea e não somente em como e por que se constituíram em produtos culturais no passado; neste sentido o processo interessa mais que o produto (ARAÚJO; BRUNO, 1995a, p. 40).

Essas recomendações da Declaração de Caracas, em certa medida, influenciam no funcionamento do Museu da Língua Portuguesa, visto que a instituição procura abrigar, em seus espaços expositivos, amostras de códigos linguísticos e culturais das comunidades que forjaram a construção da nação brasileira; e, especificamente, na exposição temporária

Menas, mostras de usos linguísticos efetivos dos brasileiros. A nosso ver, o Museu da Língua Portuguesa cumpre, relativamente bem, o aspecto comunicativo recomendado pelo pensamento museológico contemporâneo.

No que diz respeito ao patrimônio, o museu é definido como “instituição idônea para resgatar o patrimônio, estudá-lo, documentá-lo e difundi-lo através de uma mensagem coerente, que se apóie nos objetos como forma essencial de comunicação” (ARAÚJO; BRUNO, 1995a, p. 41). A noção de patrimônio, por sua vez, é tomada como as expressões materiais e espirituais que caracterizam uma nação, uma região ou uma comunidade.

A Declaração de Caracas considera que, tradicionalmente, foram usados critérios restritos na valorização dos objetos que constituem o patrimônio do museu. Esses objetos, por muito tempo, estiveram limitados àquilo que era representativo das disciplinas acadêmicas ou que possuía reconhecida importância histórica ou, até mesmo, era considerado excepcional, sendo excluídas determinadas formas de expressão cultural igualmente valiosas e importantes.

A recomendação expressa no documento final do evento realizado em Caracas, com relação ao patrimônio, era a de que fossem desenvolvidos mecanismos de relação, apoio e estímulo à sociedade civil em seu interesse de conservar o patrimônio, embora a participação do Estado como “guardião do patrimônio” e garantidor de sua conservação e integridade também fosse reiterada. Em alguma medida, estavam previstas ações conjuntas entre a sociedade civil, a empresa privada e o Estado com o objetivo de desenvolver a participação da comunidade na valorização e preservação de seus bens culturais.

Quanto à relação entre museu e liderança, a instituição reclama para si o papel de protagonista no processo de recuperação e socialização dos valores de cada comunidade e de desenvolvimento de uma consciência crítica de seu público, por meio de novas leituras do patrimônio.

No tocante à gestão, o documento indica a importância de o museu conhecer as respostas para perguntas como: para que existe? o que procura? para quem trabalha? com quem? quando? e como?, para que possa ser gerido adequadamente, com vistas a alcançar metas a curto, médio e longo prazos. Chama-nos atenção o fato de que, na Declaração de Caracas, haja recomendações tais como,

que se elabore projetos atrativos para as empresas privadas interessadas em investir no setor cultural, sem alterar a missão do museu; [...] que se consiga uma boa comunicação com os setores do poder da sociedade, com a finalidade de obter apoio para a gestão do museu; que se utilizem estratégias tanto de mercado – para conhecer o usuário – como também de sensibilização de opinião pública (ARAÚJO; BRUNO, 1995a, p. 43).

Com relação aos recursos humanos, a profissionalização dos funcionários de museus é tomada como uma questão imperativa. A Declaração de Caracas reconhece que os profissionais que atuam nos museus latino-americanos, até então, têm formação bastante heterogênea e que a experiência é valorizada diante da dificuldade de aquisição de uma formação acadêmica adequada. Diante desse contexto, a recomendação é para que os museus priorizem programas de capacitação de recursos humanos.

É nesta perspectiva contemporânea – que considera o museu um espaço educativo, agradável e tão informativo e atrativo quanto outros meios disponíveis no meio social; um espaço que visa a expor objetos culturais materiais e imateriais para fins de estudo, conservação, educação e cultura; um espaço que prevê a utilização, nas exposições, de uma linguagem aberta, democrática e participativa; um espaço que objetiva recuperar o patrimônio cultural; que, deliberadamente, organiza serviços educativos que possam ser cumpridos dentro e fora do museu e visa a integrá-los à política nacional de ensino; um espaço que reconhece a potencialidade mercadológica do setor cultural para as empresas da iniciativa privada e a necessidade de “falar a mesma língua” que os setores de poder da sociedade, com vistas a obter apoio para a gestão do museu –, que surge o Museu da Língua Portuguesa no Brasil:

Tudo na Estação da Luz apregoa sua filiação a um tipo de museologia que nasceu com os tempos politicamente corretos e hoje é dominante até – ou sobretudo – em instituições tradicionais do Velho Mundo: painéis coloridos com letras grandes, legendas curtas, muita projeção de filmes, telas de computador que convidam o visitante à interação e ambientação sonora envolvente são recursos típicos de uma nova ordem da museologia mundial que privilegia a “inclusividade”, o didatismo com graça e leveza, o apelo aos pontos de contato entre os objetos e o público como forma de desenvolver nestes as sacrossantas “auto-estima” e “senso de comunidade”. Se o preço do ganho afetivo for um relaxamento geral, tanto no rigor quanto na quantidade de informação exposta, paciência (RODRIGUES, 2006).

5.3 A Luz

Fotografia 1 – Estação da Luz, São Paulo – Brasil



Fonte: Produção nossa.

A Estação da Luz, em São Paulo, local que abriga o Museu da Língua Portuguesa, data do início do século XX. Inaugurado em 1º de março de 1901, o edifício, cujo projeto e estruturas são ingleses, é considerado um monumento do ciclo ferroviário, um documento histórico da transformação urbanística verificada na cidade de São Paulo, impulsionada pela prosperidade trazida pelo cultivo do café, e um marco da expansão da capital. Todos aqueles, cujo destino era a capital do estado, desembarcavam, necessariamente, na estação que, além de receber intelectuais, diplomatas e políticos, também se tornou a porta de entrada para imigrantes, o local em que, primeiramente, os estrangeiros entravam em contato com a língua portuguesa usada no Brasil.

Antes da centenária Estação da Luz, tal como a conhecemos hoje, houve, no mesmo lugar, uma estação de passageiros pequena e acanhada que ficava no nível da rua. O lugar, uma extensa e vasta planície muito frequentemente inundada pelas águas do rio Tamanduateí,

era conhecido por Guaré – nome de um dos córregos que cortava a região bonita, fértil, mas pantanosa e pouco habitada que servia de passagem para tropeiros.

Luz, que dá nome não só à estação, mas também ao bairro em que a estação está situada, remete à construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Luz, por Domingos Luís, um carvoeiro. No início de 1600, a capela foi transferida para um terreno maior no Guaré e se tornou local de peregrinação de devotos e ponto de referência para os viajantes em geral. Logo, o nome da santa foi abreviado, e Luz foi adotado definitivamente para situar o lugar e diferenciá-lo de áreas mais ou menos contíguas que, posteriormente, se transformaram nos bairros Santa Ifigênia, Bom Retiro e Barra Funda.

Somente no século XVIII, a região do Guaré começou a ser aproveitada para usos institucionais que não cabiam na estreita colina sobre a qual teve início a construção da cidade de São Paulo. Em 1774, terrenos em volta da capela foram destinados pelo governador da capitania a um grupo de religiosas para a construção de um convento – o convento da Imaculada Conceição da Luz, que ficou pronto em 1830. Outros terrenos também sediaram prédios institucionais de maior porte como, por exemplo, uma esplanada para exercícios militares em frente ao convento, um jardim botânico – o Jardim da Luz, aberto ao público em 1825 –, um hospital militar que nunca foi concluído e, mais tarde, foi transformado na primeira penitenciária da cidade: a Casa de Correção.

De acordo com Campos Neto (2001, p. 88),

tal padrão de ocupação – grandes usos institucionais e religiosos entremeados por áreas verdes – prevaleceu até a segunda metade do século XIX e foi responsável pela permanência de consideráveis glebas e terrenos públicos na região. Até a década de 1890, a região da Luz era um arrabalde bucólico, com uma vasta extensão de terrenos vazios sobre a qual se destacam algumas grandes construções. Seus arredores eram ocupados por chácaras. Esse perfil horizontal contrastava com o do núcleo histórico de São Paulo, recortado por morros e ladeiras. Ainda hoje a horizontalidade e a presença de grandes terrenos institucionais são aspectos marcantes do bairro, cuja verticalização tem sido menos pronunciada que a do restante da metrópole (CAMPOS NETO, 2001, p. 88).

A vocação institucional que parece ter sido assumida pelo bairro da Luz também é assinalada por Simões Júnior e Roberto Righi (2001), devido à presença do Mosteiro da Luz, da Casa de Correção e do Jardim da Luz em um período em que a região contava com uma urbanização incipiente.

Em 1867, a implantação da linha férrea Santos-Jundiaí, primeira ferrovia paulista, impulsionou uma nova fase da urbanização paulistana, atraindo os cafeicultores e suas famílias que se instalaram confortavelmente na cidade. Desde 1865, essa estrada de ferro já

ligava Santos a São Paulo. Três anos mais tarde, foi estendida até Jundiaí, incentivando, de alguma maneira, a organização de diversas companhias ferroviárias para viabilizar o escoamento da produção cafeeira de outras regiões interioranas do estado para o porto:

São assim construídas as ferrovias Sorocabana, Ituana, Mogiana, Bragantina. Todas acabavam de uma maneira ou de outra unindo-se aos trilhos da Inglesa, que, antes de chegar até Santos, passava por São Paulo, onde havia um ponto de parada: a Estação da Luz (SIMÕES JÚNIOR; RIGHI, 2001, p. 146).

A construção dessa linha férrea foi levada a cabo pela São Paulo Railway Company Limited, empresa com capital estrangeiro dirigida por seu maior acionista na época, Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, e cuja abertura foi favorecida pela promessa de prosperidade econômica agregada à produção e exportação do café.

Para Saia (2001), a São Paulo Railway, desde sua inauguração, mostrou-se insuficiente para atender a demanda da economia paulista. Por essa razão, em 1895, mesmo que tardiamente, o Governo Imperial concordou com a duplicação da linha e com a substituição do sistema deslizante das marias-fumaças pelo sistema de cremalheira, mais rápido e seguro que o primeiro. Assim, as obras foram iniciadas em Santos, todas as estações foram reformuladas e uma nova Estação da Luz, com uma monumental estrutura metálica de 150 metros de comprimento que cobria um grande pátio escavado, foi construída.³⁴

Na construção da nova estação, foi preciso remover cerca de 260 mil metros cúbicos de terra, afundar o leito dos trilhos, construir escadas de acesso ao nível subterrâneo, local de embarque e desembarque de passageiros, e instalar uma rede de escoamento das águas das chuvas para evitar alagamentos. A Estação da Luz parece ter custado cerca de 150 mil libras esterlinas, sem contar os gastos com a remoção da terra, e foi a primeira estação ferroviária totalmente coberta a ser construída. Do arquiteto aos materiais empregados nessa construção marcada pela solidez, vidros, vigas, parafusos, porcas, ferragens, etc., tudo foi importado da Inglaterra:

A preocupação técnica e artística que marcou a construção da Estação da Luz aparece na cobertura de vidro; no vão de cerca de 40 metros de largura, sem colunas, sobre a linha férrea; no sistema de ventilação e de limpeza da cobertura, com placas de zinco e madeira, que favorece a claridade com luz natural e dissolvia a fumaça das locomotivas; na qualidade das canaletas e condutores metálicos das águas pluviais resistentes à oxidação, mas está evidente também nas minúcias voltadas para o bem-estar dos usuários (DIAFÉRIA, 2001, p. 29).

³⁴ Na historiografia da Estação da Luz, por vezes, a estação é chamada de Inglesa e São Paulo Railway Station, assim como a linha férrea São Paulo-Jundiaí é denominada como Inglesa e São Paulo Railway.

As minúcias voltadas para o bem-estar dos usuários às quais se refere Diaféria (2001) são: as grades de ferro, que possuem delicados ramos com grãos de café, servindo, ao mesmo tempo, para a segurança e para a ornamentação; dez cinzeiros (escarradeiras) elegantes, de bronze em posições estratégicas (dois deles ficavam à entrada do salão principal da estação); vários relógios redondos nas paredes; e a confortável sala das mulheres, com bancos envernizados e três banheiros, cuja função era garantir tranquilidade às senhoras, com ou sem crianças, enquanto esperavam os trens.

Na perspectiva de Simões Júnior e Righi (2001), o imponente edifício da Estação da Luz e sua torre marcaram a paisagem da cidade de São Paulo e se tornaram o símbolo por excelência de uma cidade que, paulatinamente, se transformava na metrópole do café. Na perspectiva de Diaféria (2001), a Estação da Luz era também alegria, passeio; era lúdica. A alegria estava relacionada ao alvoroço dos viajantes na região e ao de muitas pessoas que, por curiosidade, distração e/ou divertimento iam às plataformas para se despedir daqueles que viajavam, cena que contava, ainda, com o apito que atravessava a gare e anunciava a partida.

A crise econômica mundial, que se iniciou a partir de 1929, e a consequente perda de poder econômico e político dos cafeicultores paulistas, consolidada pela Revolução de 1930, contribuíram para a degradação da região da Luz. A partir de então, passaram a ter importância as grandiosas obras viárias, os arranha-céus, as indústrias e o transporte por veículos automotores mais rápidos do que os trens, o que fez com que o bairro da Luz passasse a ocupar uma posição secundária no panorama metropolitano por volta de 1940, sendo ocupado, principalmente, por hotéis baratos e pequenos comércios, o que emprestava à região uma total falta de dinamismo econômico.

Em 6 de novembro de 1946, o prédio da Estação da Luz foi atingido por um incêndio. O Salão Nobre, que media 250 metros quadrados, tinha 12 metros de altura e era construído sem colunas, as bilheterias e a torre foram parcialmente destruídos. A parte atingida pelo incêndio passou por uma reconstrução, o Salão Nobre ganhou colunas, o tradicional relógio inglês presente na torre foi substituído por um modelo nacional de corda e foi construído um segundo andar. Em 1951, a estação foi reinaugurada. No início da década de 1970, tornou-se estação de metrô, sem que esse fato trouxesse mudanças substanciais para a região. Aos poucos, a presença de barões do café, políticos, imigrantes estrangeiros e artistas na estação foi sendo substituída pela classe operária, e os trens, que antes ligavam algumas cidades à capital e ao porto, agora, interligam áreas suburbanas da grande São Paulo.

5.4 Preservação e cultura

De acordo com Campos Neto (2001), a valorização de edifícios antigos é uma prática bastante recorrente na história da humanidade. No entanto, a conservação do passado é submetida a visões diferentes em diferentes momentos históricos. Na Antiguidade, por exemplo, antigos templos eram restaurados como forma de legitimar as dinastias de certos reis e imperadores diante da tradição religiosa. Na Idade Média, diferentemente, a conservação e reconstrução de igrejas eram tomadas como obras advindas da piedade dos cristãos que os levariam pelo caminho da salvação. Essas iniciativas não dispunham da ideia de preservação tal como é entendida atualmente, tampouco se assumia que uma obra arquitetônica pudesse ter valor em si mesma, como documento histórico.

Até o Renascimento, houve certa postura desrespeitosa para com o passado, verificada na construção de igrejas sobre ruínas romanas, no aproveitamento de seus mármores em outras construções, na reconstrução, adaptação e até mesmo na substituição de velhas estruturas. Essa postura começou a se modificar no século XVIII, a partir do surgimento de uma nova concepção de história e da valorização da literatura, da arte e da arquitetura como elementos constitutivos da civilização europeia e das identidades nacionais.

Em sentido amplo, a ideia de preservação pressupõe que se queira recuperar algo para prolongar sua existência. Na civilização ocidental, essa ideia está, geralmente, associada ao conceito de patrimônio histórico-cultural, que pode representar um conjunto de bens materiais ou imateriais, cuja preservação se dá fortemente vinculada a interesses culturais. Não é todo e qualquer bem cultural que pode e deve ser preservado, mas aquele que simboliza a identidade de um grupo social. Nesse sentido, Gallo, Carrilho e Magalhães (2001) afirmam que a preservação é basilar para a existência da memória de determinada sociedade.

As ações preservacionistas preveem três operações: identificação, proteção e valorização; entretanto, nem sempre é possível que essas três ações sejam aplicadas. No Brasil, comumente, a proteção torna-se sinônimo de tombamento, isto é, a determinado bem é concedida proteção legal como forma de mantê-lo íntegro e, com frequência, ações de valorização desse bem não são concretizadas.

A identificação de um bem cultural exige, de antemão, um juízo de valor sobre o bem, uma definição do papel que ele representa na construção da identidade de determinada sociedade, somada a valores históricos, artísticos, etnográficos, entre outros. Em conformidade com Gallo, Carrilho e Magalhães (2001), o que está em jogo na identificação

dos bens culturais de uma comunidade não são as particularidades, mas o fato de o bem ser representativo da vida dessa comunidade em determinada época.

O patrimônio cultural brasileiro é definido na Constituição de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;³⁵

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

O Artigo 216 da Constituição brasileira de 1988 prevê, também, em seu § 1º, que as ações de promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro dar-se-ão pelo Poder Público com a colaboração da comunidade.

No Brasil, as primeiras iniciativas voltadas para a preservação do patrimônio histórico nacional, fundamentadas em uma política de construção da nacionalidade, tiveram seu foco na herança colonial e na proteção de edifícios vistos como “monumentos nacionais”.

Para Campos Neto (2001, p. 100),

a afirmação da identidade nacional se fazia em contraposição ao cosmopolitismo cultural que havia vigorado entre o Império e a República Velha. Isso significava insurgir-se contra o ecletismo arquitetônico que marcou a virada do século XX.

Sendo assim, arquitetos, políticos e estudiosos preocupados com a preservação do patrimônio histórico ativeram-se, primeiramente, aos edifícios arquitetônicos da época da colonização portuguesa. Entre 1930 e 1960, iniciativas pioneiras de preservação, fortalecidas pela atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), deram-se em relação às cidades históricas mineiras, às igrejas barrocas cariocas e recifenses, às missões gaúchas e aos centros antigos de Salvador e de São Luís. Em São Paulo, o convento e a igreja da Luz, edifícios representativos do conjunto arquitetônico remanescente do período colonial, também foram alvo das primeiras ações de conservação no bairro. Como ainda não existia

³⁵ Entre as formas de expressão, a língua portuguesa, um bem de natureza imaterial, pertence ao patrimônio cultural brasileiro. De acordo com a UNESCO, patrimônio cultural intangível ou imaterial é definido como sendo as práticas, as representações, expressões, conhecimentos e técnicas – juntamente com os instrumentos, objetos e lugares culturais que lhes são associados – que são reconhecidos como parte integrante do patrimônio cultural de comunidades, grupos e, em alguns casos, de indivíduos.

uma postura preservacionista de conjunto, preocupada com o acervo urbanístico e arquitetônico como um todo, muitos edifícios considerados exemplares de uma arquitetura eclética não foram valorizados.

Novas diretrizes na proteção do patrimônio só surgiriam a partir de 1970 e abarcariam a Estação da Luz. Diante da implantação do metrô nesse período e da possibilidade da região voltar a atrair investimentos imobiliários, o poder público municipal aprovou a Lei de Zoneamento e a criação de uma zona especial de uso e ocupação do solo que incluía a Luz, chamada de Z8, com o objetivo de paralisar o bairro e evitar que a ocupação indiscriminada favorecida pelo metrô pudesse degradar a área. No entanto, somente em 1982, todo o complexo arquitetônico da Estação da Luz foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT).³⁶

Atualmente, as políticas públicas de preservação procuram não somente preservar os edifícios, mas revitalizar as áreas históricas, inserindo-as na dinâmica urbana. Para tanto, os edifícios existentes são destinados a novos usos:

Essa diretriz corresponde às novas conformações econômicas da globalização ou era pós-industrial, em que a prestação de serviços diferenciados e o turismo passam a ser fontes essenciais de recursos nas grandes cidades. Conseqüentemente, o patrimônio cultural torna-se um trunfo na disputa global pelos investimentos e pela atenção da mídia. As grandes cidades começam a explorar a cultura, desde que inserida em uma rede de serviços qualificados, como atrativo e como mercadoria (CAMPOS NETO, 2001, p. 103).

Do interior dessa perspectiva, são de importância ímpar as áreas históricas e o patrimônio arquitetônico para uma cidade como São Paulo. O bairro da Luz, especificamente, concentra muitos edifícios históricos de propriedade pública, equipamentos institucionais e educacionais e uma área verde que, relativamente, estão protegidos da descaracterização imobiliária, são de fácil acesso via metrô e estão próximos do centro. Tudo isso poderia tornar o bairro da Luz um polo cultural, de serviços e de lazer.

As intervenções estatais que, de alguma maneira, apontam para o futuro da Luz são bastante recentes. O início delas data de 1980 e compreendem: a transformação da antiga Escola de Farmácia da Rua Três Rios em centro cultural; a reforma do prédio do Liceu de Artes e Ofícios para sediar a Pinacoteca do Estado, primeiro museu de arte inaugurado no

³⁶ De acordo com Suano (1986), os edifícios tombados, de modo geral, viram “marcos”, “monumentos” e passam a ser utilizados como museus ou ministérios, secretarias de estado, escolas de arte ou alguma atividade considerada “nobre”. Raramente, esses edifícios voltam a desempenhar as funções anteriores ao momento em que passaram a ser considerados pertencentes ao patrimônio cultural.

país; a transformação da Estação Júlio Prestes na Sala São Paulo, uma moderna sala de concerto e sede da Orquestra Sinfônica Estadual (OSESP); a nova iluminação do Jardim da Luz; a transformação de outro edifício ferroviário, que no período da ditadura militar foi ocupado por um órgão opressor, o Dops, em um edifício cultural, a Estação Pinacoteca; e a criação do Museu da Língua Portuguesa que ocupa parte do edifício da Estação da Luz.³⁷

O bairro da Luz, local privilegiado para a preservação do patrimônio histórico, é um documento a céu aberto da herança colonial brasileira (por meio dos grandes terrenos e dos conjuntos arquitetônicos religiosos), da capital do café (com toda a infraestrutura ferroviária e seus edifícios institucionais) e da memória da cidade industrial que se abre para as vilas operárias, as grandes avenidas, a modernização do transporte coletivo, o comércio especializado e os usos educacionais.

5.5 O Museu da Língua Portuguesa

Fundado em 20 de março de 2006, o Museu da Língua Portuguesa ocupa, aproximadamente, 4 mil metros quadrados do total de 7,5 mil metros quadrados do complexo arquitetônico da Estação da Luz – espaço que até o ano de 2001 era destinado aos escritórios da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) – e é resultado de uma parceria entre o Governo do Estado de São Paulo e a Fundação Roberto Marinho, empresa à qual coube a mobilização de uma numerosa equipe de profissionais, entre eles, sociólogos, museólogos, especialistas em língua portuguesa e artistas, para a concepção do museu, cujo projeto foi avaliado em R\$ 36.000.000,00 usados para financiar a criação, pesquisa e implantação do museu e a restauração do edifício.

De acordo com a descrição da instituição, disponível em seu *site*, o diferencial do museu em relação às demais instituições museológicas do país refere-se ao fato de que ele é dedicado à valorização e difusão do nosso idioma³⁸ – um patrimônio imaterial –, apresenta

³⁷ Todas essas transformações fazem parte de uma proposta de se utilizar a cultura como elemento de revitalização e transformação social e urbana do centro histórico de São Paulo. Esse tipo de proposta é chamado por Kara-José (2007, p. 20) de “intervenção urbano-cultural” e, de acordo com essa autora, seu principal agente é o governo do estado que, até então, era pouco presente nesse cenário, visto que a relação mantida ao longo dos anos entre as políticas culturais e a cidade restringia-se às ações de preservação patrimonial.

³⁸ A descrição da instituição como sendo um museu dedicado à valorização e difusão do “nosso idioma” é um primeiro indício de que, no Museu da Língua Portuguesa, em alguma medida, o português usado no Brasil é tomado como a variedade que ocupa uma posição hegemônica em relação às variedades linguísticas europeia e africana. Esse indício parece ser reiterado pela escolha de São Paulo para sediar o museu, pois se trata da cidade com o maior número de falantes da língua portuguesa no mundo, cerca de 11 milhões de habitantes.

uma forma expositiva diferenciada de seus conteúdos e utiliza tecnologia de ponta e recursos interativos.

Seus principais objetivos, também de acordo com a descrição disponível no *site* institucional, são:

- mostrar a língua como elemento fundamental e fundador da nossa cultura;
- celebrar e valorizar a Língua Portuguesa, apresentando suas origens, história e influências sofridas; aproximar o cidadão usuário de seu idioma, mostrando que ele é o verdadeiro “proprietário” e agente modificador da Língua Portuguesa;
- valorizar a diversidade da Cultura Brasileira;
- favorecer o intercâmbio entre os diversos países de Língua Portuguesa;
- promover cursos, palestras e seminários sobre a Língua Portuguesa e temas pertinentes;
- realizar exposições temporárias sobre temas relacionados à Língua Portuguesa e suas diversas áreas de influência (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA).

Em sete anos de existência, mais de 3.000.000 pessoas (aproximadamente 52% desse total são estudantes, principalmente de escolas públicas de todo o Brasil) já visitaram as instalações do Museu da Língua Portuguesa que estão distribuídas em três andares.

O primeiro andar é destinado às exposições temporárias e também comporta a administração e o setor educativo do museu que conta com uma sala de aula para cinquenta pessoas, onde são oferecidos cursos e palestras gratuitamente, e um espaço digital capaz de atender até vinte pessoas.

O segundo andar, que abriga espaços expositivos permanentes, está dividido em seis partes:

- a) Grande Galeria – é um espaço que conta com uma tela de 106 metros de extensão na qual são projetados filmes simultâneos. Cada projeção ocupa nove metros da tela, possui, em média, duração de seis minutos e trata de temas tais como, cotidiano, danças, festas, carnaval, futebol, música, relações humanas, culinária, valores, saberes e cultura portuguesa.
- b) Palavras Cruzadas – é um espaço ocupado por totens interativos que permitem o acesso multimídia a informações sobre as línguas e os povos que contribuíram para a formação do português brasileiro, a saber, espanhol (um totem), inglês e francês (compartilham o mesmo totem), línguas africanas (dois totens), línguas indígenas (dois totens) e línguas de imigrantes – italiano, japonês, chinês, árabe, alemão e

hebraico (um totem). Esse espaço conta também com um totem dedicado às variedades linguísticas do português falado nos demais países lusófonos.

- c) Linha do Tempo – é um grande painel no qual são mostradas as origens remotas da língua portuguesa, desde o etrusco, o latim clássico e vulgar e as línguas românicas antigas até as línguas que compõem o português brasileiro contemporâneo, a saber, o português europeu, as línguas indígenas e africanas.
- d) Beco das Palavras – é uma sala com mesas de projeção que permitem, aos visitantes, manipular fragmentos de palavras (radicais, prefixos e sufixos) com a finalidade de formar palavras completas e, conseqüentemente, conhecer sua origem e significado.
- e) História da Estação da Luz – localizada em um corredor com iluminação natural, é composta por painéis que procuram mostrar um pouco da história do edifício sede da Estação da Luz e os trabalhos de restauração que antecederam a implantação do museu.
- f) Mapa dos Falares – trata-se de uma tela interativa com um grande mapa do Brasil, por meio da qual o visitante pode escolher uma localidade para ver e ouvir depoimentos de diversas pessoas e, conhecer, desse modo, as variedades regionais do português brasileiro.

O terceiro andar abriga um auditório no qual é projetado, em uma tela de nove metros de largura, um curta-metragem sobre as origens da linguagem humana e da língua portuguesa falada no Brasil. A tela é também uma grande porta basculante para a Praça da Língua, uma espécie de “planetário de palavras” composto por imagens projetadas no teto e no piso e áudio de textos literários, em prosa e verso, e canções em língua portuguesa.

Além dos três andares para visitação, os elevadores do Museu da Língua Portuguesa são também espaços expositivos, pois permitem a visualização da Árvore das Palavras, uma escultura de dezesseis metros criada por Rafic Farah, em que podem ser lidas palavras em português e palavras que contribuíram para a formação do português brasileiro e ver representações de objetos e animais. No interior dos elevadores, ouve-se algo que se assemelha a um mantra, composto e cantado por Arnaldo Antunes, em que “língua” e “palavra” são repetidas em vários idiomas.

5.6 Considerações finais

De acordo com Suano (1986), a aparição de um objeto como “peça de museu” lhe confere, quase sempre, uma aura de importância e um estatuto de valor cultural que ele não

possuía antes ou que não era notado. Acreditamos que, em nosso caso, a aura de importância e o estatuto de valor cultural conferido à língua portuguesa em nosso país já existiam, mas com a emergência do Museu da Língua Portuguesa, reforça-se sua institucionalização.

No próximo capítulo, como forma de subsidiar nossa hipótese de que o Museu da Língua Portuguesa é uma prática a mais dentre aquelas que constituem a *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa* no Brasil, apresentaremos nossas análises de seus espaços permanentes de exposição.

6 UM RETRATO DUPLAMENTE EDITADO³⁹

6.1 Considerações iniciais

Assumindo a hipótese de que todos os planos da discursividade são regulados por um mesmo sistema de restrições semânticas, analisaremos os espaços expositivos permanentes do Museu da Língua Portuguesa e a exposição temporária *Menas: o certo do errado, o errado do certo*. A assunção desse quadro teórico-metodológico dispensa uma análise exaustiva ou quantitativa dos dados.

Neste capítulo, a análise buscará demonstrar que o museu é uma prática a mais da *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*, descrita em capítulo anterior. Nesse empreendimento, como será possível perceber, consideraremos a função social educativa da instituição museológica, preconizada pelo pensamento museológico contemporâneo, a fim de verificar as coerções que essa instituição exerce sobre o que se diz sobre a língua portuguesa no museu.

A descrição/análise de nosso *corpus* será organizada a partir de dois eixos: um eixo centrado na relação entre a língua usada no Brasil e a usada em Portugal e suas respectivas histórias; e outro eixo centrado no português brasileiro, elemento central da identidade nacional. Partimos da hipótese de que esses eixos não recebem o mesmo tratamento discursivo. Os argumentos aos quais se recorre nesses eixos e o tom que emerge em cada um deles se alteram em função do Outro (ora o estrangeiro, ora o local) com o qual o museu precisa lidar para constituir seu discurso sobre a língua portuguesa.

6.2 “Nossa língua nasceu em Portugal”

No Museu da Língua Portuguesa, três espaços expositivos permanentes privilegiam o tema da história da língua portuguesa: Auditório, Palavras Cruzadas e Linha do Tempo. Em alguma medida, esse tema parece ser imposto pela instituição museológica que, tradicionalmente, é reconhecida como um espaço no qual são expostos, “para o deleite e educação do público”, elementos que atestam a grandeza e a maestria de um passado criado pelo homem.

³⁹ Assim como procuraremos mostrar, por meio de nossas análises, que a história da língua portuguesa parece ser “editada” pelo Museu da Língua Portuguesa, reconhecemos que o trabalho do analista do discurso é, também, uma forma de “edição” dos dados de que dispõe, em função tanto dos recortes que realiza quanto do arcabouço teórico mobilizado.

Conforme nossas análises procurarão mostrar, nessas instalações, a história da língua portuguesa é contada construindo-se um passado mítico para a relação entre o português do Brasil e o português de Portugal. Por essa razão, há uma supervalorização da origem europeia da língua em detrimento, principalmente, das línguas indígenas e africanas, que também são constitutivas da formação do português brasileiro. A construção do que estamos chamando de passado mítico deve ser entendida, aqui, a partir de duas perspectivas: uma de caráter bastante amplo e geral por meio da qual se considera o mito como uma narrativa especial, fantástica, protagonizada por seres de caráter heroico, que, de acordo com Rocha (1986, p. 10), “fala enviesado, fala bonito, poético” e que é capaz de revelar o pensamento de uma sociedade, registrar uma história; e outra que se dá de forma análoga àquela descrita por Gnerre (1998) com relação ao processo de legitimação das línguas, cujo componente essencial é a criação de mitos de origem.

De acordo com Gnerre, a instituição da gramática das línguas românicas como um dos instrumentos de legitimação do poder de uma variedade linguística sobre as demais foi acompanhada do desenvolvimento de uma perspectiva mítico-ideológica, por parte de letrados e humanistas, com o objetivo de justificá-la. Com relação à tradição histórica e filológica portuguesa entre o século XVI e a idade pombalina, para citar apenas um exemplo, Leite de Vasconcelos (1931 apud Gnerre, 1998, p. 15) aponta que

este período da nossa filologia pode caracterizar-se pelo seguinte: preocupação, nos gramáticos, da semelhança da gramática latina com a portuguesa... e sentimento patriótico da superioridade da língua portuguesa em face das outras, principalmente da castelhana, sua concorrente temível.

Na época em que se deu a associação entre uma variedade linguística e a escrita e, em seguida, entre essa variedade e a tradição gramatical, a distância entre a língua codificada na gramática e a realidade da variação já deveria ser enorme, visto que o saber clássico foi usado para dar valor e credibilidade às gramáticas dos falares “vulgares” e para expandir os léxicos fixados por meio de empréstimos gregos e latinos. Nesse contexto de legitimação do saber sobre a língua, a gramática normativa, na perspectiva de Gnerre, é um elemento privilegiado: enquanto as ciências e a própria filosofia admitem a crítica e a refutação explícita de fases precedentes de produção intelectual, o mesmo não acontece com relação à norma padrão. Para esse autor,

tal como na religião, nos valores morais e éticos, na norma linguística não aparece uma crítica explícita de fases anteriores. Pelo contrário, a impressão que é

transmitida é de continuidade. O paralelo com a religião e a formalização da série de crenças e valores é útil: podemos pensar na distância, em termos de dogmas, práticas e crenças, entre o catolicismo do século XV e o atual. Ainda assim a idéia que é transmitida como característica central da igreja é a de continuidade e estabilidade (GNERRE, 1998, p. 27-28).

Do mesmo modo, os espaços expositivos do Museu da Língua Portuguesa em torno da história da língua portuguesa, discursivamente, parecem se caracterizar por uma preocupação em reiterar a unidade linguística entre Brasil e Portugal – questão bastante recorrente na *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa* que descrevemos no capítulo 4 –, em valorizar a origem europeia do português usado no Brasil, em restringir as línguas indígenas, africanas e de imigrantes a certa “influência” no léxico e, assim, transmitir a ideia de continuidade na transposição da língua de Portugal para o Brasil e de estabilidade do código linguístico desde então.

A preocupação em reiterar a unidade linguística entre Brasil e Portugal, a nosso ver, pode ser interpretada como decorrente da definição de museu, presente no estatuto do ICOM, como sendo um estabelecimento administrado para “satisfazer o interesse geral de conservar”, em que, “conservar” a língua, no Museu da Língua Portuguesa, é lido como manter a unidade. Essa preocupação pode ser indiciada por meio dos sintagmas utilizados no interior do museu para nomear a língua do Brasil: “língua portuguesa”, “língua portuguesa no Brasil”, “antigo e belo idiomaterno”, “português do Brasil”, “português”, “nossa língua comum” e “português brasileiro”.

No Auditório, sala localizada no terceiro andar do museu à qual se tem acesso por meio de um ingresso com hora marcada, é exibido um vídeo sobre a origem da linguagem humana e, conseqüentemente, da língua portuguesa usada no Brasil. O argumento que fundamenta esse vídeo foi escrito pelo antropólogo Antonio Risério, e sua narração é feita pela atriz Fernanda Montenegro. Reproduzimos o texto:

A linguagem humana surgiu há milênios, mas não resta nenhuma sombra ou registro da primeira palavra, do primeiro canto, da primeira dança. Tudo isso ficou invisível no tempo. Com a linguagem, nasceu um universo propriamente humano. Razão e emoções, sonhos e projetos se organizaram e ganharam lugar. Só nós, os humanos, podemos escapar do presente e planejar o futuro. Só nós temos saudades do que passou e podemos inventar outros mundos. Nosso reino é o dos signos e nele se instaura o universo da palavra.

Não existe humanidade sem língua. É ela que dá sentido e significado ao que somos, pensamos e fazemos. A língua é como a espinha dorsal que põe de pé sociedades, organizando crenças e costumes, valores e comportamentos. Não se sabe ao certo como surgiram as milhares de línguas que existem. O que se sabe é que elas foram se formando nos mais variados cantos da Terra. Línguas diferentes entre si, cada qual com sua sonoridade, com seus modos de organizar as palavras, com seus timbres.

Todos nós nascemos dentro do universo da nossa língua materna, e as palavras dessa língua nos abrigam e envolvem. *Nossa língua nasceu em Portugal e descende de povos ancestrais. Hoje, ela é falada por mais de 200 milhões de pessoas em todos os continentes do planeta.* Entre os séculos XV e XVI, os portugueses se lançaram numa grande aventura marítima e ancoraram em diferentes terras, levando a sua cultura e a sua língua. *E os portugueses chegaram ao Brasil.*

No Brasil, o português sofreu influência de línguas indígenas e africanas, e também das línguas de imigrantes. Os encontros e desencontros entre essas culturas e falares criaram uma língua única, original, e que continua a se reinventar todos os dias, pelas ruas e praças do país, nos seus ritmos e ritos, nos poemas e nas canções.

Pensamos em português, sentimos em português, criamos em português. É esta língua que nos faz ser quem somos. É com ela que afirmamos e expressamos a nossa identidade. Nossa língua é o nosso melhor retrato, a nossa pátria mais profunda.

*No Brasil, a língua portuguesa atingiu um alto grau de mistura e invenção. Aqui vive a grande maioria de seus falantes: gente que ajuda a conduzir pelo planeta o destino desse nosso antigo e belo idiomateno (grifo nosso).*⁴⁰

A afirmação de que “nossa língua nasceu em Portugal e descende de povos ancestrais” parece tender para um percurso argumentativo que visa a diferenciar a variedade linguística brasileira da variedade europeia, pelo menos, por meio do dêitico “nossa” que, aparentemente, recobriria apenas a língua dos brasileiros. No entanto, a sequência discursiva seguinte não deixa dúvidas de que, no Museu da Língua Portuguesa, “nossa língua” é aquela “falada por mais de 200 milhões de pessoas em todos os continentes do planeta”, trata-se de uma língua comum, supostamente, una, um dizer sustentado pelo sema /+ Unidade/.

As línguas indígenas e africanas, bem como as línguas de imigrantes, de acordo com o texto, são tomadas como tendo influenciado o português em nosso país (“no Brasil, o português sofreu influência de línguas indígenas e africanas, e também das línguas de imigrantes”), mas note-se que essa consideração se dá por meio do emprego do verbo “sofrer” cujas acepções estão, majoritariamente, associadas a dor, prejuízo, resignação. A contribuição efetiva dessas línguas e de seus povos como elementos definidores da identidade nacional parece não ser reconhecida ou fica mais restrita ao léxico, visto que, no momento em que o texto menciona o português “no” Brasil, palavras, como miçanga, pitanga, sabiá, axé, ogum, bonsai, abajur, ateliê, esfirra, blitz, pizza, entre outras, são projetadas no vídeo. Como a referência às línguas indígenas, africanas e de imigrantes aparece em outras partes do museu, retomaremos essa questão adiante.

A assunção de que temos uma “língua única, original, e que continua a se reinventar todos os dias”, isto é, a assunção da variação e mudança linguísticas, um dizer sustentado pelo traço /+ Heterogeneidade/, não é suficiente para superar o processo de apagamento da história social do Brasil que o texto opera, visto que o traço /+ Unidade/, pressuposto no fato de o

⁴⁰ As citações dos espaços expositivos permanentes foram registradas por nós, em vídeos e fotografias, quando de nossas visitas ao Museu da Língua Portuguesa.

português ser falado, hoje, “por mais de 200 milhões de pessoas em todos os continentes do planeta”, é reiterado no seu trecho final: “No Brasil, a língua portuguesa atingiu um alto grau de mistura e invenção. Aqui vive a grande maioria de seus falantes: gente que ajuda a conduzir pelo planeta o destino desse nosso antigo e belo idiomaterno”.

No trecho citado, novamente, a direção argumentativa que parecia tender para a “defesa” da variedade brasileira da língua portuguesa como sendo diferente das demais, por meio da afirmação de que, aqui, “a língua portuguesa atingiu um alto grau de mistura e invenção”, dizer ancorado no traço /+ Heterogeneidade/, recai sobre o pressuposto de que a língua portuguesa é una, dizer ancorado no traço /+ Unidade/. Em “aqui vive a grande maioria de seus falantes”, o escopo de “seus” parece ser tão somente falantes de língua portuguesa, mas não “falantes de língua portuguesa com alto grau de mistura e invenção”. No texto, a ideia de unidade é, ainda, recuperada pela última referência à língua como “nosso antigo e belo idiomaterno”, em que o pronome possessivo “nosso” não é, em medida alguma, referente de “eu e você”, enunciador do discurso do museu e visitante brasileiro, mas alude a todos os falantes nativos de língua portuguesa. Em certa medida, o discurso sobre o português usado no Brasil que emerge no Auditório do Museu da Língua Portuguesa parece corresponder à estruturação sintática *p mas q*, em que a língua portuguesa é reconhecida como heterogênea, ou seja, está sujeita a variações e mudanças, embora o argumento mais forte, ou seja, aquele introduzido pelo operador argumentativo *mas*, seja o de que se trata de uma língua una.

O emprego dos dêiticos que destacamos aqui, “*nosssa língua*”, “*nosso belo idiomaterno*” e “*seus falantes*”, aparentemente, apresenta certa inconsistência referencial: parece querer ancorar o discurso do museu ao português brasileiro e seus usuários, mas não se desvencilha de elementos que, historicamente, são tomados como representativos de uma “tradição” e uma “cultura”. Essa aparente inconsistência, a nosso ver, é reveladora do duplo processo de integração e diferenciação descrito por Candido (1987) com relação à literatura, mas que também se dá com relação à língua, conforme apontamos no capítulo em que descrevemos a *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*. O discurso sobre a língua do Brasil que tem lugar no museu, cinco séculos após o período colonial, ainda procura expressar o que lhe é particular sem deixar de recorrer à sua incorporação ao geral, ao lusitano. Ao sustentar seu dizer no traço /+ Unidade/, em alguma medida, o museu atualiza algumas características presentes nos discursos sobre a língua portuguesa do século XIX, a saber, a preconização da unidade linguística com Portugal e, conseqüentemente, a mobilização do uno como uma forma de negar o atraso com relação aos valores europeus, o

que coloca em cena a definição de língua portuguesa que, na formação discursiva que descrevemos, a restringe a um de seus usos, o “bom uso”.

A unidade linguística entre a língua portuguesa do Brasil e a de Portugal, indicada no texto veiculado no Auditório, tem consequências, por exemplo, no modo como a identidade nacional brasileira é descrita e ressignificada no interior do museu.

No que se refere à identidade cultural brasileira, Orlandi (1990, p. 56) afirma que “o índio é totalmente excluído”, ele “não entra nem como estrangeiro, nem sequer como antepassado”. Argumento semelhante é defendido por Dias (1996, p. 74), para quem,

a situação do índio é interessante, porque se aponta para uma contradição: ele é membro da nação, mas não participa constitutivamente dela. [...] O seu lugar na história da nação é um lugar “pontuado” [...]. Na linguagem, ele participa emprestando nomes a cidades, instrumentos, comida, etc, isto é, ele se substancializa numa voz que se manifesta no léxico.

O processo de apagamento do índio da identidade cultural brasileira tem sido mantido durante séculos e se produz pelos mecanismos mais variados, dentre eles, a linguagem. No Auditório do Museu da Língua Portuguesa, afirmações como “nossa língua nasceu em Portugal e descende de povos ancestrais” e “e os portugueses chegaram ao Brasil” são exemplares desse processo, uma vez que se pode inferir, a partir desses enunciados, que nossos antepassados são os portugueses e que o Brasil, no século XVI, não passava de uma extensão de terra. Esse processo de apagamento que, a nosso ver, não se restringe, no museu, a traços indígenas, mas apreende traços africanos e de imigrantes não portugueses, também pode ser verificado em Palavras Cruzadas.

Localizada no segundo andar, Palavras Cruzadas tem nome de jogo, mas longe de colocar à prova a capacidade dos jogadores de, a partir de pistas, completar linhas com quadrados em branco que se cruzam, as oito “lanternas” (ou totens) que formam a instalação dispõem de computadores com telas sensíveis ao toque que permitem ao visitante tocar as palavras de seu interesse, ouvir sua pronúncia em língua portuguesa e na língua referente ao totem e obter seu significado. Além de Palavras Cruzadas, outros espaços expositivos permanentes e temporários do museu apresentam um modo de organização altamente tecnológico e “interativo”, o que, talvez, possa ser interpretado como uma forma de tentar assegurar que aquilo que é exposto dessa forma promova o “deleite” do público, seja “lógico e agradável”, “proponha, em vez de impor”, tenha “uma faceta informativa e suficientemente atrativa”, aspectos desejáveis aos museus, de acordo com o pensamento museológico contemporâneo.

No totem dedicado à língua espanhola, para citar apenas um exemplo, o visitante seleciona, por meio de toque na tela, uma palavra pertencente a essa língua. O significado dessa palavra em português aparece na tela e ouve-se sua pronúncia em espanhol e em português. Fazem parte desse totem, nas partes opostas à da tela (os totens tem formato triangular), uma espécie de vitrine na qual estão expostos objetos da cultura hispânica (xale, castanhola, etc.) e um texto “explicativo” sobre o idioma, acompanhado de um mapa que localiza os países onde o espanhol é a língua oficial. Os demais totens que compõem Palavras Cruzadas se organizam mais ou menos da mesma maneira e seguem o mesmo modo de apresentação.

Fotografia 2 – Palavras Cruzadas



Fonte: Produção nossa.

A instalação é apresentada por meio do seguinte texto, de autoria de Leandro Karnal, historiador e professor da UNICAMP:

A língua é rica em sons e idéias, mas também produz ações. Todos os gestos são definidos com palavras: andar, pintar, amar, construir, compartilhar. Tudo o que eu faço está acompanhado de um pensamento ou de uma frase em minha língua.

Esta parte do museu é denominada palavras cruzadas. *Aqui, há objetos de diversas culturas integrantes da aventura que nos envolve: a língua portuguesa. São lanternas que possibilitam espiar culturas que formaram nosso modo de falar.* Neste espaço, você não encontrará objetos típicos de museus: únicos, muito antigos e de valor monetário alto. Estão expostas peças cotidianas, coisas concretas feitas por falantes de mundos indígenas, africanos, europeus e asiáticos. Elas traduzem crenças, jogos, culinária e afeto. Estão vivas! Mais do que peças antigas, são pedaços da criatividade atual de muitos povos.

Trazidos à força da África, massacrados no contato com o branco ou oprimidos na terceira classe de um navio de imigrantes, eles expressam parte da saga difícil da construção do que hoje chamamos Brasil. Os objetos dizem: apesar de tudo, nós sobrevivemos! Língua, no fundo, é vida! (grifo nosso).

Nesse texto, a afirmação de que “aqui, há objetos de diversas culturas integrantes da aventura que nos envolve: a língua portuguesa”, a língua portuguesa do Brasil é descrita como uma “aventura”, e a participação dessas culturas na constituição da variedade linguística brasileira fica restrita à sua modalidade oral, visto que os totens que formam a instalação são definidos como “lanternas que possibilitam espiar culturas que formaram nosso modo de falar”.

A ideia de aventura pressuposta na constituição da identidade cultural e linguística brasileira é reiterada no trecho final do texto sob a forma de “saga” – “eles expressam parte da saga difícil da construção do que hoje chamamos Brasil” –, o que, em alguma medida, reitera o que também é expresso no vídeo apresentado no Auditório, a saber, o protagonismo dos portugueses, que “se lançaram numa grande aventura marítima e ancoraram em diferentes terras, levando a sua cultura e a sua língua”, em detrimento dos demais povos que participaram da história social do Brasil e do consequente processo de apagamento de sua efetiva participação nessa história.

Ainda com relação ao trecho final, acreditamos que seja possível afirmar que, no Museu da Língua Portuguesa, o índio, o africano e o imigrante não são somente substancializados na linguagem, por meio de uma voz que se manifesta no léxico, são, também, reificados, o que pode ser comprovado por meio do último parágrafo do texto, reproduzido anteriormente, em que as expressões “trazidos à força da África”, “massacrados no contato com o branco” e “oprimidos na terceira classe de um navio de imigrantes”, bem como o emprego catafórico do pronome “eles”, fazem referência a “objetos”, mas não a africanos, índios e imigrantes.

Com relação especificamente ao processo de apagamento do indígena (e, conseqüentemente, do contexto multilinguístico brasileiro) operado nesse espaço do museu,

podemos afirmar que ele se dá de forma análoga àquela que pode ser identificada também no Auditório, ou seja, por meio de afirmações que colocam o índio e sua cultura sob a forma de “influências” no léxico. No totem dedicado à língua tupinambá, lê-se:

Quando em 1500 os portugueses chegaram ao Brasil, na região de Porto Seguro, Bahia, encontraram ali um povo que falava uma língua completamente desconhecida dos europeus. Era o povo tupinakī, que falava a língua tupinambá. A maioria dos povos que viviam ao longo da costa, desde o Rio de Janeiro até o Ceará, falava essa mesma língua. Foi com a língua tupinambá que os colonos portugueses tiveram contato mais estreito durante o século XVI. Para entender-se com os indígenas, a fim de conhecer a nova terra e nela viver, muitos deles tiveram de aprendê-la. Desse contato resultou a grande influência do tupinambá no vocabulário do português do Brasil. Milhares de nomes comuns e nomes de lugares que utilizamos hoje em todo o país são palavras tupinambás.⁴¹

No totem em questão, o Museu da Língua Portuguesa, em alguma medida, parece tomar as línguas indígenas como pertencentes ao território brasileiro, mas não parece assumi-las como sendo um elemento definidor da identidade nacional, adotando, portanto, uma “posição moderada”, tal como aquela assumida por filólogos da escola brasileira que, de acordo com Teyssier (1982, p. 92), “reconhecem, a um tempo, a originalidade linguística do Brasil e a superior unidade da língua portuguesa”.

Na perspectiva desse autor, durante bastante tempo, as especificidades do português do Brasil foram explicadas como o resultado de influências ameríndias ou africanas, tal como parece ser a explicação adotada pelo museu. No entanto, a partir da influência exercida pelos romances indianistas, aqueles que estavam insatisfeitos com a identificação das raízes tupi restritas à toponímia e ao vocabulário, passaram a explicar certos traços particulares da fonética, da morfologia e da sintaxe do português brasileiro, por meio do substrato tupi: “a mania do tupi levou a exageros evidentes, a erros e generalizações apressadas. Depois foi a vez das línguas africanas” (TEYSSIER, 1982, p. 91). Teyssier afirma que, diante desse contexto, os filólogos brasileiros reagiram contra o que ele chama de “exageros” e, “sem

⁴¹ Gostaríamos de destacar o fato de que os textos que apresentam os espaços expositivos do Museu da Língua Portuguesa, às vezes, obedecem a gramáticas bastante diferentes. No primeiro período de “a maioria dos povos que viviam ao longo da costa, desde o Rio de Janeiro até o Ceará, falava essa mesma língua”, a presença do partitivo “maioria” é “ignorada” no estabelecimento da concordância verbal, que se dá com o verbo “viver” no plural (“a maioria dos povos que viviam [...]”). No segundo período, diferentemente, a concordância verbal se dá com o verbo “falar” no singular (“a maioria dos povos [...] falava essa mesma língua”). Esse destaque se faz necessário porque, em *Menas: o certo do errado, o errado do certo*, exposição temporária que analisaremos no capítulo 7, o museu adota uma grade de leitura extremamente prescritiva dos fatos da linguagem efetivamente em uso no Brasil e os classifica genericamente como “erros”. No entanto, a própria produção linguística do museu é reveladora da distância entre a prescrição gramatical e as realizações linguísticas concretas.

negar a influência do tupi e das línguas africanas”, mostraram que muitos exemplos eram inconsistentes. Para esse autor,

foi principalmente Serafim da Silva Neto quem procedeu a uma desmistificação “em regra” das “fontes” ameríndias e africanas do português do Brasil. Um exemplo particularmente curioso é o de *minhoca*, que já se pretendeu provar ser de origem quimbundo, quando a palavra vem atestada em português em época demasiadamente recuada para que possa ter vindo da África. Sem negar a importância dessas fontes, Serafim da Silva Neto acha que ela tem sido muito exagerada no desejo de valorizar tudo o que é extraeuropeu nas raízes do Brasil (TEYSSIER, 1982, p. 92).

No Museu da Língua Portuguesa, no totem dedicado às línguas indígenas hoje, ignorando a existência de mais de mil línguas indígenas no período colonial, afirma-se:

Vivem hoje no Brasil cerca de 220 povos indígenas, falando mais de 180 línguas diferentes. Até pouco tempo, muitos acreditavam que esses povos iam desaparecer. Que, mais dia, menos dia, iam todos deixar de ser índios. Mas não foi isso que aconteceu. A população indígena tem crescido de forma constante em todos os pontos do país. A história então é outra. Não é o índio que vai se esquecer de como é ser índio. É o Brasil que vai se lembrar, cada vez mais, de sua maneira de ser indígena. E não só no rosto e na pele, mas também na voz. Em muitas aldeias no interior do país, crianças já aprenderam a ler e escrever em suas próprias línguas. Yanomami, Daniwa, Kaiabi, Tukano, Kuikuro, Suyá, cada língua indígena falada – e escrita – hoje no Brasil representa um jeito original de ser e estar no mundo. Seu número e variedade é uma das nossas grandes riquezas.

Não se pode negar que, nesse texto, o contexto multilinguístico brasileiro contemporâneo é reconhecido, por meio da citação de algumas línguas indígenas, assim como por meio da consideração da participação indígena na constituição do tipo humano brasileiro e por meio da afirmação de que “É o Brasil que vai se lembrar, cada vez mais, de sua maneira de ser indígena. E não só no rosto e na pele, mas também na voz”. Aquilo que, aparentemente, poderia ser considerado como uma contradição no discurso do museu a respeito das línguas indígenas, a saber, a restrição da influência indígena no léxico (tal como é tematizado no totem sobre o tupinambá) e a assunção de que o país é constitutivamente indígena (questão que, em alguma medida, emerge no totem sobre as línguas indígenas hoje) não o é em função dos dêiticos que ancoram a enunciação e instauram cenografias⁴² diferentes. Vejamos:

⁴² De acordo com Maingueneau (2006a), por meio do *ethos*, o destinatário é convocado a um lugar, inscrito na cena de enunciação decorrente do texto. A cena de enunciação de que trata esse autor se compõe de três cenas, a saber, *cena englobante*, *cena genérica* e *cenografia*. A cena englobante confere ao discurso um estatuto pragmático, ou seja, integra-o a um tipo de discurso: político, pedagógico, etc. A cena genérica relaciona-se ao contrato associado a um gênero ou a um sub-gênero do discurso: o editorial, o sermão, o guia turístico, etc. A cenografia, cena que destacamos em nossa análise, não é imposta pelo gênero do discurso, mas construída pelo próprio texto. Nas palavras de Maingueneau (2006a, p. 67-68), “a cenografia é a cena de fala que o discurso pressupõe para poder ser enunciado e que, por sua vez, deve validar através de sua própria

No primeiro totem, o advérbio de tempo “em 1500” enlaça um *ethos* mítico para o “descobrimento” do Brasil a uma cenografia que, por sua vez, procura enfatizar a origem europeia do português brasileiro. No segundo totem, diferentemente, o dêitico “hoje” ancora a enunciação no tempo em que surge o Museu da Língua Portuguesa, um tempo no qual a identidade linguística e nacional parece ser uma questão aparentemente resolvida, o que, em termos discursivos, permitiria ao enunciador do discurso do museu fazer concessões com relação à participação indígena. Em certa medida, o dêitico “hoje” enlaça um *ethos* democrático que, no museu, se materializa na diversidade linguística e cultural do povo brasileiro sem prejuízo para sua unidade, característica que é ressaltada em outros espaços expositivos que também analisaremos.

O processo de apagamento do africano como elemento definidor da identidade nacional brasileira não é muito diferente do processo referente ao apagamento do indígena. Reproduzimos o texto que acompanha o totem dedicado às línguas africanas quicongo, quimbundo, umbundo:

Entre os séculos XVI e XIX, foram trazidos para o Brasil entre quatro e cinco milhões de africanos escravizados. Mais da metade deles foi embarcada à força em navios ancorados entre o Gabão e o sul de Angola, bem como na costa de Moçambique. Essa multidão de homens, mulheres e crianças falavam línguas aparentadas, do grande grupo lingüístico banto. Transportados como cativos por todo o Brasil, foram povoando a língua portuguesa de palavras novas e sonoras. Foram carimbando nela seu jeito de viver e de ver o mundo. Hoje, quando dizemos *muleque*, *bunda*, *tanga*, *quindim* ou *quitanda*, estamos ecoando as palavras pronunciadas por essas incontáveis vozes africanas.

Ao afirmar, por exemplo, que os africanos transportados por todo o Brasil falavam línguas aparentadas, o Museu da Língua Portuguesa coloca em cena certa unidade entre essas línguas (um aspecto sobre o qual também se sustenta boa parte das afirmações sobre a língua portuguesa) e silencia o fato de que os senhores de engenho seguiam critérios linguísticos para separar os escravos e, assim, evitar que se comunicassem e se fortalecessem. No texto, o africano é substancializado sob a forma de “vozes africanas”, restritas, assim como no caso do indígena, a figurar no léxico do português por meio de palavras descritas como sendo “novas e sonoras”, uma descrição que em nada contribui para que se conheçam melhor essas línguas e sua efetiva participação na constituição do português brasileiro.

enunciação: qualquer discurso, por seu próprio desenvolvimento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente”.

Com relação às línguas de imigrantes contempladas em um dos totens, a saber, alemão, árabe, chinês, hebraico, italiano e japonês, o Museu da Língua Portuguesa parece restringir seu alcance e “influência” à gastronomia:

A partir do início do século XIX, o Brasil recebeu várias levas de imigrantes estrangeiros, atraídos por oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Italianos, alemães, japoneses, sírios, libaneses, judeus, armênios, poloneses, chineses ou coreanos – eles instalaram-se principalmente nos estados de São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Integrando-se à vida do país, ao mesmo tempo em que mantinham alguns de seus costumes tradicionais, acabaram deixando marcas por nossa cultura. Conquistaram os novos compatriotas principalmente pelo estômago, divulgando pelo Brasil suas comidas e temperos, oferecendo à língua portuguesa palavras exóticas e saborosas. O resultado foi uma espécie de *chop-suey* cultural, pluriétnico, multitolerante, tipicamente brasileiro, onde se pode comer quibe no caraoquê, tomar chope na cantina ou dançar xote no bar mitzvah.

De um ponto de vista exclusivamente linguístico, Guimarães (2005) apresenta uma reflexão interessante em torno do multilinguismo brasileiro. Para ele, o espaço de enunciação, ou seja, a distribuição das línguas indígenas, africanas, de imigrantes e de fronteiras entre seus falantes dá ao português o *status* de língua civilizada, em oposição, principalmente, às línguas indígenas, que são consideradas línguas de cultura por fazerem parte daquilo que caracteriza culturalmente os povos que as utilizam. As línguas de imigração, apesar de serem consideradas línguas civilizadas, também se distanciam do português que, em função de sua distribuição entre os falantes, reveste-se do poder de gozar dos títulos de língua do Estado e língua nacional:

Enquanto língua do Estado e língua nacional, o português dispõe de instrumentos específicos de organização do espaço de enunciação: a Escola, a gramática, o dicionário. A estas se junta de maneira decisiva hoje a mídia. Estas instrumentações da língua trabalham incessantemente sua divisão entre o correto e o errado (GUIMARÃES, 2005, p. 49).

De acordo com a perspectiva adotada por Guimarães, essa distribuição desigual tem consequências: considerada a partir do valor da civilização, a relação hierarquizada entre os registros formal e informal e entre os falares regionais – significados não só como coloquiais, mas como coloquiais de pessoas não escolarizadas – faz com que o registro formal prestigiado seja predicado positivamente. Em contrapartida, os registros e os falares pouco valorizados, assim como as línguas indígenas, são predados como errados, primitivos. Para esse autor,

a determinação da língua portuguesa como língua civilizada no espaço de línguas no Brasil tem sido determinante no modo de se sustentarem posições normativas muito

duras nas instituições que lidam com a língua como a Escola e a Mídia. Além da noção de erro dá-se que os registros e falares não legitimados, assim como as línguas indígenas, ficam fortemente afetados pelo sentido do primitivo, do grosseiro, do selvagem (GUIMARÃES, 2005, p. 52).

Além dos aspectos que abordamos, em *Palavras Cruzadas*, a distribuição dos oito totens que compõem a instalação – um totem para o tupinambá; um totem para as línguas indígenas hoje; dois totens para as línguas africanas quicongo, quimbundo, umbundo, iorubá e evé-fon; um totem para o inglês e o francês; um totem para as línguas de imigrantes; um totem para o espanhol; e um totem dedicado ao português no mundo –, também evidencia o fato de que o museu assume a “influência” exercida por essas línguas na formação do léxico do português brasileiro, visto que, bem ou mal, as expõe em diferentes espaços permanentes de exposição, mas parece não legitimar essas línguas e seus povos como elementos que efetivamente contribuíram para a definição da identidade nacional. De modo geral, a instalação expõe aquilo que faz parte da história da língua portuguesa e da formação social do Brasil sob a forma de uma influência minoritária, o que coincide com o olhar de certa linguística histórica sobre a identidade linguística e cultural brasileira:

Quando os Portugueses se instalaram no Brasil, o país era povoado de índios. Importaram, depois, da África grande número de escravos. O Português europeu, o Índio e o Negro constituem, durante o período colonial, as três bases da população brasileira. Mas no que se refere à cultura a contribuição do Português foi de longe a mais importante (TEYSSIER, 1982, p. 75).

Esse olhar, talvez, possa ser justificado em função de uma das orientações seguidas por linguistas que se dedicam à história das línguas, a saber, a de que “novos grupos étnicos que entram na comunidade passam a participar das mudanças em progresso só quando começam a ganhar estatuto social, isto é, adquirem direitos e privilégios em termos de emprego, moradia e acesso à estrutura social” (FARACO, 2005, p. 195-196). No caso do Brasil, a escravização dos índios, no período colonial, ou seja, sua marginalização com relação à organização social que se estabeleceu a partir da chegada dos portugueses, assim como a posterior escravização dos africanos, se encarregou de relegar, também a segundo plano, na esfera discursiva, a efetiva participação dessas etnias na constituição da identidade nacional brasileira.

Paradoxalmente, os dizeres sobre a história da língua portuguesa, no Museu da Língua Portuguesa, parecem ora se sustentar em torno da unidade linguística com Portugal, ora querer suplantá-la e colocar o Brasil em uma posição de destaque com relação aos demais países da comunidade lusófona. A nosso ver, contribui para esse paradoxo o fato de apenas

um totem ser dedicado às demais variedades do português, sob o título de “Português no mundo” e o fato de seu texto exaltar o protagonismo português na constituição da identidade cultural e linguística brasileira. Em alguma medida, o efeito de sentido decorrente dessa organização da instalação e do título genérico dado ao totem dedicado à comunidade lusófona contribui para uma homogeneização das demais variedades do português e coloca a variedade brasileira da língua portuguesa em posição de destaque, visto que, além deste, há outros sete totens que, de algum modo, explicitam elementos que pertencem à identidade linguística e cultural brasileira. Em contrapartida, o texto explicativo desse totem, reproduzido a seguir, retoma a ideia da aventura a que os portugueses se entregaram no século XV, enobrece o pertencimento do Brasil e de outras seis ex-colônias ao que o museu denomina de “Império Luso” e, mais uma vez, reafirma o português como uma língua uma “falada por mais de 200 milhões de pessoas em todos os continentes”:

Navegar é preciso, viver não é preciso. Sob esse lema, os navegadores portugueses do século XV lançaram-se ao mar e demonstraram que a Terra era de fato redonda. Nessa aventura inédita, encontraram continentes e povos novos, que falavam línguas diferentes. Do encontro e choque de culturas nasceu o Império Luso, que transformou o idioma português na língua franca do comércio com o oriente no século XVI. Hoje, sete ex-colônias desse império, inclusive o Brasil, têm o português como língua oficial. Outras regiões, por sua vez, ainda guardam vestígios das andanças da língua portuguesa pelo mundo. Essas regiões – principalmente na África e na Ásia – falam *crioulos*, isto é, línguas mestiças, influenciadas pelo português. Mais recentemente, a língua portuguesa tem viajado com o movimento de seus emigrantes – portugueses, brasileiros, cabo-verdianos, moçambicanos e santomenses –, que criaram comunidades numerosas em outros países. Atualmente, nossa língua comum é utilizada por cerca de 200 milhões de pessoas em todos os continentes.

Os totens referentes às línguas espanhola, francesa e inglesa também são ilustrativos da centralidade do traço /+ Unidade/ que sustenta o dizer sobre a língua portuguesa que emerge no museu. No totem referente à língua espanhola, lê-se:

As línguas portuguesa e espanhola são muito parecidas. Elas compartilham a maioria das palavras de seu vocabulário. Água, mar, sol, dia são palavras tão portuguesas quanto espanholas. As duas línguas têm histórias paralelas. Ambas surgiram como variedades do latim falado na Península Ibérica. Ambas se lançaram ao mar e desenharam novos mapas pelo mundo. Nessas andanças, tanto uma como outra se tornaram línguas mestiças, incorporando palavras de outras línguas e culturas. Por exemplo: muitos vocábulos que o espanhol trouxe ao português e difundiu pelo mundo, como batata, tomate, chocolate, têm origem nas línguas indígenas americanas. A língua portuguesa no Brasil recebeu (e ainda recebe) muitas influências do espanhol. Em primeiro lugar, porque para cá vieram milhares de imigrantes da Espanha. Em segundo lugar, porque compartilhamos uma extensa fronteira com nossos vizinhos falantes do espanhol. Essa fronteira é uma zona de trocas constantes de palavras e hábitos culturais.

Nesse texto, menciona-se a proximidade lexical e histórica entre as línguas portuguesa e espanhola, o que pode ser considerado uma forma de atualização do mito da constituição das línguas, baseado na hipótese de origem única, de parentesco – questão considerada uma “novidade” da Linguística do século XIX e que propiciou o surgimento da metáfora de *famílias* de línguas – e faz-se referência, é claro, à “aventura” do período das grandes navegações: “Ambas se lançaram ao mar e desenharam novos mapas pelo mundo. Nessas andanças, tanto uma como outra se tornaram línguas mestiças, incorporando palavras de outras línguas e culturas.” O museu refere-se de maneira bastante genérica às línguas portuguesa e espanhola, algo que se mantém quando coloca em cena a relação entre o português brasileiro e o espanhol. A alusão à língua portuguesa “no” Brasil e as influências do espanhol decorrentes da presença de muitos imigrantes da Espanha no país e das relações com os países fronteiriços em nada parece abalar a unidade da língua portuguesa que o museu defende, reitera, preconiza.

Com relação à incorporação de anglicismos e galicismos, no totem sobre o inglês e o francês, o museu silencia a polêmica em torno do tema, e os empréstimos linguísticos são descritos de forma, no mínimo, romântica:

A língua portuguesa vem importando nos últimos séculos inúmeras palavras do inglês e do francês. São palavras sedutoras, imantadas de riqueza e cultura. Elas chegam carregando em suas letras um mundo de talento e invenção – criações da moda e da tecnologia, da culinária e dos esportes, do cinema, da música e das artes. São palavras que nos fascinam, que nos fazem sonhar com futuros mais ricos e prósperos. Mas que também alimentam em nós a persistente mania de imitar a vida que imaginamos que se vive em Londres, Paris ou Nova York.

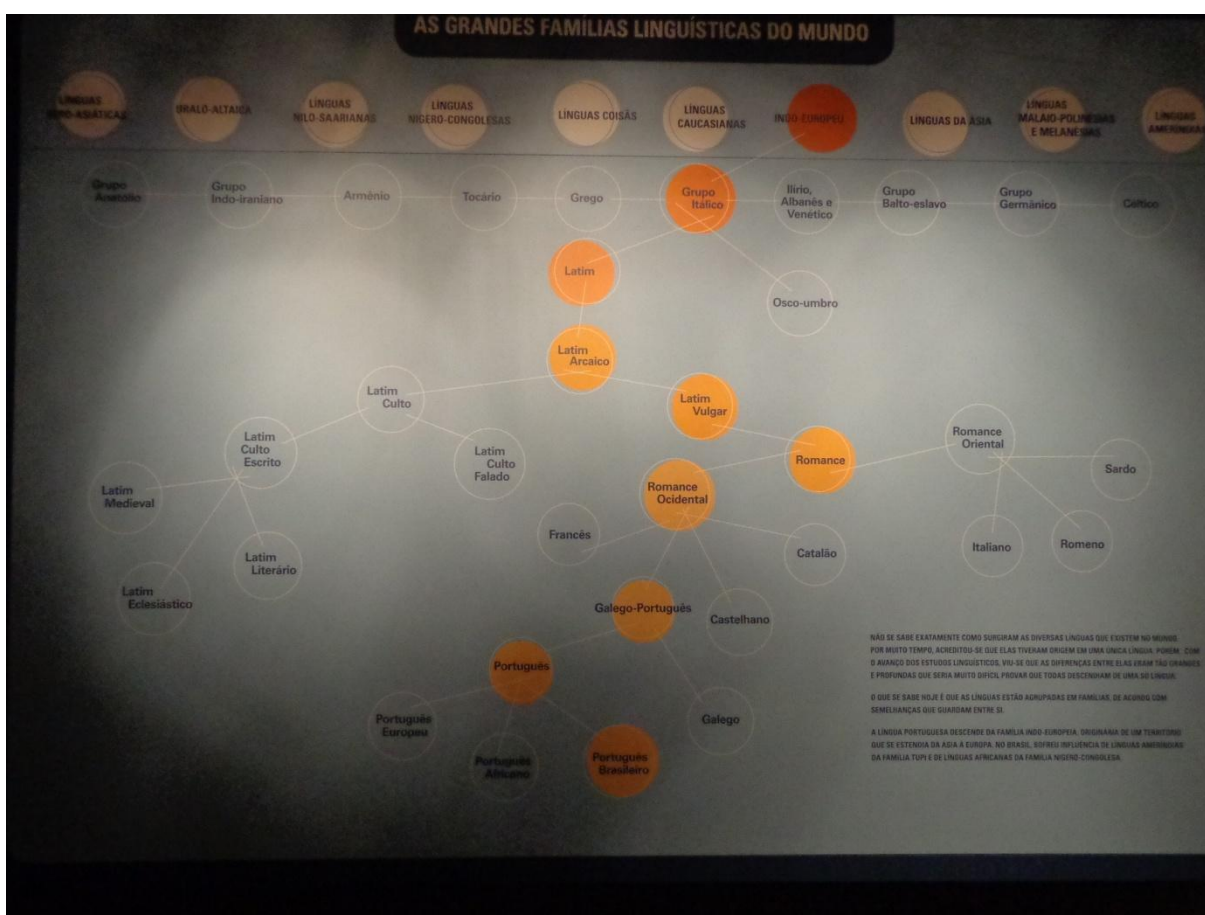
Nesse totem, a referência ao português brasileiro apenas como “língua portuguesa”, parece aliar-se à ideia de unidade com Portugal, à definição dessa língua como sendo aquela “falada por mais de 200 milhões de pessoas em todos os continentes”. No entanto, o emprego de dêiticos de primeira pessoa do plural (“São palavras que *nos* fascinam, que *nos* fazem sonhar com futuros mais ricos e prósperos. Mas que também alimentam em *nós* a persistente mania de imitar a vida que imaginamos que se vive em Londres, Paris ou Nova York”) associado ao conteúdo do texto que, em certa medida, retoma o sentimento de país colonizado – elementos que parecem circunscrever apenas os brasileiros – desloca a ideia da unidade entre Brasil e Portugal para a ideia da unidade interna ao país.

Se por um lado, Palavras Cruzadas atualiza e reitera o dizer de certa Linguística Histórica sobre o português do Brasil; por outro lado, a informalidade que predomina no estilo dos textos de cada totem, juntamente com a possibilidade de “interação” propiciada

pelas telas com tecnologia *touch screen*, aponta para um jeito de falar sobre o português brasileiro que se distancia desse dizer, por assim dizer, mais acadêmico. Além disso, esses textos incluem questões sobre as relações entre os falantes e suas respectivas línguas que, aparentemente, estavam excluídas das preocupações de parte dos linguistas históricos, mais especificamente, dos primeiros a aplicarem o método comparativo.

Na Linha do Tempo, outro espaço expositivo do museu localizado no segundo andar, aparece, pela primeira vez, a denominação “português brasileiro”. A primeira parte dessa instalação é um mapa sobre o português como uma língua originária do indo-europeu.

Fotografia 3 – As grandes famílias linguísticas do mundo



Fonte: Produção nossa.

No mapa, o “português brasileiro” é representado como uma língua originária do português, assim como o “português europeu” e o “português africano”, o que parece configurar uma tentativa de localizar o que se convencionou chamar de português moderno, em referência ao português europeu, como sendo uma variedade linguística que, assim como a africana e a brasileira, esteve sujeita a variações e mudanças. No entanto, o texto que

acompanha o mapa faz referência ao “português brasileiro” tão somente como “a língua portuguesa”, indica a presença dessa língua “no” Brasil e, mais uma vez, menciona a “influência” de outras línguas na sua constituição:

Não se sabe exatamente como surgiram as diversas línguas que existem no mundo. Por muito tempo, acreditou-se que elas tiveram origem em uma única língua. Porém, com o avanço dos estudos lingüísticos, viu-se que as diferenças entre elas eram tão grandes e profundas que seria muito difícil provar que todas descendiam de uma só língua.

O que se sabe hoje é que as línguas estão agrupadas em famílias, de acordo com semelhanças que guardam entre si.

A língua portuguesa descende da família indo-européia, originária de um território que se estendia da Ásia à Europa. No Brasil, sofreu influência de línguas ameríndias da família tupi e de línguas africanas da família níger-congo.

O funcionamento discursivo do Museu da Língua Portuguesa que descrevemos até aqui parece fundar-se na seguinte perspectiva: a língua portuguesa é dotada de singular unidade e, apesar de, no Brasil, ter sido “influenciada” por outras línguas, essa influência é considerada minoritária. A instituição museológica estabelece uma relação de aliança com certa Linguística Histórica e afirma a identidade nacional brasileira, reconhecendo e expondo a “influência minoritária” por parte das línguas indígenas, africanas e de imigrantes, como uma forma de não parecer “politicamente incorreta”, ao mesmo tempo em que evita o rompimento com uma história que tem certa “tradição”. Do ponto de vista discursivo, ao afirmar a língua portuguesa usada no Brasil baseada na unidade com Portugal, o museu não quer nivelar a identidade nacional por baixo.

Traduzindo esse funcionamento discursivo sob a forma de traços semânticos, a exemplo da *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*, pode-se dizer que ele é regulado pelo sema /+ Unidade/, materializado na alusão à “língua falada por mais de 200 milhões de pessoas em todos os continentes do planeta”, para citar apenas um exemplo, e pelo sema /+ Nacionalismo/, verificável, em certa medida, na institucionalização de um local, no Brasil, para “conservar” a língua e na distribuição dos totens de Palavras Cruzadas, mas não pelo sema /+ Pureza/. Diferentemente dos discursos em que a incorporação de palavras estrangeiras era tomada como inversamente proporcional à “pureza” e ao “valor” da língua portuguesa, no museu, a relação entre as línguas portuguesa e espanhola, por exemplo, aparece submetida ao traço /+ Unidade/, em função da hipótese de origem única, e a incorporação de anglicismos e galicismos aparece associada ao sema /+ Progresso/, o que pode ser exemplificado por meio dos trechos “são palavras sedutoras, imantadas de riqueza e

cultura” e “são palavras que nos fascinam, que nos fazem sonhar com futuros mais ricos e prósperos”.

Nossa hipótese, com relação a essa distribuição aparentemente desigual de /+ Pureza/ se compararmos a *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa* que descrevemos ao funcionamento discursivo do Museu da Língua Portuguesa, é a de que os discursos sustentados por esse traço se justificam nos contextos em que a afirmação de uma língua e, conseqüentemente, de uma nação, no panorama internacional, ainda não se deu por completo, como é o caso dos dizeres e dos acontecimentos em torno do português europeu a partir do século XV. A partir do momento em que a identidade de uma nação está constituída, os discursos sobre sua língua passam a prescindir desse traço. No caso do Brasil, o sema /+ Pureza/ parece ser invalidado em função da própria história da constituição social do país.⁴³ A afirmação da soberania nacional brasileira é uma questão recoberta pelos discursos sobre a língua portuguesa, que emerge apoiada no “prestígio” do português de Portugal. Com relação especificamente ao fato de, no Museu da Língua Portuguesa, a incorporação de estrangeirismos estar associada a /+ Progresso/, acreditamos que ela possa ter duas motivações: a primeira diz respeito ao fato de, atualmente, o Brasil ter sua identidade completamente constituída nos campos político e econômico, o que “permitiria” aos discursos sobre o português brasileiro fazer concessões com relação à incorporação de estrangeirismos; a segunda remete a certo tom democrático, reivindicado pela instituição museológica, em torno do qual deter-nos-emos mais adiante.

Na Linha do Tempo, de acordo com o texto de apresentação desse espaço expositivo, objetiva-se narrar “de maneira bastante simplificada, a história da língua portuguesa *do Brasil*” (grifo nosso). Para tanto, na parede contígua àquela em que está o mapa denominado como sendo das grandes famílias linguísticas do mundo, o visitante tem à sua disposição uma linha extensa – composta por muitos textos, em sua maioria breves, além de imagens e vídeos –, que está organizada da seguinte maneira: a parte central da linha destina-se ao português na Europa, na parte superior, há dados sobre a história de culturas de línguas indígenas em território brasileiro, com destaque para o tupi, e na parte inferior, são apresentados dados da história de culturas da África, sobretudo, da família linguística níger-congo. Apenas na parte central há uma periodização explícita que vai de 4000 a.C. até o ano de 1498. A partir do

⁴³ Essa afirmação pode ser comprovada, por exemplo, por meio do texto do Projeto de Lei de Aldo Rebelo que, apesar de conter um posicionamento contrário à incorporação de estrangeirismos no português brasileiro, não é sustentado pelo traço /+ Pureza/, mas pelos traços /+ Unidade/, /+ Erudição/ e /+ Nacionalismo/.

século XVI, as três linhas se unem para formar a linha do tempo do português do Brasil, e a periodização se mantém.

A periodização da história das línguas é um procedimento recorrente nas gramáticas históricas que costumam utilizar os séculos ou grandes períodos históricos como referência. Com relação à língua portuguesa, para citar apenas um exemplo, essas gramáticas mencionam o português medieval e o português moderno e também se referem ao português do século XIII, do século XV, do século XX, etc. Embora, em certa Linguística Histórica, o procedimento de periodizar a história das línguas seja tomado como uma atividade auxiliar na análise, como aponta Faraco (2005), em certa medida, decorre desse procedimento o efeito de sentido de que, em momentos definidos, uma “língua-mãe” deixa de ser falada e é substituída por uma “língua-filha”.

Fotografia 4 – Linha do Tempo



Fonte: Produção nossa.

Em nossa descrição/análise da Linha do Tempo, destacaremos os aspectos que mais nos chamaram a atenção com relação ao que se diz sobre as línguas e sobre os povos usuários dessas línguas. Em primeiro lugar, atentar-nos-emos para a parte central da linha, em seguida,

para as partes superior e inferior e, por último, para a periodização estabelecida pelo museu para o português brasileiro.

No texto que introduz o período denominado “Do indo-europeu ao latim”, o percurso argumentativo parece seguir a direção da assunção da variação e mudança linguísticas ao apontar que as pessoas “são distintas no falar e escrever” e que “cada grupo tem sua língua”, dizer sustentado pelo traço /+ Heterogeneidade/, embora também contemple uma ideia mítica em torno da língua ao defini-la como “mistério”. Em todo caso, reconhecemos, aqui, certa aliança entre o discurso do museu e o estudo do fenômeno da variação pela Sociolinguística:

Línguas são faladas por pessoas, e as pessoas são muito diferentes uma das outras. Elas se distinguem de acordo com classe social, experiência de vida, região geográfica. São distintas no falar e no escrever. Cada grupo tem sua língua. A língua é um mistério sobre o qual vale a pena debruçar-se e refletir.

Segue essa afirmação a narração da história dos movimentos migratórios de povos indo-europeus, identificada como sendo o passado distante do português, que culminou na origem, segundo o museu, de 60 línguas diferentes, mas “aparentadas”. Em um monitor disposto na bancada que acompanha toda a extensão da Linha do Tempo, são apresentadas as palavras “pai”, “mãe” e “irmão” em diversas línguas, a saber, francês, grego, inglês, latim, russo e sânscrito, como forma de subsidiar sua origem comum, procedimento respaldado por conhecimentos produzidos pela Linguística Histórica, mais especificamente, pelo emprego do método comparativo. A aliança do museu com certa Linguística Histórica também pode ser atestada pelo texto localizado logo abaixo do monitor:

As semelhanças entre palavras de diversas línguas permitiram aos estudiosos deduzir a existência de um passado comum a todas elas. Essa espécie de “língua-mãe” foi chamada de indo-europeu, por ter dado origem a muitos idiomas desde a Índia até a Europa.

No texto sobre o surgimento do latim arcaico, uma das línguas de origem indo-europeia, o museu descreve os latinos como sendo

um povo de agricultores e criadores de animais que habitava uma região vizinha à dos poderosos etruscos ao norte e dos sofisticados gregos ao sul. Entre 700 a.C. e 500 a.C., os latinos construíram a cidade de Roma, onde se falava o latim arcaico. Ninguém poderia imaginar que aquele povo rústico daria origem a um dos mais formidáveis impérios do mundo (grifo nosso).

Ao caracterizar os latinos como um povo rústico, visto que eram agricultores e criadores de animais, o museu parece desacreditar na possibilidade de esse povo ter conseguido se enriquecer e criar um império. De forma análoga, a Linha do Tempo destaca, com relação aos indígenas e africanos, sua relação com o manejo da terra e a cultura de alimentos, o que, em termos discursivos, pode indiciar que, na perspectiva adotada pelo museu, esses “povos rústicos” não tinham capacidade para dar origem à língua do Brasil ou constituí-la de fato.

Na bancada, o monitor exhibe palavras do latim de origem agrária, seu “sentido original” e seu sentido em português: *legere*/colher as plantas/ler, respectivamente. O texto que acompanha esse monitor remete à transformação no sentido das palavras, “partindo de um significado concreto para um sentido abstrato”. Em certa medida, a questão da significação é colocada não como o conjunto dos sentidos que uma palavra pode assumir a depender do contexto em que é inserida, mas como algo prévio à enunciação, tal como registrado em muitos dicionários. Além disso, o apontamento da passagem do significado concreto para um sentido abstrato pode ter, também, como efeito de sentido, atestar uma “sofisticação” da língua portuguesa em relação ao latim.

Na sequência, menciona-se o domínio da península itálica pelo latim, com destaque para os romanos que, de acordo com o museu, absorveram muitos elementos culturais etruscos e gregos (povos descritos como sendo “poderosos” e “sofisticados”) e “criaram uma escrita padronizada com a qual registraram documentos e textos refinados que se tornaram imortais, como as obras de Plauto e Cícero”. A partir desse ponto, a narrativa começa a ganhar um tom parecido com aquele que o museu assume para falar dos portugueses e de sua expansão ultramarina, que identificamos como apresentando um *ethos* mítico. Esse tom emerge por meio das formas usadas para adjetivar as palavras “expansão”, “império”, “cultura” e “tecnologia”:

Numa *vigorosa* expansão militar e cultural, os romanos dominaram todas as regiões em volta do Mar Mediterrâneo. Em seguida, tomaram quase toda a Europa. Os romanos construíram um *grande* império com sua cultura *sofisticada* e *avançada* tecnologia. Com sua língua, o latim, difundiram a escrita entre povos que não a conheciam e, por séculos, lhes impuseram seu domínio (grifo nosso).

Na Linha do Tempo, o latim vulgar é considerado a língua da expansão do império romano. O museu explicita que, em Roma, falavam-se dois latins: “o latim culto, usado na política, nos documentos do império, nos textos de ciências e artes; e o latim popular, falado nas ruas pela maior parte da população, em geral analfabeta. Era o chamado ‘latim vulgar’”.

Parece-nos curioso o fato de o museu nomear, no texto, o latim vulgar de “latim popular” e só então afirmar que ele era chamado de latim vulgar, entre aspas, como se quisesse manter à distância essa forma de denominação da língua. Parece-nos que há, na definição “latim popular”, uma tentativa de “enobrecimento” do latim vulgar, língua a partir da qual foram forjadas as línguas latinas. Esse “enobrecimento” se dá por meio da indicação de que essa língua falada nas ruas e por uma população majoritariamente analfabeta foi “enriquecida” pelas línguas das regiões ocupadas. No monitor disposto na bancada, podem ser lidos exemplos de palavras do latim culto, do latim vulgar e as formas correspondentes em português.

A passagem denominada pelo Museu da Língua Portuguesa de “Do latim ao português”, mas não do latim vulgar ao português, o que contrariaria o passado mítico que a instituição procura construir em torno da história da língua portuguesa, é descrita assim: “a língua portuguesa nasceu nos *largos e generosos* campos do discurso popular, da prática oral da língua, e não do texto erudito, empregado pelos escritores da Roma imperial” (grifo nosso). O *ethos* mítico, mais uma vez, emerge a partir dos adjetivos empregados.

O português brasileiro, por sua vez, é tomado como “a língua portuguesa que falamos no Brasil”, “uma variante nacional da língua portuguesa, modificada pelos encontros com falantes de línguas indígenas e africanas”, dizer que, como apontamos anteriormente, é sustentado pelo traço /+ Heterogeneidade/. A nosso ver, o referente de português brasileiro, nos espaços expositivos do museu, ficará quase que exclusivamente restrito à modalidade oral da língua, tomada como diversa da variedade linguística lusitana, mas homogênea entre os locais, como a denominação de “variante nacional” dada ao português brasileiro faz crer, visto que o museu coloca em cena a identidade linguística como sendo a essência da identidade nacional. Sendo assim, parece-nos que o traço /+ Heterogeneidade/ tem um lugar pontuado nos dizeres sobre a língua portuguesa do museu. Aparentemente, ele diz respeito apenas à modalidade oral do português brasileiro que, nessa parte da instalação, é tematizada em contraposição à modalidade oral do português europeu e coloca em cena, a exemplo do que aparece nos dizeres de Gonçalves Dias (1857) analisados no capítulo 4, o binômio *fala popular/língua escrita literária*. Esse binômio, conforme já apontamos, subsidia a manutenção da crença de que há um bom uso da língua. Uma hipótese para a centralidade que a modalidade oral ocupa no interior do museu com relação à variação linguística, talvez, possa ser a relação de aliança estabelecida entre a instituição e uma Sociolinguística que privilegia a fala nos estudos de variação.

Ainda com relação à parte central da Linha do Tempo, há informações sobre a presença da “sofisticada cultura árabe” na península ibérica e a indicação, no monitor da bancada, de palavras dessa origem que “entraram para a língua portuguesa”, um dizer que é sustentado pelo traço /+ Progresso/. Também há informações sobre o surgimento do galego-português.

Em seguida, introduzido pelo título “Expansão marítima portuguesa”, um texto assinado pelo historiador português Jaime Cortesão é reproduzido. Esse texto exalta a empreitada portuguesa no século XVI. Parece-nos que sua reprodução no museu configura-se em mais uma estratégia discursiva referente ao processo de apagamento do índio e do africano como elementos definidores da identidade linguística e cultural brasileira:

Quando se contemplam em suas grandes linhas os movimentos da história, nesse curto período de dois séculos que decorrem entre o fim da Idade Média e o começo do Renascimento, dir-se-ia que *de súbito os povos, durante milênios confinados nos limites mais ou menos escassos de seus quadros geográficos, se lançaram por mar e terra, através de continentes e oceanos, renovando e alargando infinitamente o horizonte da vida.*

Aos portugueses, cabe a glória de haverem sido os principais animadores desse primeiro esforço de unificação da humanidade (grifo nosso).

As palavras de Cortesão que destacamos contribuem para a emergência do *ethos* mítico e, de certa forma, atualizam o mesmo tom presente em *Os Lusíadas*, obra literária que narra de forma heroica, lendária e mitológica os feitos portugueses liderados por Vasco da Gama no período das grandes navegações:

As armas e os barões assinalados/Que, da ocidental praia lusitana,/Por mares nunca de antes navegados,/Passaram ainda além da Taprobana,/Em perigos e guerras esforçados/Mais do que prometia a força humana,/E entre gente remota edificaram/Novo Reino, que tanto sublimaram (CAMÕES, 1999, p. 21).

O museu escolhe narrar a história do “português no Brasil”, adotando, para tanto, o ponto de vista eurocêntrico e “comprando” a ideia de unificação, uma forma de eufemismo para ocupar e explorar. A legenda de um mapa animado das grandes navegações também reforça esse posicionamento: “Portugal foi o líder na corrida pela descoberta de outros mundos”. Essa escolha tem como consequência a construção, pelo museu, de um passado mítico para a relação entre o português brasileiro e o português europeu que, na legenda, se dá por meio da exaltação de Portugal e, indiretamente, pelo enaltecimento do “descobrimento”, como se afirmasse que fomos descobertos não por um país qualquer, mas por aquele que fora o pioneiro no período das grandes navegações. Enunciados assim, à moda dos dizeres sobre a

língua portuguesa no século XIX, parecem ter o objetivo de “enobrecer” o português brasileiro e são sustentados pelo traço /+ Idealização/.

O título da parte superior da Linha do Tempo se chama “Ameríndias”. Nessa parte, há pouquíssimas referências às línguas indígenas, visto que a instalação prioriza dados referentes à organização social das tribos, aos seus movimentos migratórios e à produção de artefatos, o que, em certa medida, indicia, mais uma vez, o processo de apagamento dessas línguas da constituição da identidade nacional.

A opção por priorizar os dados referentes à organização social das tribos indígenas encontra um correlato nos manuais mais antigos de Linguística Histórica que, de acordo com Faraco (2005), costumavam estabelecer uma separação entre história interna e história externa da língua. No interior dessa perspectiva teórica, a história interna é entendida como o conjunto de mudanças ocorridas na organização estrutural da língua no eixo do tempo, e a história externa, como a relação entre a língua e o contexto histórico social, político, econômico e cultural da sociedade em que está inserida.

Sobre a origem dos ameríndios do Brasil, afirma-se, no museu, que há a hipótese de que sejam descendentes dos asiáticos, – o que, talvez, possa ser visto como uma estratégia discursiva de apagamento do traço “selvagem” associado aos autóctones –, mas que não se sabe como chegaram aqui. A partir desse dado mais geral, o ponto de vista eurocêntrico é mobilizado para descrever os nativos:

Os portugueses encontraram indivíduos que falavam milhares de línguas diferentes e que tinham desenvolvido técnicas de manejo da natureza tropical.
Boa parte desses conhecimentos ficou para sempre impressa em nosso português, sobretudo através de línguas tupis.

Essa citação destaca, ainda, a relação entre o cotidiano do trabalho das populações indígenas e a contrapartida linguística, um procedimento que, como apontamos, é validado por certa Linguística Histórica.

É ainda o ponto de vista eurocêntrico que parece reger a legenda de uma imagem de arte talhada na Pedra do Ingá, Paraíba – Brasil: “profusão de símbolos que lembra uma escrita”. Essa legenda coloca em cena, pelos menos, duas questões: a concepção de escrita adotada pelo museu e o lugar pontuado do indígena na história da nação. Os símbolos presentes na Pedra do Ingá, para o museu, estão aquém da escrita, concebida como uma forma de registro restrita ao resultado da combinação das letras do alfabeto latino, visto que os símbolos indígenas apenas “lembram” uma escrita. O tratamento conferido aos símbolos

talhados na Pedra do Ingá tem como efeito de sentido não legitimar o indígena como elemento partícipe da identidade nacional, construída discursivamente de modo a procurar apagar o que, aos olhos europeus, poderia parecer selvagem, exótico, pouco “civilizado” e, até mesmo, “inculto”.

Na sequência, há informações sobre os povos dos sambaquis; um monitor que exhibe trechos do filme *Via Brasil* com a legenda “paisagens e tipos humanos ameríndios do Brasil”; há, também, indicação dos alimentos que eram cultivados pelos indígenas há mais de 5000 anos; uma descrição da organização social dos cacicados da Amazônia; informação sobre os movimentos migratórios dos tupis-guaranis (ao lado dessa informação há um mapa hipotético sobre a rota dos tupis e a indicação de que foi baseado em evidências linguísticas) e sobre o domínio da costa atlântica brasileira pelos tupiniquins e pelos tupinambás, que são descritos como um povo que vivia em malocas com capacidade para até 400 pessoas, tinha gosto pela dança, música, poesia, mais especificamente, pelo “improviso poético”, e pela guerra. São apresentadas imagens de objetos indígenas (tigelas, vasos, cesto, chocalho), sob o título pejorativo “Vontade de beleza”, acompanhadas do texto: “Os povos tupis tinham uma produção cultural singular e bela. Alguns exemplos de artefatos desses povos”.

Também há imagens e informações sobre as culturas ceramistas amazônicas. Sobre essas culturas, no museu, pode-se ler: “Nenhuma delas sobreviveu aos primeiros anos da penetração europeia”. A escolha desse enunciado configura-se em uma manobra discursiva que procura silenciar a questão da dizimação das culturas indígenas pelos portugueses; as culturas ceramistas parecem ser tomadas como agentes de seu próprio fim, visto que “nenhuma delas sobreviveu” ao “contato” com os portugueses.

Com relação à parte inferior da Linha do Tempo, chamada de “Africanas”, há, assim como na parte superior, pouquíssimas informações linguísticas e priorização de aspectos sociais e culturais africanos. O primeiro texto que compõe essa parte da instalação, “África, o berço da humanidade”, atualiza uma série de vozes preconceituosas com relação ao continente africano e seu povo, cuja gênese pode ser localizada no passado escravagista brasileiro, por meio, principalmente, de aspas e negações:

A espécie humana surgiu na África há cerca de 200 mil anos. Isso quer dizer que não há nenhum ser humano que não descenda de africanos. Se ali nasceu a humanidade, ali também nasceu a linguagem humana.

A África representa um quarto das terras emersas do planeta. Ao contrário do que muitos imaginam, é um continente pluriétnico, multicultural e multilíngüe e não apenas um “continente negro”. Não é tampouco um continente coberto somente por florestas, animais selvagens, desertos e tendas. A África abriga também, em seu imenso território, grandes cidades e vida moderna.

Na verdade, duas palavras caracterizam o continente africano: imensidade e pluralidade.

Depois dessa apresentação, há a indicação da subdivisão étnica e linguística da África em cinco grupos e a informação de que a instalação destacará a história cultural dos povos da África Subsaariana de línguas da família níger-congo.

Em linhas gerais, o museu menciona a agricultura, a pecuária e a metalurgia autóctone em que esta é descrita como sendo “própria” e “inteiramente original”. Cita a produção de grandes esculturas de barro cozidas em elevadas temperaturas, típica da civilização *nok*, como um marco na história da arte antiga. Apresenta informações sobre a imigração dos bantos, grupos étnicos de línguas “aparentadas”; sobre a influência árabe (civilização descrita como sendo sofisticada em outra parte desse espaço expositivo) na religião, na arquitetura, na tecelagem e na escrita dos “povos negros do norte e do litoral leste do continente africano”. Indica alguns dos principais reinos bantos a partir do século XV e menciona a rainha do reino Matamba, Nzinga, que, “ainda hoje”, é representada nas congadas no Brasil. Na parte final da linha, há informações sobre um pouco da arte dos povos bantos e da confecção de bancos, bastões, facas, colheres, pratos, cachimbos e instrumentos musicais.

Na Linha do Tempo, a exemplo do que ocorre também em Palavras Cruzadas, a escassa descrição de línguas indígenas e africanas, talvez, possa ser justificada em função do aspecto pedagógico (que privilegia um aspecto mais prescritivo do ensino de língua portuguesa) da prática discursiva do museu e da relação que a instituição mantém com certa Linguística Histórica que enfatiza a história externa das línguas. Esse tipo de abordagem também parece coincidir com o pensamento museológico contemporâneo em torno do público heterogêneo que frequenta as salas de um museu e sua relação com o que é exposto. De acordo com esse pensamento, se uma exposição tem um nível muito elevado, escapa à massa dos visitantes. Nesse sentido, o Museu da Língua Portuguesa parece cumprir adequadamente sua função social ao oferecer aos visitantes menos preparados uma documentação explicativa, de valor didático, aparentemente bem cuidada.

Em conformidade com o que afirmamos anteriormente, em determinado ponto, as três linhas se unem para formar a linha do tempo do português brasileiro. Essa parte do espaço expositivo é introduzida pelo título “Brasil: séculos do XVI ao XIX” que acompanha o seguinte texto:

Em 1500, teve início outro capítulo da história da língua portuguesa. Dessa vez, no território hoje brasileiro.

Quando os portugueses desembarcaram em nossa costa, estima-se que havia aqui cerca de 1.200 povos indígenas, falantes de mais de mil línguas diferentes. Algumas décadas depois, com o processo de colonização, foram trazidos da África para o Brasil números contingentes de negros escravizados. Calcula-se que tenha, entrado compulsoriamente no país mais de 4 milhões de indivíduos, originários de diferentes regiões do continente africano, com línguas e culturas também diversas. Povos indígenas e povos negros, ambos marcaram profundamente a cultura do colonizador português que se estabeleceu aqui, dando origem a uma variação da língua portuguesa – mestiça, brasileira. De lá para cá, não se pode mais falar de língua portuguesa sem falar do Brasil.

O primeiro parágrafo do texto, em alguma medida, coloca em cena uma ideia de continuidade na história da língua portuguesa quando da passagem do território português para o brasileiro. No último parágrafo, o museu reitera a ancestralidade lusitana da nação brasileira, visto que os indígenas e africanos marcaram a cultura daquele que, de fato, se estabeleceu aqui, como se a presença do colonizador europeu no território brasileiro não tivesse sido antecedida por outros povos, e parece “defender” o português brasileiro, visto que ele é descrito como “uma variação da língua portuguesa – mestiça, brasileira”. Esse dizer, a nosso ver, mantém certa relação com o biologismo, em função do adjetivo “mestiça” atribuído à “variação da língua portuguesa”, é ancorado nos traços /+Heterogeneidade/ e /+ Nacionalismo/ e parece funcionar de maneira análoga à dos discursos sobre a língua portuguesa produzidos durante o século XIX, principalmente entre os escritores do Romantismo, para quem a diferenciação entre o português europeu e o brasileiro era uma forma de reafirmar a identidade nacional, mas não pressupunha uma ruptura com os clássicos portugueses e a gramática.

Para contar “o capítulo da história da língua portuguesa que se dá no Brasil”, há uma descrição breve dos primeiros contatos entre indígenas e europeus, baseados no escambo; a indicação de que os poucos portugueses que se estabeleceram aqui adotaram a língua indígena; e de que utilizamos inúmeras palavras do banto, cujos exemplos são mostrados em um monitor da bancada.

Na sequência, há a indicação de que houve uma língua geral de base tupi usada, predominantemente, na província de São Paulo, uma língua geral de base tupinambá, na Amazônia, o nhengatu, e o “dialeto de minas”, influenciado por línguas africanas da família evé-fon.

A expansão da língua portuguesa no país é creditada à expulsão dos jesuítas e à imposição do português como forma de controlar a colônia que havia se tornado uma fonte de riquezas decorrentes, principalmente, da extração de ouro e diamante. Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, a fundação de bibliotecas, escolas e museus, o

português tornou-se a língua predominante no Brasil. O museu indica que, nesse período, no Rio de Janeiro, era chique falar com sotaque português. Na bancada, são mostradas palavras de origem iorubá, correspondentes ao último fluxo de africanos trazidos para o país, e que foram incorporadas ao português.

A última periodização marcada na Linha do Tempo tem como título “Brasil: séculos XIX e XX. Reproduzimos o texto de apresentação desse período:

A partir das últimas décadas do século XIX, uma série de mudanças importantes e cada vez mais rápidas marcou a cultura e a língua do Brasil. O fim da escravidão, a chegada de imigrantes, a industrialização e um contínuo deslocamento de milhares de brasileiros de áreas rurais para os centros urbanos transformaram radicalmente a feição do país. *As cidades cresceram e se multiplicaram, tornando-se verdadeiros “caldeirões” da língua, onde passaram a conviver e a se misturar diversos falares.* Ao longo do século XX, ocorreram outros processos transformadores: uma revolução na cena literária brasileira, com o movimento modernista, e outra no âmbito da comunicação, com o surgimento do rádio, da televisão e, posteriormente, da Internet. Nossa língua acolheu novas influências e, mais uma vez, se modificou. Houve uma intensa assimilação do português popular pelo culto. Expressões de línguas estrangeiras, veiculadas pelas novas tecnologias da comunicação, entraram no vocabulário cotidiano. Foram criadas gírias, palavras e formas de articular frases. Hoje, os meios de comunicação de alcance nacional levam, a todos os cantos do país, uma linguagem própria e dinâmica, cuja compreensão é compartilhada por praticamente toda a população. Neste início de século XXI, pode-se dizer que nossa língua está vivendo o período mais efervescente de sua história em terras americanas (grifo nosso).

No texto, são mencionadas mudanças no panorama social brasileiro que culminaram com mudanças na língua. Entretanto, essas mudanças, na perspectiva adotada pelo Museu da Língua Portuguesa, não parecem apreender a modalidade escrita da língua, já que apenas “diversos falares” passaram a conviver e a se misturar nas cidades. Conforme apontamos anteriormente, também nesse trecho da instalação, o traço /+ Heterogeneidade/ ancora o que se diz sobre a modalidade oral do português brasileiro, o que, de certa forma contribui, para que a noção de língua mobilizada no interior do museu esteja ligada à ideia de língua como um de seus usos.

Com o movimento modernista no campo literário e o advento dos meios de comunicação de massa, o museu assume que, mais uma vez, a língua se “modificou”. No entanto, essa modificação é colocada sob a forma de “influências”, tal como a desempenhada pelas línguas indígenas, africanas e de imigrantes. Diferentemente da forma como a incorporação dessas “influências” à língua portuguesa foi descrita no Auditório, por meio do verbo “sofrer”, aqui, o verbo escolhido é “acolher” que não tem qualquer acepção negativa. A escolha lexical, nesse caso, não chega a surpreender, visto que se trata de “influências”

advindas de elementos com uma carga altamente “tecnológica” e “revolucionária”, desejáveis a uma sociedade que não se pretende subdesenvolvida, atrasada, um dizer sustentado pelo traço /+ Progresso/.

A assunção de que “houve intensa assimilação do português popular pelo culto” pode fazer parecer que as formas consideradas pertencentes às variedades populares da língua passaram a ser usadas na escrita, ou melhor, passaram a gozar do *status* de norma dita padrão, no entanto, como veremos⁴⁴, o tratamento destinado a essas formas, no interior do museu, será estritamente normativo.

No último parágrafo do texto, mais uma vez, o referente de “nossa” não parece ser somente a língua dos brasileiros, já que, para o museu, no início do século XXI, “nossa língua está vivendo o período mais efervescente de sua história *em terras americanas*” (grifo nosso). Nesse enunciado, sustentado pelo traço /+ Unidade/, a língua portuguesa é, ainda, aquela falada e escrita em Portugal, compartilhada pelo Brasil e por outras seis ex-colônias portuguesas, uma língua dotada de singular unidade.

Na sequência da última periodização da Linha do Tempo, o museu procura, de fato, expor algumas diferenças entre o português brasileiro e o português europeu e abordar questões relacionadas à variação linguística. A coexistência das formas pronominais, *tu*, *vós* (que para o museu, “quase desapareceu”), *você*, *vocês* e *a gente*, por exemplo, é tratada como “influência do português popular sobre o português culto” e apresentada sob o título “Um instantâneo do português do Brasil”. No monitor disposto na bancada, são apresentadas “algumas diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal” quanto a palavras e expressões como, por exemplo, *cara/gajo*; *ei*, *você aí/ó pá*; e quanto à construção de orações como, por exemplo, *a gente fala/nós falamos*; *estou falando/estou a falar*). Nesse monitor, há a indicação de que se trata de “português brasileiro” e “português europeu”. Acreditamos que esses exemplos sejam uma tentativa de o museu distinguir o português brasileiro do português europeu, prática ancorada sob o traço /+Nacionalismo/, embora a prática discursiva da instituição pareça não se desvincular do traço /+ Unidade/.

Ainda com relação à última periodização exposta na Linha do Tempo, interessam-nos, principalmente, os enunciados que se apoiam em certa Sociolinguística, procurando veicular um discurso mais “moderno” em relação à norma explícita, pois indiciam o fato de que *Menas*, exposição temporária que analisaremos, não é um acontecimento isolado no interior

⁴⁴ Referimo-nos às análises da exposição temporária *Menas: o certo do errado, o errado do certo* que serão apresentadas no capítulo 7.

do museu. Acompanhada da imagem correspondente, a legenda reproduzida, a seguir, é um exemplo desse tipo de enunciado:

Página de abertura e transcrição de fragmento da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, publicada em 1881. Um importante sinal de vitalidade de uma língua são as inovações na maneira de falar das pessoas. Quando esses falares passam a ser registrados por escrito, eles entram para a “língua culta” do país.

Da mesma forma como em outros pontos da instalação, o enunciado explicita que “as inovações”, um sintagma que interpretamos como sinônimo de variações, ficam restritas à modalidade oral e revela uma concepção, segundo a qual, a língua é tomada como a modalidade escrita da língua baseada em textos literários. No enunciado, a referência à língua falada é feita por meio de “falares” e apenas o registro escrito aparece associado à “língua”, adjetivada como “cultu”. Conforme já apontamos, no museu, o traço /+Heterogeneidade/ ficará restrito à modalidade oral que não parece ser tomada como um elemento constitutivo do que se concebe como sendo a língua portuguesa, uma concepção marcada pelo traço /+Idealização/, respaldada tanto pelo passado mítico que se procura construir para o português brasileiro no interior da instituição, quanto pela reiteração do mito de origem, de que trata Gnerre (1998), materializado na ideia de continuidade quando da transposição do português europeu para o território brasileiro.

As variedades internas ao português brasileiro serão apresentadas levando-se em consideração apenas as variedades fonético-fonológicas. Na bancada, por exemplo, são expostas diferenças entre o “português popular” e o “português culto” quanto à pronúncia das palavras, entre elas, *bandeija/bandeja*, e quanto à construção de palavras e orações: *aqueles cabelim branquim/aqueles cabelinhos branquinhos*; *mio/melhor*, entre outras. Abaixo desse monitor, há o texto:

Quem pratica o português popular não fala de forma errada, mas em conformidade com o meio social em que vive. Falar errado é não se fazer entender ou usar uma variedade inadequada para o ambiente em que o falante se encontra.

Esse enunciado parece se apoiar em certa Sociolinguística, ao negar que o português popular seja uma forma de falar considerada “errada” e associá-lo à identidade social do falante. No entanto, por meio desse enunciado, assume-se que haja um “falar errado”, algo que um sociolinguista variacionista, por exemplo, jamais assumiria, visto que, no interior dessa perspectiva teórica, considera-se que toda comunidade linguística se caracteriza pelo

emprego de diferentes formas de falar, ou seja, pelo emprego de variedades linguísticas, cuja diversidade é tomada não como um problema, mas como uma característica constitutiva do fenômeno linguístico.

Aparentemente, o Museu da Língua Portuguesa procura transpor didaticamente o saber de que

as variedades linguísticas utilizadas pelos participantes das situações [formais e informais] devem corresponder às expectativas sociais convencionais: o falante que não atender às convenções pode receber algum tipo de ‘punição’, representada, por exemplo, por um franzir de sobrancelhas (ALKMIM, 2012, p. 39).

No entanto, o enunciado “falar errado é” revela, em certa medida, uma prática discursiva um tanto próxima da tradição pedagógica que, de acordo com Camacho (2012, p. 77), “elege o correto e o incorreto sua dicotomia predileta para discriminar e, ao mesmo tempo, selecionar”.

A foto de um show de Luis Gonzaga, no Rio de Janeiro, também é acompanhada de um texto em que, apoiando-se em certa Sociolinguística, o museu procura reduzir as diferenças entre a fala culta e a popular:

Embora haja diferenças entre a fala popular e a culta, não há uma oposição categórica entre elas. Em situações informais, essas diferenças diminuem. A fala popular varia de acordo com a região do país. Já a fala culta é mais homogênea.

No enunciado, a pressuposição de que a fala culta é mais homogênea e a de que, em situações informais, as diferenças entre as falas culta e popular diminuem, em alguma medida, atualizam o mesmo argumento utilizado para justificar a unidade da língua portuguesa usada no Brasil e em Portugal: há diferenças que ficam restritas à fala em contextos informais e à influência de outras línguas no léxico e que, portanto, não fazem do português brasileiro uma língua diferente do português europeu, tampouco rompem com o modelo idealizado de língua como algo uno e homogêneo, o único que parece ser capaz de identificar uma nação igualmente una e indivisa.

Depois de, aproximadamente, três séculos sem fazer qualquer alusão aos povos indígenas e africanos na constituição da identidade cultural e linguística do Brasil, sob o título “Línguas de negros e línguas de índios”, mas não línguas de brasileiros, afirma-se:

Em 1988, a Constituição Brasileira garantiu aos índios e às comunidades rurais de descendentes de escravos (remanescentes de quilombos) o direito sobre as terras que

ocupavam. Garantiu também proteção legal às crenças, às línguas e às tradições indígenas.

As estimativas da época apontavam para a existência de 220 tribos indígenas e cerca de mil comunidades remanescentes de quilombos. O isolamento prolongado da maioria desses povos permitiu a sobrevivência de mais de 180 línguas indígenas diferentes e, nas comunidades negras, a permanência de um português cheio de arcaísmos, além de heranças africanas dos tempos das senzalas e dos quilombos.

Também são apresentadas tabelas com dados sobre alfabetização no Brasil em 2001 e 2005 e exemplos próprios do internetês, uma linguagem em que, para o museu, “normas gramaticais foram deixadas de lado”. A nosso ver, trata-se de um primeiro indício da definição de norma que ganhará corpo na exposição temporária *Menas*, a saber, um conjunto de aspectos gramaticais e ortográficos da língua, tal como são apresentados em gramáticas normativas e dicionários, aparelhos de referência comumente assumidos por aparelhos de difusão do discurso da norma, como a escola e a mídia.

O último quadro da linha do tempo refere-se ao ano 2000. O título “Nossa língua, nosso melhor retrato” refere-se ao texto disposto logo abaixo de um espelho em que o visitante pode se ver quase de corpo inteiro:

Nossa língua, o português do Brasil, é fruto de uma longa história. Criação coletiva que afirma e expressa nossa identidade, ela está todo o tempo sendo reinventada por nós: nas roças, nas ruas e favelas, em nossos ritmos e ritos, nos poemas e nas canções. Todos somos autores de nossa língua, todos somos seus alunos e professores. Nossa língua é, portanto, nosso melhor retrato.

Esse quadro materializa a representação do corpo do enunciador do discurso sobre a história da língua portuguesa como sendo a imagem do próprio visitante do museu refletida no espelho. A ação do *ethos*, nesse caso, funde o caráter e a corporalidade do fiador do discurso ao caráter e à corporalidade do próprio visitante que, tendo sua imagem projetada no espelho, no interior do museu, parece comungar o que é dito sobre a história da língua portuguesa e como é dito.

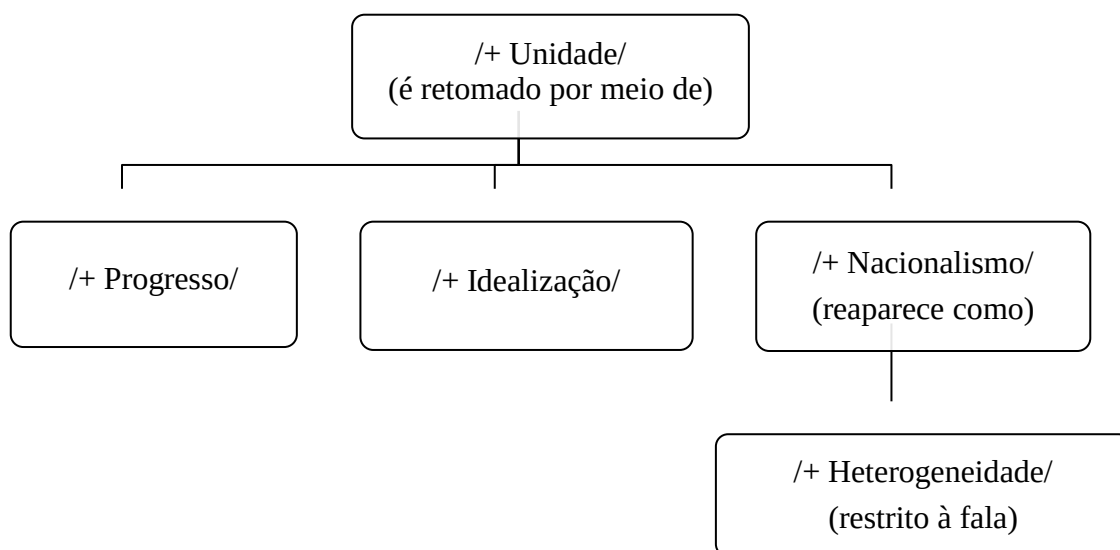
No título dado ao quadro, “Nossa língua, nosso melhor retrato”, os dêiticos de primeira pessoa do plural também contribuem para essa fusão, visto que colocam em cena *eu*, enunciador do discurso do museu, e *você*, visitante do museu representado no texto do quadro como sendo aquele capaz de reinventar a língua em espaços sociais heterogêneos: nas “roças” (mas não nas zonas rurais), nas ruas e nas “favelas” (mas não nas comunidades). No entanto, não se trata de qualquer reinvenção “do português do Brasil”, “criação coletiva” sujeita às contingências locais, mas do seu “melhor” retrato.

De um ponto de vista discursivo, o Museu da Língua Portuguesa reinventa, ou melhor, edita a história do português do Brasil, faz com que pareça um feito heroico, impossível de ser abalado pelas contingências locais. Para tanto, assume um *ethos* mítico que se materializa por meio de narrativas à moda de *Os lusíadas* e busca construir para o português brasileiro uma história associada a certa “tradição” e “cultura” como forma de retratar, também, a identidade nacional distante de qualquer traço que possa parecer “selvagem” ou pouco civilizado.

Traduzindo sob a forma de traços, os dizeres no interior do Museu da Língua Portuguesa, mobilizados no eixo de análise centrado na relação entre a língua usada no Brasil e a usada em Portugal e suas respectivas histórias, são sustentados pelo traço /+Unidade/ que, por sua vez, é retomado como /+ Progresso/, /+ Idealização/ e /+ Nacionalismo/. O traço /+Heterogeneidade/ parece ser mobilizado como efeito de /+ Nacionalismo/, e o fato de ficar restrito à fala em contextos informais reforça a concepção de língua que emerge da prática discursiva da instituição, uma concepção fortemente marcada pelo traço /+ Idealização/.

Em função da relação hierárquica que se pode estabelecer entre os traços semânticos que sustentam o que se diz sobre a língua portuguesa, no interior dos espaços expositivos do museu nos quais emerge um *ethos*, predominantemente, mítico, organizamos o organograma:

Organograma 2 – Relação hierárquica entre os traços do *ethos* mítico que emerge no museu



Fonte: Produção nossa.

6.3 “A língua é o que nos une”

Além dos espaços analisados, Auditório, Palavras Cruzadas e Linha do Tempo, o Museu da Língua Portuguesa dispõe de outros espaços expositivos nos quais a história da língua portuguesa não é o foco, mas o português brasileiro. São esses espaços que passaremos a descrever e analisar.

Mapa dos Falares está localizado no segundo andar do museu e, como o próprio nome indica, trata-se de um mapa via satélite do Brasil. Contando com a ajuda de um *mouse*, o visitante seleciona um estado brasileiro no mapa e, a partir dessa seleção, é exibido, em um monitor disposto na bancada abaixo do mapa, um vídeo em que moradores da região selecionada comentam sobre a língua, a cultura, os costumes locais.

Relacionamos as zonas contempladas nesse espaço do museu, divididas por estados:

Acre: Rio Branco e Xapuri

Alagoas: São José da Laje, Arapiraca e Maceió

Amapá: Ilha de Maracá e Curiaú.

Amazonas: Manaus, Parintins e Maués

Bahia: Valente, Salvador, Ilhéus e Porto Seguro

Ceará: Fortaleza, Maracanaú, Aracati e Jaguaruana

Distrito Federal: Brasília e Riacho Fundo

Espírito Santo: Vitória, Pico da Bandeira, Venda Nova do Imigrante e Dolores do Rio Preto

Goiás: Goiás, Goiânia, Pirenópolis e Catalão

Maranhão: São Luiz, Pastos Bons, Carolina e Quilombo do Frechal

Mato Grosso do Sul: Campo Grande, Bonito, Dourados e Reserva indígena Caiuá

Mato Grosso: São Félix do Araguaia, Nova Xavantina, Cuiabá e Barra do Garças

Minas Gerais: Rio Paranaíba, Guanhães, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Governador Valadares

Pará: Belém, Augusto Corrêa e Bragança.

Paraíba: Monteiro, Cabedelo, Sapé e João Pessoa

Paraná: Paranaguá, Curitiba, Mandaguaçu, Santa Fé e Maringá

Pernambuco: Afogados da Ingazeira, Carpina, Olinda, Recife e Vitória do Santo Antão

Piauí: Teresina, Parnaíba e Alvorada do Gurguéia

Rio de Janeiro: Petrópolis, Rio de Janeiro, Angra dos Reis e Campos dos Goytacazes

Rio Grande do Norte: Natal e Florânia

Rio Grande do Sul: Uruguaiana, Alegrete, Santiago, São Miguel das Missões e Porto Alegre

Rondônia: Porto Velho, Costa Marques e Pedras Negras

Roraima: Monte Roraima, Monte Caburaí, Serra do Tapequém e Boa Vista

Santa Catarina: Joinville, Pomerode, Blumenau e Imbituba

São Paulo: São Paulo e Brodowski

Sergipe: São Cristóvão, Aracaju e Pacatuba

Tocantins: Cantão, Taquaraçu, Jalapão, Mateiros, Peixe e Formoso do Araguaia

Em Mapa dos Falares, começa a se delinear o tom com que as variedades do português brasileiro serão tratadas no interior do museu. O mapa, em alguma medida, simboliza, por meio da representação cartográfica em escala reduzida, aquilo que pertence à nação, ou melhor, retrata a nação do ponto de vista do território nacional. Dessa forma, apesar de o visitante ter contato com diferentes variedades orais, exibidas por meio de vídeos, o traço /+ Unidade/, inerente à ideia de nação, associada, nesse caso, a território, se mantém.

Outro elemento que contribui para a leitura de Mapa dos Falares como uma prática sustentada pelo traço /+ Unidade/, refere-se ao fato de que, nos vídeos, o nome dos brasileiros aparece em fontes pequenas abaixo do nome de sua cidade, escrito com fontes que se destacam. De certa forma, essa disposição na identificação dos informantes tem como efeito de sentido homogeneizar a variedade oral regional retratada por meio de um de seus representantes. Procedimento parecido é adotado por linguistas brasileiros de diferentes áreas (Fonética e Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Linguística Textual) que participam, para citar apenas um exemplo, dos diversos volumes da *Gramática do português culto falado no Brasil*, cujos dados analisados pertencem ao *corpus* NURC e são identificados pelo tipo de inquérito: D2 (diálogo entre dois informantes); DID (diálogo entre documentador e informantes); EF (elocução formal), seguido da identificação da capital a que pertence o indivíduo considerado falante de norma culta: REC (Recife), SSA (Salvador), RJ (Rio de Janeiro), SP (São Paulo) e POA (Porto Alegre). Mapa dos Falares, ao retratar a fala de indivíduos de diversas partes do país, dialoga com aspectos de uma Linguística que se ocupa de questões ligadas à variação. Nesse sentido, a instalação se sustenta, também, por meio do traço /+ Heterogeneidade/. Com relação aos conteúdos, os vídeos, em sua maioria, fazem um elogio aos valores locais, sejam eles naturais, linguísticos e/ou culturais.

No segundo andar do museu, também está localizada a Grande Galeria que é apresentada ao visitante da seguinte maneira:

Nesta tela de 106 metros, que ocupa toda a extensão da Estação da Luz, retratamos a riqueza e a diversidade da língua portuguesa. Uma língua em constante movimento. A cada parada uma porta se abre mostrando um recorte do que temos de mais original: a língua no cotidiano; nas músicas; no futebol; nos carnavais; na culinária; nas relações humanas; nas festas; na natureza; nas religiões e nas danças. Além de ressaltar a raiz portuguesa que fundou nossa identidade.

... Nossa matéria-prima é a palavra. A palavra, como som, como sentido, como prática, como senha, como signo cultural distintivo, como argamassa social, como história, como objeto, como entidade mutável e mutante... – Antônio Risério

Por meio da tela são exibidos vídeos que servem de mote para que se façam afirmações sobre a língua. Procuramos reunir, aqui, algumas dessas afirmações: “Tradicionalmente, nossa língua celebra a mistura” (no vídeo, as palavras *chopp* e *chope* são dispostas lado a lado) e “Nossa língua é nossa mãe” – enunciados que dialogam com certo biologismo; “Nossa língua é nossa pátria”; “A língua está dentro de nós. É ela que nos conecta ao mundo. É ela que nos liga ao outro”; “No Brasil, a língua é um esporte jogado em equipe, com malícia, ginga, excesso, tato, técnica. É pela língua que a gente vende nosso peixe e a nossa banana” (áudio acompanhado de cenas de pessoas jogando futebol, segurando a bandeira nacional, da seleção brasileira de futebol e da torcida em uma arquibancada); “De Porto Alegre a Manaus, do Rio Grande a Natal, de São Paulo ao Rio, em português a gente se entende”; “O português do Brasil é caloroso, é caseiro”; “A língua liga os brasileiros. É ela que faz do Brasil o Brasil”.

Fotografia 5 – Grande Galeria



Fonte: Produção nossa.

Os vídeos também procuram apresentar expressões culturais bastante diversificadas. No vídeo *Festas*, para citar apenas um exemplo, há *flashes* sobre o *Reveillon* – RJ, sobre a Festa do Peão, sobre o Bumba-meu-boi – MA, sobre a festa de São João, sobre uma apresentação do *Dj Brega* em Manaus, sobre uma Festa *Rave* – SP, sobre a Festa da Chiquita – PA, sobre uma festa de um Centro de Tradições Gauchas – RS e sobre o Festival Tanabata celebrado no Bairro da Liberdade – SP, além de imagens de oferendas a Iemanjá.

Aquilo que parecia ser apenas elogioso em *Mapa dos Falares*, em Grande Galeria é reafirmado por meio de um *ethos* ufanista. A associação do português brasileiro ao futebol, no interior do museu, é ancorada pelo traço /+ Nacionalismo/. No vídeo sobre as relações humanas, essa associação atualiza uma espécie de “verdeamarelismo”, definição atribuída por Chauí (2000) à imagem celebrativa do “país essencialmente agrário” que foi elaborada ao longo dos anos pela classe dominante, coincidindo com um período em que o “princípio da nacionalidade” era definido pela extensão territorial e pela densidade demográfica, mas que se manteve incólume diante do intenso processo de industrialização e urbanização, da transição

do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek para a ditadura militar e das tentativas para que essa imagem fosse abandonada, entre elas, o Modernismo, o Cinema Novo, o Tropicalismo, a música de protesto e os Centros Populares de Cultura, para citar apenas alguns exemplos. Na perspectiva de Chauí (2000, p. 42),

o verdeamarelismo opera com uma dualidade ambígua. De fato, o Brasil de que se fala é, simultaneamente, um dado (é um dom de Deus e da Natureza) e algo por fazer (o Brasil desenvolvido, dos anos 50; o Brasil grande, dos anos 70; o Brasil moderno, dos anos 80 e 90).

Trata-se de uma representação interiorizada pela população brasileira que, sem distinção de classe, credo e etnia a conserva mesmo quando as condições reais a desmentem.

De acordo com Chauí, o verdeamarelismo emerge, por exemplo, em algumas músicas populares produzidas, principalmente, em 1958 e 1970, anos em que a seleção brasileira de futebol ganhou a Copa do Mundo. Os versos dessas músicas tinham o intuito de conquistar a simpatia da população; alguns deles afirmavam que “a copa do mundo é nossa” porque “com brasileiro não há quem possa” e descreviam o brasileiro como “bom no couro” e “bom no samba”. Para Chauí (2000, p. 31), a comemoração do título esportivo “consagrava o tripé da imagem da excelência brasileira: café, carnaval e futebol”. Em 1970, foram os versos de *Pra frente Brasil*⁴⁵, que se converteram em uma espécie de hino da seleção brasileira de futebol:

Nas comemorações de 1958 e de 1970, a população saiu às ruas vestida de verde-amarelo ou carregando objetos verdes e amarelos. Ainda que, desde 1958, soubéssemos que “verde, amarelo, cor de anil/são as cores do Brasil”, os que participaram da primeira festa levavam as cores nacionais, mas não levavam a bandeira nacional. A festa era popular. A bandeira brasileira fez sua aparição hegemônica nas festividades de 1970, quando a vitória foi identificada com a ação do Estado e se transformou em festa cívica (CHAUÍ, 2000, p. 32).

No museu, apesar do destaque conferido às diferenças regionais, sejam elas linguísticas e/ou culturais, a associação entre as variedades linguísticas e o futebol remete ao sema /+ Unidade/: durante os jogos da seleção brasileira de futebol, somos um, falamos a mesma língua, traço que também legitima as afirmações: “De Porto Alegre a Manaus, do Rio Grande a Natal, de São Paulo ao Rio, em português a gente se entende” e “A língua liga os brasileiros. É ela que faz do Brasil o Brasil”.

⁴⁵ Noventa milhões em ação/Pra frente Brasil/Do meu coração/Todos juntos vamos/Pra frente Brasil/Salve a Seleção/De repente é aquela corrente pra frente/Parece que todo o Brasil deu a mão/Todos ligados na mesma emoção/Tudo é um só coração!/Todos juntos vamos/Pra frente Brasil, Brasil/Salve a Seleção.

Em Grande Galeria e em Mapa dos Falares, o que se diz sobre a língua dos brasileiros e suas diversas manifestações culturais, e o modo como se diz são ancorados no traço /+ Heterogeneidade/, em função do qual se pode reiterar a unidade da nação brasileira. Nesses espaços positivos emerge um *ethos* ufanista em função do destaque conferido às diferenças culturais e linguísticas dos brasileiros, como forma de ressaltar a coesão interna ao território nacional.

O *ethos* ufanista também emerge na Praça da Língua, um espaço contíguo ao Auditório. Depois de assistir ao vídeo sobre a origem da linguagem humana e da língua portuguesa no Auditório, primeiro espaço que descrevemos/analizamos, os visitantes são convidados a passar para a Praça da Língua ao som de “Penetra surdamente no reino das palavras”, verso de Carlos Drummond de Andrade pronunciado repetidas vezes.

Nesse espaço, os visitantes escutam trechos de textos em prosa e poesia de autores brasileiros e portugueses e veem projeções no teto e no solo, algo que se assemelha ao que acontece, por exemplo, em um planetário. De acordo com o texto que descreve a instalação, de autoria de Arthur Netrovski e José Miguel Wisnik, há, na Praça da Língua, três programas modulares de textos literários que seriam apresentados alternadamente: o que tematiza o amor e versões da Canção do Exílio; o que foca a negritude e Machado de Assis; e um terceiro voltado para a produção literária de Clarice Lispector. Em nossas visitas ao Museu da Língua Portuguesa, pudemos assistir apenas ao primeiro programa. De acordo com Taddei, pesquisadora que assistiu ao “sarau” com Machado de Assis uma única vez, a sessão sobre Clarice Lispector apresentou problemas de sonorização e, por essa razão, deixou de ser apresentada. Taddei (2011) afirma que “a rigor, é o programa sobre o amor e as canções do exílio que é recorrentemente exibido”.

Para o museu,

os textos reunidos na praça da língua não têm, nem poderiam ter qualquer pretensão de compor uma antologia “definitiva” de poesia e prosa em língua portuguesa. Longe dessa ambição, o objetivo aqui foi simplesmente reunir, do mais sintético e sugestivo possível, amostras representativas de nossa língua em seu estado de potência máxima. Foram privilegiados os autores brasileiros, escolhidos de um grande arco de tempo, procurando incluir o maior número de escritores reconhecidos hoje, por consenso, como os maiores de cada época.

As “amostras representativas de nossa língua” não ficam restritas a escritores brasileiros, mas englobam escritores portugueses, entre eles, a poetisa Sofia de Mello Breyner, Luís de Camões, Fernando Pessoa e todos os seus heterônimos, mais um indício de que a língua portuguesa à qual o Museu da Língua Portuguesa se refere é aquela

compartilhada por Brasil e Portugal e dotada de singular unidade. Além disso, ao procurar reunir “amostras de nossa língua em seu estado de potência máxima”, privilegiando-se escritores reconhecidos como os “maiores de cada época”, o museu atualiza *a formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*, visto que concebe a produção escrita literária como uma forma linguística privilegiada e restringe o uso dessa forma a um grupo seletivo de escritores.

Não faremos uma apresentação exaustiva dos textos em prosa e poesia que compõem o programa da Praça da Língua a que tivemos acesso, mas aludiremos àqueles que nos ajudam a confirmar a hipótese de que um *ethos* ufanista emerge nos espaços cujo foco parece ser o português brasileiro.

Por um lado, a presença dos escritores portugueses Camões e Pessoa entre os textos que compõem a Praça da Língua pode ser interpretada como uma forma de atualizar o passado mítico, construído pelo museu, em torno da história do português brasileiro e, assim, legitimar a produção literária local, porque escrita na “mesma língua” que a produção literária lusitana que, por sua vez, antes mesmo de que se firmasse uma literatura brasileira, já gozava de prestígio universal. A presença de um poema de Breyner, por outro lado, faz um elogio ao português do Brasil, mais especificamente, à modalidade oral do português brasileiro, o que indicia, mais uma vez, que a distinção entre o português brasileiro e o europeu, no interior do museu, refere-se à fala:

Gosto de ouvir o português do Brasil/Onde as palavras recuperam sua substância total/Concretas como frutos nítidas como pássaros/Gosto de ouvir a palavra com suas sílabas todas/Sem perder se quer um quinto de vogal/Quando Helena Lanari dizia o “coqueiro”/O coqueiro ficava muito mais vegetal [Sofia de Mello Breyner, “Poema de Helena Lanari, em *Geografia* (1967)].

No programa, estão presentes cinco versões da Canção do Exílio: a de Gonçalves Dias, Oswald de Andrade, Murilo Mendes, Juó Bananère e José Paulo Paes. Por um lado, nos versos de Gonçalves Dias, o sentimento ufanista se materializa em versos que exaltam as belezas naturais brasileiras; por outro lado, nos versos de Oswald de Andrade, Murilo Mendes, Juó Bananère e José Paulo Paes, embora sejam feitas críticas e sátiras à exaltação empreendida por Dias, por meio de paródia, o tom ufanista é atualizado e ecoa, repetitivamente, no espaço em questão, devido à intertextualidade.

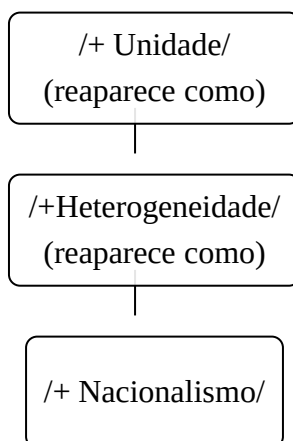
De acordo com Taddei (2011, p. 9), na Praça da Língua, “muitos espectadores, em silêncio reverencial, experimentam uma indisfarçável emoção”. A emoção, relatada pela pesquisadora, a nosso ver, pode ser considerada um indício de que os *ethè* que emergem do

discurso do museu sobre a língua portuguesa cumprem uma de suas funções, a de mobilizar a afetividade do destinatário.

Com base nessas análises, é possível sustentar que o traço /+Unidade/, em certa medida, minimiza as diferenças internas e, desse modo, procura garantir que a nação brasileira seja tomada como una e indivisível. É em função da centralidade do sema /+Unidade/, nos espaços expositivos centrados nas variedades do português brasileiro, que emerge um *ethos* ufanista. O sema /+Unidade/ reaparece como /+Heterogeneidade/ relacionado à diversidade cultural e linguística brasileira, embora restrita à fala, que, por sua vez, reaparece como /+ Nacionalismo/. Na perspectiva adotada pelo museu, a diversidade linguística, e também a diversidade cultural, “faz do Brasil o Brasil”.

Em função da relação hierárquica que se pode estabelecer entre os semas do *ethos* ufanista, organizamos o organograma:

Organograma 3– Relação hierárquica entre os traços do *ethos* ufanista que emerge no museu

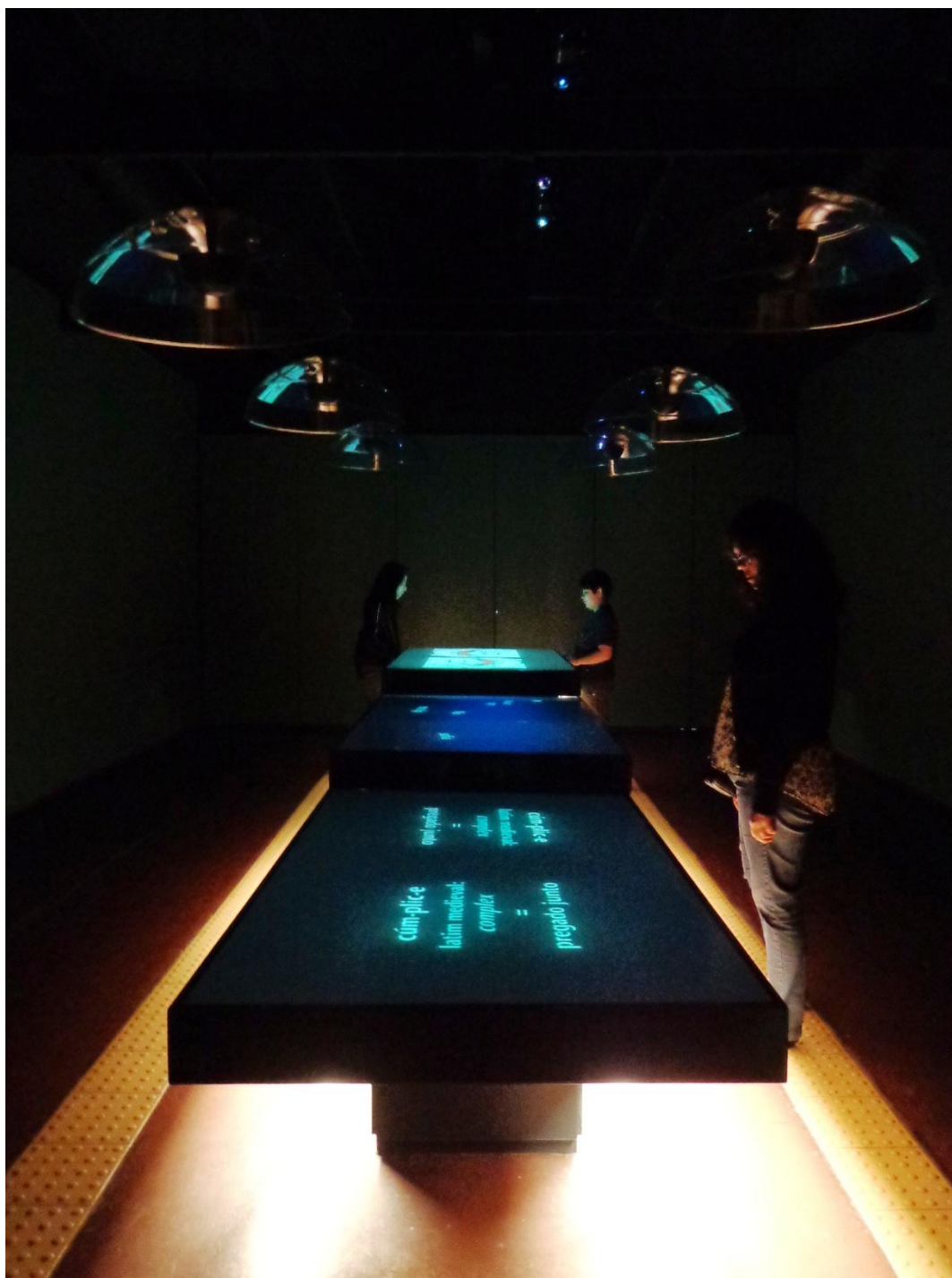


Fonte: Produção nossa.

O museu conta ainda com outros dois espaços expositivos permanentes. Nesses espaços, a formação do léxico ganha destaque: Beco das Palavras e os elevadores panorâmicos.

Em Beco das Palavras, são projetados sufixos, prefixos e radicais sobre três mesas dispostas em diferentes alturas. O visitante pode manipular virtualmente as projeções e formar palavras. Quando uma palavra se forma, algumas vezes se ouve ou se lê uma explicação etimológica sobre ela; outras vezes, se ouve ou se lê seu significado –, podendo ou não haver projeção de imagens relacionadas à palavra.

Fotografia 6 – Beco das Palavras



Fonte: Produção nossa.

Ao juntar o prefixo *des* e a palavra *ilusão*, o que resulta em *desilusão*, o seguinte quadro é apresentado ao visitante:

des-i-lus-ão
<i>francês: désillusion</i>
=
perda da esperança

Em outro caso, a junção de *test+íc+ulo* resulta em *testículo*, e o seguinte quadro é apresentado ao visitante:

test-íc-u-lo
<i>latim: testes</i>
=
testículo

Por meio do áudio que acompanha a projeção, ouve-se: “Testículo é um diminutivo do latim, testes. Também significa testículo”.

No que se refere aos elevadores panorâmicos do museu, outro espaço expositivo, eles permitem a visualização de uma escultura em ferro fundido de dezesseis metros, criada por Rafic Farah, em que podem ser lidas palavras que contribuíram para a formação do português brasileiro e ver representações de objetos e animais.

No interior desses elevadores, ouve-se a composição Palavra Língua, cantada por seu próprio autor, o músico Arnaldo Antunes, em que “língua” e “palavra” são repetidas em vários idiomas.

No segundo andar do museu, um quadro apresenta a escultura e relaciona as palavras que a compõe, indicando sua origem e algumas de suas transformações até chegar ao português, procedimento empregado por certa Linguística Histórica. Para ilustrar, apresentamos alguns exemplos de palavras que formam a escultura:

grego	étymon > étimo
tupi	pa,soka > paçoca
latim	melhor > melhur > mjlhor > melhor
persa	pa-jama > pyjama > pijama
provençal	viola > violla > vyola > viola
árabe	ar-ruzz > arroz
quimbundo	muleke > moleque

De acordo com o museu, “a árvore contando a origem das palavras é uma figura recente dentro da etimologia. Ela expressa o desenvolvimento da *palavra como um organismo vivo em constante mudança*” (grifo nosso). A árvore até pode ser um figura recente no campo da etimologia, o que não é recente é a consideração da palavra e, conseqüentemente, da língua, como um organismo vivo, uma perspectiva que se apoia nas teorias evolucionistas de Charles Darwin e, a partir da qual, a evolução histórica das línguas é atribuída a leis fonéticas regulares e imutáveis que indicariam suas formas originais. Os pesquisadores caudatários dessa forma de interpretação de fatos linguísticos acreditavam que, à imagem e semelhança dos seres vivos, as línguas tinham seu ápice e seu declínio. Trata-se de uma teoria que antecede os postulados teóricos de Ferdinand de Saussure, cujo projeto é reconhecido como tendo operado um grande corte nos estudos linguísticos e propiciado a construção de uma ciência autônoma da linguagem, considerada em si mesma e por si mesma.

Em números, a escultura contém catorze palavras de origem latina, quatro palavras de origem tupi, três palavras de origem grega, duas palavras de origem árabe, uma palavra originária do persa, uma do provençal, uma do quimbundo e uma do turco.

Como se pode ver, a questão lexical perpassa todos os espaços expositivos descritos e analisados até aqui: a influência de línguas indígenas, africanas e de imigrantes no português brasileiro é lexical, as diferenças entre o português europeu e o português brasileiro quando não são lexicais, são de ordem fonético-fonológica. O aspecto lexical é privilegiado, pois parece ser o único capaz de transformar a língua, um patrimônio imaterial, em peça de museu, o que afeta, consideravelmente, a concepção de língua do museu, tomada como um conjunto de palavras e de normas, como procuraremos mostrar no próximo capítulo. Nesse sentido, apesar de parecer moderno, em função dos recursos altamente tecnológicos que utiliza, o Museu da Língua Portuguesa apresenta seu “acervo”, sua “coleção”, ainda que em um formato pouco comum, e se constitui, pelo que diz e pela forma como diz, em um *lugar de memória*⁴⁶. Na perspectiva de Silva Sobrinho (2011, p. 50), “o Museu da Língua Portuguesa se configura como um arquivo da língua do estado para os brasileiros, é um arquivo do que deve ser lembrado na relação com a língua do Estado brasileiro”. No caso específico do privilégio concedido ao léxico do português brasileiro, o museu se iguala ao papel desempenhado pelo dicionário. De acordo com Nora (1993 apud TADDEI, 2011, p. 2), ambos

⁴⁶ Expressão cunhada por Nora (1993 apud TADDEI, 2011, p. 2) que se refere a espaços não necessariamente geográficos, entre eles, os museus, os arquivos, as bibliotecas, os dicionários, as obras iconográficas, as obras literárias, os monumentos, os acervos culturais nos seus mais diferentes suportes, como os rituais e as comemorações, com vocação para o registro, a fixação e a preservação daquilo que deve, pode e precisa ser lembrado.

os inventários, museu e dicionário, compartilham sua vocação para registrar, fixar e preservar o que deve, pode e precisa ser lembrado. A instituição museológica, de certa forma, cristaliza o acontecimento em torno da língua.

6.4 Considerações finais

Em conformidade com o que afirmamos no início deste capítulo, os espaços expositivos permanentes do Museu da Língua Portuguesa foram analisados a partir de dois eixos: um eixo centrado na relação entre a língua usada no Brasil e a usada em Portugal e suas respectivas histórias (Auditório, Palavras Cruzadas e Linha do Tempo) e um eixo centrado nas variedades do português brasileiro (Mapa dos Falares, Grande Galeria e Praça da Língua).

Com relação ao primeiro eixo, emerge nos enunciados em torno da história da língua portuguesa um *ethos* mítico que se materializa por meio de um enunciador que narra os acontecimentos históricos de um ponto de vista eurocêntrico e por meio de enunciados que tratam da presença da língua portuguesa no Brasil sob a forma de uma epopeia lusitana. Esse *ethos* mítico, em alguma medida, garante a construção de um passado para o português brasileiro que o enobrece e o associa a valores tradicionais e culturais europeus. Em contrapartida, o contexto multilinguístico da nação brasileira é, de certa forma, colocado às margens da identidade nacional sob a forma de uma influência minoritária restrita ao léxico, uma estratégia discursiva que parece visar a apagar o traço “selvagem” da identidade nacional.

Com relação ao segundo eixo, os espaços permanentes de exposição analisados são sustentados por um *ethos* ufanista que procura exaltar a diversidade social, cultural e linguística do Brasil, sem que essa diversidade “perturbe” a singular unidade não só da língua, mas do povo brasileiro, nem tampouco a unidade estabelecida entre o português brasileiro e o português europeu, como salientamos nas análises referentes aos textos literários que constituem o programa da Praça da Língua a que tivemos acesso. Essa aparente contradição pode ser explicada por meio da representação homogênea suficientemente forte e fluída que, de acordo com Chauí (2000) os brasileiros possuem do país e de si mesmos, tal como apontamos no capítulo 4. Por meio dessa representação, no Museu da Língua Portuguesa, reconhece-se a “diferença”, como uma forma de ressaltar a indivisibilidade interna, ao mesmo tempo em que se reforça, ou melhor, se reafirma uma identidade para a língua portuguesa usada no Brasil, por meio da tradição cultural europeia.

Além dos *ethè* mítico e ufanista, perpassa os espaços permanentes de exposição um *ethos* democrático que, a nosso ver, está intimamente vinculado ao funcionamento do museu como um local público onde toda a sociedade possa celebrar algo comum a todos e que, ao mesmo tempo, conserva e assegura o sentimento de comunhão e de unidade. Outro aspecto que gostaríamos de considerar é que, em função do traço /+Cientificidade/, o dizer do museu sobre a língua portuguesa dialoga com diversas perspectivas teóricas, sem que elas pareçam contraditórias ou excludentes na consideração dos fatos linguísticos. Esse aspecto acaba por reforçar o *ethos* democrático, que permite ao museu assumir uma concepção naturalista de língua; tratar o português brasileiro como uma realidade heterogênea; vincular as línguas indígenas, africanas e de imigrantes à cultura dos povos que as utiliza; e fazer tudo isso ao mesmo tempo em que adota uma grade de leitura prescritiva dos fatos linguísticos explorados, por exemplo, na exposição temporária *Menas: o certo do errado, o errado do certo*, como procuraremos demonstrar no capítulo 7.

A questão do léxico, tratada neste capítulo, está presente não apenas em Beco das Palavras e na escultura de ferro fundido que pode ser observada dos elevadores panorâmicos do museu, mas em todos os espaços permanentes de exposição, facilitando a tarefa institucional do Museu da Língua Portuguesa de exibir uma coleção, o que, em certo sentido, alinha a prática do museu ao pensamento museológico, em geral, voltado para a exposição e conservação da memória histórica e cultural.

Com base em todas essas análises é que consideramos que o Museu da Língua Portuguesa é, de fato, uma prática a mais dentre todas as práticas que conformam a *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*. Muitos de seus enunciados são ecos de dizeres sobre a língua registrados há mais de dois séculos. O museu recorre ao mesmo argumento de Pedra Branca (1824-1825) e de Varnhagen (1850) para afirmar certa diferença entre o português brasileiro e o português europeu, restringindo-a ao léxico e à pronúncia, tal como aparece tematizado na Linha do Tempo, no Auditório e na Praça da Língua. A aparente liberdade no léxico, decorrente do contexto multilinguístico brasileiro, é, de certa forma, defendida, visto que o museu expõe palavras de origem indígena, africana e estrangeira que formam parte do português brasileiro. A defesa da liberdade no léxico, mas não na norma, encontra um antecedente em Gonçalves Dias (1857), para citar apenas um exemplo. A inconsistência referencial ao nomear o português brasileiro, principalmente, por meio do emprego do pronome possessivo *nosso* não é privilégio apenas do museu, ela aparece também em José de Alencar (1875). A reiteração da comunhão linguística entre Brasil e Portugal, destacada, principalmente, no Auditório, atualiza, em certa medida, o argumento de Joaquim

Nabuco (1875), para quem a língua deveria permanecer para sempre “pro indiviso” entre brasileiros e portugueses. O culto ao peso da tradição, evidente nos espaços permanentes focados na história da língua portuguesa, por sua vez, encontra um correlato nos discursos proferidos na Academia Brasileira de Letras. Finalmente, a tentativa de minimizar as diferenças internas por meio de enunciados como, por exemplo, “a língua é o que nos une” está presente no discurso sobre a língua portuguesa desde Mário de Andrade (1924-1929).

Também no museu o traço semântico /+ Unidade/ orienta tudo o que se diz sobre a língua portuguesa e como se diz. No primeiro eixo de análise, esse traço sustenta a construção de um passado mítico para o português brasileiro e resulta da retomada do traço /+ Unidade/ por meio de /+ Progresso/, /+ Idealização/ e /+ Nacionalismo/ que, por sua vez, reaparece como /+ Heterogeneidade/ restrito à fala. No segundo eixo, o traço /+ Unidade/ procura minimizar as diferenças internas como forma de garantir que a nação seja representada como uma unidade política e social. A forma de integração dos semas que resulta na emergência do *ethos* ufanista é estabelecida, portanto, por meio da centralidade do sema /+ Unidade/ que reaparece como /+ Heterogeneidade/, não só relacionada aos “falares”, mas também às manifestações culturais dos brasileiros, traço que, por sua vez, reaparece como /+ Nacionalismo/.

Decorre do funcionamento discursivo do sema /+ Unidade/ aquele que, talvez, seja o objetivo primeiro do Museu da Língua Portuguesa: inspirar no visitante o orgulho de falar português, ou melhor, português brasileiro, com todas as suas nuances.

No próximo capítulo, apresentaremos as análises da exposição temporária *Menas: o certo do errado, o errado do certo*.

7 UMA EXPOSIÇÃO SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA CHAMADA *MENAS*

7.1 Considerações iniciais

O primeiro andar do Museu da Língua Portuguesa é reservado para a realização de mostras que são abertas durante um período de tempo determinado, mas bastante variável (onze meses em um caso, seis meses ou menos em outros). São as chamadas exposições temporárias que, em sua maioria, tiveram como mote a vida e a obra de algum cânone literário de língua portuguesa.

Em trabalho no qual analisa a forma como o literário é exposto no museu, Romão (2011, p. 73) afirma que essas exposições, tomadas pela autora como um acontecimento discursivo, são algo “[...] fugidio e escapante, já que apenas temporariamente se deixa ver e, depois da desmontagem da exposição, fica apenas como resíduo e resto em fotografias, catálogos oficiais, relatos midiáticos, vídeos e depoimentos na rede eletrônica”.

Neste capítulo, analisaremos as seis instalações que compõem a exposição temporária *Menas: o certo do errado, o errado do certo*, a saber, *Óculos; Erros nossos de cada dia; Jogo do certo e do errado; Biblioteca de Babel; Norma, a camaleoa; e Janelas abertas*, considerando que essa mostra não pode ser tomada como um acontecimento discursivo isolado no interior do Museu da Língua Portuguesa, visto que os sentidos que emergem a partir das instalações e dos textos que as apresentam estão intimamente relacionados com o eixo de análise centrado no português brasileiro, elemento central da identidade nacional.

Assim como procedemos no capítulo anterior, partiremos da hipótese de que todos os planos da discursividade são regulados por um mesmo sistema de restrições semânticas, o que dispensa uma análise exaustiva ou quantitativa dos dados, e da tese de que o museu é uma prática pertencente à *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*, condição que, a nosso ver, é colocada em relevo pela mostra em questão.

7.2 “Quem diria, a língua do povo virou exposição”⁴⁷

⁴⁷ O fato de “a língua do povo ter virado exposição”, em alguma medida, pode ser considerado como mais um indício do caráter coercitivo da instituição museológica sobre seu conteúdo. Na Declaração de Quebec, de 1984, “o público passa a ser visto como colaborador, utilizador e criador e, mais do que observador, é tomado como capaz de realizar e/ou integrar um trabalho coletivo, no qual a exposição deveria ser um processo de formação permanente e não mais objeto de interpretação”, algo que o Museu da Língua Portuguesa procura levar a cabo em *Menas*.

Menas: o certo do errado, o errado do certo ocorreu no período compreendido entre 15 de março e 27 de junho de 2010 e foi a sexta mostra a ocupar o espaço das exposições temporárias do Museu da Língua Portuguesa. A ideia partiu do secretário de Cultura do Estado de São Paulo, João Sayad, contou com Ataliba T. de Castilho e Eduardo Calbucci como curadores e com Rodolfo Ilari como consultor técnico. Aos visitantes, *Menas* foi apresentada por meio do seguinte texto:

De acordo com a norma culta do português brasileiro, “menas” é palavra imprópria, inadequada, incorreta. Ela não consta dos dicionários e tampouco do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Entretanto, “menas” não se deixou abalar e continua afirmando sua existência. A palavra está nas ruas e na fala de muitos brasileiros. Adquiriu tamanha notoriedade que foi, agora, alçada à categoria de título de exposição do Museu da Língua Portuguesa.

Isso porque MENAS, a exposição, defende a ideia de que há mais maneiras de analisar a linguagem do que a velha dicotomia do certo e do errado.

Queremos mostrar que a linguagem é uma das mais intrigantes habilidades humanas e que essa habilidade está sempre submetida a avaliações e julgamentos.

A verdade é que, no momento de fazer essas avaliações e julgamentos, devemos considerar que os usos linguísticos, que os modos de falar e escrever são sempre variados e criativos. Eles mudam com o tempo, pois a língua é dotada de um dinamismo que acompanha as mudanças da própria sociedade. Segmentos sociais perdem prestígio, enquanto outros o adquirem. Com a língua, ocorre fenômeno semelhante, o que afeta diariamente nossa capacidade de julgamento do que estaria certo e do que estaria errado, do que é aceitável e do que não é.

Numa sociedade plural e democrática, sempre haverá, de um lado, quem considere que a correção linguística é absoluta e, de outro, aqueles que adotam uma postura de relativismo completo, afastando-se desse tipo de discussão. Entre concordar com cavalheiros cheios de certezas ou com os que acham uma perda de tempo preocupar-se com o “certo” e o “errado”, MENAS tomou outra direção: decidimos expor os visitantes a um conjunto das mais diversas situações linguísticas, convidando-os a tirar suas próprias conclusões.

Entre brincadeiras, reflexões, frases de todo tipo e arte literária, MENAS propõe uma discussão que desafia nossas certezas, diluindo parte das fronteiras entre o culto e o popular.

Aproveite então para experimentar uma nova percepção do português brasileiro, MENAS é mais.⁴⁸

Desse texto, emana um fiador do discurso representado como um indivíduo descontraído, sem preconceito, que circula entre pelo menos duas posições bastante distintas com relação à língua portuguesa em uso no Brasil – a dos “cavalheiros cheios de certezas” e a dos que “acham uma perda de tempo preocupar-se com o ‘certo’ e com o ‘errado’” –, mas que opta pela via daquele que, conhecendo o contexto quase sempre polêmico em torno do tratamento das questões linguísticas no país, procura suscitar, no visitante, a reflexão.

⁴⁸ Parte das citações referentes às instalações da exposição temporária *Menas*, transcritas neste capítulo, foi registrada por nós, em vídeos e fotografias, quando de nossa visita à mostra, e parte das citações foi retirada do catálogo produzido pelo Museu da Língua Portuguesa em 2010, após o encerramento da exposição.

A aparente flexibilidade desse *ethos* define um posicionamento bastante sutil com relação à língua portuguesa, uma espécie de meio-termo entre o respeito à norma dita padrão, prova da “seriedade” da instituição museológica, e o alçamento de usos linguísticos considerados pertencentes às variedades populares do português brasileiro à condição de serem expostos no museu. Trata-se, em certa medida, de um *ethos* que consiste em mostrar que o enunciador assume e, simultaneamente, não assume um dado posicionamento, que tem domínio dos códigos dominantes e que não se opõe aos empregos que fogem a esses códigos, não se fixando em nenhum dos polos. Na perspectiva de Maingueneau (2008), a mobilidade do *ethos* facilita a incorporação de um público heterogêneo, e isso é uma tarefa desejável aos museus de acordo com o pensamento museológico contemporâneo.

De acordo com Antônio Carlos de Moraes Sartini (2010a), diretor do Museu da Língua Portuguesa, “provocação” é a proposta da exposição que ocupou cerca de 450 metros quadrados do museu e foi composta por seis instalações para “enumerar nossos ‘erros’ mais comuns, entender por que saímos do padrão culto e discutir a amplitude e a criatividade da língua”. A definição de *Menas* como “provocação” pelo diretor da instituição indicia um dos traços da grade de leitura do museu com relação ao português brasileiro, o de convocar o que é próprio do linguístico, mais especificamente, a tese de que as línguas variam, para fazer o prescritivo funcionar. *Menas* “provoca” porque traz para o espaço “nobre” do museu a variedade popular do português brasileiro, no entanto, como nossas análises pretendem demonstrar, essa variedade passa por um tratamento normativo.

Ainda de acordo com a apresentação que o diretor do museu faz da exposição, essa mostra

pretende aproximar ainda mais o museu de seu grande público, já que trata de questões presentes no nosso dia a dia. A exposição, além de muito *interativa* e *divertida*, mostra aos visitantes a existência e pertinência dos vários padrões de linguagem que devem, ou deveriam, ser dominados por todos, criando verdadeiros usuários políglotas de uma só língua, no caso a portuguesa (SARTINI, 2010a, grifo nosso).

Os adjetivos atribuídos à exposição por Sartini evidenciam o caráter coercitivo da instituição museológica, pois comprovam a necessidade de que, para cumprir sua função social educativa, o museu tenha que apresentar uma “faceta informativa suficientemente atrativa” para competir com os demais meios da vida social, conforme assinala Crespo Toral (1995). Essa apresentação também abarca a necessidade, preconizada pelo pensamento

museológico contemporâneo, de que a exposição “proponha, em vez de impor” e que tenha “por si valor didático”.

Como o próprio título parece sugerir, *Menas* explora, em alguma medida, a diversidade linguística do português brasileiro e a ideia decorrente da tradição escolar que costuma separar os fatos linguísticos em dois grupos distintos: o certo e o errado.

“Menas” aproxima o público do nosso idioma, de maneira muito clara, divertida e eficaz, demonstrando que *nossa língua é dinâmica, viva, rica, moldável e que se adapta muito bem ao tempo e ao espaço, mas que existe um padrão culto que deve ser dominado por todos*, pois é exatamente este padrão que permite o diálogo e a comunicação dos demais padrões e entre todos os falantes, independentemente de seus padrões próprios e peculiares (SARTINI, 2010b, p. 9, grifo nosso).

Na mídia, a exposição repercutiu assim: “‘Menas’ é mais. Museu da Língua ganha exposição sobre os erros de português”, tal como foi noticiado na capa da Revista Língua Portuguesa, em abril de 2010, e “Menas, por favor”, título de uma reportagem da Revista Época, publicada no mesmo mês, acompanhada do seguinte subtítulo: “Em confronto com as regras da norma culta, duas gramáticas⁴⁹ e uma exposição defendem o modo brasileiro de falar”. Na perspectiva de Bryan (2010, p. 16), articulista da Revista Língua Portuguesa, *Menas* “tem a proposta manifesta de homenagear a variante popular do idioma no Brasil”.

O dizer de Sartini (2010b), construído sob a forma *p mas q*, em que o operador argumentativo “mas” introduz o argumento mais forte, oscila entre um posicionamento mais “moderno” com relação à língua portuguesa, ao tomá-la como “dinâmica”, “rica”, “moldável”, e um posicionamento mais “conservador”, visto que prescreve o domínio de um padrão culto em detrimento dos padrões denominados como “próprios e peculiares”. Nessa construção, o saber de que “toda língua varia” é reconhecido, embora não seja tomado com o mesmo prestígio que o “mito da unidade linguística do Brasil”.

O que se diz sobre a exposição a partir do posicionamento do jornalista também oscila: enquanto um veículo de comunicação noticia que se trata de uma exposição sobre “erros” de português, o outro parece reconhecer a variação linguística, apesar de o enunciado “defendem o modo brasileiro de falar” contrapor a variedade lusitana à brasileira, como variedades unas, homogêneas e restringir a variação à modalidade oral.

Assim como o dizer de Sartini e das revistas citadas, a exposição parece colocar em cena, de um lado, um tratamento prescritivo dos fatos linguísticos, que define língua como “norma” ou “padrão culto” e está associado às gramáticas normativas e ao mito da unidade

⁴⁹ A reportagem refere-se ao lançamento da *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba T. de Castilho, e da *Gramática do português brasileiro*, de Mário Alberto Perini.

entre as variedades linguísticas do português brasileiro, e, de outro, um tratamento dos fatos linguísticos, associado aos estudos do campo da Sociolinguística⁵⁰, que considera a norma prescritiva apenas um dos muitos aspectos da língua. Dito de outra forma, a partir de *Menas*, ora emergem sentidos que se alinham ao discurso daqueles que querem “defender” “a língua”, ora emergem sentidos que se alinham ao discurso daqueles que veem, na variação linguística, opções alternativas, inovadoras que, apesar de não terem sido incorporadas às gramáticas normativas, estão presentes nos usos linguísticos dos brasileiros, inclusive dos considerados “falantes de norma culta”. Essa aparente “liberdade” no tratamento dos fenômenos linguísticos expostos em *Menas* culminará, como procuraremos mostrar, na emergência de um *ethos* democrático⁵¹.

A heterogeneidade de vozes também é relatada por Romão (2011, p. 221) com relação às exposições literárias, cujo arquivo é considerado “bricolagem discursiva de diferentes dizeres, inscritos antes em lugares igualmente diversos, advindos assim de várias posições-sujeito e amarrados de modo a garantir um efeito ideológico de unidade”.

Essas breves considerações sobre *Menas: o certo do errado, o errado do certo* nos permitem afirmar que os enunciados que visam a apresentar a exposição, de modo bastante geral, são sustentados pelos traços /+ Heterogeneidade/, /+ Cientificidade/, /+ Restrição/, /+ Correção/, /+ Nacionalismo/ e /+ Unidade/. Esses traços, assim como /+ Homogeneidade/, como procuraremos detalhar, também sustentam as instalações que compõem a exposição temporária, embora sua distribuição não seja uniforme.

7.2.1 Óculos

Óculos é uma instalação feita com placas de acrílico em que há as seguintes frases escondidas em meio ao visível: “Língua é uso”, “Não existem erros absolutos em língua”, “A língua varia no tempo e no espaço”, “Se alguém usou uma palavra, ela existe”, “Todos têm sotaque. Ainda bem”, “As gramáticas têm mais dúvidas do que certezas”, “Saber falar e

⁵⁰ Por vezes, no Museu da Língua Portuguesa, o dizer dos sociolinguistas parece-nos submetido às coerções institucionais. Acreditamos que, talvez, estejamos diante de uma instituição que não pretende ser tomada como “pré-científica” ou “ultrapassada” e, por essa razão, abarque certa pluralidade de vozes sobre a língua portuguesa, mas que, em alguma medida, distorce e homogeneiza os conhecimentos produzidos a partir dos estudos do campo da linguagem, devido ao funcionamento da instituição museológica, mais voltado para a preservação e para a exposição de um objeto que, apesar de ser variável e heterogêneo, é tratado como uno.

⁵¹ Em *Menas*, o *ethos* ufanista emerge não somente em função de a mostra pertencer ao eixo de análise centrado no português brasileiro, tomado como elemento central da identidade nacional, mas em função do destaque conferido aos usos linguísticos mais populares e de as ocorrências dos dêiticos de 1ª pessoa do plural circunscreverem apenas os brasileiros. Reconhecemos a emergência de um *ethos* ufanista em *Menas*, mas, neste capítulo, priorizaremos a emergência do *ethos* democrático, predominante na exposição.

escrever é fazer-se compreender”, “O erro de hoje pode ser o acerto de amanhã”, “Quero ser um poliglota na minha própria língua” e “As crianças dão à língua uma lógica que ela não tem”.

Para conseguir ler essas frases, o visitante deveria curvar-se e olhar por orifícios feitos em placas escuras, procurando ajustar seu olhar e montar a frase, atividade nem sempre realizada de forma satisfatória.

Fotografia 7 – Óculos



Fonte: Menas... (2010).

O título escolhido para a instalação, *Óculos*, e a forma como ela está organizada, em certa medida, sugerem que a visão do visitante sobre a temática da exposição temporária será “corrigida”, visto que os óculos, objeto ao qual a instalação alude, são uma armação com duas lentes comumente usada para corrigir ou proteger a visão. No catálogo produzido a partir da mostra, o texto de apresentação de *Óculos* também joga com a ideia de que as “lentes” interferem na visão que o museu pressupõe que os visitantes tenham da língua que usam:

[...] quando tentamos analisar a língua com que nos comunicamos, muitas vezes essa análise é mediada por conceitos predeterminados, como lentes que podem aumentar, encolher, embaçar, distorcer nosso olhar e nossa compreensão. Dessa forma, não podemos enxergar nada além do óbvio.

Mas nosso olhar sempre deseja mais, e nossa experiência de falante da língua se depara a todo tempo com mais e mais criatividade, diluindo nossas certezas. E há uma miríade de possibilidades...

As perguntas que ficam são: através de quais lentes olhamos para o mundo? A partir de quais conceitos entendemos nossa língua?

Na instalação *Óculos*, convidamos a todos que deixassem de lado os juízos prévios, as opiniões cristalizadas, os julgamentos habituais, e estendessem o olhar para as variações e experimentações sobre as quais a linguagem se constrói.

Sempre há uma nova forma escondida em meio ao visível. Do caos (ou do aparente caos), formam-se frases, ideias, máximas, reflexões. Por isso, a provocação de caminhar e ajustar o olhar em busca do que até então era imperceptível (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p 18).

Esse jogo entre as “lentes que podem aumentar, encolher, embaçar, distorcer nosso olhar e nossa compreensão” e o convite para que os visitantes “deixassem de lado os juízos prévios, as opiniões cristalizadas, os julgamentos habituais, e estendessem o olhar para as variações e experimentações sobre as quais a linguagem se constrói”, muito sutilmente, sustenta-se por meio do traço /+ Cientificidade/, pois coloca em cena certa oposição entre *Linguística versus gramática normativa*. Essa sutileza, em conformidade com o que afirmamos anteriormente, decorre do *ethos* que, majoritariamente, emerge em *Menas*: um *ethos* aparentemente democrático, capaz de mover-se entre posicionamentos em relação polêmica, sem fixar-se; um *ethos* aparentemente flexível na consideração dos fatos linguísticos; um *ethos* sem preconceitos; um *ethos* que goza de liberdade.

Quanto aos enunciados que compõem *Óculos*, à primeira vista, eles parecem veicular um discurso em torno da língua que considera a precedência do uso à norma explícita – como parece ser materializado nos enunciados “Língua é uso” e “Se alguém usou uma palavra, ela existe” –, reconhece a variação linguística – como parece ser materializado nos enunciados “A língua varia no tempo e no espaço”, “Todos têm sotaque, ainda bem” e “O erro de hoje pode ser o acerto de amanhã” – e descarta a centralidade da gramática normativa na definição da língua – como parece ser materializado no enunciado “As gramáticas têm mais dúvidas do que certezas”.

Apenas aparentemente esses enunciados estão ancorados no que se diz sobre a língua a partir, principalmente, da perspectiva de certa Sociolinguística. Há, nessa instalação, em alguma medida, uma distorção, ou melhor, um simulacro do dizer dos sociolinguistas que afirmariam, por exemplo, que “o uso precede a norma” ou que “o uso estrutura o sistema linguístico”, mas não restringiriam a definição de língua a uso, tal como é veiculado pelo museu.

O enunciado “Saber falar e escrever é fazer-se compreender”, por sua vez, atualiza a ideia recorrente, entre o senso comum, de que os linguistas “aceitam tudo”, ou mais

especificamente, a ideia de que para os linguistas, “tudo o que comunica é válido”, ou seja, que os linguistas consideram “certa” qualquer construção. Na perspectiva de Possenti (2011), trata-se de “uma visão simplificada, na verdade, um simulacro, da posição dos linguistas em relação a um dos tópicos de seus estudos – a questão da variação ou da diversidade interna de qualquer língua”.

De acordo com Maingueneau (2005b), a construção de simulacros é própria da relação interdiscursiva, visto que a relação de um discurso com o Outro se dá por meio da tradução dos enunciados do Outro em seu próprio fechamento discursivo, sob a forma de simulacro que dele se constrói. Isso deve ser pensado sob a forma de um processo por meio do qual um discurso entende os enunciados do Outro na sua própria língua e realiza certa triagem, seleciona os fragmentos mais condizentes com a semântica de seu discurso. Nesse sentido, em *Menas: o certo do errado, o errado do certo*, a voz de certa Sociolinguística será submetida à grade de leitura do museu, uma instituição cuja vocação é tradicionalmente vinculada à coleção e à conservação.

Em *Óculos*, embora pareça haver uma exposição maior de um dizer associado ao campo dos estudos sobre variação linguística, apesar de distorcido, o acesso a esse dizer é dificultado pelo modo como a instalação é apresentada. Diferentemente, em *Erros nossos de cada dia*, instalação que passaremos a analisar, um conjunto bastante diverso de usos linguísticos são dados a ler sem qualquer esforço por parte do visitante, acompanhados de comentários que, embora não pareçam ou não tenham esta pretensão, são normativos.

7.2.2 *Erros nossos de cada dia*

Erros nossos de cada dia é um painel de três metros de altura por doze metros de comprimento com ocorrências de usos da língua, seguidas de comentários que procuram mostrar que, por trás de cada um dos usos ou “erros”, “há uma utilização criativa da língua, uma lógica interna das estruturas, uma analogia que os justifica”. À época da exposição temporária, imagens e trechos dessa instalação foram amplamente divulgados como se ela desse o tom da exposição como um todo (o próprio título da exposição, *Menas*, é tematizado em um dos quadros do painel).

Fotografia 8 – Erros nossos de cada dia



Fonte: Produção nossa.

A nosso ver, *Erros nossos de cada dia* “exibe” fatos de variação linguística, entre outras coisas, sob o pretexto de que, no interior do Museu da Língua Portuguesa, não haveria preconceito linguístico ou de que esse seria um espaço mais “democrático” no tratamento de questões relacionadas ao português do Brasil. Como procuraremos apontar, do ponto de vista da Sociolinguística Variacionista, a representação que o museu faz do que seja variação linguística é, no mínimo, equivocada e parece assentar-se sobre uma perspectiva que julga os fatos linguísticos como corretos ou incorretos a partir do que se diz sobre a língua, principalmente, nos dicionários e manuais de gramática normativa, nos quais, comumente, a língua é tomada como a modalidade escrita da língua baseada em textos literários. É em função dessa perspectiva que podemos afirmar que os dizeres sobre a língua portuguesa, nessa parte da exposição temporária *Menas*, são majoritariamente regulados pelo traço /+Correção/.

Adotamos para análise de *Erros nossos de cada dia* o conceito de língua como um conjunto de variedades. Nesse sentido, contrapomos norma padrão – representação ou imaginário linguístico inatingível – à realidade linguística e social, mais especificamente, à

massa de variedades reais, concretas. Assumimos um *continuum* entre as variedades mais cultas, porque mais próximas do ideal de língua, e menos cultas porque mais distantes desse ideal, tanto em sua modalidade oral quanto escrita.

Ao assumirmos a noção de *continuum* entre as variedades do português, procuraremos mostrar que a dicotomia entre norma padrão ou culta e norma popular não é, a nosso ver, uma questão de fácil solução, pois, para levá-la a cabo, seria necessário reunir um conjunto de características linguísticas que permitisse diferenciá-las. Essa diferenciação, no português brasileiro, hoje, jamais seria uniforme. No entanto, parece-nos que o tratamento dispensado pelo museu aos fatos expostos em *Erros nossos de cada dia* obedece a essa dicotomia.

Antes de iniciarmos a análise dos fatos linguísticos expostos na instalação, parece-nos pertinente analisar o texto que apresenta o painel:

Uma das finalidades da língua é a comunicação. *Ela é uma estrutura*, ou seja, *um sistema de regularidades* que assegura a intercompreensão. Mas a língua é mais do que um sistema. *Ela também é um fato social*. Em meio às múltiplas possibilidades que nos são oferecidas, escolhemos aquelas que nos parecem mais adequadas à situação em que estamos. E a variante linguística por que optamos mostra como nos relacionamos com essa espécie de contrato social coletivo que é a língua, promovendo escolhas “certas”, porque adequadas à situação, ou “erradas”, porque inadequadas à situação.

Este é o lugar em que vemos que, por vezes, é tênue a linha que separa o “certo” do “errado”. *Não há acerto absoluto. Não há erro absoluto*. O lugar, a época, o grau de escolaridade, a situação de comunicação, tudo isso influencia nossas escolhas. *O que tentamos mostrar aqui é que o padrão culto da língua, aprendido em geral na escola, convive com a língua familiar, aprendida em casa e nas ruas*.

Acontece que, entre letrados e não letrados, todos temos dúvidas. Todos cometemos “erros”. Por isso, eles são nossos. Na instalação, *os comentários que se seguem a cada frase procuram justamente mostrar que, por trás de cada um, há uma utilização criativa da língua, uma lógica das estruturas, uma analogia que os justifica*. É bem provável que, no futuro, muitos desses “nossos erros” se tornem acertos.

É esperar para ver. *E ver para crer* (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 27, grifo nosso).

No primeiro parágrafo do texto, há uma tentativa de aliar duas definições de língua que, tradicionalmente, no campo dos estudos da linguagem gozam/gozaram de bastante prestígio, apesar de serem excludentes.

A primeira diz respeito à definição de língua como uma estrutura, um sistema. Essa definição parece estar ancorada nos pressupostos dos linguistas do início do século XIX, em cujos textos, de acordo com Ducrot (1971), as palavras “estrutura” e “sistema” se repetem incessantemente, embora o conceito tenha sido quase abandonado em função da descoberta, feita na mesma época, de que as línguas se transformavam, até que Saussure acrescentasse ao conceito de sistema determinações originais. Naquele período, a comparação das gramáticas

das línguas é considerada um método seguro para o estabelecimento de relações de parentesco, o que implicava “incontestavelmente, um sentimento agudo da interdependência dos morfemas gramaticais e da coesão dos sistemas que eles compõem” (DUCROT, 1971, p. 46). No início do parágrafo em questão, o Museu da Língua Portuguesa parece assumir um conceito de língua como um conjunto de regras que devem ser seguidas, visto que afirma que a língua “é uma estrutura, ou seja, um sistema de regularidades que assegura a intercompreensão”.

Trata-se de uma definição diferente da que foi formulada por Ferdinand de Saussure, no *Curso de Linguística Geral*, publicação póstuma que permitiu à Linguística adquirir o *status* de ciência autônoma. É conhecida a dicotomia saussuriana entre *langue* e *parole* (língua e fala) e a assunção da *langue* como “um sistema que conhece somente sua ordem própria” (SAUSSURE, 2006, p. 31), objeto da Linguística “propriamente dita” para usar as mesmas palavras do autor. Nessa definição, a fala – individual, acessória e mais ou menos accidental da perspectiva desse autor – fica à margem de seu centro de interesse. Para Ducrot (1971), o papel de Saussure não foi o de introduzir a ideia de que cada língua possui uma organização que lhe é própria e que merece, por sua regularidade, ser considerada como uma ordem, mas o de ter imposto esse tema após o êxito alcançado pela gramática comparada.

A segunda definição, a saber, língua como um fato social, é, em alguma medida, uma reação, ou melhor, uma negação da definição de língua presente nos postulados teóricos de Saussure reunidos no *Curso*. Filia-se à elaboração teórico-metodológica de William Labov, principalmente em *Padrões Sociolinguísticos* (título original de 1972), obra que representou o nascimento da Sociolinguística Variacionista. Interessado em investigar os processos de mudança linguística, Labov (2008) revelou a intrínseca relação entre esses processos e a variação linguística. Trouxe para o centro dos estudos científicos da linguagem a língua como uma forma do comportamento social, os falantes e suas relações sociais heterogêneas e hierarquizadas e consolidou o estudo da língua em seu contexto social.

Ao definir a língua como algo que “é mais do que um sistema, é também um fato social”, o Museu da Língua Portuguesa parece querer fazer coincidir definições que, no meio acadêmico, não são coincidentes; parece querer atestar, por meio da enunciação, uma personalidade capaz de distribuir igualmente o poder e os saberes; parece, enfim, querer que se construa sobre si um *ethos* democrático.

As afirmações de que “Não há acerto absoluto” e “Não há erro absoluto”, no segundo parágrafo do texto de apresentação da instalação, parecem ancorar o que se diz sobre língua, no museu, ao posicionamento dos sociolinguistas. No entanto, essa ancoragem não tarda em

mudar de terreno e se fixar em um posicionamento prescritivo em matéria de língua, quer pelo nome atribuído à instalação, sem que a palavra “erros” esteja entre aspas – o que indicaria que o sentido requerido para essa palavra naquele contexto não é seu sentido usual de incorreção, inexatidão, desvio –; quer pelo fato de os sociolinguistas não classificarem os fatos linguísticos como “certos” ou “errados”, mas como adequados ou inadequados à situação comunicativa (esse dado aparece também no final do primeiro parágrafo, em uma tentativa mal sucedida de relacionar o “certo” ao adequado e o “errado” ao inadequado); quer pelos comentários prescritivos que acompanham os usos linguísticos em cada um dos cem quadros do painel, que, na perspectiva da exposição, carecem de “correção”.

Se os três primeiros parágrafos não são suficientemente claros para traçarmos o perfil de como o museu lida com a variação e a mudança linguísticas, no último parágrafo, a ocorrência de “E ver para crer” o resume bem. Esse enunciado advém de um ditado popular, “só acredito vendo”, e remete, em alguma medida, à descrença em determinado acontecimento. Aquele que o profere está tão descrente que só acredita que algo possa vir a ocorrer se puder vê-lo. Se a pretensão era apenas concluir o texto com uma rima (“É esperar para ver. E ver para crer.”), essa empreitada acaba revelando que o museu considera a possibilidade de que “no futuro, muitos desses ‘nossos erros’ se tornem acertos”, ou mais especificamente, ocorram mudanças no português brasileiro (“É esperar para ver”), um dizer sustentado pelo traço /+ Heterogeneidade/, mas só acredita nessas mudanças se puder vê-las de fato; uma revelação que alinha o que se diz sobre a língua portuguesa no espaço do museu a uma perspectiva bastante conservadora regulada pelo traço /+ Homogeneidade/.

Há uma distância entre o modo como a instalação é apresentada e como ela é: os quadros que a compõem, como nossas análises procurarão evidenciar, não mostram o convívio entre a “língua padrão, aprendida na escola, e a língua familiar, aprendida em casa e nas ruas”, como o texto de apresentação pretende fazer crer. Tampouco há, nos comentários de cada um dos quadros, a tentativa de mostrar que por trás de cada “utilização criativa da língua” existe uma “lógica das estruturas, uma analogia que as justifica”. Os comentários, em sua maioria, dispõem do discurso da norma e recorrem a aparelhos de referência, tal como os define Aléong (2001), para corrigir ou prescrever o emprego de uma forma e não de outra, com a alegação de que se trata de português culto, padrão.

Essas considerações nos levam a supor que o Museu da Língua Portuguesa, incontestavelmente um aparelho ideológico do Estado⁵² de difusão do discurso da norma em nosso país, apoiado em aparelhos de referência (gramáticas e dicionários) convoca, exhibe o linguístico para fazer o prescritivo funcionar; um linguístico depurado, um linguístico em conformidade com a grade de leitura da instituição.

Iniciaremos nossas análises dos quadros que formam o painel a partir dos enunciados que expõem ocorrências de orações com relação às quais, os brasileiros, normalmente, eliminam a preposição:

- (1) Tenho medo que ocorra um terremoto aqui.
- (2) As ideias que concordo são sempre as menos radicais.
- (3) Eu gostaria que ela não viesse para cá.

Para essas três ocorrências, a exposição prescreve o emprego da forma descrita nos manuais de gramática normativa, ou seja, com a oração subordinada precedida de preposição. Não há qualquer tentativa de explicar a supressão da preposição. Nos quadros (1) e (2), a prescrição é ora relacionada à escrita, ora relacionada à fala. No quadro (3), há a ressalva de que “ao menos na língua formal” o complemento oracional de verbos regidos de preposição “deve vir” preposicionado.

Com relação, especificamente, às orações relativas, tal como exemplificado em (2) Tarallo (1983 apud RIBEIRO, 2002) descrevia como sendo, desde 1880, característico do português brasileiro o uso de relativas cortadoras, relativas lembrete (Conheço uma menina que ela só gosta de música clássica) e ausência de cujo (A casa que as janelas (dela) estão quebradas). Ribeiro (2002), por sua vez, afirma que essas construções são usadas frequentemente por universitários do curso de Letras sem que apresentem qualquer julgamento de estilos socialmente mais aceitos com relação a essas relativas. Na publicidade, a ocorrência de relativas cortadoras também é muito comum.

Acrescentamos que orações como (1), (2) e (3) são facilmente encontradas nas modalidades oral e escrita do português brasileiro atualmente, o que parece inviabilizar a manutenção da prescrição que toma corpo no museu.

De acordo com Galves (2001), o português do Brasil se diferencia do português de Portugal e das demais línguas latinas por ser uma língua de tópico. *Grosso modo*, a frase do

⁵² Na perspectiva de Althusser (1985), os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) reproduzem as relações de produção capitalista, submetendo os indivíduos à ideologia dominante e “moldando” os papéis que devem desempenhar na sociedade, por meio de mecanismos, geralmente, encobertos e dissimulados.

português do Brasil teria a estrutura SN [SN V (SN)], diferentemente da frase do português de Portugal, cuja estrutura seria SN [V (SN)], o que equivale a enunciados como *Maria, ela fez a comida*, em que Maria é o tópico, ou seja, aquilo sobre o que se vai dizer alguma coisa, e *Maria fez a comida*, respectivamente. Para essa autora, a estrutura de tópico do português brasileiro é uma característica que explica vários aspectos particulares dessa língua, entre eles, o uso do pronome *ele* como objeto, *ele* como sujeito, *ele* como objeto de preposição. Esse último aspecto está intimamente relacionado com o funcionamento das relativas.

Com relação ao uso do pronome *ele* como objeto, a mostra expõe uma ocorrência:

(4) Eu vi ela na festa.

Como em todos os demais fatos linguísticos abordados na exposição, há a prescrição para que se “dê preferência, na língua escrita,” aos pronomes oblíquos: “eu a vi na festa” ou “eu vi-a na festa”. Apesar de frases como (4) serem muito comuns no Brasil, em Portugal essa é uma construção inexistente, o que nos leva a supor que o modelo de língua portuguesa para o museu, ao prescrever o uso da forma canônica, mesmo que restrita à escrita, é o da antiga metrópole, questão sustentada pelos traços /+ Idealização/ e /+ Unidade/.

O uso de *ele* como sujeito também é diferente no Brasil e em Portugal. Para Galves (2001), no português do Brasil, *ele* como sujeito é a construção preferencialmente empregada, em detrimento das construções com sujeito nulo. Em Portugal, diferentemente, construções com sujeito nulo são mais frequentemente empregadas, e *ele* como sujeito aparece quando é necessário marcar a concordância ou contraste. Enquanto no Brasil temos, por exemplo, *eu tinha um vizinho que ele gostava de ouvir música alta*, em Portugal, a ocorrência mais é comum é *eu tinha um vizinho que gostava de ouvir música alta*.

Em *Erros nossos de cada dia*, construções com *ele* como sujeito, tal como a enumerada por Galves (2001), não são apresentadas, mas há o registro de *ele* como sujeito ligado a uma preposição e o registro de *mim* como sujeito de verbo no infinitivo.

(5) O fato dele não saber inglês o incomoda.

(6) Isto é para mim fazer.

No primeiro caso, há a afirmação de que “sujeitos não são preposicionados”, contrariando o uso efetivo da língua pelos brasileiros; e, no segundo, a de que “a língua escrita culta ainda preserva o pronome reto nessas frases: ‘para eu fazer’”.

Outro fato morfossintático que dificulta definir características próprias à norma popular em oposição à norma culta, como parece pretender o Museu da Língua Portuguesa nessa parte da exposição *Menas*, diz respeito à concordância verbal. Partindo do que é exposto em *Erros nossos de cada dia*, apenas (7) permitiria a afirmação de que a ausência de concordância é característica das variedades populares, visto que se trata de um uso bastante estigmatizado em nossa sociedade. As frases (8), (9), (10) e (11) são realizadas, de um modo geral, pela maioria dos brasileiros, não caracterizando uma ou outra variedade:

- (7) A gente vamos à escola todos os dias.
- (8) Os padrões de previsão do tempo, devido ao aquecimento global, varia.
- (9) Faltou as respostas mais interessantes.
- (10) Tu sabe de uma coisa?
- (11) Vende-se casas.

Se considerarmos a perspectiva da Sociolinguística Variacionista, o comentário que acompanha (7) confunde variação com mudança no que diz respeito tanto ao emprego de pronomes sujeito quanto à concordância sujeito-verbo:

Os pronomes pessoais estão passando por grandes transformações no português brasileiro: *você* (em lugar de *tu*) *a gente* (em lugar de *nós*) são exemplos disso. Acontece que às vezes começamos a frase com um “pronome novo”, mas conjugamos o verbo como se ali ocorresse o “pronome antigo”. Isso explica a frase abaixo [A gente vamos à escola todos os dias]. *O português culto resiste a essas mudanças*. Portanto, ainda se deve dizer: “a gente foi à escola todos os dias” (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 30, grifo nosso).

O primeiro equívoco está relacionado à “transformação de *tu* em *você* e de *nós* em *a gente*”. Não é necessário ser sociolinguista para saber que as quatro formas coexistem e são de uso geral, com exceção do pronome *tu* que parece ter o uso mais concentrado no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e no Nordeste⁵³. Em estudo realizado por Freitas, Franco e Cardoso (1986 apud RIBEIRO, 2002), foi observada uma variação na frequência de uso das formas *nós* e *a gente*, em falas cultas formais, mas a ausência total de *a gente* não foi registrada. O segundo equívoco refere-se ao fato de a alternância entre as formas pronominais justificar a ocorrência de (7). Acreditamos que seria mais apropriado falar, nesse caso, em hipercorreção, um esforço consciente para não “errar”, para mostrar domínio das normas explícitas da língua. O terceiro remete à não diferenciação, por parte da mostra, entre variação

⁵³ Enquanto *tu sabe* caracteriza o uso sulista do português brasileiro, a forma *tu sabes* ainda ocorre em algumas variantes regionais, como a de Maranhão, por exemplo.

e mudança. É prematuro afirmar que “a gente vamos” é uma mudança na língua. Esse tipo de afirmação pressupõe que todas as formas concorrentes (*nós vamos, a gente vai, nós vai*) foram suplantadas. Seria mais prudente, do ponto de vista da Sociolinguística Variacionista, se a afirmação destacada na citação mencionasse a resistência a essa variante, uma forma entre tantas outras.

As frases (8) e (9) apresentam, respectivamente, distância entre o sujeito da oração e o verbo e posposição do sujeito ao verbo, aspectos que, no português brasileiro, contribuem para que a concordância entre o sujeito e o verbo no plural não se dê da forma como é prescrita. Ambos os casos são recorrentes na fala e na escrita dos brasileiros, inclusive de brasileiros com alto nível de escolarização, tal como exemplificado na citação abaixo:

No Brasil *é também comum construções como está escrevendo*, com *estar + gerúndio*, não comum em Portugal, onde se encontram expressões como *está a escrever*, com *estar a + infinitivo* (GUIMARÃES, 2005, p. 26, grifo nosso).

Com relação a (8), a interposição de “devido ao aquecimento global”, ou seja, de palavras no singular, favorece a singularização do verbo. Fato semelhante, e igualmente recorrente nos usos efetivos que os brasileiros fazem da língua, ocorre quando há, entre o sujeito no singular e o verbo, a interposição de palavras no plural. Nesse caso, a pluralização do verbo é favorecida. Esse tipo de ocorrência está presente, também, na produção escrita de indivíduos altamente escolarizados, como a citação abaixo indicia:

Por outro lado, *a pesquisa linguística levada a efeito por grandes projetos coletivos dos anos 70 confirmaram* a hipótese de Nelson Rossi sobre o policentrismo da sociedade brasileira, nucleada – após a intensa urbanização do país – no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul (CASTILHO, 2006, grifo nosso).

Quando o enunciado está na forma canônica, ou seja, SV (sujeito-verbo), a não concordância verbal é cercada de reações preconceituosas dos falantes urbanos letrados. Diferentemente, um enunciado na ordem VS (verbo-sujeito), como (9), aparentemente, não sofre avaliações negativas e/ou correções do lado de fora do Museu da Língua Portuguesa.

O comentário que acompanha o enunciado (8) é taxativo:

O núcleo do sujeito da oração é “padrões”, que está no plural. Portanto, o verbo deve estar no plural também: “os padrões de previsão do tempo, devido ao aquecimento global, *variam*” (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 27).

O tom prescritivo, que predomina nos comentários, é amenizado com relação a (9). Após prescrever a “construção adequada ao padrão culto da língua”, a recorrência de construções como (9) no português do Brasil é reconhecida: “É forte a tendência do português brasileiro a eliminar a concordância do verbo com o sujeito quando ele vem posposto, como no caso” (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 30).

O enunciado (10) é exemplar de uma mudança em curso no português brasileiro, a redução das seis formas do verbo conjugado a apenas duas ou três: eu amo, tu/ele/a gente/vocês/eles ama ou eu amo, tu/ele/a gente ama, vocês/eles amam, sendo a primeira mais estigmatizada do que a segunda. A explicitação do sujeito pronominal parece tornar redundante o emprego das formas verbais com terminações número-pessoais⁵⁴. Nas regiões em que o pronome pessoal *tu* é amplamente empregado com a forma verbal da terceira pessoa do singular, seus usuários não sofrem qualquer sanção ou avaliação negativa.

Sobre enunciados como (11), em que há uma oração passiva sintética, por mais que os aparelhos de referência insistam no fato de que *casas* é o sujeito da oração e, portanto, o verbo “deve” concordar com o sujeito que está no plural, nas realizações concretas, enunciados desse tipo são interpretados como tendo sujeito indeterminado e *casas* como complemento do verbo *vender*. Em *Erros nossos de cada dia*, a frequência cada vez maior de (11) é reconhecida, mas, em medida alguma, o comentário que acompanha o enunciado se desvencilha de seu caráter normativo: “Embora essa construção ocorra com frequência cada vez maior no português contemporâneo, na linguagem culta escrita ainda é comum encontrar o verbo no plural: “vendem-se casas” (ou seja, casas são vendidas)” (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 34).

Ao contrapor “português contemporâneo” a “linguagem culta escrita”, no comentário reproduzido acima, há um efeito de sentido de que a forma “mais pura” do idioma estaria nos usos mais antigos e de que o uso atual não teria o valor “culto”, tomado como intrínseco à escrita.

O valor culto atribuído à escrita é recorrente em quadros sobre as realizações e colocações de complementos pronominais. De acordo com a mostra, são exemplos de colocação de complementos pronominais:

(12) Mandarei-te aquele *e-mail* amanhã pela manhã.

⁵⁴ A ocorrência frequente de sujeito explícito nas construções sintáticas do português brasileiro é indicativa de outra mudança em curso no português brasileiro, a saber, a passagem de uma língua + *pro drop* para uma língua – *pro drop*, isto é, cujas sentenças requerem a presença de um pronome devido ao “esvaziamento” morfosintático das formas verbais, conforme apontam alguns pesquisadores brasileiros, entre eles, Galves (1984), Silva (1996) e Duarte (1995).

(13) Não *lhe* conheço.

(14) Fi-lo porque qui-lo.

Sobre (12), podemos afirmar que não se trata de um uso recorrente na fala e na escrita dos brasileiros, a não ser por hipercorreção.

A mesóclise com as formas de futuro, “Dir-te-ei uma coisa”, está praticamente banida da fala brasileira [e também da escrita], ocorrendo ainda em algumas formas estereotipadas, clichês [ou em contexto escritos estritamente formais]. A forma em uso mesmo é “Te direi uma coisa” o que conduz a uma segunda questão: uso do pronome em início de sentença, condenado pelos gramáticos, mas em realização frequente pelos brasileiros, independente do nível de escolarização (RIBEIRO, 2002, p. 375).

O conservadorismo da mostra é evidenciado em (12), visto que foi feita opção por uma forma não representativa do português brasileiro em função de uma norma gramatical, a que proíbe o uso de pronome oblíquo átono em início de sentença. Realizações efetivas como *te mandarei um e-mail amanhã* não são um fato isolado, mas estão relacionadas ao crescente abandono da ênclise no português brasileiro. Para Ribeiro (2002), a perda da mesóclise e a perda da ênclise não deixam outra opção estrutural para os brasileiros senão a de iniciar sentença com clítico, uma escolha que recobre variedades mais e menos padrão.

O uso de *lhe* como acusativo, tal como exemplificado em (13), ainda de acordo com Ribeiro (2002), é constante nas falas dos brasileiros, sem qualquer distinção entre falantes com níveis de escolarização diferentes. Em medida alguma, o comentário que acompanha (13) restringe-se a registrar usos linguísticos em situação de concorrência. O comentário é prescritivo e associa a escrita, como em exemplos anteriores, ao que é chamado de “padrão culto da língua”. Novamente, a exposição trata como mudança aquilo que, no meio acadêmico, mais especificamente, entre os sociolinguistas, é definido como variação.

Com a mudança do quadro dos pronomes pessoais no português brasileiro, algumas formas estão desaparecendo, como **o**, **a**, sendo substituídos por **lhe**, como no caso abaixo [Não *lhe* conheço]. Na escrita, entretanto, prefira “não **o** conheço”, pois o pronome “*lhe*” funciona, no padrão culto da língua, como objeto indireto e o verbo *conhecer* pede objeto direto (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 30, grifo do autor).

O enunciado (14) é uma espécie de folclore em torno da língua e em torno de Jânio Quadros, ex-presidente do Brasil conhecido por suas frases de efeito e por sua erudição, e não configura um uso típico do português brasileiro. Conforme apontamos anteriormente, há, no Brasil, a perda progressiva da ênclise, o que favorece enunciados como *o fiz porque quis* (com

o pronome proclítico), *fiz porque quis* (sem o emprego do clítico) e *fiz isso porque quis* (com um demonstrativo como acusativo). No comentário, a primeira ênclise é mantida e a segunda é corrigida, porque, de acordo com o enunciador do discurso de *Menas*, é assim no “padrão culto brasileiro da língua” dominado quase que exclusivamente por gramáticos normativos:

Esta frase, atribuída ao ex-presidente Jânio Quadros, provavelmente nunca foi dita por ele, afinal Jânio era um gramático normativista e sabia que, no padrão culto brasileiro da língua, a conjunção “porque” atrai o pronome oblíquo para junto de si. Por isso, Jânio diria: “fí-lo porque o quis” (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 31).

Entre todas as ocorrências relacionadas a empregos de pronomes em *Erros nossos de cada dia*, cerca de dez quadros do painel, apenas duas podem ser consideradas como pertencentes a variedades menos prestigiadas:

(15) Eu estou fora de si.

(16) Vamos se ver amanhã?

Com relação à concordância nominal, dois quadros, especificamente, interessam para o que nos propomos aqui:

(17) Quero duzentas gramas de presunto.

(18) Quebrei meu óculos.

Os enunciados acima são acompanhados de comentários que preconizam “as formas corretas” no “padrão culto da língua”, isto é, indicam que *gramas* pertence ao gênero masculino e que *óculos* é uma palavra sempre plural, respectivamente. A nosso ver, apenas (17) é representativo de uma variedade um pouco estigmatizada. Por sua vez, (18) recobre boa parte das variedades de prestígio, é de uso praticamente geral. Toda a manobra para difusão e imposição do emprego de *óculos* como um substantivo masculino plural, por parte dos aparelhos de referência, é insuficiente, visto que, semanticamente, *óculos* denota uma única unidade, sendo assim, se o objeto é considerado como uma unidade, a lógica linguística dos usuários da língua designa que ele só pode ser referido no singular.

Outros enunciados expostos na mostra, sem que fosse considerada a lógica linguística dos brasileiros, dizem respeito ao emprego do pronome indefinido *menos* e do advérbio *meio*.

(19) Há menos pessoas aqui do que ontem.

(20) Ela ficou meia cansada.

Os comentários que acompanham (19) e (20) fazem remissão ao “padrão culto da língua” e à invariabilidade das palavras pertencentes à classe dos pronomes indefinidos e dos advérbios. Nesses comentários, não há qualquer menção ao fato de que palavras da mesma classe gramatical podem apresentar comportamentos sintáticos diferentes.

O enunciado (19), especificamente, dá nome à exposição temporária, *Menas: o certo do errado, o errado do certo*. Esse nome retira a palavra *menas* do contexto real de uso em que ela ocorreria, a saber, diante de substantivos de gênero feminino, tal como exemplificado em (19). Nesse sentido, a mostra, seus curadores e, por extensão, o museu erram (sem aspas) por veicularem algo que, por ora, não configura um uso linguístico efetivo por parte dos brasileiros. Além disso, decorre do nome dado à mostra o efeito de sentido de colocar *menas* em relevo, como sendo uma palavra “imprópria”, “inadequada” e “incorreta”, tal como ela é apresentada no texto de apresentação da exposição.

Questões de regência e flexão verbais também ocupam parte dos quadros do painel. Para o museu, “modernamente”, os brasileiros falam (21), mas não o escrevem.

(21) Vamos no jogo amanhã?

Em uma rápida pesquisa em um *site* de buscas, restrita a páginas do Brasil, foram encontradas 5.710.000 ocorrências para o parâmetro “vamos ao” contra 7.890.000 para o parâmetro “vamos no”, o que, de alguma maneira, assegura a coexistência de ambas as formas na escrita.

No comentário a (21), há a indicação de que “a preposição *a* indica com mais clareza o ponto para o qual nos deslocamos” (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 30). Acreditamos que se essa preposição fosse, efetivamente, mais clara, ela não seria preterida em algumas variedades do português do Brasil.

Os enunciados sobre flexão verbal também oscilam entre formas mais estigmatizadas, como (22), menos estigmatizadas, tal como exemplificadas em (23) e formas totalmente aceitas na variedade mais próxima da norma considerada padrão, exemplificadas em (24).

(22) Espero que seja bom pra você.

(23) Ele vai vim para a exposição.

(24) Eu explodo de raiva.

O tratamento conferido aos usos de (22) e (23) reafirmam seu não pertencimento à “norma culta”. Quanto a (24), reproduzimos o comentário que o acompanha:

Muitos gramáticos e dicionaristas consideram que “explodir” é verbo defectivo, que, como tal, não deve ser usado na primeira pessoa do singular do presente do indicativo. *Para eles*, numa situação como essa, o *ideal* – no padrão culto da língua – *seria dizer* algo como “eu estou explodindo de raiva”. Mostrando que a língua muda, o Houaiss e outros gramáticos já admitem a forma “explodo” (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 33, grifo nosso).

O Museu da Língua Portuguesa parece querer se eximir de qualquer responsabilidade pela prescrição ou não de *explodo*. O ponto de vista de “muitos gramáticos e dicionaristas” é apresentado e ocupa dois terços da extensão do comentário. Em seguida, para mostrar que a língua muda, afirma-se que Houaiss e outros gramáticos admitem a forma *explodo*. Apenas aparentemente o museu se exime da responsabilidade, visto que (24) pertence a um conjunto de ocorrências linguísticas denominadas como “erros”.

Na fala, não há “erro”, há variação. Na escrita, a variação é resultado da incorporação de ocorrências da fala. Em nossas análises, consideramos que os enunciados analisados até aqui ocorrem tanto na fala quanto na escrita dos brasileiros. Para esses enunciados, pode-se falar em variação linguística. Nos enunciados restritos à escrita que analisaremos a seguir, não se pode falar em variação, visto que as variações da representação escrita, decorrentes de variações fonético-fonológicas, são registradas nos dicionários como formas pertencentes às variantes oficiais, as quais não têm lugar na instalação em questão.

No painel, as ocorrências que remetem a questões exclusivas da modalidade escrita da língua são maioria, cerca de quarenta e quatro dos cem quadros. Como elas não configuram um aspecto de variação linguística propriamente dita do português do Brasil, vamos apresentá-las brevemente com o intuito de reforçar nossa hipótese de que, a partir da perspectiva teórica da Sociolinguística Variacionista, a representação que o museu faz do que seja variação é equivocada, visto que ocorrências de naturezas muito diversas são classificadas genericamente de “erros”, além do fato de a instituição tomar como língua a modalidade escrita da língua.

Os quadros que exploram questões ortográficas podem ser separados em três grupos: o primeiro grupo explora homônimos heterógrafos e parônimos; o segundo grupo aborda o emprego da crase; e o terceiro grupo, desvios das normas ortográficas, sendo, alguns deles, caracterizadores de uma variante oral estigmatizada.

São pertencentes ao primeiro grupo frases como:

- (25) A liminar foi caçada pela desembargadora.
- (26) Ninguém tem o direito de me taxar de corrupto.
- (27) Alguns parlamentares querem discriminar o uso de drogas.
- (28) Aquelas casas germinadas até que ficaram bonitas.

Os comentários que acompanham esses enunciados apresentam o par de palavras e seus respectivos significados. Em função dos limites deste trabalho, citaremos um deles como forma de exemplificar.

Caçar e cassar são homônimos, mantendo sentidos diferentes. Caçar é “sair à caça”, e a desembargadora não deve ter abatido a liminar a tiros. Cassar é “suspender os efeitos de uma ação”. Nossa desembargadora foi por aqui: “a liminar foi cassada pela desembargadora” (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 27).

Entre os quadros que recobrem inadequações quanto ao emprego da crase, recortamos:

- (29) À partir de maio, volta a fazer frio.
- (30) De segunda à sábado, succulenta feijoada.
- (31) Tudo na loja era vendido à prazo.

Nessas três frases, os comentários que as acompanham reiteram a regra para o emprego da crase e apresentam a forma adequada de acordo com a ortografia da língua portuguesa.

Os enunciados de (32) a (38) são alguns exemplos do terceiro grupo.

- (32) Fiz uma festa beneficente.
- (33) Ele sempre fez o que quiz.
- (34) Sem adevogado não se faz justiça.
- (35) Não se esqueça de incluir a data no cabeçário da prova.
- (36) Aja paciência para tantas exceções!
- (37) É preciso colocar fim aos privilégios.
- (38) A questão não tem nada haver com você.

É conveniente destacar que, assim como a representação de língua portuguesa usada no Brasil adotada pelo museu em *Erros nossos de cada dia* e, por extensão, na exposição temporária *Menas*, é idealizada, como se essa língua fosse, de fato, o conjunto das normas reunidas nas gramáticas normativas e não o conjunto dos comportamentos linguísticos de seus

usuários, a representação que a instituição faz da variante popular tampouco se aproxima das realizações reais. Parecem-nos inconsistentes fatos como um indivíduo trocar *cabeçalho* por *cabecário* e empregar a forma pronominal do verbo *esquecer*, tal como exemplificado em (35); enganar-se com relação à grafia do verbo *haver* no presente do subjuntivo, mas não com relação à grafia de *exceções*, como em (36); ou ainda, escrever/dizer (37), mas não *colocar fim nos privilégios*.

Em conformidade com o que afirmamos anteriormente, as frases reunidas no grupo três apresentam questões restritas à ortografia, mas, entre elas, há palavras que, quando são ditas, caracterizam, mesmo que minimamente, uma variante estigmatizada. Essas palavras são encontradas em (32), (34), (35) e (37).

Além de todas as ocorrências que relacionamos acima, ainda há espaço na instalação para enunciados, tais como:

(39) Polícia procura padre sequestrado pela internet.

(40) Pode me incluir fora dessa!

Na mostra, (39) é classificado como um enunciado ambíguo, classificação da qual discordamos. Um brasileiro que leia (39) automaticamente aciona seu conhecimento de mundo a respeito de sequestros e do funcionamento da internet, logo, interpreta a frase de maneira lógica: polícia procura pela internet padre sequestrado. Não vemos razões para que (39) faça parte daquilo que o museu denomina como sendo “erros nossos de cada dia”.

O enunciado (40) é o bordão usado por uma personagem de um programa humorístico de televisão quando quer ser excluída de alguma coisa que lhe parece ser uma cilada. Os bordões são bastante comuns no meio humorístico e sua repetição gera um efeito cômico. Não raramente, os bordões alcançam as ruas. Na instalação que analisamos, o bordão, assim como uma série de usos linguísticos legítimos do português brasileiro, não escapa ao olhar censurador e prescritivista que é adotado no museu: “incluir fora é uma combinação sintática que deve ser evitada” (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 33).

Como nossas análises procuraram mostrar, em *Erros nossos de cada dia*, há um discurso da norma, regido pelo traço /+ Unidade/, que procura manter uma situação de dominação daquilo que se convencionou chamar de norma culta no Brasil, foi codificada nos manuais de gramática normativa e dicionários no século XIX e é confundida com a língua.

Se considerada a partir da perspectiva da Sociolinguística Variacionista, a instalação apresenta uma série de equívocos. Reúne sob a definição genérica de “erros” uma série de

usos linguísticos de diferentes ordens; define como mudança aspectos ligados à variação linguística; é incapaz de discernir o que é marcado do que é não marcado no português do Brasil; assume uma definição de língua como um conjunto de normas gramaticais; apresenta construções que sequer constituem exemplos dos usos efetivos que os brasileiros fazem da língua; e comentários que não se limitam a reconhecer que há construções sintáticas em situação de concorrência no português brasileiro, mas são prescritivos.

Além disso, por meio dos comentários que acompanham os “usos”, há um tom de “desdém” e de “menosprezo” com relação às formas que a exposição trata como não sendo pertencentes à norma culta. Isso se dá, por exemplo, pela insistência no fato de que essas formas são encontradas na “linguagem coloquial”, “familiar” ou “popular”, denominações que, em alguma medida, as situam às margens daquilo que a exposição e, por extensão o museu, concebem como sendo a língua portuguesa.

A partir da análise dessa instalação, acreditamos que é possível assumir que o Museu da Língua Portuguesa é mais um aparelho de difusão e imposição da norma padrão em nosso país, assim como a escola, as colunas de jornal, os manuais de redação e a Academia Brasileira de Letras. Diferentemente dos demais aparelhos, emerge da prática discursiva do museu um *ethos* democrático no tratamento dos fatos linguísticos, na medida em que expõe questões relacionadas à variação e tenta incorporar uma multiplicidade de vozes sobre questões linguísticas, apesar de fazê-lo de maneira bastante enviesada.

7.2.3 *Jogo do certo e do errado*

Jogo do certo e do errado é uma instalação que conta com computadores dotados de tecnologia *touch screen*, por meio dos quais os visitantes são levados a responder quinze perguntas e escolher, entre três ou quatro alternativas, aquela que lhes pareça “mais correta”. Em seguida, o jogo informa sobre a porcentagem de visitantes que fizeram a mesma opção até aquele momento e sobre o fato de que todas as alternativas estão corretas.

Assim como ocorre em *Erros nossos de cada dia*, há uma distância entre a forma como a instalação é apresentada e como ela, de fato, é. Embora o título, *Jogo do certo e do errado*, atualize uma perspectiva bastante tradicional que costuma separar os fatos linguísticos em “certos” e “errados”, no texto de apresentação da instalação, o enunciador do discurso procura, em certa medida, distanciar-se dessa perspectiva, por meio de perguntas retóricas no início do texto:

Certo ou errado?

Será que só existem essas duas possibilidades?

A que parâmetros recorreremos para responder a estas questões?

O português brasileiro, como todas as línguas, tem suas regularidades e seus desvios, suas adequações e suas inadequações. E a brincadeira aqui é transitar entre eles, apontando respostas e aguçando nossa capacidade de perceber os limites entre o que pertence ou não à norma culta, a dita língua padrão.

Os chamados “erros” de linguagem se dão, muitas vezes, porque escolhemos um registro linguístico incompatível com a situação de comunicação.

Acontece que há também deslizos de outra natureza: por exemplo, lexicais, quando escolhemos uma palavra em lugar de outra mais adequada, ou semânticos, quando atribuímos a uma palavra ou expressão um sentido não compartilhado pela sociedade. Ainda existem “erros” mais amplos, de construção do texto, o que afeta a língua enquanto discurso.

Aqui, daremos atenção especial às questões estritamente gramaticais. Durante a exposição, os demais “erros” irão aparecer aos poucos.

Estão dadas as cartas, agora é só jogar!!!

Ao mesmo tempo em que questiona a existência de apenas duas possibilidades para a consideração dos fatos linguísticos, o certo e o errado, o enunciador do discurso atualiza um posicionamento que volta a recair sobre essa dicotomia, ao afirmar que o jogo pretende aguçar, a respeito do português brasileiro, “nossa capacidade de perceber os limites entre o que pertence ou não à norma culta, a dita língua padrão”. Para o enunciador do discurso de *Menas* e, por extensão, do Museu da Língua Portuguesa, há, em matéria de linguagem, algo que não pertence à norma culta, ou melhor, à língua, adjetivada como padrão.

Em conformidade com o que apontamos no início deste capítulo, também emerge, nesse texto, um *ethos* democrático, em função de o fiador do discurso procurar fazer convergir dizeres sobre o português brasileiro que, principalmente, no meio acadêmico, não são convergentes, mas também em função de que esse *ethos* parece mover-se entre um posicionamento e outro, sem fixar-se, conquistando assim, a incorporação do público heterogêneo que frequenta o museu.

Nossa leitura a respeito do *ethos* democrático também pode ser validada por meio da forma como o enunciador do discurso se refere aos “erros”. No texto de apresentação da instalação que reproduzimos, embora as ocorrências dessa palavra estejam entre aspas, como se o enunciador do discurso quisesse manter à distância um posicionamento mais tradicional/dicotômico com relação às questões de linguagem, elas aparecem em número de três, além da retomada por “deslizos”, sem aspas. Essa repetição tem como efeito de sentido reiterar a existência de fatos linguísticos que estão à margem daquilo que se concebe, no interior da instituição, como sendo a língua.

Apesar de revestir-se de um caráter lúdico, visto que os visitantes são convidados a manipular as telas, responder questões, colocar em jogo seu conhecimento explícito sobre o

português brasileiro e, de certa forma, “frustrar” sua expectativa com relação ao próprio “erro” ou “acerto”, já que todas as alternativas do jogo são respostas satisfatórias para a pergunta, a instalação contém enunciados prescritivos apoiados em aparelhos de referência.

Analisaremos algumas questões que compõem o *Jogo do certo e do errado* como forma de, minimamente, demonstrar a distância entre a apresentação que se faz da instalação e como ela é. Reproduzimos, a seguir, a pergunta de número dois que compõe o jogo (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 42):

Imagine que, um dia, por brincadeira, você resolva pedir uma pizza por escrito. A frase correta, do ponto de vista ortográfico, é:

- a) Gostaria de uma pizza de *mozzarella*.
- b) Gostaria de uma pizza de *mozarela*.
- c) Gostaria de uma pizza de *muçarela*.

Ao selecionar, por exemplo, a alternativa *a*, a próxima tela do jogo contém, em destaque, a frase “A resposta está correta” seguida da explicação: “O queijo napolitano que recheia as tradicionais pizzas brasileiras pode ser grafado como em italiano: *mozzarella*. É o que chamamos de estrangeirismo.” Ao lado dessa explicação, está disposto o seguinte texto:

Mas você sabia que:

Todas as grafias estão corretas. O estranho é a grafia “mussarela” – tão corriqueira nos cardápios das pizzarias – não aparecer na última edição do *VOLP*, o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, editado pela Academia Brasileira de Letras em 2009. É o *VOLP* que serve de referência para os dicionários produzirem suas obras (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 45).

Caso o visitante selecionasse a alternativa *b* ou a alternativa *c*, as explicações seriam, respectivamente, “Os dicionários registram a forma ‘mozarela’ como aportuguesamento de *mozzarella*” e “A grafia ‘muçarela’, embora incomum, também está registrada nos dicionários”, seguidas do mesmo texto em torno da grafia “mussarela”.

O *ethos* democrático emerge, nessa pergunta do jogo, por meio do estranhamento diante de uma grafia tão comum do queijo napolitano, “mussarela”, não constar do *VOLP*, ao mesmo tempo em que autoriza como corretas, do ponto de vista ortográfico, apenas as grafias “mozzarella”, “mozarela” e “muçarela”.

A forma como o jogo está organizado, apenas aparentemente, faz transparecer certa flexibilidade. Ao apropriar-se de seu mecanismo de funcionamento, o visitante, certamente, confirmará, por meio do jogo, a informação de que “mussarela” é um “erro”, não faz parte da obra que serve de referência para os lexicógrafos e, portanto, não pertence à norma dita culta.

A ocorrência de “estrangeirismo” na explicação à alternativa *a*, por sua vez, coloca em cena certa diferença no tratamento discursivo dos eixos a partir dos quais organizamos nossa análise. No eixo centrado na relação entre a língua usada no Brasil e a língua usada em Portugal e suas respectivas histórias, conforme apontamos no capítulo 6, por meio de um *ethos* mítico, fala-se em “incorporação” e “importação” de palavras de outras línguas, associadas a progresso, exceto com relação às palavras de origem indígena e africana, porque a construção de uma identidade nacional e, conseqüentemente, de uma representação para a língua portuguesa usada no Brasil, nos espaços expositivos em questão, se dá profundamente associada a uma história que tem certa tradição. No eixo centrado nas variedades do português brasileiro, como é o caso da exposição temporária *Menas*, por meio de um *ethos* ufanista, o elemento “estrangeiro” será rejeitado, em função do Outro que, nesse caso é o local, com o qual o museu precisa dialogar para constituir seu discurso sobre a língua portuguesa.

A questão do emprego de palavras oriundas de outras línguas também aparece na pergunta de número nove (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 43):

Muitas palavras chegaram ao Português vindas de outros idiomas – como “futebol” (do inglês *football*) e “abajour” (do francês *abat-jour*) – e, à medida que começaram a ser mais usadas, tiveram sua grafia aportuguesada. Qual das palavras abaixo está correta, pois já foi aportuguesada e, portanto, não precisa mais ser escrita em inglês?

- A) roque (em lugar de *rock*)
- B) eslaide (em lugar de *slide*)
- C) uísque (em lugar de *whisky*)

Após a seleção de uma das alternativas pelo visitante da mostra, a explicação é a de que roque, eslaide e uísque são palavras que constam do *VOLP*. Por meio de um enunciado claramente prescritivo, afirma-se que as palavras *rock*, *slide* e *wiskhy* já foram aportuguesadas e, portanto, “não precisam mais ser escritas em inglês” (grifo nosso). Contrariamente ao que determina *Menas*, o uso efetivo que os brasileiros fazem desses vocábulos, referenda a grafia das mesmas palavras tal como em inglês. Em uma rápida pesquisa, restrita a páginas do Brasil, o site de buscas Google traz cerca de 4.270.000 resultados para roque relacionados, em sua maioria, ao nome próprio Roque e a uma jogada de xadrez. Eslaide apresenta 2.660 resultados contra 3.620.000 resultados para slide. E, com relação a uísque/whisky, a diferença entre os resultados para a grafia considerada um estrangeirismo e para a grafia aportuguesada chega a 1.049.000.

Além de questões relacionadas à ortografia, o *Jogo do certo e do errado* também apresenta questões relacionadas à colocação pronominal, à concordância nominal, à

conjugação verbal, à formação do plural de nomes terminados em -ão e à ambiguidade, entre outras.

Na pergunta de número oito (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 43, grifo do autor), para citar apenas mais um exemplo, o emprego dos pronomes pessoais é tematizado assim:

Os pronomes pessoais em Português podem trazer dificuldade aos usuários da língua, pois há diferenças entre seu emprego na língua falada informal e na língua escrita formal. Aponte o fragmento a seguir em que o pronome em negrito está em desacordo com a norma culta padrão e, portanto, incorreto:

- a) Aquele carro? Compre **ele** para mim.
- b) Isto é um problema entre você e **eu**.
- c) Ela torceu para **mim** ganhar na loteria.

As respostas para as alternativas, evidentemente, prescrevem o emprego do pronome oblíquo “o” na função de objeto direto; o emprego de pronome oblíquo tônico depois de preposição; e o emprego do pronome pessoal do caso reto “eu” como sujeito. Ao lado da explicação dada à alternativa selecionada pelo visitante, é disposto o texto:

Mas você sabia que:

Embora em todas as frases os pronomes tenham sido empregados em desacordo com a norma culta, esses usos são muito comuns na linguagem popular. Na música popular brasileira, por exemplo, há diversos casos em que, ou para aumentar o efeito de verdade ou para garantir a musicalidade do texto, alguns “erros” se tornam grandes acertos e, por isso, caem na boca do povo (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 47).

Também com relação ao emprego dos pronomes pessoais transparece um fiador do discurso que parece pretender não se fixar em um dos polos tradicionalmente mobilizados na consideração dos fatos linguísticos. Trata-se de um indivíduo capaz de “ensinar” norma padrão e reconhecer a existência de outros usos. Entretanto, embora o enunciador do discurso reconheça que os usos “em desacordo com a norma culta” sejam comuns na “linguagem popular” e na música popular brasileira, apenas as ocorrências referentes à linguagem popular carecem de correção.

Como procuraremos mostrar por meio da análise da instalação *Biblioteca de Babel*, em que usos linguísticos cotidianos estão circunscritos aos campos artístico e literário, esses usos são alçados à categoria de “grandes acertos” e não sofrem qualquer sanção negativa no interior do Museu da Língua Portuguesa, diferentemente do que ocorre com relação às formas linguísticas que não são produzidas sob o regime da “licença poética”, amplamente exploradas em *Erros nossos de cada dia*.

7.2.4 Biblioteca de Babel

A instalação *Biblioteca de Babel* é formada por biombos com uma pintura que lembra a organização tradicional de uma biblioteca, com livros dispostos em estantes, e por espaços decorados com objetos do ambiente doméstico, entre os quais, são expostos fragmentos de textos de escritores e compositores que vão de Gregório de Matos a Gilberto Gil, “que se valem das palavras de forma livre, ampliando seus sentidos, brincando com suas letras” (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 52).

Esses fragmentos ora ocupam as páginas de um livro aberto e disposto sobre um suporte localizado em cima de um baú, ora estão em pratos, quadros e pôsteres fixados nas paredes, ora são apresentados como a imagem de uma televisão, ora são estampados em camisetas dependuradas em cabides, entre outras formas.

Entre esses fragmentos, para citar apenas alguns exemplos, estão: um excerto do poema *Balada de amor através das idades*, de Carlos Drummond de Andrade⁵⁵; uma estrofe de *Catar feijão*, poema de João Cabral de Melo Neto⁵⁶; a letra da canção *Ói nós aqui traveis*, de Geraldo Blouta e Lourival Peixoto⁵⁷; parte da letra da canção *O quereres*, de Caetano Veloso⁵⁸ e o seguinte trecho de uma crônica de Machado de Assis, publicada em *A semana*: “Em matéria de língua, quem quer tudo muito explicado, arrisca-se a não explicar nada”.

⁵⁵ “Eu te gosto, você me gosta/desde tempos imemoriais./Eu era grego, você troiana,/troiana, mas não Helena./Saí do cavalo de pau/para matar seu irmão./Matei, brigamos, morremos.”

⁵⁶ “Catar feijão se limita com escrever:/joga-se os grãos na água do alguidar/e as palavras na folha de papel;/e depois, joga-se fora o que boiar./Certo, toda palavra boiará no papel,/água congelada, por chumbo seu verbo:/pois para catar esse feijão, soprar nele,/e jogar fora o leve e oco, palha e eco.”

⁵⁷ “Voceis pensam que nós fumos embora,/Nóis enganemu voceis/Fingimu que fumos e vortemos/Ói nós aqui traveis!/Nóis tava indo,/Tava quase lá,/E arresorvemu,/Vortemos prá cá,/Agora, nós vai ficar fregueis,/Ói nós aqui traveis.”

⁵⁸ “O quereres e o estares sempre a fim/Do que em mim é em mim tão desigual/Faz-me querer-te bem, querer-te mal/Bem a ti, mal ao quereres assim/Infinitivamente pessoal/E eu querendo querer-te sem ter fim/E, querendo-te, aprender o total/Do querer que há, e do que não há em mim.”

Fotografia 9 – Biblioteca de Babel



Fonte: Menas... (2010).

A forma de organização da instalação parece querer deslocar os fragmentos artísticos e literários citados dos suportes por meio dos quais tradicionalmente circulam e inseri-los em contextos mais cotidianos. Em certa medida, *Biblioteca de Babel* procura aproximar a língua literária da variedade popular, não só por meio da escolha dos fragmentos textuais que figuram no espaço expositivo, mas também pelos suportes que passam a ocupar.

Trata-se de um espaço expositivo cuja visita é minimamente dirigida, ou seja, o único texto explicativo refere-se à apresentação da instalação. De fato, nessa instalação, o português brasileiro é apresentado aos visitantes, por si só, como um objeto cultural.

Enquanto em *Erros nossos de cada dia*, em que diversos usos linguísticos cotidianos são acompanhados de comentários, em sua maioria, prescritivos, em *Biblioteca de Babel*, a ausência de destaque nos usos de escritores, poetas e compositores que “extrapolam” a norma dita padrão tem como efeito de sentido legitimar apenas esses usos, e não todos os demais expostos na mostra, porque pertencem aos campos artístico e literário e conferem “expressividade” à língua portuguesa.

No texto de apresentação da instalação, os fragmentos expostos são descritos como sendo resultado da “criatividade dos grandes artistas”, são “possibilidades poéticas do

português brasileiro”, e o visitante é convidado a “vê-los”, lê-los” e “apreciá-los”, mas não a julgá-los como “certos” ou “errados”. Como apenas um grupo bem definido – tradicionalmente associado ao “bom uso” da língua – pode fazer uso de formas linguísticas consideradas mais populares sem sofrer qualquer tipo de desaprovação no interior do Museu da Língua Portuguesa, podemos afirmar que *Biblioteca de Babel* sustenta-se por meio do traço /+ Restrição/.

A justificativa atribuída ao título da instalação, *Biblioteca de Babel*, é reveladora da força do traço /+ Heterogeneidade/ nessa parte de *Menas*, visto que o “estruturado”, o “ordenado”, o “previsível” convive com o “imprevisível”, o “criativo”, o “poético”, mas não com aquilo que, em outra parte da exposição, foi definido genericamente como “erro”:

“Biblioteca” pressupõe organização, ideias no lugar, o já sabido; “Babel” é o avesso disso tudo, é a desordem criativa, o não sabido. *Biblioteca de Babel* é uma expressão poderosa, que capta a língua portuguesa no que ela tem de estruturado, ordenado, previsível, convivendo com o imprevisível, o criativo, o poético (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 52).

7.2.5 *Norma, a camaleoa*

Norma, a camaleoa é o título dado à instalação em que é apresentado um vídeo em que a atriz Alessandra Colassanti, filha dos escritores Affonso Romano de Sant’Anna e Marina Colassanti, interpreta quatro personagens: Norma Helena, Norma Brigitte, Norma Lígia e Norma Maria. Na perspectiva dos curadores da exposição, cada personagem representa “cada um dos sistemas de nossa língua”: o gramatical, o lexical, o semântico e o discursivo, respectivamente.

Por meio de enunciados como, por exemplo, “São quatro personagens em uma só;” e “Mas as normas são quatro ou são uma só? As duas coisas.”, o texto de apresentação de *Norma, a camaleoa*, estabelece um jogo entre o múltiplo e o uno, o linguístico e o gramatical na consideração dos fatos linguísticos, cujo efeito de sentido é, também, a emergência de um *ethos* democrático. Personificado em quatro personagens que conversam, provocam e ouvem umas às outras, o fiador do discurso pode ser visto como sendo capaz de dizer a língua a partir de diferentes perspectivas sem que essas perspectivas pareçam excludentes, mas complementares.

Além disso, por meio da estrutura modalizada “pode ser”, o texto de apresentação do vídeo procura ampliar a definição de norma que, muito frequentemente, é mobilizada pelo senso comum. Embora essa questão pareça bastante interessante, visto que, em alguma medida, o enunciador do discurso da exposição temporária procura romper com uma

definição mais tradicional de norma, os eixos a partir dos quais os fatos linguísticos serão considerados no vídeo também serão denominados de norma, o que, a nosso ver, contribui para que o discurso de *Menas* e, conseqüentemente, do Museu da Língua Portuguesa não se desvincule totalmente da formação discursiva sobre o bom uso da língua.

Norma pode ser regra, padrão, princípio. Pode ser lei, costume, modelo. Desde crianças, a partir do momento em que aprendemos uma língua, percebemos que há usos adequados a cada situação de comunicação, que existem palavras que inventamos, que há sentidos que estão escondidos, que existem várias maneiras de encadear ideias para formar um discurso.

Por isso, podemos falar de quatro normas. Ou quatro Normas. Norma Helena, a norma gramatical, com os usos cultos e populares da língua. Norma Brigitte, a norma lexical, com as discussões sobre o sentido preciso das palavras. Norma Lígia, a norma semântica, com os significados implícitos e explícitos. E Norma Maria, a norma discursiva, com tudo isso e mais um pouco.

Em outras palavras, os aspectos linguísticos lexicais, semânticos e discursivos, têm lugar no interior do museu, mas são ressignificados como sendo “normas” e, por isso, estão submetidos a uma grade de leitura um tanto prescritiva.

O título dado ao vídeo também contribui para essa interpretação, já que faz referência a uma espécie de lagarto que troca de cor. Em certa medida, a “Norma” retratada se reveste de cores diferentes, ou seja, parece assumir diversos posicionamentos com relação à língua portuguesa, pode ser identificada como Helena, Lígia, Brigitte e Maria, mas não deixa de ser “norma”.

No vídeo, com duração de aproximadamente dez minutos, as quatro personagens encontram-se, ocasionalmente, no banheiro da exposição e, diante do espelho, conversam, entre outros temas, sobre a língua portuguesa.

Fotografia 10 – Norma, a camaleoa



Fonte: Produção nossa.

A seguir, reproduzimos o conteúdo do vídeo, tal como transcrito no catálogo da exposição (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 67-74, grifo do autor). Por se tratar de um texto relativamente extenso, optamos por não transcrevê-lo sob a forma de citação longa.

Ouvimos o barulho de água pingando da torneira. Norma Helena está na frente do espelho. Ela tira um recipiente de pequeno porte com perfume. Passa no pescoço e nos pulsos.

Norma Helena – Onde eu vim parar! Uma exposição sobre língua portuguesa chamada MENAS?! Só pode ser piada... E de mau gosto!

Guarda os objetos dentro da bolsa novamente. Norma Lígia entre em cena. Norma Brigitte também.

Norma Lígia – Quem diria, a língua do povo virou exposição... Antes tarde do que nunca.

Norma Helena – Você está maluca? Esta exposição relativiza erros do português e você isso acha certo? Nossa língua é muito complexa e as pessoas precisam aprender a falar e escrever direito, com todas as regras. Gramática, minha filha!

Norma Brigitte e Lígia prestam atenção em Helena. Já entenderam que com ela não tem meio-termo. Só o que está de acordo com a norma gramatical está correto.

Norma Brigitte – As pessoas têm essa ideia de que o português é difícil. Mas isso é uma bobagem. Só prejudica o aprendizado da língua.

Norma Helena – É uma questão de educação. Quem não tem acesso a uma boa educação não sabe falar e escrever. Isso é um fato.

Norma Lígia se olha no espelho, passa um batom. Norma Brigitte deixa claro que, para a norma lexical, os falantes de uma língua constroem seu vocabulário.

Norma Brigitte – Pelo amor de Deus, não existe língua difícil, senão ninguém falava húngaro, chinês ou guarani. E essas línguas são faladas por milhares de pessoas, inclusive por gente que não sabe ler nem escrever.

Norma Maria entra no banheiro falando ao celular.

Norma Maria (fala ao fundo, entreouvada durante o diálogo) – Menino, você não sabe da maior, isso aqui tá ótimo. Boca livre total, champanhe de graça, comida grã-fina, uma beleza!!!

Norma Lígia entra na conversa.

Norma Lígia – Elas sabem a língua, do jeito delas.

Norma Helena olha para Norma Brigitte.

Norma Helena – Olha só, como é o seu nome?

Norma Brigitte – É Norma. Norma Brigitte.

Norma Helena – Então presta atenção no que eu estou falando: não existe o sem-terra? Então também existe o sem-língua! É preciso fazer a distribuição da língua portuguesa por meio da escola. Dar a língua aos sem-língua!

Norma Brigitte ajeita o chapéu. Norma Lígia entra na cabine do banheiro. Norma Maria vai em direção à pia para lavar a mão. Segura o celular com o ombro, um pouco atrapalhada. Norma Lígia sai da cabine e vai em direção à pia.

Norma Lígia – Gente, vocês repararam naquele cara de camisa verde com um chapéu panamá? Acho que conheço ele de algum lugar. Ele é o curador da exposição?

Norma Maria – Não sei. Não conheço ele, não.

Norma Helena – Não o conheço.

Norma Brigitte – Eu também não.

Norma Helena – Falei “não o conheço”, que é a maneira certa de falar. Não é: “não conheço ele”. Até porque não foi isso que eu quis dizer. Eu o conheço. Ele é primo de uma amiga minha do clube.

Norma Maria desamarra seu lenço preso no pescoço, ajeita-o e amarra de novo, alheia à discussão.

Norma Brigitte (para Norma Helena) – Se ela tivesse escrevendo uma carta, sei lá, pro Papa, aí sim teria que usar o pronome oblíquo, mas falando?! Me poupe!

Norma Helena – Olha, você sabe o que é um pronome oblíquo! Já é alguma coisa, pelo menos não é uma sem-língua...

Norma Lígia – Mas todo mundo tem língua. Mesmo quem não sabe escrever sabe falar português. Isso você não pode negar.

Norma Helena fica com expressão contrariada. Norma Brigitte se olha no espelho e mexe no cabelo. Norma Maria entra na conversa.

Norma Maria – Até porque o termo para definir quem não sabe escrever é analfabeto, mas não existe uma palavra pra designar quem não sabe falar. A fala é natural, a escrita não.

As quatro se arrumam na frente do espelho. Norma Brigitte tem um momento de inspiração.

Norma Brigitte – Mas é isso mesmo, a língua é mutante...

Norma Helena – A língua não é um mutante coisíssima nenhuma, ela tem regras. É pra isso que existe a gramática: fixar as regras. Por isso que aprendemos português na escola.

Norma Brigitte se olha no espelho.

Norma Brigitte – Meu cabelo tá horrível...

Norma Lígia – Relaxa... Com esse tempo, não tem cabelo que resista.

Norma Maria resolve provocar Helena.

Norma Maria (para Norma Helena) – Tá se achando a dona do português, é? Gramática não é tudo na vida, não. Ninguém manda no português, o português é do povo!

Norma Maria (para Norma Brigitte) – *Bunito*, seu cabelo!

Norma Helena – Fala direito, moça. Não é bunito, é **bonito**. E o cabelo dela pode ser muito radical, mas não é exatamente bonito.

Norma Lígia – A língua é um organismo vivo, a própria gramática aos poucos vai absorvendo os usos do que se fala.

Norma Brigitte – Como já dizia o grande Raul Seixas: “Não tem certo nem errado, todo mundo tem razão. O ponto de vista é que é o ponto da questão”.

As quatro se arrumam na frente do espelho. Norma Brigitte tem um novo *insight*.

Norma Brigitte – Taí uma coisa em que a escola tá errada: o professor às vezes obriga o aluno a falar do jeito que se escreve, brigando com quem fala *bunito*, *muleque*, *bêjo* ou *iscada*. Mas isso é um fenômeno de variação fonética, existe em toda língua.

Norma Lígia – O justo seria dizer que a pessoa pode falar *bunito*, mas tem que escrever bonito. Até porque o sentido dos dois é o mesmo.

Norma Helena – Falando em sentido, eu sinto muito, mas as coisas têm que ser exatamente como elas são.

Norma Lígia indica como a norma semântica se preocupa com os significados do que se diz e do que não se diz:

Norma Lígia – Mas a vida não é assim, a vida é uma adolescente inconstante, que muda o tempo todo para se adaptar às situações.

Norma Brigitte – É que nem a partitura de uma música, que é uma indicação, mas cada músico toca de um jeito diferente.

Norma Helena – Por favor, vocês são todas anarquistas. É preciso saber GRAMÁTICA para falar e escrever bem! É preciso seguir as REGRAS e o vocabulário certo.

Norma Brigitte – Isso não é totalmente verdade. As palavras e mesmo as estruturas gramaticais inventadas têm espaço na literatura. Eu amo Guimarães Rosa e o que o cara mais fez foi inventar palavra...

Norma Brigitte e Norma Lígia citam palavras “inventadas” por Guimarães Rosa em tom de brincadeira.

Norma Lígia – “Ufanático”, “bramosa”...

Norma Brigitte – “Chuchurro”, “mirifácia”...

Norma Lígia – “Druxo”...

Norma Brigitte – “Tutaméia”...

Norma Lígia – “Pirlimpsiquice”, “Hitlerocidade”...

Norma Brigitte – “Embriagatinhava”... Falar é muito perigoso!

Norma Lígia – Mas pode ser muito divertido também.

As quatro se arrumam na frente do espelho. Norma Lígia tem um novo *insight*.

Norma Lígia – As primeiras gramáticas do ocidente, as gregas, só foram escritas no século II antes de Cristo, mas muito antes disso já existia na Grécia uma literatura ótima e superelaborada, como a *Ilíada*, a *Odisseia*, os diálogos de Platão.

Norma Brigitte – A gramática vem depois da língua. É uma consequência da língua e não o contrário.

O telefone de Norma Maria toca. Ela tira os outros dois celulares da bolsa até achar o certo, enquanto o aparelho toca repetidamente um *ringtone* estridente.

Norma Maria – Boa noite, doutor Vieira, o senhor conseguiu checar os documentos que deixei sobre sua mesa? Claro. Exatamente. Farei isso amanhã. (pausa) Não se preocupe. Impreterivelmente. Claro. Boa noite.

Norma Maria desliga o telefone. Norma Helena olha para ela.

Norma Helena – Diga-me uma coisa: se você sabe falar direito, porque fala errado?

Norma Maria – Não tem certo e errado. Tem o adequado para cada momento. Eu não posso falar com o meu chefe, o desembargador, como eu falo com vocês. E também não preciso falar com vocês do mesmo jeito que eu falo com ele. Aqui, eu escolhi o registro popular, justamente porque estamos num banheiro. Isso é meio óbvio, não é?

Norma Lígia – Claro, são tipos diferentes de registro. O formal e o informal.

Norma Brigitte – E o banheiro é informal.

Norma Maria – E você tem que saber em que momento pode usar cada um deles. E isso é uma coisa intuitiva.

Norma Lígia – É verdade, eu escrevo livro pra criança e elas sabem direitinho quando podem falar mais livremente e quando têm que falar mais sério. Não precisa explicar.

Norma Helena – É, pode ser. Finalmente estamos concordando.

Norma Brigitte – E o legal é que isso tá bem refletido nessa exposição. Até eu consegui entender.

Norma Lígia – Que bobagem, por que você não ia entender? Quando você fala assim, fica subentendido que você nunca entende nada.

Norma Maria – O importante é saber se comunicar. Afinal, como dizia o Chacrinha, quem não se comunica...

Norma Brigitte – Se trumbica!

Norma Lígia – Falar dentro da norma culta seria um bônus, não uma obrigação. Pelo menos é assim que eu vejo.

Norma Brigitte – Até porque a norma culta de hoje também já foi diferente, a língua que falamos atualmente é uma consequência de várias línguas que formaram o português desde o início. (pausa) Preciso fazer xixi de novo.

Norma Brigitte entra na cabine do banheiro.

Norma Helena – Não foram tantas línguas assim. A base do português é o latim, que chegou com o Império Romano.

Norma Lígia – É, mas a gente tem palavras do árabe, por causa do domínio árabe sobre Portugal, tem palavras germânicas...

Norma Maria – Isso é a prova de que a língua evolui!

Norma Lígia – Não dá pra forçar uma barra, engessar a língua. Porque ela é justamente um fluxo contínuo, um rio caudaloso!

Norma Brigitte fala de dentro da cabine, dando descarga.

Norma Brigitte – Nossa, que lindo isso!

Norma Brigitte volta para a frente do espelho.

Norma Maria – Ai, meninas, o papo tá muito bom, mas eu acho que eu vou voltar lá. Quero assistir o vídeo da exposição.

Norma Helena – Assistir **ao** vídeo da exposição, você quer dizer. Ou por acaso você acha que ele está precisando de ajuda?

Norma Lígia – É que esse “assistir” transitivo direto que você usou pode significar ajudar mesmo, dar assistência...

Norma Brigitte – Ai, gente, não adianta, o professor pode obrigar o aluno a copiar quinhentas mil vezes a frase: assisti ao filme. Quando ele puser o pé fora da sala, ele vai dizer ao amigo: ainda não assisti o filme do Sherlock Holmes.

Norma Lígia – É que a gramática brasileira não sente necessidade da preposição, que era exigida na norma culta há séculos.

Norma Maria – Se você diz “o filme foi assistido” na voz passiva é porque a língua já toma o verbo como transitivo direto. É a mesma coisa que você querer falar, ainda hoje, do jeito como foi escrita a Carta do pero Vaz de Caminha...

Norma Lígia – A verdade é que saber uma língua abre horizontes, amplia as possibilidades simbólicas que uma pessoa tem pra enxergar a vida.

Norma Helena – Mas não basta saber falar. É na sintaxe dominante que são escritos os contratos e as leis, uma prova de que língua é poder.

Norma Brigitte – A gente não tá dizendo que não se deva aprender a norma culta do português. Saber as regras é ter mais opções de uso da língua, o que é importante em muitos momentos.

Norma Maria – Bom, quanto mais opções o sujeito tiver de usar a língua, mais ele vai poder se desenvolver como cidadão.

Norma Lígia – Meninas, a gente tá nesse banheiro há horas. Vamos voltar para a exposição?

Norma Maria – Puxa, eu gostei tanto de vocês. Vamos marcar de se ver outro dia?

Norma Helena – Olha, eu apesar de tudo também gostei de vocês. Mas deixa eu dizer uma coisa: nós vamos marcar de **nos** ver. “Vamos marcar de se ver” é uma mistura de pessoas na mesma frase.

Norma Brigitte – Ai, tá bom, vamos marcar de **nos** ver, então.

Todas riem.

As Normas se despedem, retirando seus acessórios, perucas e caracterização. Saem de quadro, deixando apenas a bolsa em cima da bancada.

Norma, a camaleoa, talvez, possa ser considerada como o ponto alto de *Menas*, como a instalação que, predominantemente, se sustenta por meio do traço /+ Cientificidade/, visto que coloca em cena certa oposição entre áreas da Linguística *versus* gramática normativa. Entretanto, também nessa parte da mostra temporária, há indícios de que o linguístico é convocado para fazer o prescritivo funcionar.

Enquanto Norma Helena, cujo nome remete à cultura grega, é caracterizada de forma clássica (tanto a peruca usada pela atriz quanto seu *tailleur* remetem a estilos imortalizados pela estilista francesa Coco Chanel que influenciou a moda mundial e continua sendo uma importante referência, ou melhor, uma referência que “não sai de moda”) e retratada como uma pessoa bastante segura, para quem não existe “meio termo”; o mesmo não acontece com Norma Lígia, Norma Brigitte e Norma Maria.

Norma Brigitte, por exemplo, é aquela que “até conseguiu entender” que não há certo ou errado, mas o adequado e o inadequado em função da situação comunicativa, o que para ela, “está bem refletido na exposição”. A personagem acha que seu cabelo está horrível, sensação que parece ser compartilhada por Norma Lígia, em função das condições climáticas, e que revela certa insegurança. Além disso, parte dos dizeres das duas personagens é introduzida como sendo “um momento de inspiração”, “um *insight*” e “um novo *insight*”, expressões que deslocam suas posições com relação à língua portuguesa do campo científico para uma espécie de compreensão que se dá de forma repentina, como em um momento de epifania.

Norma Maria, por sua vez, segura o celular com o ombro e tem, pelo menos, três aparelhos celulares, o que a faz parecer “um pouco atrapalhada”. Além disso, um deles possui um *ringtone* estridente, o que, em certa medida, é revelador do quanto a personagem parece inconveniente e, em outro ponto do vídeo, “alheia à discussão”. Com relação à sua caracterização, a personagem usa uma blusa com estampa de oncinha que, ora está na moda, ora está fora de moda, ou seja, não é uma estampa clássica.

Diferentemente, no catálogo da exposição (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 66, grifo nosso), a caracterização das personagens é justificada assim:

Todas elas usam um figurino básico com a mesma escala cromática, condizente com suas idades e personalidades. Elas serão melhor caracterizadas pelos acessórios, mas a roupa as mantém *neutras e semelhantes*, considerando o conceito de que todas as normas são uma só.⁵⁹

⁵⁹ Antes de prosseguirmos com a análise, gostaríamos de destacar o emprego de “serão *melhor caracterizadas* pelos acessórios”, na citação que reproduzimos, e o emprego de “Mas *deixa eu* dizer uma coisa”, surpreendentemente por Norma Helena, no final do vídeo. Assim como apontamos no capítulo 6, apesar de o

Com relação à definição de língua que toma corpo no diálogo que compõe o vídeo, embora Norma Brigitte afirme, “em um momento de inspiração” que “a língua é um mutante”, dizer sustentado pelo traço /+ Heterogeneidade/, é Norma Helena quem dá a última palavra: ela nega que a língua seja “um mutante” e justifica a existência da gramática e do ensino de português na escola em função das “regras” da língua, um dizer ancorado nos traços /+Homogeneidade/ e /+ Restrição/. Nesse momento, há uma digressão e, quando o assunto é retomado, Norma Lígia atualiza a definição de língua como um organismo vivo, ideia muito em voga no século XIX, que foi influenciada pela Biologia da época e que identificamos como sendo sustentada pelo sema /+ Idealização/. É essa personagem quem também retoma a definição de língua marcada pela heterogeneidade; no entanto, essa retomada se dá sob a forma de uma alusão à vida, mas não à língua: “Mas a vida não é assim, a vida é uma adolescente inconstante, que muda o tempo todo para se adaptar às situações”. Norma Brigitte também o faz, estabelecendo uma comparação entre as regras gramaticais e a partitura de uma música. Norma Helena reage chamando as demais personagens de “anarquistas” e afirmando que: “É preciso saber GRAMÁTICA para falar e escrever bem. É preciso seguir as REGRAS e o vocabulário certo”. Ao que Norma Brigitte responde, dizendo que “isso não é *totalmente* verdade”.

A nosso ver, o emprego do advérbio de modo, “totalmente”, por Norma Brigitte, contribui para que o dizer de Norma Helena seja tomado apenas, parcialmente, como verdadeiro e, embora pareça tender para um percurso argumentativo que, aparentemente, defenderia a existência de outras regras, diferentes das encontradas nas gramáticas normativas, que também são seguidas pelos usuários do português brasileiro, os exemplos ficam restritos ao campo literário, mais especificamente à produção de Guimarães Rosa. Assim como os sentidos que tomam corpo em *Biblioteca de Babel*, em *Norma, a camaleoa*, também serão legitimados apenas os usos “inventados” por cânones da Literatura, o que se sustenta por meio do traço /+ Restrição/.

Como estamos procurando mostrar, a pluralidade de vozes que pode definir língua nessa instalação de *Menas* contribui para a emergência de um *ethos* democrático, cujo fiador procura minimizar o conflito e sugerir que entre os diversos posicionamentos haja certa /+ Unidade/. Personificado por meio de quatro personagens, esse *ethos* é, em certa medida, fugidio, circula por entre diferentes vozes, não se fixa, procura parecer comedido, moderado.

enunciador do discurso da exposição ter adotado uma grade de leitura dos fatos de linguagem predominantemente prescritiva, sua produção linguística não foge à distância existente entre a prescrição gramatical tradicional e os usos linguísticos efetivos.

Quanto à “vantagem” de esse *ethos* facilitar a incorporação de um público heterogêneo, tal como o que frequenta o Museu da Língua Portuguesa, o fiador do discurso recorre a artistas brasileiros bastante populares, Raul Seixas e Chacrinha, como argumentos de autoridade, mas não a linguistas. A citação de Raul Seixas, adjetivado como “o grande”, por Norma Brigitte, “Não tem certo nem errado, todo mundo tem razão. O ponto de vista é que é o ponto da questão”, em certa medida, pode ser considerada, guardadas as diferenças de campo discursivo, uma espécie de paráfrase de Saussure (2006, p. 15):

Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras.

A citação de um dos bordões usados por Chacrinha, “Quem não se comunica... Se trumbica!”, feita por Norma Maria e Norma Brigitte, em um contexto em que as personagens consideram que a fala em consonância com a norma culta seria “um bônus”, não “uma obrigação”, por sua vez, parece atualizar um dos simulacros bastante estendidos que o senso comum, ou mais especificamente, o campo jornalístico, geralmente, constrói do campo da Linguística, o de que “se a mensagem comunica, é válida”. Nessa perspectiva, seria mais interessante a comunicação com todas as suas características não previstas pelas gramáticas normativas do que a não comunicação, em função da crença de que muitos falantes não dominam as normas explícitas da língua portuguesa.

Norma, a camaleoa também atualiza uma questão que aparece muito fortemente no eixo centrado na relação entre a língua usada no Brasil e a usada em Portugal e suas respectivas histórias: a centralidade do português europeu na constituição do português brasileiro e a marginalização da influência indígena e africana que, no vídeo, não é, ao menos, mencionada.

A mobilização do *ethos* democrático, nessa parte da exposição, culmina com o estabelecimento de uma relação de simpatia entre as quatro personagens que, expressam seu desejo de um novo encontro e com uma última correção feita por Norma Helena a Norma Brigitte que, de certa forma, “se rende”. Uma vez mais é Norma Helena, ou melhor, o discurso que emerge do lugar da gramática normativa que dá a última palavra.

7.2.6 Janelas abertas

Janelas abertas, última instalação de *Menas* a ser visitada, ocupou o corredor de saída da exposição que, também, dá acesso aos banheiros do primeiro andar da instituição. Nesse corredor, foram dispostos exemplos de usos da língua bastante populares, tais como os encontrados em cartazes em ruas comerciais (“Sayber Café”, “Vendas de antenas, recptores e acessórios”, “Temos milk sheyk”, “Cerviços de solda”, “Fechado p/ almoço”); em para-choques de caminhões (“A saudade è a memória do coração”, “70 passar, passe 100 atrapalhar”, “Navio imita tubarão; avião imita gavião; só meu caminho não tem imitação”, “Seja paciente na estrada para não ser paciente no hospital”); e nos mais diversos contextos pela população dos centros urbanos (“É nós na fita”, “Certo, mano?”, “Custou os olhos da cara”, “Tá dominado, tá tudo dominado”, “Para de chorar as pitangas” e “Ninguém merece”).

Assim como ocorre em *Biblioteca de Babel*, a apreensão de *Janelas abertas* pelo visitante também é minimamente orientada, e usos bastante variados do português brasileiro são apresentados, por si só, como objetos culturais.

No catálogo da mostra temporária, justifica-se essa instalação por meio da afirmação de que: “Na exposição MENAS, *abrir as janelas* é uma maneira metafórica e poética de dizer que é preciso arejar a língua, fazendo circular palavras, sons e ideias. Com criatividade e sem preconceitos.” (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 78).

Embora, à primeira vista, possa parecer que a instituição museológica tenha se rendido à língua portuguesa efetivamente em uso no Brasil, um detalhe parece situar os enunciados que compõem a instalação em uma espécie de entre-lugar, situado do lado de dentro, mas também do lado de fora do museu: as janelas abertas podem ser interpretadas como uma maneira metafórica de dizer que o exterior passa a ocupar o interior:

Da janela se vê a rua, da rua se vê ao longe. Abrimos e fechamos janelas como gestos cotidianos, para nos protegemos ou nos valermos da luz, para sentir os ares da cidade ou evitá-los, para nos aproximarmos dos barulhos externos ou nos afastarmos deles (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010, p. 78).

Com suas janelas abertas, o Museu da Língua Portuguesa permite que entre na instituição aquilo que, do ponto de vista discursivo, tem um lugar pontuado, ou mais especificamente, é aquilo que “vem da rua”, entrou no museu, mas não pertence a ele. No vídeo, Exposição “Menas” no Museu da Língua Portuguesa (2010), produzido pela revista Nova Escola, o dizer de Eduardo Calbucci, um dos curadores da mostra, sobre *Janelas abertas* também indicia essa questão: “Na maior parte das exposições que ocorreram aqui,

essas janelas estavam fechadas [...]. A língua popular vem da rua, e o museu simplesmente resolveu homenageá-la”.

7.3 Considerações finais

Em conformidade com o que afirmamos no início deste capítulo, a exposição temporária *Menas: o certo do errado, o errado do certo* foi recortada para análise, pois pode ser considerada como pertencente ao eixo de análise centrado nas variedades do português brasileiro que, no Museu da Língua Portuguesa, adquire o *status* de elemento central da identidade nacional brasileira.

Em alguma medida, a exposição coloca em destaque um forte viés prescritivista que, a nosso ver, está relacionado ao funcionamento da instituição museológica, em geral, voltado para a coleção e a conservação, embora a predominância de um *ethos* democrático procure dissimular essa característica, por meio da adoção de duas estratégias discursivas: a) a exposição de questões relacionadas à variação linguística, tomadas como “‘erros’ nossos”, em que o dêitico de primeira pessoa do plural procura circunscrever todos os usuários do português brasileiro e, assim, fortalecer o sentimento de lealdade e de coesão interna; b) o diálogo entre diferentes vozes a respeito do português brasileiro como se essas vozes fossem complementares. O intertexto da polêmica acirrada entre algumas áreas da Linguística e a gramática normativa, em certa medida, não tem espaço no museu.

Entretanto, apesar da mobilização dessas estratégias discursivas, elas não foram suficientes para que houvesse um apagamento do pertencimento, nem de *Menas*, nem do Museu da Língua Portuguesa, à *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*. A sustentação dos dizeres de *Menas* por meio dos mesmos traços semânticos que estruturam a *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa* é um indício forte desse não apagamento.

Em *Menas: o certo do errado, o errado do certo*, o aparente respeito à diversidade linguística do português brasileiro é uma questão ancorada no traço semântico /+ Heterogeneidade/. Nessa exposição temporária, há, também, a tentativa de sustentar o dizer em torno dessas variedades respaldada no traço /+ Cientificidade/, uma característica decorrente da divulgação dos estudos do campo da linguagem há cinquenta anos no país e de sua incorporação há, aproximadamente, trinta anos, pela escola. Além de /+Heterogeneidade/ e /+ Cientificidade/, os semas /+ Correção/, /+ Restrição/ e /+ Homogeneidade/ também sustentam os dizeres de *Menas*. O fato de a distribuição desses traços ocorrer de forma

desigual, com predominância de um ou mais traços em uma instalação e sua aparente inexistência em outra, é revelador do funcionamento do *ethos* democrático que procura não se fixar e, no caso específico da mostra, oscila entre um posicionamento mais “moderno” e um posicionamento mais conservador em relação ao português brasileiro.

O traço /+ Unidade/ também é centralizador do discurso de *Menas*, visto que, ao “incitar os visitantes a reconhecerem a grande diversidade de nosso idioma, os nossos vários padrões de linguagem e a importância de conhecer e dominar o padrão culto da língua portuguesa” (MATARAZZO, 2010, p. 7), a exposição, simultaneamente, reforça o sentimento de identidade nacional marcada pela diversidade. Nesse sentido, o traço /+ Unidade/ prescreve *um* padrão que deve ser conhecido e dominado por todos e também é retomado por /+ Nacionalismo/.

8 CONCLUSÃO

No início deste trabalho, nos propusemos a analisar o Museu da Língua Portuguesa, a partir da hipótese de que essa instituição poderia ser considerada uma prática discursiva a mais dentre todas as práticas pertencentes à *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*, que descrevemos/analizamos, partindo dos pressupostos teóricos de Dominique Maingueneau (2006b) em torno da noção de formação discursiva (não sem crítica a parte de seus pressupostos), e em torno da noção de semântica global (MAINGUENEAU, 2005b).

A abordagem tanto do conjunto de textos que recortamos para a descrição/análise da *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*, quanto dos espaços permanentes de exposição do Museu da Língua Portuguesa e das instalações da mostra temporária *Menas: o certo do errado, o errado do certo*, nos possibilitou obter algumas respostas a respeito do funcionamento do discurso dominante sobre a língua portuguesa que, apesar de terem sido apontadas ao longo deste trabalho, serão retomadas, a seguir, à guisa de conclusão:

- a) Considerando, ao longo do tempo, a diversidade de gêneros, de posicionamentos e de campos discursivos que recortamos para análise, os dizeres sobre o português do Brasil organizam-se, fundamentalmente, a partir da centralidade do sema /+ Unidade/;
- b) Mesmo quando há alteração de temas em torno da língua portuguesa, decorrente da mudança nas condições de produção do discurso que analisamos, o sema /+ Unidade/ permanece inalterado e arregimenta todos os demais semas mobilizados na/pela prática discursiva em questão;
- c) A *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa* e a prática discursiva do Museu da Língua Portuguesa estruturam-se a partir do mesmo sistema de restrições semânticas, apesar da evidente diferença de temas que se coloca ao longo do tempo e das diferentes condições de produção de seus dizeres;
- d) Os *ethè* mítico e ufanista que emergem da prática discursiva do Museu da Língua Portuguesa estão diretamente relacionados a traços da formação discursiva que descrevemos. O *ethos* mítico é construído em função do resgate do que parece eminentemente brasileiro; o *ethos* ufanista é efeito da necessidade de estruturação do Estado, que se verifica, no Brasil, a partir do século XIX, e da consequente busca de uma identidade nacional. De modo geral, no discurso dominante sobre a língua portuguesa, o português brasileiro, elemento central da identidade nacional, não pode ser apresentado como estando ligado a traços que o distanciem da coesão política e

social inerente ao conceito de nação ou como estando vinculado a traços que, de uma perspectiva eurocêntrica, possam ser tomados como pouco “civilizados”;

- e) A “novidade” com relação ao Museu da Língua Portuguesa que, aparentemente, não se verifica nos dizeres da *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*, talvez, restrinja-se ao *ethos* democrático que emerge da prática discursiva do museu em função da mobilização de uma linguagem aberta, democrática e participativa, contemplada pelo pensamento museológico contemporâneo. Parece-nos bastante plausível considerar que esse *ethos* está intimamente vinculado ao funcionamento da instituição museológica (um local público, destinado a celebrar algo comum a toda a sociedade e, ao mesmo tempo, destinado a conservar e assegurar o sentimento de comunhão), bem como ancorado em um contexto político em que “democratizar” assume o estatuto de palavra de ordem que circula sob diversas formas, entre elas, o *slogan* “Brasil, um país de todos”;
- f) Pode parecer que o resultado que obtivemos aponta para uma prática discursiva homogênea, na medida em que, ao longo de um extenso período de tempo, o mesmo sistema de restrições semânticas vem sustentando dizeres sobre a língua portuguesa. Não se trata de uma prática discursiva homogênea, uma vez que, como demonstramos nas análises do museu, a polêmica e a contradição não foram apagadas.

Com relação aos objetivos desta pesquisa, gostaríamos de enfatizar que não nos propomos, por meio dela, a competir com as várias e distintas abordagens feitas do Museu da Língua Portuguesa no interior dos campos da Literatura, da Comunicação e da Informação e da História das Ideias Linguísticas, para citar apenas alguns exemplos. Diferentemente, esperamos que essa pesquisa dê visibilidade à contribuição que uma abordagem discursiva pode trazer em relação a um fato social: a recorrência de um mesmo sistema semântico em enunciados sobre a língua portuguesa produzidos em diferentes campos, sob a forma dos mais diferentes gêneros, pelos mais diferentes enunciadorees, há muitos séculos. Do mesmo modo, a noção de formação discursiva que norteou todo o nosso trabalho possibilita compreender o porquê da permanência de um discurso dominante sobre a língua portuguesa no Brasil, mesmo após o país ter se tornado economicamente independente de Portugal e os estudos desenvolvidos no campo da Linguística terem sido amplamente divulgados.

Ainda com relação às nossas opções teórico-metodológicas, esperamos ter deixado clara a validade da adoção de uma semântica global centrada em semas para análise de um vasto conjunto de textos, constituído para além das fronteiras de um campo discursivo, um horizonte já previsto por Maingueneau (2005b), no último capítulo de *Gênese dos discursos*.

Estamos certos de que não esgotamos as possibilidades de análise, nem da *formação discursiva do bom uso da língua portuguesa*, tampouco do funcionamento discursivo do Museu da Língua Portuguesa. Evidentemente, outras abordagens, outros recortes e outras formulações podem ser feitas tanto do interior da perspectiva da Análise do Discurso, quanto do interior de outras perspectivas teóricas, o que, certamente, contribuiria para ampliar as possibilidades de leitura desse acontecimento discursivo.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Discurso de Machado de Assis*. Disponível em: <<http://goo.gl/06TF1p>>. Acesso em: 28 mar. 2012a.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Estatutos da Academia Brasileira de Letras*. Disponível em: <<http://goo.gl/BR9Ytn>>. Acesso em: 28 mar. 2012b.
- AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 9-28.
- ALÉONG, Stanley. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 145-174.
- ALKMIM, Tânia. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 23-50. v. 1.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ANDRADE, Oswald. *Pau brasil*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2003.
- ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo, 1995a.
- ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Um momento de reflexão sobre nosso passado museológico. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo, 1995b. p. 5-7.
- AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BARONAS, Roberto Leiser. Ainda sobre a noção-conceito de formação discursiva em Pêcheux e em Foucault. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2. ed. São Carlos: Pedro & João, 2011a. p. 193-206.
- BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2. ed. São Carlos: Pedro & João, 2011b.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 28. ed. São Paulo: Nacional, 1983.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://goo.gl/HwJ1Q>>. Acesso em: 16 abr. 2012.
- BRYAN, Guilherme. A sabedoria da variante popular. *Língua Portuguesa*, São Paulo, n. 54, p. 42-46, abr. 2010.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 51-83. v. 1.

CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

CAMPOS NETO, Candido Malta. Iluminando uma trajetória. In: Um SÉCULO de Luz. São Paulo: Scipione, 2001. p. 75-107. (Mosaico: ensaios & documentos).

CANDIDO, Antônio. Literatura de dois gumes. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987. p. 163-180.

CANDIDO, Antônio. Uma palavra instável. In: _____. *Vários escritos*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 215-225.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *A hora e a vez do português brasileiro*. 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/smw5XB>>. Acesso em: 6 abr. 2010.

CERVO, Larissa Montagner. *Língua, patrimônio nosso*. 2012. 198 f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e Letras e Linguística, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CRESPO TORAL, Hernan. Seminário regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo, 1995. p. 8-10.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *A nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DIAFÉRIA, Lourenço. Como se fosse um livro aberto. In: Um SÉCULO de Luz. São Paulo: Scipione, 2001. p. 19-44. (Mosaico: ensaios & documentos).

DIAS, Luiz Francisco. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. 1995. 141 f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1995.

DUCROT, Oswald. *Estruturalismo e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1971.

EXPOSIÇÃO “Menas” no Museu da Língua Portuguesa. Nova Escola. São Paulo: Abril, 12 abr. 2010. 1 vídeo (8min.), son., color. Disponível em: <<http://goo.gl/idiRxB>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

FERRARA, Fabiano D Alessio. *O museu como espaço midiático: da exposição ao entretenimento*. 2013. 100 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

FORMAÇÃO discursiva. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 240-242.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GALLO, Haroldo; CARRILHO, Marcos José; MAGALHÃES, Fernanda. O trabalho de restauro em arquitetura. In: Um SÉCULO de Luz. São Paulo: Scipione, 2001. p. 109-137. (Mosaico: ensaios & documentos).

GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

GALVES, Charlotte. Pronomes e categorias vazias em português do Brasil. *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, SP, n. 7, p. 107-136, 1984.

GNERRE, Maurício. Linguagem e poder. In: BRASIL. *Subsídios à proposta curricular em língua portuguesa para 1º e 2º graus*. São Paulo, 1988. p. 61-69. v. 3.

GNERRE, Maurício. Linguagem, poder e discriminação. In: _____. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 5-34.

GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 24-28, abr./jun. 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/idiRxB>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2. ed. São Carlos: Pedro & João, 2011. p. 13-32.

HAUGEN, Einar. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, Marcos. *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 97-114.

HONORA, Maria Margarida Quagliato. *Museu da Língua Portuguesa: comunicação e tecnologia a serviço da comunidade*. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Administração e Comunicação) –, Universidade São Marcos, São Paulo, 2009.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. 20 anos depois de Santiago: a declaração de Caracas: 1992. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo, 1995. p. 32-35.

INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2. ed. São Carlos: Pedro & João, 2011. p. 193-206.

KARA-JOSÉ, Beatriz. *Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revitalização do centro de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2007.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005a. p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2005b.

MAINGUENEAU, Dominique. Problemas de ethos. In: _____. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar, 2006a. p. 52-71.

MAINGUENEAU, Dominique. Unidades tópicas e não-tópicas. In: _____. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar, 2006b. p. 9-24.

MATARAZZO, Andrea. Apresentação. In: MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Menas: o certo do errado, o errado do certo*. São Paulo, 2010. p. 6-7. Catálogo de exposição.

MELIANDE, Clara de Souza Rocha. *Design à mostra: o projeto de museus temáticos*. 2013. 200f. Dissertação (Mestrado em Design) – Escola Superior de desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MENAS: o certo do errado, o errado do certo. 15 mar. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/pO8uT>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

MENDES, Heloisa Mara. *Transgressão e conservadorismo na prática discursiva da Jovem Guarda*. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

MENDONÇA, Marina Célia. *A luta pelo direito de dizer a língua: a linguística e o purismo linguístico na passagem do século XX para o século XXI*. 2006. 249 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

MONTANER, Josep Maria. *Museus para o século XXI*. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

MOURA, Elton Alisson de. *Os novos museu e exposições científicas interativas e independentes no Brasil*. 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e

Cultural) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

MOUTINHO, Mário Canova. A declaração de Quebec de 1984. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo, 1995. p. 26-29.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Institucional*. Disponível em: <<http://goo.gl/RfU81i>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Menas: o certo do errado, o errado do certo*. São Paulo, 2010. Catálogo de exposição.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 113-165. v. 2.

MUSSALIM, Fernanda. A propósito das unidades não tópicas em Análise do Discurso. In: POSSENTI, Sírio; BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise do Discurso*. São Carlos: Pedro & João, 2008. p. 95-110.

MUSSALIM, Fernanda. *A transposição erudita da barbárie: aspectos da semântica discursiva do Modernismo brasileiro*. 2003. 241 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

O PORTUGUÊS do Brasil: textos críticos e teóricos: fontes para a teoria e a história (1820/1920). Seleção e apresentação de Edith Pimentel Pinto. São Paulo: EDUSP, 1978. v.1.

ORLANDI, Eni. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Norma e condescendência: ciência e pureza. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, n. 2, p. 49-68, 1998.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PINTO, Edith Pimentel. *A gramatiquinha de Mário de Andrade: texto e contexto*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

PINTO, Edith Pimentel. Introdução. In: O PORTUGUÊS do Brasil: textos críticos e teóricos: fontes para a teoria e a história (1820/1920). Seleção e apresentação de Edith Pimentel Pinto. São Paulo: EDUSP, 1978. v.1.

POSSENTI, Sírio. *Aceitam tudo*. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/rFEulQ>>. Acesso em: 20 maio 2011.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAMOS, Heloisa. Escrever é diferente de falar. In: AGUIAR, Carolina Amaral. et al. *Por uma vida melhor*. São Paulo: Global, 2009. p.11-27. v. 2. (Viver, Aprender).

REBELO, Aldo. Projeto de Lei n.º 1676/1999. *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, n. 182, p. 52.060-52.062, 1999. Disponível em: <<http://goo.gl/ZOH0RL>>. Acesso em 26 abr. 2012.

RIBEIRO, Ilza. Quais as faces do português culto brasileiro? In: ALKMIM, Tânia Maria (Org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002. p. 359-381.

ROCHA, Carla Pires Vieira da. *Templo das mídias: os museus sob o signo da informação e da comunicação*. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. *O que é mito*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos).

RODRIGUES, Sérgio. *Museu da Língua para quê?* Revisado em mar. 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/2Kswor>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. *Exposições do Museu da Língua Portuguesa: arquivo e acontecimento e(m) discurso*. São Carlos: Pedro & João, 2011.

SABIÁ. In: HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

SAIA, Helena. Luz é visão. In: Um SÉCULO de Luz. São Paulo: Scipione, 2001. p. 165-193. (Mosaico: ensaios & documentos).

SÁNCHEZ, Yoani. *De Cuba com carinho*. São Paulo: Contexto, 2011.

SARTINI, Antônio Carlos de Moraes. *Apresentação*. 2010a. Disponível em: <<http://goo.gl/pO8uT>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

SARTINI, Antônio Carlos de Moraes. Uma língua que se inventa e reinventa há mais de 500 anos. In: MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Menas: o certo do errado, o errado do certo*. São Paulo, 2010b. p. 8-9. Catálogo de exposição.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SHIRAI, Mariana. Menas, por favor! *Época*. São Paulo, n. 622, abr. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/D47h>>. Acesso em: out. 2010.

SILVA, Maria Cristina Figueiredo. *A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

SILVA SOBRINHO, José Simão da. “*A língua é o que nos une*”: língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa. 2011. 133 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo; RIGHI, Roberto. O bairro da Luz: das origens aos tempos atuais. In: *Um SÉCULO de Luz*. São Paulo: Scipione, 2001. p. 139-163. (Mosaico: ensaios & documentos).

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 17. ed. São Paulo: Ática, 2002.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TADDEI, Angela Maria Soares Mendes. A literatura musealizada: o caso do Museu da Língua Portuguesa. In: *ANAIS DO SILEL*, v. 2, n. 2, 2011, Uberlândia: EDUFU, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/2erx1z>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1982.

TWITTER. *Resultados para português*. Disponível em: <<http://goo.gl/6pmIdL>>. Acesso em: 6 maio 2012.

UNESCO. *Patrimônio intangível*. Disponível em: < <http://goo.gl/xwjAE8>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

VALÉRY, Paul. O problema dos museus. *ARS*, São Paulo, v.6, n.12, jul/dez. 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/E6SNFk>>. Acesso em 2 mar. 2011.

VARINE, Hugues de. A respeito da mesa-redonda de Santiago. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo, 1995. p. 17-19.

VILELA-ARDENGHI, Ana Carolina Nunes da Cunha. *Minha pátria é minha língua: língua e identidade nacional*. 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

ZILIOOTTO, Elisabeth Maria. *A leitura do Museu da Língua Portuguesa à luz de uma concepção de texto*. 2009. 105 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Comunicação e Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.